

SILVANA SILVA DE F. ARAÚJO
MARIANA FAGUNDES DE O. LACERDA
MARCELA MOURA T. PAIM
(ORGANIZADORAS)

VARIAÇÃO E MUDANÇA NA LÍNGUA PORTUGUÊSA

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Cássio Florêncio Rubio
(UFSCAR – São Carlos)

Edair Maria Görski
(UFSC – Florianópolis)

José da Silva Simões
(USP – São Paulo)

Márcia Cristina de Brito Rumeu
(UFMG – Belo Horizonte)

Sebastião Carlos Leite Gonçalves
(UNESP – São José do Rio Preto)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

A663v Araujo, Silvana Silva de Farias (org.).
Variação e mudança na Língua Portuguesa / Organizadoras: Silvana Silva de Farias Araujo,
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Marcela Moura Torres Paim.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.
figs.; tabs.; gráfs.; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-386-7.

1. Língua Portuguesa. 2. Linguística. 3. Semântica. 4. UEFS.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Semântica. 401.43
2. Linguística. 410
3. Língua portuguesa. 469
4. Gírias / Variações regionais. 469.709

SILVANA SILVA DE F. ARAÚJO
MARIANA FAGUNDES DE O. LACERDA
MARCELA MOURA T. PAIM
(ORGANIZADORAS)

VARIAÇÃO E MUDANÇA NA LÍNGUA PORTUGUESA



Copyright © 2022 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Capa: ACESSA Design
Revisão: Joana Moreira

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Gláís Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UnB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>GÊMEOS NO AMAZONAS E NA BAHIA</i>	15
Adriana Maria de Jesus Sousa	
Marcela Moura Torres Paim	
AS VARIANTES PARA NAMORO DA VACA E DO TOURO EM FÁTIMA-BAHIA	29
Camila dos Santos Reis	
Deyvison Moreira Santos	
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo	
COMO SE CHAMA “GRAMPO” NO NORDESTE? REVELAÇÕES DO PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL	43
Carina Sampaio Nascimento	
Marcela Moura Torres Paim	
UM OLHAR PARA AS TENDÊNCIAS ANTROPONÍMICAS EM ANGOLA: HISTÓRIA SOCIAL, CULTURA E COMPARAÇÃO COM O CENÁRIO LUSO-BRASILEIRO	57
Cíntia Maria Teixeira de Moraes Montejo	
Natival Almeida Simões Neto	
O SUJEITO NAS CONSTRUÇÕES RELATIVAS DO PORTUGUÊS FEIRENSE: UMA ANÁLISE SINTÁTICA E DESCRITIVA.....	75
Jéssica Carneiro da Silva	
Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva	
ESTUDO TOPONÍMICO PORTUGUÊS-LIBRAS DAS PRINCIPAIS AVENIDAS DO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA-BA	93
Daniela Betânia dos Santos Ferreira	
Liliane Lemos Santana Barreiros	

SOBRE FORMAS DE TRATAMENTO NO SERTÃO BAIANO: A RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E COMPLEMENTOS VERBAIS.....	113
Elane Santos e Santos	
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda	
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro	
A MARCAÇÃO DE CONCORDÂNCIA VERBAL DE P6 NA FALA DE MULHERES DO QUILOMBO RIO DAS RÃS – BAHIA	131
Elisângela Gonçalves	
Juscimaura Lima Cangirana	
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LÉXICO RELIGIOSO DAS CAPITAIS DO BRASIL.....	145
Geisa Borges da Costa	
A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA - BA	159
Givaldo Cândido da Silva	
Silvana Silva de Farias Araújo	
CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO ALIB: POSSIBILIDADES DE FRASEOLOGISMOS NO INTERIOR DA BAHIA?	189
Gracielli Fabres de Araújo	
Marcela Moura Torres Paim	
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: BALANÇO CRÍTICO.....	203
Gredson Dos Santos	
O USO DOS PRONOMES POSSESSIVOS <i>TEU</i> E <i>SEU</i> EM CARTAS PESSOAIS DE SERTANEJOS BAIANOS DO SÉCULO XX.....	227
Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa	
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro	
O PRONOME <i>TU</i> EM FEIRA DE SANTANA – VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: DIRECIONAMENTOS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA MATERNA	247
Janivam da Silva Assunção	
Norma Lúcia Fernandes de Almeida	

A COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS EM CARTAS DO SERTÃO BAIANO (SÉCULO XX): UM ESTUDO DAS VERTENTES DO PB.....	267
Maiara da Silva Lemos	
Zenaide Oliveira Novais Carneiro	
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda	
UM ESTUDO CONTRASTIVO DA VARIAÇÃO DAS PREPOSIÇÕES LOCATIVAS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA E EM BARRA/BANANAL-BA: UM OLHAR SOCIOLINGÜÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO	285
Manoel Crispiniano Alves da Silva	
Silvana Silva de Farias Araújo	
Huda da Silva Santiago	
CARTAS BAIANAS (SÉCULO XX): UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE TRATAMENTO	315
Marinalda Freitas Valentim	
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda	
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro	
TOPONÍMIA, MEMÓRIA E PODER	329
Marta Maria Gomes	
Roque Pereira da Silva	
ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DA VARIAÇÃO PRESENÇA/AUSÊNCIA DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE POSSESSIVO NO PORTUGUÊS POPULAR DO SERTÃO DA BAHIA (SÉCULO XX).....	345
Rosana Carvalho Brito	
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda	
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro	
A PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS /T/ E /D/ NA FALA DE UNIVERSITÁRIOS SERGIPANOS: CONDICIONAMENTOS SOCIAIS E LINGÜÍSTICOS	361
Thais Regina Andrade Correa	
SOBRE OS AUTORES	391

APRESENTAÇÃO

Estão reunidos neste livro trabalhos sobre variação e mudança na língua portuguesa, apresentados em sessões de Comunicação Oral da edição ABRALIN EM CENA BAHIA – Linguagem e Sociedade, realizada no período de 24 a 25 de outubro de 2018, no *campus* da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia.

Trata-se de pesquisas na grande Área da Linguística Histórica – contemplada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UEFS, responsável pela organização do evento supracitado –, apresentadas e discutidas num diálogo amplo, entre professores(as) e estudantes de diferentes universidades do país que se fizeram presentes em Feira de Santana, naquela penúltima semana de outubro, prestigiando a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e a UEFS, em nome da Ciência e da Liberdade de pensamento.

Os 20 capítulos aqui publicados, representativos da Linguística de base empírica, trazem resultados de investigações desenvolvidas em diferentes níveis de análise das línguas (fonético-fonológico, morfossintático, léxico-semântico), empreendendo uma observação sistemática e, quando possível, exaustiva dos *corpora* disponíveis, aplicando teorias que defendem uma apreensão globalizante do objeto, tendo em consideração as relações sociolinguísticas, isto é, a interação entre o sistema de relações linguísticas e as disposições nas quais ele se atualiza.

No capítulo 1, Adriana Maria de Jesus Sousa e Marcela Moura Torres Paim apresentam um estudo diatópico, no campo semântico-lexical, com análise contrastiva de dados do Amazonas e da Bahia, obtidos em

respostas de informantes à questão 125 do questionário semântico lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB): “Como se chamam duas crianças que nasceram no mesmo parto?”. As autoras chegam à conclusão de que a variante preferencial é *gêmeos*, e a variante que apresenta traço de cunho espacial é *mabaça*, registrada apenas no território baiano e realizada principalmente pelos informantes mais velhos.

No capítulo 2, Camila dos Santos Reis, Deyvison Moreira Santos e Sandro Marcio Drumond Alves Marengo trazem resultados que indicam – a partir da análise de *O namoro da vaca e do touro* – que há diferenças terminológicas diageracionais significativas na cidade de Fátima, Nordeste da Bahia, em uma comunidade de prática de vaqueiros.

No capítulo 3, Carina Sampaio Nascimento e Marcela Moura Torres Paim dedicam-se à análise, na perspectiva da Dialetologia pluridimensional, da variação lexical, em localidades da região Nordeste, referente à pergunta 192 do ALiB: “Como se chama um objeto fino de metal para prender o cabelo?”. Evidenciam semelhanças e diferenças no confronto de dados dos pontos considerados.

No capítulo 4, Cíntia Maria Teixeira de Moraes Montejo e Natival Almeida Simões Neto contribuem para uma melhor compreensão da antroponímia de Angola, desconsiderada nos trabalhos que se voltam para a nomeação no período colonial brasileiro. Os autores analisam nomes de aprovados em um vestibular da Universidade Agostinho Neto, a mais popular de Angola; dos 73 nomes em questão, apenas 10 não foram encontrados em registros brasileiros ou apresentaram baixa frequência no país.

No capítulo 5, Jéssica Carneiro da Silva e Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva têm por objetivo analisar a realização ou não do sujeito em sentenças relativas do português falado em Feira de Santana-BA. Chegam à conclusão de que a posição de sujeito é a mais relativizada no português feirense e que as relativas são, em sua maioria, com lacuna.

No capítulo 6, Daniela Betânia dos Santos Ferreira e Liliane Lemos Santana Barreiros apresentam uma análise das motivações para as nomeações e sinalizações das principais avenidas do centro comercial

de Feira de Santana, levando em consideração as influências sócio-históricas e as interfaces entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). As autoras ressaltam a importância desse estudo toponímico para o desenvolvimento do léxico dos surdos, usuários da língua de sinais, facilitando-lhes o processo de localização geográfica e oportunizando-lhes o acesso às informações históricas e culturais dos locais considerados.

No capítulo 7, Elane Santos e Santos, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro descrevem, segundo o aparato teórico laboviano, dados do sistema de tratamento, na posição de sujeito e complemento, em 91 cartas produzidas no decorrer do século XX (1906-2000) por sertanejos baianos semialfabetizados. Concluem que, nessa documentação epistolar, é preponderante o subsistema *você-exclusivo*.

No capítulo 8, Elisângela Gonçalves da Silva e Juscimaura Lima Cangirana constataam – a partir da análise da marcação de concordância verbal de P6 na fala de mulheres da comunidade quilombola de Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa-BA – que, na fala das mulheres, ocorre mais marca de realização de concordância do que na fala dos homens, resultado que, de acordo com as autoras, pode estar relacionado à participação ativa das mulheres em atividades sociais.

No capítulo 9, Geisa Borges da Costa revelou uma correspondência entre os recursos linguísticos substitutivos do referente *diabo* e os tabus linguísticos registrados por meio de processos metafóricos, metonímicos, eufemísticos e disfemísticos, a partir da análise de dados coletados com a aplicação da pergunta 1 do Questionário Semântico-Lexical do ALiB, campo da religião e das crenças: “Deus está no céu, e no inferno está ...?”. Foram registrados 506 dados lexicais, concretizados em 39 variantes.

No capítulo 10, Givaldo Cândido da Silva e Silvana Silva de Farias Araújo, com base nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, investigam a variação no uso da concordância nominal de número no sintagma nominal, em doze entrevistas com falantes altamente escolarizados da cidade de Feira de Santana-BA, as quais pertencem ao banco de dados do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) da UEFS.

Verificam os autores que essa comunidade linguística apresenta um significativo uso da regra da marcação redundante, isto é, a marcação em todos os elementos flexionáveis.

No capítulo 11, Gracielli Fabres de Araújo e Marcela Moura Torres Paim abordam o uso de fraseologismos no interior da Bahia, a partir da análise, sob a perspectiva da geossociolinguística, de dados que compõem o banco do Projeto ALiB, mapeamento a distribuição diatópica e diastrática de *menstruação* e *menopausa*.

No capítulo 12, Gredson dos Santos, numa abordagem histórica e crítica, defende que as contribuições que a Sociolinguística brasileira tem dado ao ensino de língua portuguesa se situam nos campos descritivo, conceitual e pedagógico.

No capítulo 13, Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro investigam, dentro do quadro teórico laboviano, o uso dos pronomes possessivos de segunda pessoa, *teu* e *seu*, em um *corpus* de cartas baianas populares da região sisaleira, concluindo que o uso do pronome possessivo *seu* é majoritário.

No capítulo 14, Janivam da Silva Assunção e Norma Lucia Fernandes de Almeida defendem que o preconceito linguístico, advindo inclusive de quem faz uso da variante estigmatizada, poderá ser amenizado a partir do desenvolvimento da competência intercultural dos falantes.

No capítulo 15, Maiara da Silva Lemos, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda analisam, em cartas brasileiras populares do Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, da Universidade Estadual de Feira de Santana, a colocação dos clíticos pronominais em orações finitas, nos contextos relevantes de construções com verbo único e grupos verbais. Da análise sociolinguística da sintaxe dos clíticos, as autoras concluem que há uma aproximação entre as vertentes culta e popular.

No capítulo 16, Manoel Crispiniano Alves da Silva, Silvana Silva de Farias Araújo e Huda da Silva Santiago, embasados em estudos sobre contato linguístico e nos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança,

analisam a variação das preposições locativas *a, para, em* e *até*, regidas pelos verbos de movimento *chegar, levar, vir* e *voltar*, no português falado em Luanda, capital de Angola, e em Barra-Bananal, uma comunidade remanescente de quilombos, situada no município de Rio de Contas, na região da Chapada Diamantina-BA. A comparação dos dados obtidos dos *corpora* selecionados demonstrou uma aproximação entre o português falado em Luanda e em Barra-Bananal.

No capítulo 17, Marinalda Freitas Valentim, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro trazem resultados de uma análise, em perspectiva sociopragmática, do uso de formas tratamentais na posição de sujeito, nas Cartas para Severino Vieira, Governador da Bahia (1901-1902), que fazem parte do banco CE-DOHS/UEFS. A relação estabelecida entre os remetentes e o Governador Severino Vieira, de acordo com as autoras, foi classificada, na sua maioria, como assimétrica ascendente, o que explica a alta ocorrência da forma nominal *Vossa Excelência*.

No capítulo 18, Marta Maria Gomes e Roque Pereira da Silva abordam a toponímia soteropolitana, discutindo como o ordenamento jurídico do município de Salvador protege a sua toponímia, tendo em vista a preservação da história e do patrimônio linguístico municipal.

No capítulo 19, Rosana Carvalho Brito, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro apresentam uma descrição dos condicionamentos morfossintáticos da combinação do artigo definido com pronome possessivo em uma documentação epistolar do interior da Bahia, representativa da variedade popular do português brasileiro. Chegam à conclusão de que a presença do artigo antes de possessivo é favorecida em sintagmas no plural e quando o possessivo é precedido por uma preposição que permite a contração com o artigo. Quando se considera a possibilidade de contração do artigo com a preposição ou a ausência desse último elemento, parece haver uma relação entre os grupos *função sintática* e *presença de preposição*.

No capítulo 20, Thais Regina Andrade Correa apresenta o processo de palatalização das oclusivas /t/ e /d/ em ambiente regressivo, na fala

de estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os resultados da análise apontam que, quanto maior é o tempo que o falante tem na comunidade, mais frequente é o uso da variante palatal.

Os trabalhos de pesquisa que fazem parte deste livro somam-se a tantos outros que vêm demonstrando o que afirmou Fernão de Oliveira – a quem se atribui papel pioneiro não apenas no âmbito dos estudos gramaticais, mas também no âmbito dos estudos sociolinguísticos (CALLOU, 2009, p. 127)¹ – em 1536, na sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*: “Mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juizos e tratos dos homens” (TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 129)². A língua se conforma às necessidades expressivas do falante, que mudam de acordo com as mudanças nas relações sociais, na comunicação e na interação verbais; pertence, portanto, a mudança à essência da língua, e o desenvolvimento da Ciência Linguística passa, sem dúvida, pela compreensão da variabilidade e mutabilidade dos sistemas linguísticos.

É com grande satisfação que oferecemos à Comunidade Acadêmica esta coletânea de trabalhos, cujas discussões contribuíram para o sucesso do evento ABRALIN EM CENA BAHIA, nesta cidade de Feira de Santana, Princesa do Sertão.

Agradecemos a todos os autores e autoras que participam da presente publicação, pela parceria produtiva, e à ABRALIN, por ter confiado ao PPGEL/UEFS a organização de tão importante congresso, espaço de construção de conhecimento e de defesa da dignidade humana.

Feira de Santana, 6 de novembro de 2020.

Silvana Silva de Farias Araujo
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Marcela Moura Torres Paim
(Organizadoras)

GÊMEOS NO AMAZONAS E NA BAHIA

Adriana Maria de Jesus Sousa
(UFBA/ALiB)

Marcela Moura Torres Paim
(UFRPE/UFBA/ALiB)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho apresenta uma análise das respostas dadas pelos informantes à pergunta “*Como se chamam duas crianças que nasceram no mesmo parto?*” (COMITE NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p.34), pertencente ao questionário semântico-lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Para o intento, optou-se por fazer uma comparação entre as lexias selecionadas pelos falantes dos dois estados, Bahia e Amazonas.

Neste propósito, o estudo em questão justifica-se pela necessidade de investigar dados que compõem os *corpora* disponíveis nos arquivos do Projeto ALiB que ainda não foram explorados, como também ampliar o repertório de obras que se dedicam a tornar conhecidos aspectos lexicais que caracterizam a língua portuguesa no Brasil, a partir de dados do Atlas Linguístico. Assim, para além de colaborar para ampliar o campo de estudos da Dialektologia, essa pesquisa pretende contribuir para a descrição da realidade linguística do português do Brasil.

Em vista disso, objetiva-se oferecer realizar uma investigação lexical de natureza dialetológica, inserida no contexto dos estudos geolinguísticos, propondo-se a identificar as denominações referentes ao nascimento nas localidades baianas e amazonenses, de acordo com a rede de pontos do ALiB.

Desse modo, por meio do levantamento dos dados, será possível verificar as coincidências e divergências lexicais entre dos dois estados, a história social destes, bem como identificar as influências indígenas e africanas na língua oral dos falantes, reveladas através dos seus repertórios linguísticos, motivados pela hipótese de que os indivíduos recorrem às situações ligadas à cultura, história do seu povo e da sua localidade, utilizando diferentes formas lexicais para referir-se à determinada lexia.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A língua enquanto instituição social reflete a diversidade dos grupos sociais que a utilizam. Por ser heterogênea, está sujeita a variações ao longo do tempo e nos espaços geográficos onde é falada, podendo sofrer mudanças ou conservar traços e características de períodos históricos precedentes, sejam por influências externas ou sociais. É acerca dessas variações que trata a Dialetoлогия.

De modo geral, entende-se a Dialetoлогия como uma disciplina que enfoca na sua análise a variação em espaços geográficos determinados. É acima de tudo, o estudo dos dialetos, subdivisões de uma língua em particular, situadas dentro de um espaço geográfico.

Assim, os estudos dialetológicos visam a identificar, situar e descrever os usos diferentes em que a língua varia de acordo com sua disposição espacial, histórica e sociocultural.

O estudo da variação linguística com a ênfase, sobretudo, diatópica e com perspectiva de natureza sociolinguística na seleção e constituição de dados, na formulação de análises e na apresentação de resultados, é, ainda, um instrumento auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de uma língua, em particular da língua materna.

É importante destacar que os estudos atuais da Dialetoлогия permitem uma visão pluridimensional, que busca estabelecer relações entre as variáveis diatópicas e as variáveis sociais, sejam elas diageracionais, diassexuais, diatráticas ou diafásicas (na variação diageracional, observam-se as divergências existentes entre o falar dos mais jovens e o dos mais velhos). A observação das variáveis diassexuais está voltada para as diferenças dos usos linguísticos entre homens e mulheres. No que se refere à variação diatrática, leva-se em consideração a condição social do falante. Já a variação diafásica leva em conta a situação em que a fala é produzida e a postura do falante em relação ao instante da elocução), a fim de compreender o processo de variação, levando a uma melhor compreensão da realidade.

A Dialetoлогия busca, ainda, estabelecer relações entre modalidades de uso de uma língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diferentes áreas (CARDOSO, 2012).

Vale salientar que a ciência da variação espacial objetiva delimitar os espaços, reconhecer áreas dialetais, contribuir para uma visão de dialeto que elimine preconceitos, localizar os fatos linguísticos nos espaços geopolíticos, identificar as características sociais dos informantes e a sua relação com o uso que fazem da língua.

Embora priorize a perspectiva diatópica, a Dialetoлогия importa-se com todos os dialetos, tanto os geográficos como os sociais, visto que os indivíduos possuem além de uma localização regional, um espaço social. Interessa-se, nesse sentido, pelo mapeamento das diferentes situações de uso, com o comportamento dos falantes, diante das diversas possibilidades e a compreensão dessa diversidade que lhes é apresentada.

Essa diversidade, permitida pela própria dinamicidade da língua, é objeto de estudo da Dialetoлогия, que assume como dever principal a identificação, seja pela presença ou pela ausência, dos fatos linguísticos característicos de uma dada área, não se comprometendo a explorar as suas possíveis motivações ou consequências, fornecendo caminhos para outros estudos, uma vez que como ciência da variação espacial, tem por

foco os fatores diatópicos, ainda que não deixe de estar atenta às repercussões dos dados socioculturais nos usos linguísticos. Seguindo esse raciocínio, Cardoso (2012, p.1) afirma que:

A Dialectologia apresenta-se, no curso da história, como uma disciplina que assume por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica.

Dessa forma, a Dialectologia é, então, a ciência que tem interesse em estudar, na perspectiva dos diferentes níveis de abordagem da língua, os usos de falantes de determinado espaço geográfico, a fim de perceber convergências e divergências, reconhecendo, assim, diferentes áreas dialetais.

A Geolinguística, por sua vez, é a parte da Dialectologia que se ocupa em localizar e registrar as variações das línguas. É um método cartográfico desenvolvido por dialetólogos, que tem por objetivo registrar e comparar os resultados das pesquisas linguísticas em localidades diferentes. Nessa perspectiva, a base conceitual dessa pesquisa são os estudos fundamentados nos princípios metodológicos da Geolinguística, princípios esses coerentes e condizentes com a meta que se persegue.

A partir da orientação desse ramo da linguística, os atlas linguísticos – principais produtos da Geolinguística – são elaborados a fim de registrar as variedades encontradas em cada localidade pesquisada, por meio da cartografia dos dados linguísticos.

Assim, a Dialectologia, no Brasil, revela os traços dos falares brasileiros, mediante a investigação das variantes que se registram nos níveis fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático e discursivo, sejam determinadas por fatores diastráticos ou diafásicos ou diatópicos. Embora a Geolinguística priorize o estudo na perspectiva diatópica, aos estudos dialetais importa, também, o controle sistemático de variáveis como escolaridade, faixa etária e sexo do informante. Assim, por este

viés, caminha o Projeto ALiB, que teve início no ano de 1996, é sediado na Universidade Federal da Bahia e coordenado por um Comitê Nacional¹ que congrega pesquisadores de diferentes instituições brasileiras.

O Projeto tem como objetivo mais amplo a descrição da variante brasileira do português, na sua modalidade oral, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas, diastráticas e diageracionais.

Fundamenta-se nos princípios gerais da Geolinguística contemporânea, priorizando a variação espacial ou diatópica e atento às implicações de natureza social que não se pode, no estudo da língua, deixar de considerar, com os seguintes objetivos, como apontam Mota e Cardoso (2010, p. 131):

- descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas e léxico-semânticas), consideradas na perspectiva da Geolinguística.
- Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
- Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e realizar estudos interpretativos de fenômenos considerados.

1 Atualmente, o Comitê Nacional do Projeto ALiB é constituído pela Diretora Presidente – Jacyra Andrade Mota (UFBA), pela Diretora Executiva – Silvana Soares Costa Ribeiro (UFBA) e pelos Diretores Científicos: Abdelhak Razky (UFPA); Aparecida Negri Isquerdo (UFMS); Conceição Maria de Araújo Ramos (UFMA); Fabiane Cristina Altino (UEL); Felício Wessling Margotti (UFSC); Marcela Moura Torres Paim (UFRPE/UFBA); Maria do Socorro Silva de Aragão (UEPB/UFC); Marilúcia Barros de Oliveira (UFPA); Regiane Coelho Pereira Reis (UFMS); Valter Romano (UFSC) e Vanderci de Andrade Aguilera (UEL).

- Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia, etc. – de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
- Oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.
- Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.

O Projeto ALiB adota como metodologia os parâmetros da Dialectologia pluridimensional, resultado dos processos de mudanças metodológicas caracterizadas, particularmente, pela ampliação do espectro de interesses a perscrutar.

A perspectiva pluridimensional focaliza, além da variação diatópica, e em nível de igualdade, a variação social, em especial a diassexual, a diageracional, a diastrática, entre outras, o que não impede o reconhecimento de que traz marcas dos primeiros trabalhos dialetológicos brasileiros, como afirmam Mota e Cardoso (2006, p. 27):

O projeto de um atlas lingüístico da Brasil traz, nas suas raízes, a presença de nomes que construíram a Dialectologia brasileira – Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes, Celso Cunha, Nelson Rossi – e procuraram, naquele então, fazer nascer entre nós o interesse pela Geolingüística que caminhava célere, na Europa, desde finais do século XIX, e se afirmara, definitivamente, no iniciar-se do século XX, com o marco fincado por Gilliéron, o *Atlas Linguistique de la France*. (1902-1910)

Inquestionavelmente, faz-se necessário o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos precursores dos estudos dialetológicos sem desprezar a inovação que possibilita a utilização de novos instrumentos de análise e coletas de dados a favor da ciência, a exemplo dos questionários do ALiB.

Especificamente, este trabalho constitui-se da questão 125 do questionário semântico-lexical (QSL), área semântica dos ciclos da vida, dos inquiridos da rede de pontos do Projeto no estado da Bahia (Salvador, Juazeiro, Jeremoabo, Euclides da Cunha, Barra, Irecê, Jacobina, Barreiras, Alagoinhas, Seabra, Itaberaba, Santo Amaro, Santana, Valença, Jequié, Caetité, Carinhanha, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itapetinga, Santa Cruz de Cabralia e Caravelas), num total de 92 informantes, e no estado do Amazonas (Manaus, São Gabriel, Tefé, Benjamin Constant e Humaitá), totalizando 24 inquiridos, seguindo a proposta de análise das repostas escolhidas pelos informantes, como se ilustra com a transcrição da resposta do informante 3 de Salvador:

INQ. – E como se chama duas crianças que nascem do mesmo parto?

INF. – *Mabaça*.

INQ. – Chama de outro jeito?

INF. – Não. *Mabaça* mesmo.

(Salvador, homem, faixa II, fundamental)

ANÁLISE

O Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil – conta com uma rede de pontos constituída por 250 localidades distribuídas por todo o território nacional. No entanto, para a pesquisa em questão, selecionamos apenas 27 das cidades.

Os dados foram obtidos através de inquéritos realizados com informantes selecionados, segundo critérios pré-determinados, como: diatópicos – nascidos e criados nas localidades em estudo, não podendo ter passado mais de um terço da vida em outra localidade, e com pais naturais da região em questão; diageracionais – duas faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos); diassexual – homem e mulher; e diastrática – ensino fundamental e universitário.

Como resultado para a questão 125 do QSL, foram obtidas 145 ocorrências para o conceito *Como se chamam duas crianças que nasceram no mesmo parto?*, no entanto só se referem a duas escolhas lexicais, como é possível averiguar no quadro, das quais a lexia *gêmeos* apresenta maior índice de ocorrência:

QUADRO 1: GÊMEOS NO AMAZONAS E NA BAHIA

<i>Gêmeos</i>	
Amazonas	Bahia
<i>Gêmeos</i>	<i>Gêmeos</i>
	Mabaça

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

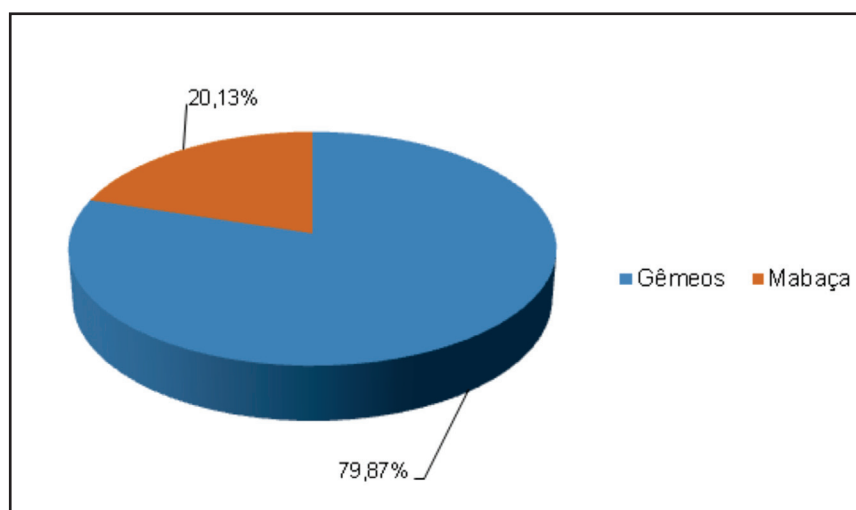
Levando em consideração as redes de pontos pesquisadas, a pergunta 125 motivou o registro de duas denominações, em 145 respostas válidas.

Para 26 dos informantes, *gêmeos* afigura-se como primeira resposta – um informante no ponto 82, quatro realizações na rede de pontos 85,

três do ponto 86, uma do 87, três informantes do ponto 88, uma do 89, três informantes do ponto 91, uma na 92, uma na 94, uma no 95, uma no ponto 96, duas no ponto 97, uma no 98, uma informante no ponto 99, uma outra do ponto 100, um outro registro no ponto 101.

O gráfico a seguir apresenta o panorama de dados obtidos para esta pergunta.

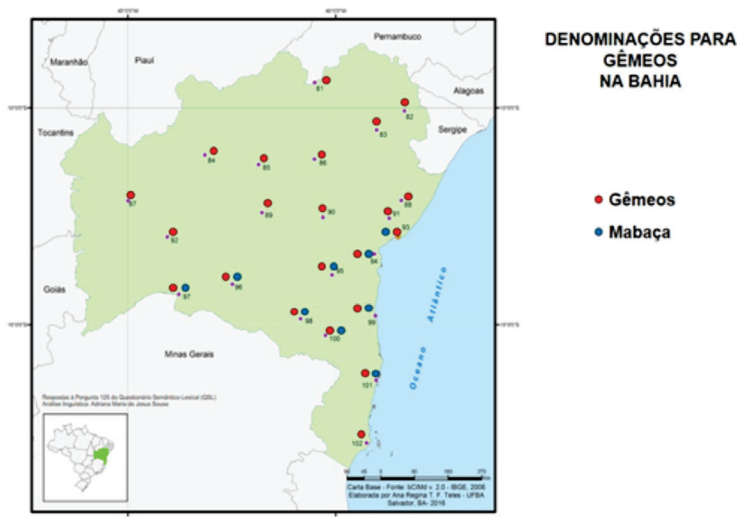
GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DIATÓPICA DAS DESIGNAÇÕES MAIS PRODUTIVAS PARA DESIGNAR “DUAS CRIANÇAS QUE NASCERAM NO MESMO PARTO”, NA BAHIA E NO AMAZONAS



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

A variante que apresenta traço de cunho espacial para a questão 125 é *mabaça*, registrada apenas no território baiano com a distribuição apresentada no Gráfico.

A Figura dá visibilidade à disposição de *gêmeos* e *mabaça* na Bahia.

FIGURA 1: DENOMINAÇÕES PARA *GÊMEOS* NA BAHIA

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

Acredita-se que a escolha da lexia *mabaça* deva-se à herança histórico-cultural, provavelmente deixada em nosso vocabulário pelos negros, oriundos da África, e/ou os índios em decorrência de sua participação no engenho açucareiro, que contribuíram significativamente para o processo de formação sociocultural da localidade em estudo, como também para a linguagem.

Segundo Nascentes (1943), a palavra *mabaça* tem origem indígena (do tupi *wawa'su*) e é um adjetivo que significa gêmeo que nasce em segundo lugar. Conforme Houaiss (2001), a variante pertence ao quimbundo, e é um substantivo, que denota irmão ou irmã gêmea. Apesar da divergência entre os lexicógrafos, quanto à etimologia do termo, percebe-se que ambos atrelam à influência dos povos que inicialmente povoaram a Bahia.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a pergunta 125 do QSL do ALiB, “*Como se chamam duas crianças que nasceram no mesmo parto?*”, caracteriza-se como uma questão de baixa produtividade no que se refere a possibilidades de respostas.

Também interessou a este estudo verificar o registro, ou não, das denominações encontradas nos dicionários gerais da língua portuguesa e da maneira como aparecem nessas obras.

Para tal, realizamos a busca em três dicionários: Ferreira (1999), Houaiss (2001) e Michaelis (2009).

O resultado da pesquisa das variantes mais recorrentes pode ser visualizado no quadro que segue. Para a leitura deste deve-se considerar: D (dicionarizado) e ND (não dicionarizado).

QUADRO 2: PESQUISA DAS VARIANTES MAIS RECORRENTES

Denominações	Ferreira (1999)	Houaiss (2001)	Michaelis (2009)
Gêmeos	D	D	D
Mabaça	ND	D	D

Fonte: Elaborada pela autora.

Acerca de *gêmeos* diz-se, nos dicionários pesquisados, de ou cada um dos filhos nascidos do mesmo parto.

Mabaça é de origem africana, do quimbundo *mabasa* (MICHAELLIS, 2009), termo com que se designa o orixá duplo Ibêji.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados, é possível estabelecer algumas considerações: foram obtidas 145 ocorrências para o conceito buscado. Nesse levantamento, a variante que apresenta traço de cunho espacial para a questão 125 é *mabaça*, registrada apenas no território baiano; o conjunto dos dados inventariados totalizou duas designações para o referente pesquisado, expondo como registro a presença de africanismos na escolha da variante *mabaça*.

Neste estudo comparativo entre os dados dos dois estados, verificou-se que o resultado, de uma forma geral, aponta para a preferência pela variante *gêmeos* para responder a pergunta *Como se chamam duas crianças que nasceram no mesmo parto?*, enquanto que a variante *mabaça*, registrada apenas no território baiano, é realizada principalmente pelos informantes mais velhos, ou seja, pertencentes à faixa etária 2, o que nos leva a afirmar que temos a presença da influência da variável social idade para a escolha desta lexia. Na pesquisa nos dicionários de Ferreira (1999), Houaiss (2001) e Michaelis (2009), *gêmeos* encontra-se dicionarizado, já a forma *mabaça* está registrada apenas em Houaiss (2001) e Michaelis (2009).

Embora este breve trabalho não possa estabelecer considerações precisas e definitivas acerca das realizações de cada grupo de informantes considerados, estabelecendo uma pormenorização com exatidão no que se refere às variáveis aqui analisadas, funciona como estudo piloto, fornecendo subsídios para futuras análises, de uma maneira mais aprofundada. Contudo, há de se considerar que mesmo essa visão panorâmica reforça a visão da realidade do português do Brasil, sujeita às especificidades das variáveis sociais e de outros contextos históricos das comunidades dos falantes em observação.

REFERÊNCIAS

- CAMPOY, Juan Manuel Hernández; ALMEIDA, Manuel. **Metodología de la investigación sociolingüística**. Málaga: Editorial Comares, 2005.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **O Atlas Linguístico do Brasil**: uma visão crítica dos caminhos seguidos e perseguidos. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Linguística Histórica, Universidade de São Paulo, São Paulo, fev. 2012.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolingüística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB: **Atlas Lingüístico do Brasil**: Questionários. Londrina: UEL, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A Dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília. Relevância das variáveis não linguísticas. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. *In*: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. (Orgs.). **Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Tomo de A a P.1943.

WEISZFLOG, W. **Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2009.

AS VARIANTES PARA NAMORO DA VACA E DO TOURO EM FÁTIMA-BAHIA

Camila dos Santos Reis
(UFS/PPGL)

Deyvison Moreira Santos
(UFS)

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo
(UFS/PPGL)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A comunicação é inerente ao homem. Seja falada ou através de gestos, os indivíduos sempre estão arrumando uma maneira de comunicar, de expressar sua linguagem. Isso acontece desde a pré-história, com os primeiros símbolos rupestres, até o desenvolvimento da fala. Como bem coloca Fiorin (2015, p. 16), “só pela linguagem o mundo ganha sentido para nós”, é ela quem modela nossa forma de perceber e ordenar a realidade.

Ainda para o mesmo autor, a linguagem se desenvolveu para satisfazer as necessidades humanas. É nesse sentido que o ato de falar diz muito sobre a cultura de cada indivíduo, mostra suas crenças e costumes, carrega consigo a história de uma nação. Estudar uma língua é estudar as palavras proferidas para efetuar o discurso, visto que elas dizem muito sobre o enunciador e o contexto em que estão inseridas.

Junto a cada comunidade acompanha um emaranhado de significados e significantes que dão corpo a um ramo singular de cada cultura. Para Biderman (2001, p. 14), “as línguas constituem sistemas muitos distintos e variados”, e que dentro de um mesmo estado ou país, os homens têm a necessidade de interagir de modo cognitivo com o seu meio de maneira particular. Sua linguagem, ou melhor, sua fala retrata aspectos da sua comunidade.

Assim, fica evidente a heterogeneidade da língua, o seu dinamismo, e é essa variedade linguística que reflete a variedade social. De acordo com Labov (2008), a língua não é biológica, não se localiza na mente dos falantes, como afirmam os gerativistas, mas sim social, por causa de seu uso numa comunidade de falantes. Nesse sentido, ela não é explicada somente em termos linguísticos, mas também sociais.

Uma cultura determina os costumes de um povo, influencia também na fala, identificando-a como herança linguística de uma dada comunidade. Assim, nos falares dos indivíduos, o léxico pode ser facilmente identificado e atribuído a uma tribo, pois que é resultante de todo o conjunto cultural e social de uma dada região.

É nesse sentido que este trabalho tem a pretensão de mapear os termos utilizados pelos vaqueiros da cidade de Fátima, no estado da Bahia, e assim responder ao seguinte questionamento: Quais as possíveis interpretações sócio-histórico-linguísticas que podem ser extraídas do registro da fala dos vaqueiros, tomando como *corpus* o namoro da vaca e do touro, analisado sob o fenômeno das variações terminológicas encontradas na cidade de Fátima? E temos como hipótese a concepção de que a idade influencia diretamente na construção e aplicação do acervo vocabular dos falantes.

LÉXICO NA PERSPECTIVA DA DIALETOLOGIA E DA SOCIOLINGUÍSTICA

A língua é um bem comum de uma comunidade (JAEGER, 2010) e a identidade linguística é medida de acordo com cada grupo social. Nesse

sentido, é notório que os fatores históricos, sociais e geográficos influenciam no vocabulário dos indivíduos, caracterizando-o e especificando-o. Logo, “nenhum estágio da língua é um bloco homogêneo, embora seja regular” (FAULSTICH, 2002, p. 75), e toda essa diversidade se materializa principalmente no léxico dos falantes.

O léxico de uma língua, na perspectiva de Oliveira (2001, p. 110):

[...] é constituído por um conjunto de vocábulos que representa o patrimônio sociocultural de uma comunidade. Em vista disso, podemos considerar o léxico como testemunha da própria história dessa comunidade, assim como todas as normas sociais que regem. Todo sistema léxico representa o resultado das experiências acumuladas de uma sociedade através dos tempos.

Coadunando com a mesma ideia, Matoré (1973) aborda o léxico como sendo meio de representação do social e do cultural. Em seu livro *La méthode en lexicologie: domaine français* (1973), o autor contempla a palavra como algo não isolado na consciência, visto que ela faz parte de uma frase, de um cenário que, em parte, a determina. Assim, é através dos itens lexicais que se torna possível observar a leitura que determinados indivíduos realizam de seu contexto e de sua memória.

Ainda segundo o mesmo autor (1973 apud CAMBRAIA, 2013): “uma palavra, seja abstrata seja concreta, tem sempre um valor social mais ou menos racional ou afetivo: é por esse aspecto da significação que se interessa a lexicologia”. Essa ciência do léxico tem como objetivo investigar os vocábulos que estão sendo utilizados por determinada comunidade, analisar as lexias dentro de um sistema linguístico, além de investigar seu significado, variação em flexão, classificação e constituição mórfica (BORBA, 2003).

Nesse sentido, é pertinente salientar que a lexicologia se preocupa, então, com a significação e a aplicação das palavras no contexto dos indivíduos, bem como na mudança que ocorre no léxico em virtude de

fatores internos e externos. O léxico, por seu caráter científico, apresenta valores de lateralidade e está aberto a qualquer acréscimo, dependendo das necessidades humanas nos âmbitos sociais e culturais. Por isso, ele tem grande importância no que se refere à variação e mudança de uma língua, e estudá-lo não é uma tarefa fácil, visto a sua dinamicidade, sua capacidade de diversificação.

Ao adentrar no campo das variedades linguísticas, é preciso deixar claros alguns tipos de variação que podem ocorrer nas comunidades, a saber: a diastrática está relacionada aos fatores sociais; a diafásica diz respeito aos diversos estilos ou registros linguísticos que cada indivíduo pode empregar; a diatópica é referente a variedade linguística por causa dos fatores geográficos; a diageracional remete-se às diferenciações linguísticas identificadas a partir da faixa etária de uma determinada população em uma dada localidade; a diassexual corresponde às diferenças com base no sexo.

Duas ciências que reconheceram desde cedo a heterogeneidade da língua foram a Sociolinguística e a Dialetoлогия, e por vezes têm se considerado até certo ponto sinônima, por abordar a língua falada e o uso linguístico (FARIAS, 2011). Essa primeira é um campo que se preocupa em estudar a língua falada em situações naturais de comunicação, tratando-a como um fenômeno histórico-social. Sendo assim, qualquer mudança presente no modo estrutural de uma língua representa um indício de uma manifestação social e cultural que interferiu na dinâmica organizacional da exposição da linguagem (LABOV, 2008). Já a Dialetoлогия estuda os traços linguísticos, investigando as variações de um determinado linguajar, tanto no nível geográfico, quando social. Segundo Peixoto (2007, p. 37):

A dialetoлогия, por seu caráter descritivo, tem na modalidade falada da língua o seu objeto de pesquisa e na busca de elucidação da variação geográfica e social, a que a fala está sujeita, o norte para os seus estudos, o que evidencia o caráter imprevisível, dinâmico e ilimitado dos caminhos que pretende trilhar

Seguindo a mesma linha, Cardoso afirma que (2010, p.15) “a dialetologia é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica”. Assim, as perspectivas dialetológicas se fazem importantes no estudo de cunho linguísticos que levem em consideração os fatores externos.

Pesquisas nessa área, muitas vezes, resultam na construção de atlas linguísticos, como, por exemplo, o *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), um projeto de âmbito nacional que se fundamenta nos princípios da geolinguística contemporânea, cuja meta é a elaboração de um atlas geral linguístico referente à língua portuguesa, a fim de descrever a realidade linguística brasileira, bem como contribuir para o entendimento dessa língua como instrumento de comunicação diversificado.

Pretende o ALiB estar inserido entre os atlas mais modernos, os de 2ª e 3ª gerações, no que diz respeito aos estudos interpretativos sobre alguns dos aspectos cartografados e a disposição de recursos que permitam o acesso direto à voz dos informantes, dentre outros (CARDOSO, MOTA, 2012). Esse projeto conta com 250 redes de pontos em todo o território nacional, e atingiu o número de 1100 informantes.

Vale ressaltar que, ao trabalhar numa perspectiva da língua enquanto fenômeno social, é preciso ter a compreensão de que ela não deve ser abordada como um fenômeno estático. De acordo com Matore (1973 apud MARENGO, 2016, p. 439): “a palavra, além de ser o resultado de uma evolução histórica, é, também, uma ferramenta da compreensão social”, nesse sentido, como já foi bem sinalizado, pela língua é possível compreender como o indivíduo percebe o mundo ao seu redor.

CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO E DO ESTUDO

Ao tomar como parâmetro os estudos sobre a Lexicologia e a Dialetologia no âmbito teórico, o presente trabalho foi desenvolvido na tentativa de preservação da realidade e memória sócio-histórica e

linguístico cultural dos vaqueiros fatimenses, associando os conceitos citados no tópico anterior a uma esfera prática.

A cidade de Fátima, na Bahia, escolhida como *locus* do trabalho, está localizada no nordeste do estado, a 332 km de Salvador e possui uma área de 356 km. De acordo com Borges (2009), essa cidade possui cerca de dezoito mil habitantes. O IBGE (2013) demonstra, em seus dados, que esse número se mantém pouco alterado com o decorrer dos últimos anos. Limita-se com três municípios baianos – Cícero Dantas, Heliópolis, Adustina – e um sergipano – Poço Verde. De clima seco e sub-húmido, a temperatura média anual varia entre a mínima de 20° C, média de 24° C e 28° C de máxima (BORGES, 2009).

A metodologia utilizada neste trabalho para fins de coleta, organização, classificação e análise dos dados é padronizada e estabelecida pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB (2014) e consiste nas seguintes etapas: 1) busca dos dados léxicos extraídos por meio de entrevistas *in loco*, de modo que a pergunta que as compuseram foram retiradas do trabalho de AGUILERA e FIGUEIREDO (2000); 2) transcrição e tabulação do material; 3) análise das terminologias utilizadas para designar o namoro da vaca e do touro.

CARACTERIZAÇÃO DO VAQUEIRO

O vaqueiro é tradução de luta e sofrimento, e é também considerado como a figura central de uma fazenda (MACHADO, 2003). São homens de coragem que enfrentam a chuva, o sol e as ameaças da caatinga para cuidar do gado. Profissão honrada que existe há muito tempo e é passada de pai para filho.

O rebanho de gado bovino, principal instrumento na lida do vaqueiro, chegou ao Brasil em 1534, ainda na época da colonização portuguesa, trazido das Ilhas de Cabo Verde, na África. Como a criação desses animais havia aumentado, principalmente no Nordeste brasileiro, surgiu a necessidade de alguém que cuidasse das reses. Assim, por conta da imensidade das terras e falta de cercados para o gado pastar, surgiram os primeiros vaqueiros, em meados do século XVII.

Em meio ao trabalho duro, à sensibilidade e à poesia, os vaqueiros têm seu espaço garantido no ofício dos homens de gado. Eles usam a voz no manejo do gado, entoam aboios na condução da boiada. Luís da Câmara Cascudo, em sua obra *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1972, p. 21), define o aboio como “canto sem palavras, marcado exclusivamente por vogais, entoados pelos vaqueiros quando conduzem o gado”. Já Cunha (2004, p. 160) caracteriza essa melodia como “canto do vaqueiro à frente do gado; toada pouco variada e triste que serve para guiar e pacificar as reses (...)”. Além disso, Mário de Andrade, em seu livro *Dicionário musical brasileiro* (1989), diz que o aboio é destituído de palavras, ou pode ser entoado com simples vocalizações ou palavras interjetivas, como “boi ê boi”.

O termo aboio possui várias denominações, visto que pode ser entoado por meio de vogais ou em forma de versos, apesar de muitos dos vaqueiros não serem alfabetizados. Isso mostra que a falta de letramento não lhes impedia de produzir versos em linguagem simples e poética. No ciclo do gado, eram comuns narrativas de amor, de apartações, de bois que fugiram da fazenda e de vaqueiros que morreram no exercício da profissão de que eles tanto se orgulham, como mostram os versos de Patativa do Assaré (2011, p. 216):

O dote de sê vaquêro,
Resorvido marruêro,
Querido dos fazendêro
Do sertão do Ceará
Não perciso maiô gozo,
Sou sertanejo ditoso,
O meu aboio sodoso
Faz quem tem amô chorá

Diante desses fatos e demonstrações, é possível constatar parte da riqueza lexicológica presente na figura do vaqueiro, justificando, assim, a viabilidade e a relevância científica do trabalho.

ANÁLISE

A questão a ser analisada encontra-se no questionário de Aguilera e Figueiredo (2000) e corresponde a de número 108: “Quando o touro e a vaca namoram para ter um filhote, o que se diz que eles estão fazendo?”, localizada no campo semântico faixa etária e procriação. Foram entrevistados quatro vaqueiros, ambos do sexo masculino e de faixa etária de 53 a 83 anos.

A princípio foram organizadas, em um primeiro quadro, as respostas dadas sobre a pergunta citada anteriormente, pelos quatro informantes selecionados. Posteriormente, foi organizado um segundo quadro, filtrando os principais itens lexicais passíveis de análise.

Para analisar os verbetes selecionados, recorreremos ao *Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa*, de Heckler, e ao dicionário da língua portuguesa Houaiss (2009). Depois da busca pelos significados, o contexto em que as palavras foram encontradas foi confrontado com o seu respectivo significado registrado em cada documento.

QUADRO 01: QUANDO O TOURO E A VACA NAMORAM PARA TER UM FILHOTE, O QUE SE DIZ QUE ELES ESTÃO FAZENDO? RESPOSTAS COMPLETAS

INFORMANTES	RESPOSTAS
01	É... dá o nome ajuntô. Tem outro dizê mais eu sei dizê mais pu cima assim. Tá no tempo de juntá, juntô a vaca cum boi, tem oto dizê mas eu só sei dizê assim.
02	Aqui nós diz de um jetxo, mais o jetxo mais bunito é que nem eles chama lá im Curralinho, é turiano. Aqui é turejano. Mais é uma coisa só, Curralinho e aqui é uma coisa só.
03	Deu a cobertura né. É o mermo que cruzá.
04	Ela tá no vício. Tá turejano. Quando ela tá no vício qué turejá e o boi também turejá.

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 02: QUANDO O TOURO E A VACA NAMORAM PARA TER UM FILHOTE, O QUE SE DIZ QUE ELES ESTÃO FAZENDO? FILTRO DE VERBETES

INFORMANTE 01	INFORMANTE 02	INFORMANTE 03	INFORMANTE 04
AJUNTÔ	TURIANO/ TUREJANO	DEU A COBERTURA/ CRUZÁ	VÍCIO/ TUREJANO

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como foi possível observar através dos quadros 1 e 2, ao acasalamento entre a vaca e o touro, os informantes citaram a palavra “ajuntô” (um informante), “deu a cobertura/cruzá” (um informante), “turejano” (dois informantes), e destes, um ainda citou “turiano” como significado para o ato.

A palavra “ajuntô” provém do verbo *ajuntar*, que significa unir, pôr junto, logo associa-se a ideia de cruzar a vaca com o touro para que assim nasçam os filhotes. Em relação ao item lexical *cruzar*, no dicionário Houaiss, ele é um termo da família da palavra *cruz* cuja origem é *crux*, significando acasalar.

Já “cobertura”, vem do latim *coopertura*, e designa o “ato ou efeito de cobrir” (HECKLER, 1984). A partir dessas comparações, pode-se presumir que o termo *cruzar* mantém uma linha de coerência direta com a palavra descrita pelo dicionário, mas que o termo *cobertura*, depende de uma interpretação contextual, devido ao distanciamento entre o que está posto no documento e a análise da resposta do informante. A respeito dessa última palavra estudada, pode-se deduzir que o informante usou o termo “cobertura” por associar à posição do animal macho cobrindo a fêmea durante o acasalamento.

O item lexical *parturejar* é da família do verbo *páreas*, do latim *pario*, *partum*, *parere*, que é dar a existência (HECKLER, 1984). Nesse caso, é possível presumir que o termo “parturejar”, de acordo com sua origem do latim, pode estar diretamente associado ao resultado do

processo de acasalamento entre a vaca e o touro, e, assim como outras palavras da língua portuguesa, estão sofrendo modificações com o uso.

A respeito da palavra “vício”, não foi encontrado nenhum verbete no dicionário morfológico e no dicionário Houaiss que possa estar associado ao contexto do ato de praticar sexo. No entanto, há um significado destacado que faz menção ao pecado, no sentido de imperfeição moral e costume censurável (HOUAISS, 2009). Através de comparações com o estilo do vocabulário de pessoas como Erasmo de Rotterdam (2002), bem como de outros autores de origem clerical, como padre Antônio Vieira (1959), é possível encontrar em trechos em obras como *O Elogio da Loucura e Sermões*, momentos em que a palavra “vício” também é empregada associada a ação de pecar.

Assim, pergunto se se deve estimar o que magoa, ou antes o que ensina e instrui, censurando a vida e os costumes humanos, sem pessoalmente ferir ninguém. Se assim não fosse, precisaria eu mesmo fazer uma sátira a meu respeito, com todas as particularidades que atribuo aos outros. Além disso, quem se insurge em geral contra todos os aspectos da vida não deve ser inimigo de ninguém, mas unicamente do vício em toda a sua extensão e totalidade. (ROTTERDAM, 2002, p. 4)

Concedeu-lhe o pai o que pedia, e esta herança, consumida em larguezas e vícios da mocidade, foi cousa da sua pobreza, da sua vileza, da sua miséria, da sua fome, da sua servidão, da sua desonra, que só tiveram de desconto o pesar e arrependimento. (VIEIRA, 1959, p.139)

Desse modo, pode-se assimilar o emprego desse verbete pelo informante ao conceito da luxúria e então torna-se possível estabelecer uma relação direta de descendência portuguesa que possa ser utilizada como base de justificativa para a continuidade do emprego dessa palavra com esse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentou-se a variação dos itens lexicais utilizados para nomear o namoro da vaca e do touro, em Fátima-Bahia. Os resultados desse estudo indicam que há diferenças terminológicas diageracionais significativas na comunidade de prática estudada e, portanto, justificam a viabilidade de uma pesquisa de campo com proposta de estudo lexical.

Como se aspirava a princípio, isso demonstra a riqueza proveniente da cultura e linguagem do vaqueiro fatimense e transmite a mensagem de continua e constante necessidade de preservação desse patrimônio local.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade; FIGUEIREDO, Maria Beatriz Tozetti. A composição de um questionário sobre o léxico do gado. **Signum**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. nº 5. Londrina, 2002. p. 9-50.
- ANDRADE, Mário. **Dicionário musical brasileiro**. Coordenação: Onyeda Alvarenga, 1982-84. Flávia Camargo Toni, 1984-89. EDUSP. SP, 1989.
- ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri. OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. (Orgs.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.
- BORBA, F. S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- BORGES, Edna. **Fátima: nossa terra nossa gente**. Aracaju: J. Andrade, 2009.
- CAMBRAIA, César Nardelli. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-188, jan./jun. 2013.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. v. 1. Londrina: Eduel, 2014.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

- CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra Andrade. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. **Alfa**, São Paulo, 56 (3): 855-870, 2012.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 3. ed. Editora Ediouro. São Paulo, 1972.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Editora Martin Claret. São Paulo: SP, 2004.
- FARIAS, Katriana Jacaúna. Sociolinguística e dialetologia amazônica/amazônida: considerações sobre linguagem, cultura, sociedade e educação. **Revista Eletrônica Língua Viva**. v. 1. n. 1. 2011.
- FAULSTICH, Enilde. Variação em terminologia. Aspectos da socioterminologia. *In*: RAMOS, Gloria Guerrero. Lagos, Manuel Fernando Pérez. **Panorama actual de la terminología**. Granada, Editorial Comares, 2002.
- FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. *In*: FIORIN, José Luiz. **Linguística? O que é isso?** São Paulo: Contexto, 2015.
- HECKLER, Evaldo. **Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa**. São Leopoldo, UNISINOS, 1984.
- HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado pelo instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JAEGER, Ana Cristina. O léxico em perspectiva – uma agenda de trajetórias a percorrer. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lidia Almeida. (Orgs.). **O léxico em foco: múltiplos olhares**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MACHADO, Regina Coeli Vieira. Vaqueiro do Nordeste Brasileiro. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 28 maio 2015.
- MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. **Variações terminológicas e diacronia [manuscrito]: estudo léxico-social de documentos manuscritos militares dos séculos XVIII e XIX**. 2016. 509 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- MATORÉ, G. **La Méthode en Lexicologie. Domaine Français**. Paris: Librairie Marcel Didier, 1973.
- OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de.; ISQUERDO, Aparecida N. (Orgs.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

PAIM, Marcela Moura Torres. A variação lexical nos campos semânticos corpo humano e ciclos da vida: o que revelam os dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. **Revista Diadorim**. UFRJ, Rio de Janeiro, v.8, 2011.

PEIXOTO, Lílian Marilac Cornélio de Freitas. **A fala do vaqueiro do sertão baiano**: análise semântico-lexical. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da loucura**. 2002. Disponível em: https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Filosofia/Elogio_Loucura_Hume.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.

VIEIRA, A. **Sermões**. Porto: Lello&Irmão Editores, 1959.

COMO SE CHAMA “GRAMPO” NO NORDESTE? REVELAÇÕES DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

Carina Sampaio Nascimento
(UFBA/PPGLiNC)

Marcela Moura Torres Paim
(UFRPE/UFBA/ALiB)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O léxico que surge no repertório linguístico de um povo oferece pistas sobre aspectos da identidade dos falantes, bem como da comunidade em que ele está inserido, “o léxico de uma determinada língua ocorre devido a uma relação entre sociedade e cultura que permite ampliar a aceção de um vocábulo de uma determinada região” (PAIM, 2012, p. 145). Dessa maneira, ele é responsável pela conservação de parte da memória sócio-histórica e linguístico-cultural de um povo.

O estudo sobre o léxico vem contribuindo com diversas pesquisas dialetológicas, pois oferece o registro da diversidade lexical de uma comunidade e expressa designações que o indivíduo atribui para nomear a realidade de seu mundo. Nesse sentido, a geolinguística do português falado no Brasil tem se dedicado para o objetivo central do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), no que se refere à realização da descrição da realidade linguística do Brasil, tendo em vista a pluridimensionalidade.

Este artigo está pautado nos princípios da Dialetoлогия, ciência da variação espacial, descrita por Coseriu (1982) como a ciência da delimitação dos espaços, do reconhecimento de áreas dialetais, contribuindo para uma visão de dialeto desprovida de estigmatização, excluindo “conotações extralinguísticas, que oscilam entre o politicamente depreciativo e o culturalmente hierarquizante” (ROSSI, 1969, p. 87).

A partir do século XIX, a pesquisa dos falares regionais tornou-se objeto de estudo de muitos estudiosos, pois os trabalhos realizados na primeira fase focavam o estudo do léxico e suas especificidades no português do Brasil. Posteriormente, trabalhos monográficos são realizados como destaque para *O Dialeto Caipira*, em 1920, obra de Amaral, apresentando o léxico, bem como os diversos níveis da língua; *O linguajar carioca*, de Nascentes, em 1922 e *A língua do Nordeste*, Marroquim, em 1934, completando a tríade dos pesquisadores dialetais. Nelson Rossi dá o primeiro passo concreto, no campo da Geolinguística, em 1963, com a publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, tornou-se pioneiro na aplicação da geografia linguística no Brasil, considerado o pesquisador com precisão metodológica nos estudos dialetais.

O Projeto ALiB serviu de modelo para as pesquisas dialetológicas, seja na definição da rede de pontos, no perfil dos informantes, nos modelos de transcrição e na revisão de dados ou modelos de instrumentos de coleta. Cardoso (2010) afirma que os atlas regionais facultaram o desenvolvimento da mentalidade dialetológica brasileira, com o início dos trabalhos para o ALiB, a Dialetoлогия brasileira tomou uma nova orientação, incorporando os princípios da Sociolinguística, abandonando-se a visão monodimensional, assumindo uma visão pluridimensional.

A identificação dessa distribuição espacial das variantes linguísticas permite um conhecimento sobre a trajetória do fenômeno da variação em função dos espaços geofísicos, podendo-se identificar áreas linguísticas bastante definidas, cujas características podem fornecer elementos importantes para a compreensão das particularidades da fala nos mais diferentes ambientes espaciais, sociais, culturais. Assim, as realizações lexicais dos indivíduos podem expressar sua visão de mundo, suas

crenças, suas ideologias, seus valores e a norma linguística, aprendidos através das práticas socioculturais presentes em seu grupo social, que, geralmente, mantêm entre si uma identidade linguística.

Nesse sentido, Paim (2012, p. 268) verificou que “a identidade social de faixa etária se constrói pela revelação de que no passado as próprias informantes utilizavam um item lexical diferente”. O repertório vocabular de um grupo de falantes, evidencia peculiaridades sociais e regionais, daí as escolhas lexicais revelarem traços do ambiente físico e social em que o indivíduo está inserido (ISQUERDO, 2003).

Assim, a pesquisa dialetológica registra o falar de uma comunidade, podendo mostrar como os aspectos externos à língua influenciam os falares locais, fornecendo subsídios para a descrição da língua por meio de um atlas linguístico.

Na visão de Chambers e Trudgill (1980, p. 70), as duas linhas de análise descritiva da língua não são indissociáveis, em outras palavras:

Os dialetólogos estabeleceram há muito tempo que a língua varia de lugar para lugar. Os sociolinguistas enfatizam que a língua também pode variar de pessoa para pessoa no mesmo lugar. Tanto para os dialetólogos, quanto para os sociolinguistas, não é o simples fato da variação linguística que é importante. O que é importante é que essa variabilidade correlaciona-se com outros fatores, de modo que certas variantes são mais estreitamente associadas a uma vila do que a outra, a trabalhadores mais do que aos gerentes, a pessoas que falam com amigos próximos, em vez de estranhos, ou a algum outro fator. (CHAMBERS; TRUDGILL, 1980, p. 70)

Este estudo foi realizado na perspectiva da Dialetologia pluridimensional, buscando verificar as variações diatópicas. Dessa forma, foi investigada a variação lexical, referente à área semântica *vestuário e acessórios*, buscando apresentar as variantes registradas em relação à resposta da questão 192 “como se chama um objeto fino de metal,

para prender o cabelo? *Mostrar grampo (com pressão)/ramona/ misse*” (COMITÊ... 2001, p. 37) nas capitais e municípios da região Nordeste.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O estudo foi desenvolvido a partir dos dados do Projeto ALiB, o qual possui sede na Universidade Federal da Bahia, além de contemplar outras instituições. A rede de pontos do ALiB é constituída por 250 localidades, seguindo critérios demográficos, históricos e culturais, cujos dados foram coletados *in loco*, por uma equipe composta de cerca de trinta inquiridores, selecionados pelo Comitê do Projeto.

Os questionários linguísticos foram utilizados como instrumento de coleta de dados por membros do Comitê Nacional, levando-se em conta, na sua elaboração, os questionários dos atlas regionais já publicados, bem como o *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza*. Apresenta-se composto pelo Questionário Fonético-Fonológico (QFF), Questionário Semântico-Lexical (QSL) e Questionário Morfossintático (QMS), acrescentando-se questões referentes à pragmática, temas para discursos semidirigidos, questões metalinguísticas e texto para leitura.

Analisamos a pergunta 192 pertencente ao campo semântico *vestu- ários e acessórios* do Questionário Semântico-Lexical – QSL, que consta no Questionário ALiB 2001 (COMITÊ... 2001, p. 37). Foram escutados os registros das gravações de 348 informantes das capitais e municípios da região nordeste organizados por faixa etária, sexo e escolaridade, variáveis sociais controladas pelo ALiB da seguinte maneira:

- a. faixa etária: a faixa I agrega informantes cuja idade se encontra entre 18 e 30 anos, ao passo que a faixa II incorpora sujeitos entre 50 e 65 anos;
- b. sexo: consideram-se homens e mulheres;
- c. escolaridade: há quatro indivíduos de nível universitário (somente para as capitais) e quatro indivíduos de nível fundamental incompleto;

A pesquisa será pautada no método qualitativo e quantitativo, levando em conta aspectos subjetivos, o qual visa observar o falante em suas relações sociais, verificando-se a variação e a constituição lexical, segundo as variáveis diassexual, diageracional e diatópica. Sendo assim, o estudo segue os pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia Pluridimensional, agregando ao método Geolinguístico as variáveis estudadas pela Sociolinguística.

ANÁLISE

No universo selecionado no que se refere às capitais e municípios da região Nordeste, com o total de 78 pontos e 348 informantes, foram apurados cinco itens lexicais com produtividade, ou seja, com maior frequência, referente à denominação para o objeto fino de metal, para prender o cabelo: *misse*, com 90 ocorrências, *grampo* (*grampo de cabelo*) no total de 83 ocorrências, *presilha*, perfazendo 67, *birilo*, com total de 46 ocorrências e *friso*, totalizando 45 ocorrências. Como segunda resposta foram obtidas as variantes: *grampo*, *misse*, *presilha*, *gancho* e *pegador de cabelo*. Com base na pesquisa realizada por Paim (2012, p.7), foram encontradas as seguintes variantes nas capitais do Brasil: *birilo*, *clipe*, *friso* (*frisete*), *grampo*, *grampo de cabelo*, *invisível*, *misse*, *pegador de cabelo*, *pregador*, *pregador de cabelo*, *prendedor*, *prendedor de cabelo*, *presilha*, *presilha de cabelo* e *ramona*.

Os dados coletados foram organizados em forma de quadro com informações relativas aos valores absolutos sobre o campo lexical da referida questão. É importante afirmar que *grampo de cabelo* foi agrupado a *grampo*, com o total de 83 dados, como pode ser verificado no quadro 1.

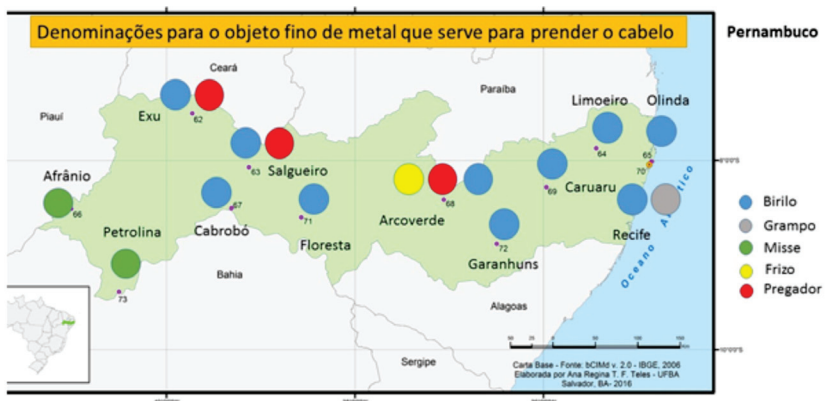
QUADRO 1: PRODUTIVIDADE DAS DENOMINAÇÕES PARA O OBJETO FINO DE METAL QUE SERVE PARA PRENDER O CABELO NA REGIÃO NORDESTE

	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	Total
Misse		4	1			8		14	63	90
Grampo	17	8	23			3	4	2	23	80
Presilha	22	9	23		1		9		3	67
Birilo				1	1	37	7			46
Friso				21	23	1				45
Fivela		2	2		1					5
Grampo de cabelo	1		2							3
Pregador						3				3
Broche				1					1	2
Bico de pato		1								1
Cigarra			1							1
Pegador					1					1

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

Como ilustra o quadro 1, verificamos que as regiões de maior diversidade lexical foram Pernambuco e Ceará. Desta forma, elegemos duas cartas linguísticas para ilustrar esta fotografia espacial.

FIGURA 1: DENOMINAÇÕES PARA O OBJETO FINO DE METAL QUE SERVE PARA PRENDER O CABELO EM PERNAMBUCO



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

Podemos verificar que na figura 1 há uma diversidade lexical *para o objeto fino de metal que serve para prender o cabelo*, no entanto percebemos uma predominância do léxico *birilo* em toda região, enquanto o item lexical *misse* aparece apenas em dois pontos em Afrânio e Petrolina. Para contextualizar os dados estudados, é possível verificar o exemplo a seguir:

Exemplo 1

Inquiridor - E esse negócio fino de metal que serve para prender o cabelo?

Informante - Ói vou dizer a palavra agora, né?...ói, chama de grampo, né? Tudo bem, mas, lá, na minha terrinha, ele é conhecido com *birilo*, *birilo*.

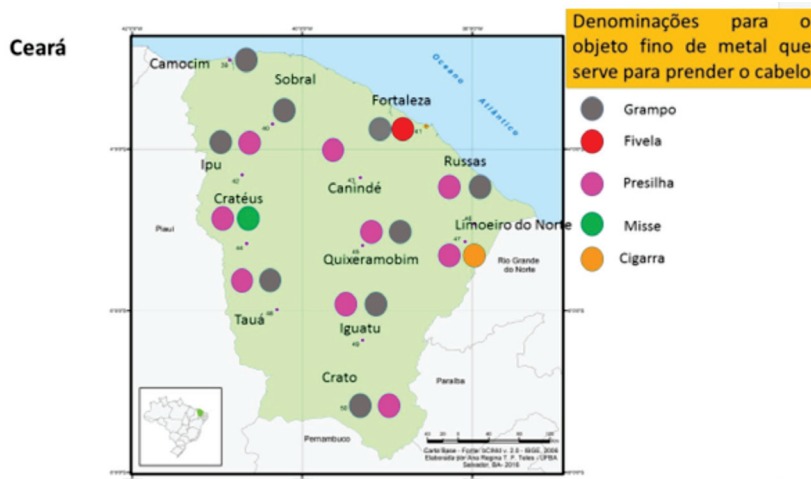
Inquiridor - *Birilo*.

Informante - Como é que pode um negócio desse? Até hoje eu fico com minha esposa comentando. Ela disse - você comprou uma caixinha de grampo dessa cor mesmo? – mas... vou comprar *birilo* – O que é isso? *Birilo*? Não sei não. Não sabia o que significa, né?

Inquiridor - Um nome mais antigo, né?

(Maceió, homem, faixa 2, nível universitário)

FIGURA 2: DENOMINAÇÕES PARA O OBJETO FINO DE METAL QUE SERVE PARA PRENDER O CABELO NO CEARÁ



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

A segunda região com maior produtividade foi o Ceará, com cinco itens lexicais: *grampo*, *fivela*, *presilha*, *misse* e *cigarra*. Podemos notar a distribuição de *grampo* e *presilha* em toda região, no entanto *misse*, *fivela* e *cigarra* aparecem em apenas um ponto, em Crateús, Fortaleza e Limoeiro do Norte. O exemplo, a seguir, contextualiza os dados.

Exemplo 2:

Inquiridor - E isso aqui que a gente prende o cabelo, como se chama isso aqui?

Informante - Falam que as mulheres colocam na cabeça dos homens, *berilo*, também tem quando é traído. Falam que tem *berilo* na cabeça.

Inquiridor - É também?

(União dos Palmares, homem, faixa 2, nível fundamental)

Também interessou a esse estudo, verificar se as variantes mais produtivas estavam dicionarizadas em obras lexicográficas do século XIX, Moraes Silva (1789), e do século XXI, Caldas Aulete (2008) e Houaiss (2009). O resultado dessa pesquisa é apresentado no quadro 2.

QUADRO 2: DICIONARIZAÇÃO DOS ITENS LEXICAIS QUE NOMEIAM “UM OBJETO FINO DE METAL, PARA PRENDER O CABELO”.

	MORAIS SILVA (1789)	CALDAS AULETE (2008)	HOUAISS (2009)
Presilha	S.f. Cordão, ou tran- celim de seda, ou lãa, com que se prende; v.g. a presilha do bocão do chapéo; a qual talvez é de peças de aço, ou pe- draria cravada: presilha de segurar capa.	S.f. Peça própria para prender o cabelo; FI- VELA: <i>A menina tra- zia duas <u>presilhas</u> de metal nos cabelos.</i>	S.f. Cordão ou tira de pano ou de couro que une a outra por meio de botão, colchete, fivela, fecho ou argolas de metal para fechar, manter firme, atar algu- ma coisa.
Birilo	S.m. Pedra preciosa transparente de cor ver- de desmayada: alguns em veyas de oiro.	S.m. Min. Mineral he- xagonal, silicato de alumínio e berílio, cujas variedades coloridas podem constituir gemas preciosas (esmeralda, água-marinha etc.).	S.m. Silicato de berílio e alumí- nio hexagonal, prismático ou ta- bular que forma cristais com até vários metros de comprimento
Misse	X	sf. (Ing.) 1. Tratamen- to formal us. antes do nome de uma mulher solteira. 2. Título dado à mulher eleita em concursos de beleza ou em outros even- tos (Miss Brasil); MISSE [Com inicial maiúsc. nesta acp.]	Nos países de língua inglesa e internacional- mente, forma de tratamento for- mal que antecede- nte o nome da mulher solteira. Pl. <i>misses</i> .

Grampo	X	1. Instrumento metálico ou de madeira que serve para manter firme a peça na qual se trabalha. 2. Cons. Em construção, peça metálica que liga dois blocos de pedra ou peças partidas. 3. Art.gr. Peça de metal muito fina, com as extremidades dobradas, para grampear folhas de papel em um só conjunto.	s.m. Prendedor de cabelo feito de arame recurvado.
Friso	s.m. d'Arquir. A parte, que está entre o architrave, e a cornija, a qual varia segundo as ordens das columnas.	fri.so sm. 1. Faixa pintada ou esculpida em parede ou teto com fins decorativos. 2. Ornato em forma de friso 3. Filete, traço: <i>A moldura tem um <u>fri-so</u> prateado.</i> 4. Borda contínua de qualquer coisa 5. N.E. Grampo de cabelo.	Superfície plana que forma uma faixa contínua. Banda ou tira pintada em parede. Faixa com representação de cenas.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Com base nos dicionários mencionados, verificou-se que o item lexical *misse* não foi encontrado em nenhum dicionário, no entanto aparece *misse*, em Caldas Aulete (2008) e Houaiss (2009), com outra aceção, refere-se ao “tratamento formal usado antes do nome de uma mulher solteira; título dado à mulher eleita em concursos de beleza ou em outros eventos (Miss Brasil)”, as aceções encontradas não têm designação para o *objeto fino de metal para render o cabelo*.

Em relação à unidade lexical *birilo*, mencionada pelos informantes do Projeto ALiB nas regiões de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, observamos que os registros encontrados em Moraes Silva (1789), Caldas Aulete (2008) e Houaiss (2009) possuem as mesmas denominações, “pedra preciosa transparente de cor verde desmayada: alguns em veyas de oiro”, Moraes Silva (1789); “silicato de berílio e alumínio hexagonal, prismático ou tabular que forma cristais com até vários metros de comprimento”, Caldas Aulete (2008); “silicato de berílio e alumínio hexagonal, prismático ou tabular que forma cristais com até vários metros de comprimento”, Houaiss (2009). O item *birilo* aparece nos três dicionários como *berílio*, forma mencionada por alguns informantes (192/QSL/ALiB), que possui significado, como pode-se verificar, de pedra, o que permite inferir que se trata da matéria prima de que é feito o objeto.

Em relação ao item lexical *grampo*, que está na região estudada, só foi registrado em Houaiss (2009), que o denomina como “prendedor de cabelo feito de arame recurvado”, mostrando, desta maneira, o formato atual do grampo, antes “era apenas um pino comprido, reto e decorativo, semelhante aos espinhos de plantas utilizados pelos homens e mulheres primitivas” Oliveira (2015).

A unidade lexical *presilha*, presente em todas as regiões, exceto em Rio Grande do Norte, aparece em Caldas Aulete (2008) com mais detalhes ao objeto referido, “peça própria para prender o cabelo; fivela: *A menina trazia duas presilhas de metal nos cabelos*”, em relação a Moraes Silva (1789), “Cordão, ou trancelim de seda, ou lãa, com que se prende; a presilha do bocão do chapéo; a qual talvez é de peças de aço, ou pedraria cravada: presilha de segurar capa” e com denominação parecida, Houaiss (2009) atribui à “cordão ou tira de pano ou de couro que une a outra por meio de botão, colchete, fivela, fecho ou argolas de metal para fechar, manter firme, atar alguma coisa”.

Em relação ao léxico *friso*, presente no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, este com apenas uma ocorrência, aparece nos três dicio-

nários pesquisados com acepções diferentes em Moraes e Silva (1789) e Houaiss (2009), já em Caldas Aulete atribui a *grampo de cabelo*.

Conforme é possível observar no quadro 1, referente às denominações para “um objeto fino de metal, para prender o cabelo”, na região Nordeste, a variante lexical *misse* está presente em todas as capitais, perfazendo o total de 90 ocorrências, com maior produtividade em Sergipe e Bahia, com 63 e 14, respectivamente. A designação da variante lexical *grampo* apenas ocorre com maior frequência na Bahia, Maranhão e Ceará, 23, 18, 25 ocorrências. Como podemos observar, há a predominância da variante lexical *presilha* na região do Maranhão com total de 22 ocorrências e 23 ocorrências no Ceará.

O léxico *birilo* predomina em Pernambuco com o total de 37 ocorrências, já *friso* está presente no Rio Grande do Norte e na Paraíba de forma concorrida, com 21 e 23 ocorrências respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do léxico na região Nordeste mostrou que os aspectos extralinguísticos interferem na escolha lexical de cada comunidade linguística. Sendo assim, podemos fazer algumas considerações:

- a. as denominações encontradas para a questão 192 apresentam marcas de uma diversidade lexical nas regiões pesquisadas;
- b. as variantes lexicais de maior produtividade foram: *friso*; *misse*; *bi-liro*; *grampo*; *presilha*; *fivela* e *pregador*, com lexias simples, e a lexia composta aparece como: *prendedor de cabelo* e *grampo de cabelo*;
- c. os dados mostram que os falantes da região de Pernambuco e do Ceará foram mais produtivos em relação ao item lexical do estudo.

Portanto, os resultados do estudo têm apontado para a importância de se investigar o léxico com base em dados orais, de cunho geolinguístico.

REFERÊNCIAS

- CALDAS AULETE, F. **Dicionário Aulete**. Rio de Janeiro. Lexikon Editora Digital Ltda, 2008. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/> Acesso em: 10 ago. 2017.
- CARDOSO, S. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P. **Dialectology**. Cambridge, CUP. 1980
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB: **Atlas Lingüístico do Brasil**. Questionários. Londrina: UEL, 2001.
- COSERIU, E. **Sentido y tareas de la dialectología**. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2009
- ISQUERDO, A. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: Marin, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. (Orgs). **História, Região e Identidades**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003.
- MORAIS SILVA, A. de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, 1789. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/> Acesso em: 10 ago 2017.
- MOTA, J.; CARDOSO, S. Sobre a Dialectologia no Brasil: para uma nova divisão dos estudos dialetais. In: MOTA, J.; CARDOSO, S. (Orgs.). **Documentos 2: Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006.
- OLIVEIRA, R. Disponível em: <http://www.segredosdesalao.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- PAIM, M. As denominações para rouge, grampo/ramona/misse e diadema/arco/tiara nas capitais brasileiras. In: **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOGIA ROMÂNICA**. 2012, Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- ROSSI, Nelson. Sobre africadas no Brasil. In: **EL SIMPÓSIO DE MÉXICO**. Actas, informes y comunicaciones. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1969. p. 207-221.

UM OLHAR PARA AS TENDÊNCIAS ANTROPONÍMICAS EM ANGOLA: HISTÓRIA SOCIAL, CULTURA E COMPARAÇÃO COM O CENÁRIO LUSO-BRASILEIRO

Cíntia Maria Teixeira de Moraes Montejo
(UFBA)

Natival Almeida Simões Neto
(UEFS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Onomástica é a área da Linguística que envereda pelo estudo dos nomes próprios. Entre as suas principais ramificações, estão a Antroponomástica (estudo dos nomes de pessoas) e a Toponomástica (estudo dos nomes de lugares). Este trabalho se insere no primeiro ramo e tem como objeto de investigação os nomes próprios usados em Angola, país cuja língua oficial é o português, que convive com uma grande variedade de línguas nacionais de origem africana.

Os estudos antroponímicos sobre as práticas de nomeação em países lusófonos têm se centrado recorrentemente na dicotomia ‘português europeu X português brasileiro’, seguindo, portanto, as mesmas tendências de outros estudos linguísticos, como os de léxico, sintaxe, morfologia, fonética etc. Exemplos desse tipo de abordagem podem ser encontrados nos trabalhos de Castro (2004, 2005), que comparou os prenomes e os sobrenomes em uso em cidades como Lisboa, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os resultados dessas investigações apontam sempre para a inovação e inventividade no léxico antroponímico brasileiro. Nesses trabalhos comparativos, há uma expectativa considerável de que o contato maciço do português com línguas africanas tenha deixado no léxico antroponímico do Brasil uma vasta quantidade de nomes africanos. No entanto, os trabalhos sobre a antroponímia brasileira em perspectiva histórica, sobretudo aqueles que investigam os registros e as menções a escravizados e libertos no cenário colonial brasileiro, apontam o apagamento sistemático desses nomes.

Com base em Hébrard (2003), é possível entendermos que o apagamento dos nomes africanos por parte dos portugueses era uma norma no cenário colonial brasileiro, uma vez que os escravizados tinham seus nomes apagados, eram batizados pela Igreja Católica, recebendo nomes cristãos. Esse processo acontecia, muitas vezes, ainda em solo africano, ou seja, antes de serem traficados para o Brasil.

Marques (2015) também discute as práticas nominativas do Brasil escravocrata e, a partir dos apontamentos de Hébrard (2003), também destaca o apagamento de sobrenomes africanos na antroponímia brasileira. Em face de tudo isso, é raro encontrar, no Brasil contemporâneo, sobrenomes e prenomes provindos de África.

Uma lacuna observada tanto nos estudos comparativos entre antroponímias lusófonas quanto nos estudos históricos da antroponímia brasileira é a descrição ou a investigação sobre os nomes usados em outros territórios cuja língua oficial é o português, o que inclui obviamente algumas nações do continente africano. Nesse sentido, acredita-se que a discussão sobre a presença (ou ausência) de nomes de origem africana nesses territórios, desde que feita com um contorno sócio-histórico apropriado, poderá ajudar a compreender melhor as relações sócio-político-linguísticas atinentes às práticas de nomeação em Portugal, no Brasil e nas outras colônias portuguesas.

Com vistas a contribuir com essa empreitada, neste trabalho, investigam-se os nomes encontrados em listas de inscritos (aprovados e não aprovados) em um vestibular da Universidade Agostinho Neto, a mais

popular de Angola. Dada a extensão da lista, selecionaram-se apenas os nomes de candidatos aprovados que apareceram nos cursos de Letras. Para fins de comparação, os nomes encontrados foram consultados em bases de dados onomásticos do Brasil (a plataforma *Nomes Brasil*, do IBGE) e de Portugal (a *Lista de nomes admitidos e não admitidos em Portugal*, fornecida pelo Instituto dos Registos e do Notariado). A inquietação maior deste trabalho é mapear as tendências antroponímicas de Angola.

Feitas essas considerações iniciais, o trabalho se organiza da seguinte maneira: (i) a seção 2 faz uma discussão da sócio-história de Angola, considerando os primeiros contatos com os europeus, a dominação cultural e política portuguesa, sobretudo no que toca à difusão da língua portuguesa; (ii) a seção 3 discute o cenário da escravidão negro-africana no Brasil; (iii) a seção 4 apresenta questões metodológicas da pesquisa; (iv) a seção 5 apresenta as análises dos dados; (v) a seção 6 comenta os resultados e traz as considerações finais. Seguem-nas, as referências.

SOBRE ANGOLA E AS RELAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS COM PORTUGAL

No artigo *A história do ensino da língua portuguesa em Angola*, Augusto (2015) explica que, antes da chegada dos europeus em África, os povos locais estavam organizados em reinos que possuíam suas próprias línguas. Essa diversidade linguística cobria todo o território. Em se tratando de língua portuguesa, o autor explica que essa chega ao continente em 1482, por meio das caravelas de Diogo Cão, as quais caminhavam às Índias, mas acabaram atracando nas margens do Rio Congo, em Soyo, hoje uma cidade do território angolano. Augusto (2015) sugere que os primeiros contatos entre as civilizações locais e a portuguesa não tenham sido abruptos, como se pode ver no relato sobre a chegada da expedição portuguesa:

Ali, entrou em contato com Mani Soyo, chefe da localidade, soube que no interior ficava a Corte do Mani Kongo, Nzinga-a-Nkuwu, chefe máximo do reino Kongo, e para

lá enviou emissários instruídos com intuito de estabelecer contatos pacíficos, acompanhados de intérpretes conhecedores de línguas africanas. Como estes demoravam a voltar, retidos na corte congoleza pela curiosidade que despertou o que contavam, os navios portugueses, recusando-se a esperar, zarparam sem eles, levando 4 reféns. Em Portugal estes foram tratados como amigos e aprenderam um pouco dos hábitos portugueses, da religião Cristã e a língua portuguesa. Conforme o prometido, a expedição trouxe de volta os congolezes capturados, agora “ladinos”, juntamente com uma embaixada e presentes para o Many Kongo, retorno amplamente festejado. Tanto mais que os marinheiros que haviam ficado, também, tinham sido bem tratados, fato que criou confiança entre kongolezes e portugueses, (SETAS, 2011:51-55). Nesta expedição, chega à língua portuguesa em Angola na boca dos primeiros 4 lusófonos angolanos, cujo serviço de tradutores e intérpretes de línguas kikongo para português e de português para kikongo foram valiosos para angolanos e portugueses. (AUGUSTO, 2015, p. 61)

Augusto (2015) salienta também que, em meio à relação amistosa com Mani Kongo, caracterizada por troca de presentes, começa a conversão massiva do povo local ao cristianismo. Essa conversão é acompanhada por pedidos pessoais do chefe africano, como o de que os reinos locais se assemelhassem aos povos lusitanos, no que toca à maneira de viver e se organizar, e o de que houvesse o ensino da língua portuguesa aos jovens enviados à embaixada lusitana. Sobre esse momento, Augusto ressalta:

Como aprendizagem da língua portuguesa estava ligada a mudança de nomes africanos de pessoas, de locais e objetos usados no kikongo para os nomes portugueses, começaram, assim, as alienações e colonizações culturais, já naquela altura. [...] A instrução escolar naquele tempo era um letramento apenas para fins catequéticos, e divulgação da língua portuguesa num programa da dilatação

da língua de um império que Portugal mirava, mudando nomes de pessoas e locais africanos para portugueses, como símbolo da destruição das culturas locais, e recriação das terras ocupadas em moldes do império português. (AUGUSTO, 2015, p. 62)

Araújo e Dantas (2017) também contribuem para o esclarecimento sobre os vários processos de dominação europeia no solo africano, ao explicarem o momento da chegada dos portugueses a Luanda, hoje capital de Angola. Segundo as autoras, os lusitanos

[b]uscavam as minas de prata e ocuparam militarmente a costa em direção à barra de Quanza, de onde seguiriam em busca das minas. A eles se juntou um grupo de portugueses que teria sido expulso do Reino do Congo. Muitos desses portugueses dos primeiros tempos não suportaram as adversidades e morreram, como informa Pepetela (1990 apud Teixeira, 2008, p. 04), que afirma que dos 2.340 soldados entrados entre 1575 e 1592, restavam no final do período apenas 300, tendo, a sua maioria, sido vítima de doenças. Como as expectativas em torno das minas de prata não foram bem sucedidas, os portugueses foram em busca de escravos, negócio que cresceu rapidamente, transformando Luanda em uma feitoria, um simples ponto de apoio para a guarda e embarque das “peças”, das quais muitos viam ao Brasil. (ARAÚJO E DANTAS, 2017, p. 70)

Os excertos de Augusto (2015) e de Araújo e Dantas (2017) revelam que o processo de dominação cultural de Angola, marcado pela imposição da língua portuguesa no território, não pode ser dissociado da articulação da escravização e comercialização de africanos locais.

Ainda sobre esse momento histórico, é preciso mencionar que, para além do Reino do Kongo, a língua portuguesa foi levada para outras regiões do país, iniciando-se a sua sedimentação no ano de 1765,

com o decreto do governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho que desestimulava o uso de línguas africanas. Diversas medidas foram tomadas ao longo dos anos até que José Mendes Ribeiro Norton de Matheus, governador de Angola, em seu segundo mandato, de 1921 a 1923, decretou a proibição de modo terminante o ensino de línguas africanas nas escolas, até mesmo nas missionárias.

Com a independência do país, em 11 de novembro 1975, o partido que conquistou o poder tornou o português a língua oficial de Angola, e as outras línguas africanas foram tidas como línguas nacionais. Assim, houve multilinguismo no país e bilinguismo em regiões nas quais se falava português e mais uma ou duas línguas africanas. Augusto (2015) ressalta ainda que contribuiu, para a difusão da língua portuguesa, a chegada de povos que fugiam das zonas rurais por conta das guerras civis às várias cidades, principalmente de Luanda, além da construção da estrutura administrativa do novo Estado Nacional, o que levou ao uso da língua nas mais diversas atividades da vida em sociedade.

Dentre todos os países africanos de língua portuguesa, Angola é o que possui maior número de falantes. Segundo informações do sítio Observatório da Língua Portuguesa (2016), que tomou como base o censo da população angolana realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, em 2014, Angola possui mais de 25,7 milhões de habitantes, sendo o português falado por 71,15% da população. Cada angolano pode falar mais do que uma língua nacional em casa. O português tem maior predominância nas zonas urbanas, em que 85% dos angolanos falam essa língua, em oposição às zonas rurais, em que o percentual é de 49%. Os outros 28,85% restantes da população falam línguas nacionais, como kikongo, quimbundo, chokwe, nganguela, kwanhama, muhumbi e fiote.

PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO DE ESCRAVIZADOS E LIBERTOS NO CENÁRIO BRASILEIRO COLONIAL

Segundo Mattoso (1982), retomada por Mattos e Silva (2004) e Petter (2006), a historiografia da escravidão no Brasil se caracterizou por três momentos do tráfico negreiro: o primeiro foi o ciclo de Guiné,

no século XVI, em que a predominância de escravizados foi de origem sudanesa; o segundo foi o ciclo de Congo-Angola, no século XVIII, com predominância de escravizados do grupo étnico bantu; e o terceiro foi novamente de escravizados de predominância sudanesa. Petter (2006) estima que, ao total, chegaram ao Brasil entre 200 e 300 línguas africanas de diferentes troncos, mas há presença maciça de línguas de origem bantu, fatos que se revelam no léxico, na morfologia e na sintaxe.

No que tange à presença das línguas africanas no processo de difusão do português brasileiro, cabe ressaltar que a metrópole portuguesa procurou misturar os africanos de diferentes origens, impedindo, assim, concentração de falantes de uma mesma língua. Isso, além de dificultar a intercomunicação entre os africanos, forçou-lhes a usar o português como língua franca. Nesse referido contexto, o português tinha uma característica rudimentar, pois era aprendido fora do tempo período ideal para aquisição de uma segunda língua e fora do contexto formal da escolarização.

No Brasil, assim como em Angola, o processo de dominação portuguesa e a difusão da língua foram acompanhados por mudanças no âmbito da antroponímia. Como explicou Hébrard (2003), ao falar de práticas de nomeação na Bahia do período colonial, muitos escravizados, quando ainda estavam em solo africano, tinham seus nomes originais apagados e eram rebatizados com nomes da tradição católico-lusitana.

Do ponto de vista documental, raríssimas são as fontes em que se observam os nomes originais dos escravizados. Hébrard (2003) menciona a existência de alguns diários de contas em que se registram as capturas, e os capturados, ali tratados como mercadorias, em alguns momentos, aparecem com seus nomes originais. Exemplos são *Sunba*, *Cabeto* e *Camumo*, para os homens; e *Quepigi*, *Calhoca* e *Quicoco*, para as mulheres. É possível perceber e intuir imediatamente que esses nomes não integram a tradição antroponímica no Brasil, o que ratifica a tese de apagamento sistemático levantada por Hébrard.

Marques (2015), ao tratar das práticas coloniais de nomeação na cidade de Rio Grande de São Pedro, atual cidade de Rio Grande (RS),

retoma o trabalho de Hébrard, com o intuito de sinalizar que, também naquela região, houve o apagamento sistemático, não só dos prenomes, como também dos sobrenomes dos capturados e, depois, escravizados.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA E COMENTÁRIOS DE ANÁLISES

A fonte de obtenção de dados a ser utilizada neste trabalho é a lista de inscritos no vestibular da Universidade Agostinho Neto, sediada em Luanda, capital de Angola. O curso escolhido é o de Língua e Literatura em Língua Portuguesa, pertencente à Faculdade de Letras, no ano de 2018. No entanto, como a lista completa é muito extensa, contando com 12 páginas, com aprovados e reprovados, o artigo apenas estará focado no nome dos aprovados.

Os prenomes coletados foram apresentados em um quadro em que constam a incidência do nome no Brasil e a aceitabilidade em Portugal. Para saber a incidência do nome no Brasil, foi consultada a plataforma *Nomes Brasil*, baseada no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010. A aceitabilidade em Portugal foi conferida na *Lista de Nomes Admitidos e Não Admitidos em Portugal*, obtida no sítio do Instituto dos Registos e Notariado (IRN).

Em um segundo momento, os sobrenomes utilizados em Angola foram expostos em um quadro, no intuito de se verificar a difusão pelo mundo. Para isso, foi usada a plataforma *Meanings & Distribution of 26 milion surnames*, disponível no sítio <https://forebears.io/surnames>.

Análises dos prenomes usados em Angola: incidência no Brasil e a aceitabilidade em Portugal

QUADRO 1 – OS PRENOMES DE ANGOLA E A COMPARAÇÃO COM PORTUGAL E BRASIL

PRENOME ENCONTRADO EM ANGOLA	SITUAÇÃO EM PORTUGAL COM BASE NO IRN	SITUAÇÃO NO BRASIL COM BASE NO IBGE
Adilson	Não admitido	Quantidade: 155.002 Popularidade: 94°
Alfredo	Admitido	Quantidade: 57.217 Popularidade: 217°
Ana	Admitido	Quantidade: 3.079.729 Popularidade: 2°
Anastância	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Angelina	Admitido	Quantidade: 46.649 Popularidade: 313°
Antônio	Admitido	Quantidade: 2.567.494 Popularidade: 3°
Arlete	Admitido	Quantidade: 59.608 Popularidade: 254°
Arlinda	Admitido	Quantidade: 16.690 Popularidade: 655°
Baptista	Admitido somente no conjunto 'João Baptista'	Quantidade: 85 Popularidade: 22.430°
Bernabé	Não aparece na lista consultada	Quantidade: 337 Popularidade: 8.369°
Carlos	Admitido	Quantidade: 1.483.121 Popularidade: 5°
Catarina	Admitido	Quantidade: 61.659 Popularidade: 249°
Correia	Não aparece na lista consultada	Quantidade: 60 Popularidade: 28.732°
Dimbu	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado

Domingas	Admitido	Quantidade: 36.742 Popularidade: 384°
Domingos	Admitido	Quantidade: 125.252 Popularidade: 117°
Edna	Admitido	Quantidade: 199.053 Popularidade: 84°
Eliezer	Admitido	Quantidade: 19.302 Popularidade: 464°
Eulária	Não aparece na lista consultada	Quantidade: 391 Popularidade: 8.968°
Francisco	Admitido	Quantidade: 1.765.197 Popularidade: 4°
Gabriel	Admitido	Quantidade: 922.744 Popularidade: 12°
Gaio	Não aparece na lista consultada	Quantidade: 91 Popularidade: 21.481°
Isaac	Admitido, mas é preferível a grafia <i>Isaque</i> .	Quantidade: 26.870 Popularidade: 377°
Ivandro	Não admitido	Quantidade: 2.742 Popularidade: 1.906°
Ivo	Admitido	Quantidade: 62.913 Popularidade: 204°
Jaime	Admitido	Quantidade: 81.823 Popularidade: 158°
Jeovânia	Não aparece na lista consultada	Quantidade: 1.331 Popularidade: 3.757°
Joana	Admitido	Quantidade: 268.576 Popularidade: 52°
João	Admitido	Quantidade: 2.971.935 Popularidade: 2°
Joaquim	Admitido	Quantidade: 213.941 Popularidade: 71°
Jorge	Admitido	Quantidade: 464.573 Popularidade: 34°

José	Admitido	Quantidade: 5.732.508 Popularidade: 1º
Jusimaura	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Kiaku	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Leilusa	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Leticia	Admitido	Quantidade: 434.056 Popularidade: 16º
Lucas	Admitido	Quantidade: 1.116.818 Popularidade: 8º
Lukoki	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Malungu	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Manuel	Admitido	Quantidade: 253.031 Popularidade: 60º
Maria	Admitido	Quantidade: 11.694.738 Popularidade: 1º
Mateus	Admitido	Quantidade: 583.962 Popularidade: 22º
Matondo	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Maurício	Admitido	Quantidade: 234.847 Popularidade: 66º
Milton	Admitido	Quantidade: 125.669 Popularidade: 116º
Nascimento	Admitido somente como segundo elemento do nome	Quantidade: 2.552 Popularidade: 2016º
Nédio	Não admitido	Quantidade: 1.242 Popularidade: 3297º

Nelma	Admitido	Quantidade: 17.715 Popularidade: 629°
Núria	Admitido	Quantidade: 1.455 Popularidade: 3506°
Olga	Admitido	Quantidade: 51.910 Popularidade: 285°
Rifen	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Rufino	Não aparece na lista consultada	Quantidade: 2.594 Popularidade: 1995°
Salomão	Admitido	Quantidade: 13.161 Popularidade: 617°
Silva	Não admitido	Quantidade: 2.548 Popularidade: 2018°
Simão	Admitido	Quantidade: 11.582 Popularidade: 677°
Siuzeneiri	Não aparece na lista consultada	OBS: Nenhum resultado encontrado
Valentina	Admitido	Quantidade: 14.263 Popularidade: 717°
Victorino	Não admitido	Quantidade: 337 Popularidade: 8373°
Wilson	Admitido	Quantidade: 188.329 Popularidade: 79°

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação aos prenomes usados em Angola e admitidos em Portugal, observamos que muitos têm origem greco-latina (*Letícia, Maurício, Antônio, Domingos, Catarina, Jorge*), hebraico-aramaica (*Ana, Maria, Isaac, Salomão, Mateus, Lucas, Manuel, José, João*), germânico (*Alfredo, Arlinda, Francisco, Carlos*). A maioria desses nomes foi latinizada e, assim, transmitida para a língua portuguesa. Com base nos dados levantados e nos consultados, podemos assegurar que essa base de nomes

tradicionais que chegou à língua formada na Península Ibérica se alastrou para as colônias além-mar, mantendo-se como nomes bastante populares nas comunidades luso-falantes.

Não houve nenhum nome admitido em Portugal que não tivesse frequência significativa no Brasil, porém houve casos de elementos, como *Baptista* e *Nascimento*, tipicamente sobrenomes, que os portugueses chegam a aceitar como segundo elemento de um prenome composto, ao passo que angolanos e brasileiros parecem usá-los como primeiro nome sem nenhum impedimento. É possível dizer o mesmo de *Silva*, que Portugal não admite como prenome em hipótese alguma, mas aparece com essa função nas ex-colônias.

Entre os outros nomes expressamente não admitidos em Portugal, encontramos *Adilson*, *Ivandro*, *Nédio*, *Victorino*. Todos esses nomes têm produtividade no Brasil, o que, de certa maneira, mostra uma aproximação da antroponímia angolana com a brasileira, o que também pode ser visto com nomes dos quais não sabemos a situação em Portugal, mas que acreditamos ser de não admissão: *Bernabé*, *Eulária*, *Jeovânia*, *Jusimaura*¹, *Siuzeneiri*².

Por último, percebemos a presença de nomes que o nosso pouco conhecimento sobre história, etimologia e morfologia da língua portuguesa nos permite dizer que não são de transmissão greco-latina, germânica, árabe ou qualquer outra língua que tenha entrado em contribuído com a formação do português na Península Ibérica. Imaginamos, então, que sejam nomes de origem africana, da tradição local. São estes: *Dimbu*, *Kiaku*, *Lukoki*, *Malungu*, *Matondo*.

Esses últimos nomes não encontram produtividade no Brasil, devendo, portanto, ser um traço distintivo entre a antroponímia angolana e a brasileira. Feito isso, podemos finalizar esta subseção, traçando três tendências antroponímicas em Angola: (i) a tradição lusitana, que une Portugal, Brasil e Angola; (ii) a antroponímia criativa, que une Brasil e Angola; (iii) a tradição africana, que caracteriza apenas Angola.

1 A variante gráfica Jucimaura gerou 71 registros na Plataforma Nomes Brasil.

2 Uma possível variante Suzemeire gerou 26 registros na Plataforma Nomes Brasil.

Análises dos sobrenomes usados em Angola: difusão pelo mundo e situação no Brasil

QUADRO 2 - OS SOBRENOMES EM USO EM ANGOLA
E A DIFUSÃO PELO MUNDO

SOBRENOME ENCONTRADO	COMENTÁRIOS
Bumba	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola
Capemba	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola
Capingala	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola
Ganga	Mais prevalente em: Índia Maior densidade em: Congo OBS: Angola aparece em 3º lugar como país de maior incidência e o Brasil em 7º.
Ginga	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola
Gunza	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola
Jamba	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Mongólia
Job	Mais prevalente em: Nigéria Maior densidade em: Ilhas Marshall OBS: o Brasil aparece em 2º lugar como país de maior incidência.
Lubambo	Mais prevalente em: África do Sul Maior densidade em: Zimbábue OBS: o Brasil aparece em 2º lugar como país de maior incidência.
Lucala	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola OBS: O Brasil em 3º lugar como país de maior incidência.
Matemba	Mais prevalente em: Malauí Maior densidade em: Malauí OBS: Angola aparece em 10º lugar como país de maior incidência

Matondo	Mais prevalente em: República Democrática do Congo Maior densidade em: República Democrática do Congo OBS: Angola aparece em 2º lugar como país de maior incidência
Mbengi	Mais prevalente em: República Democrática do Congo Maior densidade em: Zimbábue
Menayame	Mais prevalente em: República Democrática do Congo Maior densidade em: República Democrática do Congo OBS: Angola aparece em 3º lugar como país de maior incidência e o Brasil em 4º lugar.
Muanza	Mais prevalente em: República Democrática do Congo Maior densidade em: República Democrática do Congo OBS: Angola aparece em 2º lugar como país de maior incidência
Mufuma	Mais prevalente em: Zimbábue Maior densidade em: Zimbábue OBS: Angola aparece em 2º lugar como país de maior incidência
Muondo	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola
Mutango	Mais prevalente em: Zimbábue Maior densidade em: Zimbábue OBS: Angola aparece em 2º lugar como país de maior incidência
Nhanga	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola OBS: o Brasil aparece em 10º lugar como país de maior incidência
Pembele	Mais prevalente em: República Democrática do Congo Maior densidade em: República Democrática do Congo OBS: Angola aparece em 2º lugar como país de maior incidência.
Quitumba	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola
Tunda	Mais prevalente em: República Democrática do Congo Maior densidade em: República Democrática do Congo
Vunge	Mais prevalente em: Angola Maior densidade em: Angola

Fonte: Elaborado pelos autores.

A respeito dos sobrenomes, observamos que a maioria deles tem maior prevalência e densidade no próprio país de Angola. Quando não, isso se dá em países vizinhos, como a República do Congo, ou outros países do continente africano.

Poucos foram os casos em que o Brasil aparece como um país significativo em termos de incidência. Como exemplos, encontramos *Ganga* (4º lugar), *Job* (2º lugar), *Lucala* (2º lugar), *Lubambo* (2º lugar), *Menayame* (7º lugar) e *Nhanga* (10º lugar). Ainda assim, se inserirmos esses sobrenomes no quadro de sobrenomes em uso no Brasil, veremos que eles estão longe de estar entre os mais recorrentes (CASTRO, 2004; 2005), o que ratifica, mais uma vez, a constatação feita por Hébrard (2003) e Marques (2015) de que os africanos trazidos forçadamente para o Brasil tiveram seus sobrenomes originais apagados. Nesta última subseção, dispensamos sobrenomes como *Silva*, *Oliveira*, *Cardoso*, *Pessoa*, *Martins*, *Dias*, *Almeida*, *Gonçalves* e *Nascimento*, mas cabe destacar que esses e outros sobrenomes da tradição lusitana estão bem difundidos em Angola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou a antroponímia angolana, a partir de uma amostra de dados obtida em uma lista de aprovados em uma universidade do país. Os nomes listados foram comparados com nomes registrados em bases de Portugal e do Brasil. Assim, podemos analisar as aproximações e os distanciamentos entre as três nações.

Com esse procedimento, percebemos que, em relação aos prenomes, Angola se caracteriza por três rotas: (i) a rota da tradição europeia; (ii) a rota da neologia; (iii) a rota da tradição local africana. Em relação aos sobrenomes, foram vistos que há um relativo equilíbrio entre os sobrenomes da tradição lusitana e da tradição africana. Quando olhamos para o Brasil, a tradição africana não se mostra robusta, nem no que toca aos prenomes, nem no que toca aos sobrenomes, o que ratifica a hipótese de que, na nossa história, houve esse silenciamento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias, DANTAS Nathalia dos Santos. Os verbos ter e haver existenciais no português falado em Luanda-Angola. *Letrônica*, v. 10, n. 1, p. 64-81, janeiro-junho 2017.
- AUGUSTO, Moisés Alves. A história do ensino da língua portuguesa em Angola. *Verbum*, n. 7, p. 60-70, abr. 2015.
- CASTRO, Ivo. A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas. In: AGRELO, A. I. B. (Org.). **Novi te ex nomine**: estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer. Coruña: Fund. Barrié, 2004. p. 245-256.
- CASTRO, Ivo. Mais sobre antroponímia luso-brasileira: dados cariocas. In: MARQUES, Maria Aldina; KOLLER, Erwin. (Ed.). **Ciências da Linguagem**: 30 anos de investigação e ensino. Braga: Universidade do Minho, 2005. p. 45-52.
- HÉBRARD, JEAN. **Escravidão e denominação**: imposição e apropriação de um nome entre os escravos da Bahia no século XIX. 2003. Tradução feita por Tânia Lobo e Sônia Borba Costa. (mimeo).
- LISTA DE NOMES admitidos em Portugal. Atualizada em 31 mar. 2017. Disponível em: http://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registos-centrais/docs-da-nacionalidade/vocabulos-admitidos-e/downloadFile/file/Lista_de_nomes2017-03-31.pdf?nocache=1491571447.75. Acesso em: 7 out. 2017.
- MARQUES, Rachel dos Santos. **Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro**, século XVIII. Texto apresentado no 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/rachel%20dos%20santos%20marques.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A difusão generalizada da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004, pp. 91-108.
- MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- MEANINGS & DISTRIBUTION OF 26 MILION SURNAMES. Disponível em: <https://forebears.io/surname>. Acesso em: 29 out. 2018.
- NOMES NO BRASIL. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>. Acesso em: 29 out. 2018.
- OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2016. **Angola**: português é falado por 71,15% de angolanos (Censo de 2014). Disponível em: <http://observalinguaportuguesa.org/angola-portugues-e-falado-por-7115-de-angolanos/>. Acesso em: 21 jul. 2018.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. *In*: MATTOS E SILVA, R. V.; CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. (Orgs.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.

O SUJEITO NAS CONSTRUÇÕES RELATIVAS DO PORTUGUÊS FEIRENSE: UMA ANÁLISE SINTÁTICA E DESCRITIVA

Jéssica Carneiro da Silva
(UFBA/PPGLinC/UNEB)

Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva
(UFBA/PPGLinC)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A caracterização do português falado no Brasil tem levado inúmeros pesquisadores a investigar os fenômenos sintáticos que o caracterizam, distinguindo-o do português falado em Portugal. Diversos estudos apresentam alguns fenômenos sintáticos peculiares à gramática do português brasileiro (PB). Entre eles, discute as construções relativas (CRel), tema deste trabalho. Ao discutir as construções relativas, apresenta-se as orações relativas não preposicionadas do português falado em Feira de Santana, com os objetivos de apresentar, descrever e discutir a realização do sujeito em orações relativas não preposicionadas, construções em que se relativizam as posições de sujeito (SU) e de objeto direto (OD) e o pronome relativo assimila tais funções ao encabeçar a relativa.

Deste modo, o objetivo central deste artigo é descrever as CRel, apresentando os diversos tipos de relativas que existem no PB, corroborando com a hierarquia de acessibilidade (HA) proposta por Keenan

e Comrie (1977) e, por fim, descrevendo qualiquantitativamente a realização do sujeito nas CRel do português feirense. Sendo assim, o foco deste artigo está na realização do sujeito nas relativas do português falado em Feira de Santana-Ba. As relativas de sujeito podem apresentar-se de duas formas, seja com uma lacuna na cabeça da oração encaixada, (a) A menina [que ____ falava inglês] mudou-se para outro estado; ou com o preenchimento de um correferente pronominal do sintagma nominal, como em (b) A menina [que ela falava inglês] mudou-se para outro estado.

Dessa forma, almeja analisar as relativas de sujeito do português falado em Feira de Santana-Ba, observando a realização ou não do sujeito pronominal nestas construções após o pronome relativo. Para tanto, esse texto está organizado da seguinte forma: a segunda seção desenvolve uma explicação a respeito do fenômeno em questão, as construções relativas, os pronomes relativos existentes, a classificação das CRel em explicativas ou restritivas e as relativas possíveis no PB; a terceira seção apresenta brevemente alguns trabalhos gerativistas e suas considerações a respeito do parâmetro do sujeito nulo; a quarta seção apresenta a hierarquia de acessibilidade proposta por Keenan e Comrie (1977) para explicar a relativização em funções sintáticas e entender quais funções são mais facilmente relativizadas; a quinta e última seção apresenta e descreve a realização ou não do sujeito nas CRel do português feirense, focando nas construções que apresentam uma categoria vazia ou lacuna na posição relativizada (a relativa com lacuna) e naquelas em que há a presença de um SU pronominal correferenciando o antecedente nominal, que preenche a categoria vazia do SU na cabeça da relativa (relativas resumptivas ou com pronome lembrete).

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

As construções relativas, que se constituem em períodos compostos, são chamadas pela tradição gramatical de orações subordinadas adjetivas. São sentenças que modificam um nome (N), dando origem a um constituinte complexo que integra a oração principal, conforme

exemplificado em (1)¹. Quando apresentam um antecedente com pronome relativo (PRel), as relativas são chamadas de desenvolvidas, como em (1a). Quando não apresentam um PRel são reduzidas, como em (1b).

1. a. O notebook_N [_{OR} **que** João comprou Ø recentemente] está na assistência técnica.
 b. O notebook_N [_{OR} **comprado** recentemente] está na assistência técnica.

Quando desenvolvidas², são introduzidas por um pronome relativo, como em (1a), que retoma um antecedente nominal e, quando reduzidas, não se observa retomada do antecedente por PRel e o verbo da oração encaixada encontra-se numa forma nominal, sobretudo de gerúndio ou de particípio, de acordo com Bechara (2009, p. 517). Semanticamente, as relativas restringem ou explicam e caracterizam o sintagma nominal (SN).

2. a. A palestra [**que** seria sobre educação inclusiva] foi adiada.
 b. Feira de Santana, [**que** está localizada a 108 km de Salvador], é conhecida como a Princesa do Sertão.

Importante pontuar que as duas orações, tanto a de (2a) quanto a de (2b) são relativas de sujeito, em que o pronome relativo *que* está ocupando e exercendo a função do sujeito antecedente, localizado na oração principal. As relativas, segundo Braga, Kato e Mito (2009) são sentenças encaixadas caracterizadas por partilhar com a sentença matriz um constituinte, que é o constituinte relativizado. Tradicionalmente, na relativização, a posição do termo relativizado fica vazia, uma vez que o PRel deve ocorrer imediatamente após o antecedente.

3. a. O carro novo é econômico.
 b. Comprei um carro novo.
 c. O carro novo_N [_{OR} **que** comprei Ø] é econômico.

1 Todos os exemplos não referenciados são exemplos criados pelas autoras.

2 Este trabalho concentra-se em descrever relativas desenvolvidas, como no exemplo (1a).

4. a. O livro não se encontra disponível na biblioteca
- b. Preciso de um livro.
- c. O livro_N [_{OR} *de que preciso* Ø] não se encontra disponível na biblioteca.

A diferença entre os exemplos acima é a de que o termo relativizado em (3) não é preposicionado e em (4) o termo relativizado aparece precedido de preposição. Na oração composta não preposicionada em (3c), o relativo ocupa a posição de objeto direto. Já na oração composta preposicionada em (4c), a posição ocupada pelo relativo é a de complemento oblíquo. No processo de relativização, segundo a gramática tradicional, a preposição que introduz o nome relativizado deve acompanhar o pronome relativo, como se observa em (4c), logo são relativizados sintagmas nominais preposicionados ou não.

Quanto aos pronomes relativos, além de marcarem a subordinação, exercem sintaticamente a função do termo relativizado, funções não preposicionadas e preposicionadas: *sujeito, objeto direto, objeto oblíquo, objeto indireto, predicativo, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adverbial, adjunto adnominal*. Os pronomes relativos relacionam as duas orações e substituem o termo relativizado. São eles: *que, quem, o/os e a/as qual(is), cujo (a), onde, quanto, quando e como*.

Buscou-se, nesta seção, explicitar e descrever o fenômeno das orações relativas. A próxima seção aborda a classificação das orações relativas em restritivas e explicativas, explicitando suas diferenças semânticas e sintáticas.

A TIPOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES RELATIVAS

Conforme mencionado anteriormente, a sentença relativa é identificada como uma sentença subordinada que modifica um nome na sentença matriz em que está encaixada. Restringe ou especifica o núcleo nominal, a depender da relação semântica estabelecida com o antecedente. É denominada relativa restritiva e relativa explicativa, respectivamente.

Há uma discussão na literatura linguística que postula uma diferença sintática entre as relativas restritivas e as não restritivas. Essa discussão diz respeito às relações de subordinação e de coordenação. Segundo Silva e Koch (2009), as relativas restritivas resultam de uma subordinação e se encaixam dentro do SN, formando com o N um único constituinte, como em (5a) (p. 113-114). Por sua vez, as relativas explicativas originam-se de orações coordenadas, encaixando-se ao lado do SN que contém elemento idêntico e possui um valor de aposto, como exemplificado em (5b) (p. 129-130).

5. a. Falei com a menina *que estuda medicina*.
= apenas aquela que estuda medicina
 - b. Márcio, *que é esportista*, gosta de voleibol.
= Márcio gosta de voleibol e Márcio é esportista.
- (SILVA; KOCH, 2009, p. 113-130)

Novamente, os exemplos representados em (5a) e (5b) são de relativas de SU, em que o *que* se comporta como o SU da oração. De acordo com as autoras, as restritivas são caracterizadas por uma relação de subordinação ao restringir o núcleo nominal, quando este é [- específico], como o núcleo *menino* em (6a). Por outro lado, nas não-restritivas ou explicativas, a relação entre o antecedente e o relativizador não exige encaixamento. De acordo com Ribeiro e Figueiredo (2009), entre eles há uma relação de especificidade ou de acréscimo de informações a respeito do termo a que se refere, uma vez que o N é [+ específico], como ilustrado em (6b).

6. a. A professora está procurando o menino *que fugiu da sala de aula ontem*.
 - b. A professora está procurando o Pedrinho, *que fugiu da sala de aula ontem*.
- (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009, p. 212)

Sobre a relativa em (6a), Ribeiro e Figueiredo (2009, p. 212) explicam que a subordinação restringe o sentido do antecedente *menino*, que é

semanticamente [- específico]. Dessa forma, a CRel dá referencialidade a esse nome. Segundo Silva e Koch (2009), a relativa em (6b) corresponde semanticamente a um processo de coordenação, detalha e amplia as informações sobre o núcleo nominal *Pedrinho*, visto que é semanticamente [+ específico]. Portanto, a tal relativa é desnecessária à identificação desse nome, já que o núcleo nominal satisfaz o requerimento de referencialidade. Dessa forma, as relações de dependência e de modificação em relação ao SN ficam suspensas, como aponta Camacho (2013, p. 208). A próxima seção apresenta as estratégias de relativização no PB.

AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A caracterização do português falado no Brasil tem levado inúmeros pesquisadores a investigar os fenômenos sintáticos que o caracterizam, distinguindo-o do português falado em Portugal. Tarallo (1993) apresenta alguns fenômenos sintáticos peculiares à gramática do PB. Entre eles, discute as construções relativas. O autor propõe que o PB apresenta duas estratégias além da relativa padrão, postulada pelo autor como relativa com lacuna. Distingue ainda as estratégias padrão em dois grupos: i) as construções referentes à relativização de termos não preposicionados (sujeito e objeto direto), como em (7) e ii) as orações referentes à relativização de termos preposicionados (objeto indireto, objeto oblíquo, adjuntos adverbiais etc.), que requerem uma preposição diante do relativo, como em (8). O autor chama o primeiro tipo de relativa com lacuna e o segundo tipo de *pied piping*.

7. Tem as [*que* ____ não estão nem aí], não é?
8. E um deles foi esse fulano aí, [*com quem* eu nunca tive aula ____].
(TARALLO, 1993, p. 85-86)

Em (7), verifica-se uma lacuna na posição relativizada, por isso sua denominação de relativa com lacuna, em que se observa o apagamento do

sujeito na oração subordinada e, por sua vez, o pronome relativo exerce a função de sujeito, uma função não preposicionada. Em (8), a relativa se apresenta preposicionada, pois o sintagma nominal relativizado é objeto de preposição, exercendo a função de complemento oblíquo. Tarallo (1993, p. 86) postula que a relativa com lacuna somente ocorre em posições mais altas, as de SU e de OD como em (7), enquanto, para as posições sintáticas mais baixas (objetos indiretos, oblíquos, genitivos), a norma padrão prescreve o uso da *pied piping*, representada em (8).

A relativa *pied piping* ocorre com baixa frequência na fala vernácula, de acordo com os trabalhos de Tarallo (1983), Bispo (2009), Burgos (2003) e Ribeiro (2009), embora seja considerada uma relativa canônica. Seu uso, de acordo com esses autores, restringe-se apenas à fala monitorada/formal. Esse tipo de relativa é realizado quando o pronome relativo exerce funções sintáticas que requerem preposição, de modo que o pronome relativo deve também ser precedido de preposição, deixando uma lacuna na posição de origem do sintagma preposicionado relativizado, como no exemplo em (9).

9. Aquele livro [*de que* o professor falou ___ ontem] é interessante.
___ = do livro

Segundo Tarallo (1983; 1993), são inovadoras a variante da relativa com pronome resumptivo (relativa copiadora ou ainda relativa com pronome lembrete), como em (10); e a relativa cortadora, exemplificada em (11), a seguir.

10. Você acredita que um dia teve uma mulher [*que ela* queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone]?

11. E uma pessoa [Ø *que* essas besteiras que a gente fica se preocupando], ela não fica esquentando a cabeça.
(TARALLO, 1993, p. 86)

Em (10) e (11), encontram-se relativas que representam as estratégias inovadoras do PB e que não são abonadas pelas gramáticas normativas. De acordo com Tarallo (1993, p. 85), a sentença (10) é um tipo de relativização que não apresenta lacuna, pois a “posição da lacuna aparece preenchida por uma forma pronominal correferente com o sintagma nominal cabeça da relativa”. Foram definidas, nesta seção, as possíveis construções relativas no PB, conforme Tarallo (1993); a próxima seção descreve o entendimento acerca do sujeito na teoria gerativista.

O SUJEITO E A HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE

A partir da concepção da Faculdade da Linguagem, Chomsky (1965) postulou que todos os seres humanos compartilham de uma gramática universal (GU), comum a todos. Se a GU é comum a todos, pressupõe-se uma universalidade de princípios e é concebido como um sistema parametrizado; é, pois, definida como um conjunto de Princípios, invariantes que regem as línguas naturais, e de Parâmetros que estão associados a eles.

Os Princípios são os seguintes: i. o Princípio do Kaso, envolve a atribuição de caso por uma questão de ordem; ii. o Princípio da Adjacência, indica que o núcleo deve estar adjacente ao elemento que vai receber o caso; iii. o Princípio do Sujeito, defende que toda língua tem sujeito; iv. o Princípio da Ligação, um elemento anafórico tem que ser ligado no mesmo domínio de vinculação; v. o Princípio da Subjacência, a capacidade de movimentação ao longo do domínio sintático.

Os Parâmetros são propriedades variáveis e podem possuir uma marcação positiva ou negativa [+ ou -] ou uma carga de presença ou ausência [1 ou Ø], como, por exemplo, o Parâmetro do Sujeito Nulo (associado ao Princípio do Sujeito).

O Princípio do Sujeito, como dito anteriormente, defende que toda língua tem sujeito (SU) e que esse pode ser realizado ou não. Dessa forma, o que varia no Princípio do Sujeito, é o seu Parâmetro, a depender da marcação positiva ou negativa na realização ou não do SU. Logo o sujeito pode ser (i) um SU nulo referencial ou não referencial; (ii) um

sujeito pronominal referencial ou não referencial. Dos Parâmetros já consolidados na pesquisa gerativista, o Parâmetro do Sujeito Nulo (conhecido também como Parâmetro *Pro-drop*) (CHOMSKY, 1981; RIZZI, 1982) é o mais estudado, que possui o seguinte conjunto de propriedades: a. sujeito nulo; b. inversão livre; c. extração do sujeito à distância; d. resumptivo nulo do sujeito; e. ausência de efeito (KATO, 2002, p. 328).

Vários estudos foram realizados na tentativa de elucidar explicações linguísticas para as questões a respeito do sujeito e do Parâmetro do Sujeito Nulo, como Rizzi (1982), Huang (1984), D'Alessandro (2014) e Lobo (2016).

Rizzi (1982), ao correlacionar sujeito nulo, inversão e extração, defende que o sujeito nulo é posposto ao verbo e que a extração do sujeito se faz da posição posposta. Como o sujeito nulo seria regido pelo verbo nessa posição, a categoria vazia criada não representaria uma violação do Princípio da Categoria Vazia (*Empty category principle*). Para Kato (2002), isso não explicaria o caso do PB que perdeu o sujeito nulo referencial, a inversão com verbos de mais de dois argumentos e o sujeito vazio nas subordinadas. De acordo com diversos trabalhos, a possibilidade de uma língua ser *pro-drop* frequentemente se correlaciona com a existência de uma rica morfologia flexional ou um rico sistema de concordância (HUANG, 1984, p. 534).

Huang (1984) propõe um novo parâmetro para o sujeito nulo e mostra que há categorias vazias liberadas sintaticamente, mas outras são liberadas pelo discurso. O mesmo autor afirma que a categoria vazia que ocorre na posição de SU é mais livre do que na posição de OD. No que diz respeito à omissão do sujeito, Huang propôs que as línguas podem ser “quentes”, “médias” ou “frias”. As línguas “quentes” seriam aquelas em que os pronomes não podem ser omitidos, como o Inglês, por exemplo. As línguas “frias” seriam aquelas em que a omissão dos pronomes é admissível, como no caso do Chinês. Já as línguas “médias” seriam aquelas menos restritas na distribuição do apagamento pronominal, elas podem licenciar pronome zero na posição de sujeito, mas não nas posições de objeto ou demais posições, como o Italiano, o Espanhol e o Português

Europeu. De modo geral, as línguas quentes seriam aquelas em que as categorias vazias seriam liberadas pela sintaxe (línguas orientadas para a sintaxe) e nas línguas frias, as categorias vazias seriam liberadas pelo discurso (línguas orientadas para o discurso).

D'Alessandro (2014), levando em conta o Parâmetro do Sujeito Nulo, sugere uma classificação interessante para línguas de sujeito nulo. Elas podem ser: i. línguas de sujeito nulo clássicas, em que o sujeito referencial pode não ser expresso, como o italiano; ii. línguas de sujeito nulo radicais, que podem omitir da sentença tanto o sujeito quanto o objeto, como o japonês e o chinês; iii. línguas de sujeito nulo parcial, em que o sujeito nulo é restrito a estruturas específicas, como o finlandês que pode omitir o sujeito na primeira e segunda pessoas, mas não na terceira. O PB também é considerado uma língua de sujeito nulo parcial que permite tanto sujeito quanto objetos nulos, mesmo sendo uma variedade da língua portuguesa que caminha em direção a uma simplificação na morfologia flexional ou na concordância. Se o parâmetro do SU nulo está correlacionado com a existência de uma rica morfologia flexional ou um rico sistema de concordância, o PB se apresenta como um caso problemático ou que necessita de maiores explicações.

Lobo (2016) descreve o estatuto do português europeu, comparativamente a outras línguas, tomando como base o parâmetro gramatical que legitima a omissão do sujeito em orações finitas. A autora que afirma que PE padrão é caracterizado como uma língua de sujeito nulo clássica (ou consistente). Ela apresenta dados de variedades dialetais do português europeu, que mostram que estas variedades mantêm as propriedades características das línguas de sujeito nulo, apesar de, em alguns casos, haver um uso significativo de pronomes realizados. A autora conclui que no português europeu sujeitos nulos e sujeitos pronominais tendem a associar-se a diferenças interpretativas. Acredita que, a partir de uma análise mais detalhada, pode ser possível verificar que o preenchimento do sujeito pode funcionar como uma estratégia de marcação de ênfase, de focalização ou de desambiguação.

Segundo Keenan e Comrie (1977), nas línguas naturais, nem todas as posições sintáticas estão disponíveis para serem relativizadas e há uma Hierarquia de Acessibilidade (HA) associada à possibilidade de um SN ser relativizado a depender da posição que ocupa nessa hierarquia, representada no esquema em (12):

12. SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO >
OBLÍQUO > GENITIVO > OBJETO DE COMPARAÇÃO

Interpretando Keenan e Comrie (1977), Lucchesi (2015) afirma que a HA é um modelo que prevê uma escala implicacional e relativa à acessibilidade das funções sintáticas da oração relativa às quais se liga o relativizador. Segundo Ribeiro e Figueiredo (2009, p. 218), a HA de funções relativizadas indica que há posições sintáticas mais passíveis de relativização do que outras, isto é, as posições à esquerda da escala (*sujeito, objeto*) são mais fáceis de relativizar do que as posições localizadas à direita (*genitivo, oblíquo*).

Isso implica dizer que, de acordo com a proposta da HA, todas as línguas que só relativizam a posição de *sujeito* não relativizam as posições à direita. Porém uma língua que permite a relativização de uma posição mais à direita da hierarquia, possibilita relativizar todas as posições à sua esquerda, portanto deve, necessariamente, relativizar posições de SU, OD e OI, o que explica a noção de hierarquia na relativização. A próxima seção apresenta alguns dados quantitativos a respeito das CRel de sujeito no português feirense, para validar a HÁ em concordância com Keenan e Comrie (1977). Além disso, apresenta casos de relativa de sujeito com lacuna ou com preenchimento pronominal correferente ao antecedente nominal.

ANÁLISE³

As construções relativas de sujeito no português feirense são bastante produtivas. Em um trabalho de cunho sociolinguístico, das 1248 estratégias de relativização encontradas por Silva (2018), 644 são de relativas de sujeito. No português feirense, Silva (2018, p. 173) atestou que as funções mais relativizadas nas suas normas culta e popular são as de *sujeito* e de *objeto direto* para as posições mais à esquerda da hierarquia de acessibilidade. Essas duas funções somam 73% do total de relativas no português feirense, sendo a posição de SU muito mais frequentemente relativizada, com 51,6% dos dados, função sintática da relativa em (13):

13. Inclusive com essa gestão [*que* ____ *se renovou agora*], em termos de cultura nós demos um salto muito grande. (que = sujeito)

Os dados percentuais de Silva (2018) confirmam as pressuposições de Keenan e Comrie (1977) ao considerar que as posições mais fáceis de serem relativizadas são as de SU e OD. A autora observou-se que a estratégia com lacuna obteve um percentual 99% na distribuição das normas culta e popular do português feirense, principalmente relativizando as posições mais altas, como SU e OD, conforme os exemplos em (14a) e (14b), respectivamente.

14. a. Sujeito: Que segurança tem? Tem segurança, tem uma viaturinha [*que* ____ *passa lá*].
b. Objeto direto: Os mestre de obra [*que tem* ____ *aqui dentro*] vem com sua equipe pronta.

Galves (1984) propõe que o sujeito nulo de relativas e completivas são categorias vazias ligadas e, especificamente, nas relativas o SU nulo seria uma variável presa a um elemento em COMP. De modo preciso, Huang (1984) afirma que há exatamente uma categoria vazia em cada sentença relativa e que esta categoria vazia é interpretada como uma

³ Para a realização das entrevistas, houve a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UEFS). O número do CAAE é: 0080.0.059.000-07.

categoria relativizada, o que pode ser observado nos exemplos em (15). Em (15a), temos uma categoria vazia na posição de SU e em (15b) uma categoria vazia na posição de OD. Chomsky (1981) também infere sobre a possibilidade de haver pronomes resumptivos vazios em orações subordinadas, como na sentença em (15a).

Das 644 relativas de SU encontradas no *corpus*, 632 foram relativas com lacunas ou categoria vazia, isto é, apresentaram um apagamento na posição SU da oração encaixada ou melhor dizendo, apresentam uma categoria vazia na posição SU, função essa representada por um pronome relativo, como pode ser visualizado em (15):

15. Para apresentar o currículo não só para nós [*que* ____ estávamos entrando].

Tanto em (14a) quanto em (15), a posição SU da oração subordinada encontra-se vazia, o que pode ser considerado como um sujeito nulo, pois, mesmo que o pronome relativo *que* esteja relativizando esta posição, ele não se configura como uma realização pronominal de sujeito. No primeiro caso, o verbo não permite estabelecer uma correlação morfológica clara com o antecedente, que poderia ser tanto *segurança* quanto *viaturinha*. Na sentença em (15), há a omissão do SU, mas este pode ser facilmente recuperado pela morfologia flexional do verbo.

Os dois casos parecem favorecer a omissão do SU, o que pode ser explicado pela assertiva de Lobo (2016, p. 564): “a presença ou a ausência de sujeitos pronominais de primeira e segunda pessoa não altera a identificação do referente. [...] o referente será sempre, respetivamente, o sujeito da enunciação”. Para o referente de uma terceira pessoa, não haveria dependência lógica. Lobo (2016, p. 564) ainda infere que, ao estar inserido numa oração subordinada, a interpretação do pronome pode estar condicionada por diferentes fatores (o tipo de verbo principal, o modo da oração e o estatuto nulo ou pronominal do SU).

É possível que esse número significativo de relativas com categoria vazia seja uma evidência a favor do Princípio da Economia ou Princípio

“Evite o pronome” (CHOMSKY, 1981; LOBO, 2016), por serem contextos que exigem ou favorecem a omissão do sujeito na cabeça da relativa (na posição SU), ao considerar que a forma nula é mais econômica do que a forma pronominal, sendo esta evitada sempre que possível. Almeida (2005, p. 127) pondera que as relativas em que o pronome SU é relativizado são contextos importantes de manutenção da categoria vazia, mesmo porque esse *que* já exerce a função de sujeito. Dessas 644 construções que relativizam o sujeito, 12 construções apresentaram o preenchimento da categoria vazia que apresenta um correferente pronominal do sintagma nominal antecedente, sintática e foneticamente realizado, como em (16).

16. a. Hoje em dia eu tenho uma irmã [*que ela tem o segundo grau*].
- b. Engraçado porque antigamente, esse meu irmão [*que ele continuava como bolsista*] e a gente não, é porque ele era o mais estudioso.
- c. Eu acho o computador, esses sites [*que eles proporcionam todas essas coisas*], eles também proporcionam você juntar pessoas que não tem boa índole, né?
- d. Eu tenho um sobrinho emprestado, sobrinho do meu namorado [*que ele mexe no computador*] mais do que eu.
- e. Eu tenho um amigo mesmo em Salvador [*que ele tava na sala de aula né*], e tinha um aluno fazendo baderna.
- f. O empório das fábricas das fardas é dela, é dela e de E., [*que ela tem a boutique*].
- g. Eu acho que o poder público é responsável pelo ordenamento da cidade, do trânsito, é do próprio plano diretor da cidade, [*que ele é muito ativo*].
- h. Foi uma dor no estômago que lá teve uma colega minha [*que ela trabalha lá*].
- i. Teve uma colega minha que ela trabalha lá [*que ela é enfermeira*] ela disse que já teve muitos casos desse lá.
- j. Paco [*que ele não tinha mãe*], que ele era rico e não fazia questão do dinheiro dele.
- k. O Paco [*que ele era rico*] e não fazia questão do dinheiro dele.
- l. Então, de certa forma, esses indivíduos que acusam o pagodeiro de alienado, tal, é um indivíduo [*que ele é tão alienado quanto aquele pagodeiro*], ele é um alienado fechado, né.

Ressalta-se que das 12 ocorrências de relativa com preenchimento do sujeito pronominal correferente ao antecedente nominal, 11 são construções em que o antecedente possui uma carga semântica de [+animado]. Esses dados estão em consonância com a assertiva de Morgado (2014), ao mostrar que um pronome realizado toma preferencialmente como antecedente um referente animado, o que não acontece com um sujeito nulo (apud LOBO, 2016, p. 565). O único caso em que o antecedente possui carga semântica de [-animado] é a sentença disposta em (16g).

Para Lobo (2016, p. 564), um sujeito nulo retoma preferencialmente o sujeito da oração principal e, por outro lado, um sujeito pronominal retoma preferencialmente o complemento. Considerando essa afirmação, observa-se que grande parte das relativas em que há a realização pronominal do sujeito, este é de fato um complemento da oração principal. Porém os casos em (16b), (16c), (16j) e (16k) contrariam a afirmação de Lobo (2016), já que retomam o SU da oração principal e não o complemento. Isso reflete, mais uma vez, a complexidade do PB.

Segundo hipótese de Duarte (1995), a expressão de um SU numa relativa teria a finalidade de desambiguar a função do relativo *que* (que pode ser SU ou OD), quando a flexão verbal não permite sua identificação, o que não é o caso das sentenças em (19a-g). É interessante notar que as sentenças em (17a-g) confirmam o que afirma Lobo (2016, p. 565) ao inferir que um pronome realizado, apesar de preferencialmente tomar como antecedente um constituinte diferente do SU, tem uma interpretação mais instável e é sensível à animacidade do antecedente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou o fenômeno das estratégias de relativização no português brasileiro e a realização do sujeito nessas construções no português falado em Feira de Santana. Descreveu sintaticamente as estratégias de relativização, pontuando seu caráter como uma oração subordinada desenvolvida e os diversos pronomes relativos responsáveis por sua introdução. Além disso, percorreu-se

também sobre a tipologia das relativas, que podem ser classificadas em explicativas ou restritivas.

Na seção 3, abordou-se brevemente trabalhos gerativistas que analisam o sujeito e o parâmetro do sujeito nulo, pontuando as principais considerações de cada estudo. A seção 4 apresentou a Hierarquia de Acessibilidade proposta por Keenan e Comrie (1977) para explicar o processamento sintático das CRel e demonstrar quais funções são passíveis de relativização. A última seção apresentou dados linguísticos referentes as relativas não preposicionadas, que podem ser tanto de SU quanto de OD. Como o objetivo do trabalho era o de observar a realização do SU nas relativas, os casos de relativas de OD não foram levados em consideração.

A análise atesta as seguintes considerações: a posição de SU é a mais relativizada no português feirense (SILVA, 2018); as CRel são, em grande parte, com lacuna ou que possuem uma categoria vazia na cabeça da relativa, que possibilita uma interpretação a favor do Princípio da Economia ou Princípio “Evite o pronome” (CHOMSKY, 1981; LOBO, 2016), por serem contextos que exigem ou favorecem a omissão do sujeito na cabeça da relativa (na posição de SU) e, por este motivo, considera-se que a forma nula é mais econômica do que a forma pronominal, sendo esta evitada sempre que possível; nas sentenças relativas em que há a realização do SU pronominal na cabeça da relativa (preenchendo a categoria vazia), observa-se que o antecedente do SU pronominal é de fato um complemento da oração principal e, na maioria dos casos, um SN [+animado].

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. F. de. **Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado por três comunidades do interior da Bahia**. Tese (Doutorado em Linguística), 222f. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BISPO, E. B. **Estratégias de relativização no português brasileiro e implicações para o ensino: o caso das cortadoras**. 2009. 162f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- BRAGA, M. L.; KATO, M.; MIOTO, C. As construções-Q no português falado. *In*: CASTILHO, A.; KATO, M.; NASCIMENTO, M. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 241-289.
- BURGOS, E. **Estratégias de uso das relativas em uma comunidade de fala afro-brasileira**. 2003, 122f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- CAMACHO, R. G. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. **Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo, 15(1), jan. /jun. 2013, p. 179-214.
- D’ALESSANDRO, R. The Null Subject Parameter: where are we and where are we headed. Ms. Leiden University, 1st draft. *In*: Fábregas, A.; J. Mateu; M. Putnam. **Contemporary Linguistic Parameters**. London: Bloomsbury Press, 2014, p. 201-226.
- DUARTE, M. E L. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1995.
- HUANG, C. T. James. On the distribution and reference of empty pronouns. **Linguistic Inquiry**, 1984, p. 531–74.
- KATO, M. A evolução da noção de parâmetro. **D.E.L.T.A.**, v. 18, n. 2, p. 309-337, 2002.
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 8, n. 1, 1977, p. 63-99.
- LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MIOTO, C.; NEGRÃO, E. V. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. *In*: CASTILHO, A. de; MORAES, M. A. T.; LOPES, R.; CYRINO, S. M. L. V. (Orgs.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007, p. 159-183.
- MORGADO, S. **O processamento de pronomes nulos e plenos em Português Europeu. Efeito de animacidade do antecedente**, comunicação apresentada ao IX Fórum de Partilha Linguística, Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- RIBEIRO, I. As sentenças relativas. *In*: LUCCHESI, D. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 185-208.
- RIBEIRO, I.; FIGUEIREDO, C. Relativas. *In*: OLIVEIRA, Klebson. **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 208-240.

RIZZI, L. Negation, wh-movement and the null subject parameter. *In*: RIZZI, L. **Issues in Italian Syntax**. Dordrecht, The Netherlands: Foris, 1982, p. 117-184.

SILVA, J. C. da. **As orações relativas no português falado em Feira de Santana-BA**. 2018. 219fl. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018.

SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, I. G. V. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TARALLO, F. L. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 69-100.

ESTUDO TOPONÍMICO PORTUGUÊS-LIBRAS DAS PRINCIPAIS AVENIDAS DO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA-BA

Daniela Betânia dos Santos Ferreira
(UEFS)

Liliane Lemos Santana Barreiros
(UEFS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Fundada em 1873, a cidade de Feira de Santana sempre foi conhecida por ter uma posição geográfica privilegiada, onde está localizado um dos maiores entroncamentos rodoviários do país, o que colaborou para seu intenso crescimento, tornando-a o principal centro urbano do interior do estado da Bahia e um dos mais importantes do Norte-Nordeste. Atualmente, vem apresentando grandes avanços na área educacional, tecnológica, econômica, imobiliária, financeira, administrativa, destacando-se, principalmente, no campo industrial.

Entretanto, historicamente a área comercial destaca-se como sendo a principal justificativa para a expansão da cidade. Ao longo dos anos, as ruas e as avenidas largas que ali se instalaram, perderam espaço para o crescimento do centro comercial que contribuiu com a migração de pessoas da zona rural, de cidades circunvizinhas e de várias partes do país, com a intenção de buscar melhores condições de

vida. Atrelado à expansão econômica, houve um grande crescimento populacional que se pode observar com dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na pesquisa realizada em 2017, foi explanado que Feira de Santana possui cerca de 627.477 habitantes.

Apesar da sua amplificação, nota-se que as políticas assistencialistas tardaram a principiar e que a progressão destas políticas, assim como na maioria das cidades do interior, ainda se encontra em período de criação e expansão. O Povo Surdo, por exemplo, sempre foi muito desassistido, passando a ganhar visibilidade pela população e pelo poder público há pouco tempo.

Mesmo com avanços, ainda se percebe uma grande dificuldade de interação social dos surdos que, muitas vezes, só aprende sua língua natural, a Libras, tardiamente e não recebem suporte adequado para aprender sua segunda língua, a Língua Portuguesa de forma sistematizada, o que afeta seu desenvolvimento educacional e social, inclusive na circulação dos surdos em espaços públicos.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um recorte da dissertação intitulada ‘Estudos toponímicos do centro comercial de Feira de Santana-BA: Línguas orais e Libras’, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS), enfatizando as motivações toponímicas das nomeações em Libras e em língua portuguesa das avenidas que atravessam o centro comercial da cidade, com o intuito de resgatar aspectos históricos, culturais e sociais dos feirenses, em especial da comunidade surda.

A pesquisa proposta será fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Lexicologia e da Lexicografia Moderna (BIDERMAN, 2001), dos estudos toponímicos (DAUZAT, 1926; DICK; 1990; 1992; 1999; ISQUERDO, 1996; SEABRA, 2004; 2006) e dos estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (FERREIRA, 2010; SOUZA JÚNIOR, 2012; QUADROS E KARNOPP, 2004).

ESTUDOS TOPONÍMICOS NO BRASIL

É através das palavras que o homem consegue transmitir conceitos concretos e abstratos, com a intenção de transferir sentido para as coisas. Desde os relatos bíblicos da Antiguidade até os tempos atuais, pode-se perceber que para entender o mundo, dar-se nome a tudo que está ao redor. Para Dick (1992):

[...] a nomeação dos lugares sempre foi atividade humana, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana. Obras antigas da história e da civilização mundiais colocam essas práticas como costumeira, ainda que distinta, em certos pontos, do processo denominativo vivido modernamente (DICK, 1992, p. 5).

Nesta perspectiva, o léxico das línguas naturais foi gerado e vem ganhando grande destaque principalmente nos estudos acadêmicos. Segundo Biderman (2001, p. 13), “a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primária no processo científico do espírito humano de conhecimento do mundo”, ou seja, uma estratégia para perceber, classificar e organizar o universo.

A Lexicologia é o campo de estudos responsável pela investigação do léxico de uma determinada língua. Uma ramificação deste campo de estudo é a Onomástica, área da linguística responsável em pesquisar os nomes próprios. De acordo com Seabra (2004):

A Onomástica se integra à lexicologia, caracterizando-se como a ciência da linguagem que possui duas áreas de estudo; a Antroponímia e a Toponímia - ambas se constituem de elementos linguísticos que conservam antigos estágios denominativos. A primeira tem como objeto de estudo os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos; [...] Já a Toponímia se integra à Onomástica como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. (SEABRA, 2004, p. 36)

Como citado, a disciplina que se baseia para o desenvolvimento desta análise é a Toponímia, visto que quando se conhece o nome das localidades, nem sempre é possível compreender a motivação da escolha. Para Rostaing (1961), a Toponímia é a ciência responsável em identificar os nomes, sua origem e transformações. Nabais (2008), por sua vez, especifica que:

A toponímia define-se como o estudo dos nomes próprios de lugares habitados ou não e de sítios, países, ruas e caminhos ou a designação das localidades pelos seus nomes, e o estudo linguístico ou histórico da origem dos nomes das localidades. (NABAIS, 2008, p. 5)

Embora ainda se apresente de maneira muito tímida em nossa sociedade, os estudos toponímicos têm ganhado destaque após o entendimento de que é uma área rica, com grandes possibilidades de pesquisas, uma vez que, somente com uma investigação cuidadosa, é possível compreender o valor histórico, linguístico e cultural que um nome de uma determinada localidade carrega.

Embasado nas teorias do europeu Dauzat, Carlos Drumond iniciou os estudos sistematizados da toponímia brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. A pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, precursora de Drumond, aprofundou e expandiu os estudos toponímicos, tornando-se uma das principais referências teóricas desta disciplina no Brasil.

Dick propôs modelos taxonômicos que têm sido adotados e ampliados por diversos pesquisadores para ajudar no processo de categorização dos diferentes tipos de topônimos existentes. Ao iniciar as pesquisas acerca da Toponímia, percebeu-se que a proposta metodológica trazida por Dauzet (1926) que apenas dividia os topônimos em dois campos distintos, expondo a geografia física e a geografia humana, era insuficiente para explorar a diversidade toponímica existente. Com isso, Dick (1992) criou 27 (vinte e sete) modelos taxionômicos, em que, 11 (onze) fazem parte das classificações de natureza física, levando em conside-

ração nomeações que possui relação com a natureza e 16 (dezesseis) de classificação de natureza antropocultural que destaca nomes relacionados à influência humana.

A seguir, apresentam-se, em ordem alfabética, os modelos classificatórios apresentados e descritos por Dick (1990, p. 113-363; 1992 p. 31-34) com o significado das taxes, de acordo com a motivação semântica de cada topônimo, acompanhado dos seus respectivos exemplos.

As taxes de natureza física são:

- Astrotopônimos - topônimos relativos aos corpos celestes; Fazenda Cruzeiro do Sul (MT);
- Cardinotopônimos - topônimos que fazem referência às posições geográficas; Fazenda da Divisa (MT);
- Cromotopônimos - topônimos relacionados as cores; Córrego Verde (MT);
- Dimensiotopônimos - topônimos relacionados à grossura, espessura, altura, profundidade, extensão, comprimento, largura; Córrego Fundo (MT);
- Fitotopônimos - topônimos relacionados à vegetação; Buritirama (BA), Xique-Xique (BA), Juazeiro (BA);
- Geomorfotopônimos - topônimos relacionados a formas topográficas levando em considerações elevações ou depressões; Morro do Chapéu (BA), Monte Gordo (BA), Monte Pasqual (BA);
- Hidrotopônimos - topônimos relacionados à água; Paraguaçu (BA), Cachoeira (BA), Riachão (BA);
- Litotopônimos - enquadra-se nesta taxa topônimos de origem mineral; Lajedo (BA), Itaberaba (BA), Itabuna (BA);

- Meteorotopônimos - topônimos que remetem à ideia de fenômenos produzidos pela atmosfera terrestre; Fazenda Alvorada (MT);
- Morfotopônimos - topônimos relacionados a formas geométricas; Lagoa Redonda (BA);
- Zootopônimos - topônimos com a presença do nome de animais; Jaguaquara (BA), Boipeba (BA), Onça (BA);

As demais taxes trazidas por Dick (1992) que se apresentam como de natureza antropocultural são:

- Animotopônimos ou Nootopônimos - topônimos relativos à área psíquica humana; Falsa (BA) Paixão (PR) Confusão (SP);
- Antropotopônimos - topônimos relativos aos nomes próprios de pessoas, prenomes, apelidos, alcunhas ou pelo conjunto onomástico; Cabralia (BA); Laurinha (MG); João Branco (GO).
- Axiotopônimos - topônimos relativos a títulos; Barão de Bom Jardim (BA), Duque de Caxias (BA), Engenheiro Pontes (BA);
- Corotopônimos - topônimos relativos a outras localidades como cidades, estados e países; Fazenda Paranaíba (MT);
- Cronotopônimos - topônimos relacionados a nome de localidades que indicam um processo cronológico na passagem do tempo, assim como, *Novo, Nova, Velho, Velha*; Fazenda Nova Aurora (MT);
- Dirrematotopônimos - topônimos constituídos por expressões populares cristalizadas; Córrego Molha Pelego (MT);
- Ecotopônimos - topônimos relativos às habitações em geral; Córrego Ranchão (MT);

- Ergotopônimos - topônimos relativos a elementos da cultura material humana, em que não há clareza de sua categoria; Arcos (MG) Balsas (BA) Gancho (MA);
- Etnotopônimos - topônimos referentes a grupos étnicos; Córrego dos Índios (MT);
- Hierotopônimos - topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças religiosas. Os hierotopônimos são divididos em: *hagiotopônimos* - topônimos relativos aos santos e santas da igreja católica romana e *mitotopônimos* - topônimos relativos às entidades mitológicas; Conceição do Coité (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), São Miguel das Matas (BA);
- Historiotopônimos - topônimos com a presença de datas relevantes, personagens; Sete de Setembro (BA), Inconfidentes (MG);
- Hodotopônimos (ou Odotopônimos) - topônimos relacionados a caminhos ou às vias de ligação entre a zona rural ou urbana; Ribeirão Ponte Queimada (MT);
- Numerotopônimos - topônimos relativos a numerais; Fazenda Dois Córregos (MT);
- Poliotopônimos - topônimos relacionados a aglomerados populares como vila, aldeia, cidade, povoação, arraial; Ribeirão Aldeia (MT);
- Sociotopônimos - topônimos relacionados a atividades profissionais ou a um ponto de encontro de um grupo como largo, pátio e praça; Fazenda Estiva (MT);
- Somatotopônimos - topônimo relativo às partes do corpo do homem ou dos animais em caráter metafórico; Fazenda Olhos d'Água (MT);

As pesquisas toponímicas têm se expandido e com isso a necessidade de ampliação dos sistemas investigatórios para atender a variedade das

análises também. Dick (1999) menciona que as taxonomias podem ser ampliadas em seus categoremias à medida que novas estruturas vocabulares se constituem. Assim, além dos modelos taxionômicos propostos por Dick (1992), posteriormente, foram ampliadas ou adaptadas por Isquendo (1996), Lima (1997), Francisquini (1998), Souza Jr. (2012).

Francisquini (1998), por exemplo, em sua Dissertação de Mestrado denominada *O nome e o lugar: uma proposta de estudo toponímico da microrregião Paranaíba*, evidenciando características dos topônimos de uma localidade situada no norte do estado do Paraná, trouxe novas sugestões de taxas a serem incorporadas aos estudos toponímicos já consolidados. São elas:

- Acronimotopônimos - topônimos que fazem referência a lugares nomeados por siglas; Bairro Sim (BA);
- Estamatotopônimos - que se referem aos sentidos; Água Doce (GO), Água Fria (BA);
- Grafematopônimo - topônimos que utilizam as letras do alfabeto; Rua B (BA);
- Higietopônimos - topônimos que fazem alusão à higiene, à saúde ou bem-estar físico; Água Limpa (GO), Saúde (BA);
- Necrotopônimos - topônimos relativos ao que é ou está morto, a restos mortais. Rio Caveira (SC).

Nota-se que o avanço das pesquisas toponímicas evidencia a necessidade da expansão dos seus aspectos metodológicos, uma vez que o Brasil é um país multicultural e que as motivações para as nomeações são diversificadas e a cada aprofundamento dos estudos, se faz necessário subsídios para embasar as análises dos *corpora* investigados.

No que se refere à estrutura dos topônimos, Dick (1992, p. 10) divide-os em duas partes significativas em que a primeira foi conven-

cionada para “denominar termos genéricos” referindo-se à especificação da entidade geográfica, enquanto a segunda é “o elemento ou termo específico”, que particulariza o topônimo diferenciando-o dos demais topônimos. Portanto, podemos dizer que no topônimo Rio Paraguaçu (BA), por exemplo, a palavra ‘Rio’ é o termo genérico, enquanto ‘Paraguaçu’ é o termo específico.

Com relação aos tipos de signos toponímicos, Dick (1992, p. 13-14) os classifica como simples, compostos e híbridos. Os simples são aqueles que “se faz definir com um só formato”, isto é, possui apenas um elemento. Esse elemento pode até sofrer alteração através do processo de prefixação ou sufixação. Ex.: Brasília (DF). Já o signo toponímico composto ou elemento específico composto são aqueles que se apresentam com mais de um elemento formador em que muitas vezes só um estudo toponímico pode explicar sua constituição. Ex.: Baixinha de Todos os Santos (MG). Os híbridos, por sua vez, são aqueles designativos oriundos de línguas distintas. Ex.: Lambari do Meio (SP) indígena + português.

Isquerdo e Seabra (2018), no artigo *A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas*, mostram o crescimento das pesquisas desenvolvidas por linguistas de diferentes universidades brasileiras neste viés e dimensionam o quão importante foram as metodologias criadas.

Assim, a Toponímia tem se apresentado em diversos contextos relacionando áreas distintas como: Linguística, Geografia, História, Arqueologia, Cartografia, entre outras, trazendo maior visibilidade para os estudos lexicais.

A LIBRAS E O ATO DE NOMEAR ESPAÇOS PÚBLICOS PELOS SURDOS FEIRENSES

As análises linguísticas sobre a Libras tiveram início na década de 1980 e foram sustentadas a partir das pesquisas sobre a *American Sign Language* (ASL), Língua de Sinais Americana. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que ASL atendia a todos os critérios linguísticos de

uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentidos. Sobre isso, Quadros e Karnopp (2004) afirmam que:

[...] o trabalho de Stokoe (1960) representou os primeiros passos em relação aos estudos das línguas de sinais. Pesquisas posteriores, feitas em grande parte com a língua de sinais americana, mostraram, entre outras coisas, a riqueza de esquemas e combinações possíveis entre os elementos formais que servem para ampliar consideravelmente o vocabulário básico. (QUADROS E KARNOPP, 2004, p. 31)

A Libras foi reconhecida como língua oficial do país, através da Lei 10.436 em 24 de abril de 2002, que reconheceu a referida língua como forma de comunicação da comunidade surda brasileira. Este reconhecimento ajudou na disseminação da Libras pelos estados e municípios brasileiros, inclusive na cidade de Feira de Santana, viabilizando a valorização da comunidade surda da localidade, principalmente no âmbito educacional.

Com o avanço das conquistas e das militâncias surdas, surgiram instituições que contribuíram e ainda contribuem para o fortalecimento linguístico, educacional e cultural do povo surdo na cidade.

Todavia, por se tratar de uma língua relativamente recente, é notório que a Libras necessita de investigações linguísticas constantes. Sobre esta questão, Souza Júnior (2012) afirma que:

Do ponto de vista linguístico, a Língua de Sinais Brasileira é uma língua ainda em desenvolvimento, especialmente o léxico que recebe frequentemente neologismos na língua comum e na língua de especialidade, como é o caso dos nomes próprios. Ao contrário da toponímia na língua portuguesa, nem todos os lugares possuem uma designação específica na língua, e como mencionado anteriormente, o estudo toponímico na Língua de Sinais Brasileira – LSB – é inexistente no país. (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 37)

Levando em consideração que os estudos toponímicos das línguas orais mesmo tendo iniciado há algumas décadas ainda se encontra em processo de expansão, pode-se imaginar o quão recente é o estudo da toponímia no que concerne a Libras.

Ao analisar o processo de nomeação, pode-se perceber que o ato de denominar os espaços em língua de sinais pelos Sujeitos Surdos possui aspectos particulares e diversificados. Muitas vezes, os surdos utilizam para situar-se a datilologia (soletração manual). Outra forma de se localizar é utilizando pontos de referência como estabelecimentos de grande importância da localidade.

Também é utilizado empréstimo linguístico por inicialização. Para Ferreira (2010), empréstimos linguísticos por inicialização são aqueles sinais em que a configuração de mão é representada pela letra inicial correspondente à palavra em Língua Portuguesa. Outra maneira é através do uso dos classificadores indicando formas e direções dos espaços representados.

Ciente da importância do centro comercial de Feira de Santana, torna-se imprescindível um estudo exploratório que seja capaz de detectar quais as motivações das nomeações e sinalizações das avenidas do centro comercial da cidade, levando em consideração as influências sócio-históricas e as interfaces entre a língua portuguesa e a Libras nesse processo, uma vez que, é notório que a maioria dos surdos feirenses enfrenta obstáculos para identificar localidades públicas.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para análise deste trabalho, foram utilizadas as avenidas que fazem parte do centro comercial de Feira de Santana. A princípio, localizou-se pelo Código de Endereçamento Postal (CEP) 5 avenidas, confirmadas em três mapas físicos, além da ferramenta *Google Maps*. Ao longo do trabalho, foi feita uma pesquisa de campo, em que se percorreu todas as avenidas do centro comercial, identificando-as e fotografando-as. São elas:

QUADRO: AS AVENIDAS DO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA

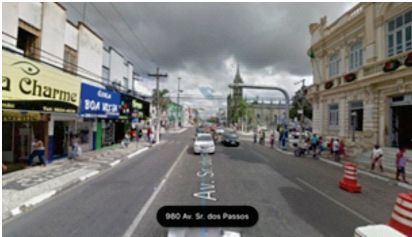
Nº	TOPÔNIMO	BAIRRO
1	Avenida Getúlio Vargas	Capuchinhos, Centro, Parque Getúlio Vargas, Ponto Central, Santa Mônica
2	Avenida Monsenhor Mário Pessoa	Centro
3	Avenida Presidente Dutra	Brasília, Capuchinhos, Centro, Santa Mônica, Serraria Brasil
4	Avenida Sampaio	Centro
5	Avenida Senhor dos Passos	Centro, Serraria Brasil

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As localidades inventariadas foram analisadas em fichas lexicográfico-toponímicas, permitindo a sistematização dos dados coletados referentes à origem, à formação linguística, à intencionalidade, à motivação, aos aspectos históricos, culturais e sociais que influenciaram a criação dos nomes dos espaços investigados em línguas orais, em especial a língua portuguesa, e em Libras, inclusive com a inserção da imagem dos sinais.

Apresenta-se a seguir uma das fichas lexicográfico-toponímica devidamente preenchida, que foi adotada para registrar e classificar os topônimos referentes ao centro comercial de Feira de Santana. A referida ficha foi adaptada de Dick (1992).

Ficha lexicográfico-toponímica da Avenida Senhor dos Passos

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA	NÚMERO: 1
TERMO GENÉRICO: Avenida	TOPÔNIMO EM LP: Senhor dos Passos
TIPO DE ACIDENTE: Humano	LOCALIZAÇÃO: Bairro Centro
TAXONOMIA DO TOPÔNIMO EM LP: Hagiotopônimo	
ORIGEM: Portuguesa	
HISTÓRICO: Avenida Araújo Pinho < Avenida Senhor dos Passos	
IMAGENS:  Imagem antiga (ADMIN, 2015)  Imagem antiga do acervo de Magalhães (1969)  Imagem atual (<i>Google Maps</i>)  Imagem da placa	

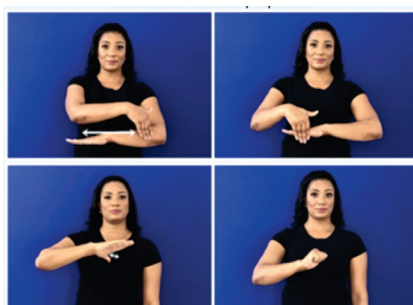
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

Inaugurada entre 1908 e 1912 no governo do intendente Abdon Alves de Almeida, recebeu o nome de avenida Araújo Pinho. Após a colocação da primeira pedra da igreja, em 1922, passou a se chamar avenida Senhor dos Passos. Sua construção demorou algumas décadas, sendo inaugurada em 1964. Até os anos 80, existiam árvores no centro e duas mãos para veículos. Por muitos anos abrigou suntuosas residências pertencentes a moradores privilegiados economicamente e é onde está localizado o prédio da prefeitura, que sempre foi referência de admiração. A história desta avenida é imbricada com a história da cidade, a ocupação comercial foi chegando paulatinamente nesta área e hoje tornou-se um dos principais pontos de referência do comércio da cidade (FREITAS, 2013).

SINAL EM LIBRAS:



Variante mais popular



Varição 2



Varição 3

Variação 4 TAXONOMIA DO TOPÔNIMO EM LIBRAS: Hagiotopônimo
ESTRUTURA MORFOLÓGICA DO SINAL TOPONÍMICO: Simples
CONTEXTO DO SINAL: A motivação do sinal se deu pela referência da igreja Senhor dos Passos existente em local privilegiado da avenida, tornando-se assim, o principal ponto de referência.
FONTES: FREITAS, José Francisco B. de. Reminiscências de Feira de Santana. Editora Print-Mídia; Feira de Santana, 2013. ADMIN. Disponível em: https://feirenses.com/paginas-feirenses-facebook/feira-antiga-av-senhor-dos-passos/. Acesso em: 07 abr. 2019.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

DADOS COLETADOS

Notou-se que algumas localidades investigadas possuem mais de uma variante em Libras para identificação. É comum a utilização de mais de um sinal para identificar a mesma via ou sinais diferentes para pontos distintos de uma mesma localização. Nesses casos, foram utilizados para análise os de maior evidência na comunidade surda.

Percebeu-se também a necessidade de adaptação quanto à identificação da estrutura morfológica dos sinais em Libras. Ao verificar se os sinais eram simples, compostos ou híbridos, notou-se que os sinais também poderiam possuir a composição em duas estruturas como composto-

híbrido ou simples-híbrido. Isso acontece porque os sinais que utilizam empréstimos linguísticos por inicialização ou pelo uso da datilologia em seu processo de composição são híbridos e, às vezes, estruturados por um ou mais sinais.

Ao confrontar os dados, foi possível perceber que os topônimos de natureza antropoculturais prevalecem nas duas modalidades de língua. Ao analisar os dados em línguas orais, encontram-se as seguintes classificações taxonômicas: 1 Antropotopônimo; 2 Axiotopônimo; 1 Historiotopônimo; 1 Hagiotopônimo. Já em Libras foram identificadas: 3 Acronimotopônimo; 1 Hagiotopônimo; 1 Sociotopônimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações realizadas durante a pesquisa buscaram identificar quais os fatores que motivaram as nomeações toponímicas das avenidas que compõem o centro comercial de Feira de Santana em língua portuguesa e em Libras. Com isso, analisaram-se as designações e os significados dos topônimos, com a intenção de contribuir para os estudos linguísticos das línguas orais, em especial a língua portuguesa, e os estudos linguísticos da Libras.

Ao estudar o processo de nomeação em línguas orais, notou-se que os topônimos que fazem alusão aos nomes próprios como os axiotopônimos ganharam destaque no processo denominativo. Como parte dessa nomeação aconteceu no período de expansão da cidade, mesmo possuindo topônimos que homenageiam feirenses, nota-se que, talvez com a tentativa de obter prestígio político e econômico, alguns espaços públicos foram denominados com nomes de figuras reconhecidas a nível nacional, mas que nada contribuíram para o progresso da cidade.

Essas denominações, em sua maioria, homenageiam personalidades ilustres, já falecidas, que fizeram parte do cenário político, econômico ou artístico ao longo da história feirense. Segundo Brandão (2017, p. 152),

nomear vias públicas com designativos pessoais seja com prenomes ou apelidos de famílias é uma prática comum e uma forma de garantir que a personalidade local permaneça na memória coletiva da região por alguma razão específica.

Assim como as titulações, os nomes, sobrenomes, alcunhas, apelidos também são bastante corriqueiros na nomeação dos logradouros no que diz respeito à cultura nacional.

No processo de nomeação dos espaços em Libras, ao analisar os elementos que compõem a formação de um determinado sinal, nota-se que, sendo a Libras uma língua brasileira em contato constante com a língua portuguesa, é grande a influência na sua formação fonológica. Portanto, diversos topônimos utilizam empréstimos linguísticos por inicialização para identificar a localidade.

Ao iniciar esta pesquisa, levou-se em consideração toda uma história de lutas e conquistas, buscando ressaltar a importância de um estudo Onomástico que tem o intuito de auxiliar a Comunidade Surda de Feira de Santana em seu desenvolvimento linguístico e cultural.

Portanto, o entendimento do processo de nomeação pela comunidade surda apoia o desenvolvimento do léxico dos surdos usuários de Libras, facilitando o processo de localização geográfica, deixando um legado para gerações futuras, visto que a forma de nomeação é capaz de representar a história de um povo.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Maria Tereza C. **Teoria lingüística**: teoria lexical e lingüística computacional. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRANDÃO, Analídia dos Santos. **Guia de ruas (bairros) e mistérios**: a toponímia como elemento identitário em Bahia de Todos os Santos. Dissertação de Mestrado. Salvador: PPGE/UNEB, 2015.

BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – LIBRAS e dá outras providências*. Brasília: MEC. Disponível em <http://>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 31 maio 2017.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**: origine et evolution. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do A. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Revista Investigações Lingüísticas e Teoria Literária**. Pernambuco: UFP, v. 19, p. 119-148, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos**. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

FERREIRA, L. **Por uma gramática Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FRANCISQUINI, I. de A. **O nome e o lugar**: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaval. Dissertação (Mestrado) - UEL. Londrina, PR: 1998.

FREITAS, José Francisco B. de. **Reminiscências de Feira de Santana**. Editora PrintMídia: Feira de Santana, 2013.

ISQUERDO, A. N. **O fato lingüístico como recorte da realidade sócio cultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1996.

ISQUERDO, Aparecida Negri SEABRA, Maria Cândida. **A Onomástica em diferentes perspectivas**: resultados de pesquisas Revista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

LIMA, I. A. de. A motivação religiosa dos topônimos paranaenses. In: **Estudos lingüísticos – XLV Seminário do GEL**. Campinas: UNICAMP, 1997.

NABAIS, Antonio J.C. Maia. **Toponímia e história**: identidade e memória. 2as Jornadas de Toponímia do Sul. Câmara Municipal de Albufeira. 28 de fev de 2008, p.5-8. Disponível em <http://toponimia.cm-albufeira.pt/documentos/actas>. Acesso em: 28 jun. 2018.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

ROSTAING, C. **Les noms de Lieux**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

SEABRA, Maria Cândida T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**: a toponímia da Região do Carmo. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, Maria Cândida. ATEMIG Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do ATB. *In*: Múltiplas perspectivas em linguística: **Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006.

STOKOE, William. **Sign Language structure**. Maryland: Linstok Press, 1960.

SOUZA JÚNIOR, José Ednilson G. **Nomeação de lugares na Língua de Sinais Brasileira**. Uma perspectiva de toponímia por sinais. 2012. 80f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOBRE FORMAS DE TRATAMENTO NO SERTÃO BAIANO: A RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E COMPLEMENTOS VERBAIS

Elane Santos e Santos
(UEFS/PPGEL/CE-DOHS)¹

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
(UEFS/PPGEL/CE-DOHS)

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
(UEFS/PPGEL/CE-DOHS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As formas de tratamento no português brasileiro (PB) têm sido objeto de estudo de diversos trabalhos, principalmente em razão das mudanças ocorridas no sistema pronominal e os seus efeitos nos diversos níveis gramaticais da língua.

Conforme Nascentes (1956), no século XIV, a noção de reverência era focada nos pronomes *vós*, *vosso* e verbo na 2ª pessoa do plural, mais tarde, a forma *vossa mercê* passa a ser título honorífico, com o verbo na 3ª pessoa do singular. Entretanto, quando membros de outras classes sociais começaram a empregar tal forma, a mesma evoluiu passando por um desgaste semântico e fonológico até formar o pronome *você*.

¹ Este estudo apresenta um recorte da dissertação de mestrado de Santos (2019) intitulada “Para a história do português popular brasileiro: o sistema de tratamento em cartas baianas do século XX”. Essa pesquisa obteve financiamento CAPES.

Cintra (1986 [1972]) aponta que o novo pronome já se encontra, raramente, em textos do século XVIII como tratamento de emprego possível de igual para igual. Contudo, desde fins do século XVIII e início do XIX, o uso do *vós* e das formas nominais *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* entrava em desuso, e o pronome *you* ganhava cada vez mais vida. Menon (2009) afirma que o emprego do *you* já ocorre em Portugal em 1665, data da publicação de *Obras Métricas*, de D. Francisco Manuel de Mello, ainda em vida; e no PB, a publicação de um códice inédito do poeta Gregório de Matos apresenta duas ocorrências dessa forma. Assim, segundo a autora, pode-se concluir que o *you* já se fazia presente no PB e no português europeu (PE) do século XVII.

Por conseguinte, a inserção de uma forma de origem nominal no quadro pronominal ocasionou um rearranjo no sistema, causando impactos em diversos níveis da língua, em razão da união do paradigma de 2ª com o de 3ª pessoa. De acordo com Lopes (2007, p. 1), vigora a “[...] especificação original de 3ª pessoa, embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de 2ª pessoa. Algumas alterações afetaram, em cadeia, as subclasses dos oblíquos átonos (pronomes-complemento) e dos possessivos”.

Nesse sentido, Scherre *et al.* (2009/2015) apresentam uma proposta de mapeamento da alternância *tu/you* no PB, elaborada em seis subsistemas que levam em conta a concordância feita pelo pronome: o subsistema, *só you*, é de uso restrito a essa forma e suas variantes, sendo considerado pelos autores como suprarregional; o subsistema *mais tu com concordância baixa* apresenta uso do *tu* acima de 60% exibindo concordância menor que 10%; o subsistema *mais tu com concordância alta* também apresenta uso majoritário do *tu* (acima de 60%), entretanto a concordância feita pelo pronome é maior, evidenciando 40% a 60% de produtividade; Já o subsistema *tu/you com concordância baixa* indica uma menor produtividade do *tu* (menor que 60%) apresentando concordância baixa (menor que 10%); enquanto isso, o subsistema *tu/you com concordância média* (10% a 39%); por fim, o subsistema *you-tu sem concordância* apresenta o uso de *tu* com percentual de 1% a 90% sem concordância.

Outra proposta de mapeamento dos subsistemas de tratamento no PB é a de Lopes e Cavalcante (2011), que também apresenta uma releitura de Scherre *et al.* (2009), segundo as autoras coexistem no PB três subsistemas de tratamento na posição de sujeito: o primeiro é o de *você* exclusivo ou prioritário; o segundo refere-se ao uso de *tu* preponderante com ou sem concordância; e o terceiro evidencia o emprego de *você/tu*. As autoras também apresentam a ampla utilização do subsistema de *você* exclusivo, que é encontrado em quatro das cinco regiões brasileiras (Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste).

Desse modo, o estudo aqui apresentado evidencia um recorte da dissertação de mestrado, de Santos (2019), defendida no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, na qual, descreve o perfil da variação entre as formas de referência à segunda pessoa do discurso, na posição de *sujeito* pleno, relacionando-o aos contextos de *acusativo*, *dativo* e *obliquo*, em um *corpus* representativo da variedade português popular brasileiro. No trabalho, aqui, proposto serão apresentados alguns contextos da variação no emprego dos complementos verbais e a sua relação com os pronomes em função de *sujeito*.

A amostra analisada foi editada por Santiago (2012) e é composta por cartas pessoais do século XX (1906-2000), produzidas por sertanejos baianos situados em fase inicial de aquisição da escrita. Assim, este trabalho está dividido da seguinte forma: primeiramente, apresentam-se os pressupostos teórico-metodológicos empregados nesta pesquisa; na seção seguinte, revelam-se os resultados e a discussão; e por último, destacam-se as considerações finais seguidas das referências.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta pesquisa está inserida no âmbito da Linguística Histórica sócio-histórica (MATTOS E SILVA, 2008) que abrange, para o estudo das línguas, fatores extralinguísticos, ou sociais, e os intralinguísticos, e da análise a partir da metodologia sociolinguística laboviana (WEIN-

REICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), que busca averiguar quais grupos de fatores internos ou externos atuam paralelamente, em níveis distintos, nas ocorrências de variação e mudança.

Para a verificação das ocorrências, utilizou-se o programa computacional de análise estatística *Varbrul* na versão *GoldVarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). O programa trata os dados estatisticamente, pois avalia, quantitativamente, a interação entre os vários grupos de fatores, determinando a frequência, o peso relativo e sua relevância estatística. Nesta pesquisa, utilizou-se apenas a frequência bruta dos dados, e assim, a partir de um panorama geral, foi possível identificar os contextos de variação no uso dos complementos verbais *acusativos*, *dativos* e *obliquos* nas cartas e a sua relação com o emprego dos pronomes em função de sujeito pleno.

O *corpus* analisado pertence ao acervo *Cartas de Sisal: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu*, composto por 91 cartas² pessoais, produzidas entre 1906-2000, por 43 sertanejos, naturais dos municípios de Riachão de Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, localizados na região do semiárido baiano. Os remetentes em sua totalidade fazem parte do mesmo contexto sociocultural, são 23 mulheres e 20 homens. Os homens são lavradores, trabalham na agricultura e/ou criação de animais e possuem pouca condição financeira; as mulheres desempenham atividades domésticas e muitas se dedicam ao trabalho no campo e criação de animais. As cartas foram trocadas entre familiares, compadres, namorados e amigos, principalmente para expressar saudades, obter notícias familiares e fazer pedidos. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos através da análise quantitativa e qualitativa do *corpus*.

2 Esta amostra faz parte do banco de dados do projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) (Fapesb 5566/2010 - Consepe 202/2010), coordenado pelas Professoras Dras. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, na Universidade Estadual de Feira de Santana.

A DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS TRATAMENTAIS EM FUNÇÃO DE COMPLEMENTO VERBAL ACUSATIVO, DATIVO E OBLÍQUO

Nesta seção, apresenta-se o uso das formas de tratamento em posição de complemento verbal *acusativo*, *dativo* e *obliquo*. A análise aqui exposta busca relacionar o emprego dos pronomes em função de complemento verbal e a posição de *sujeito*, não se dedicando à investigação exaustiva dos contextos de variação dos complementos verbais.

Sabe-se que o português é uma língua de caso abstrato, entretanto, de acordo com Castilho (2010), os pronomes pessoais resguardaram a distinção de casos oriunda do latim vulgar. Desse modo, as estratégias *acusativas* dizem respeito aos complementos de verbos transitivos diretos, ou seja, os objetos diretos. As ocorrências *dativas* referem-se aos complementos dos verbos transitivos indiretos, ou seja, os objetos indiretos, que são ligados por intermédio de uma preposição, já os complementos *obliquos*, assim como os *dativos*, também exigem preposição, e isso pode causar certos conflitos na identificação desses complementos. Segundo Castilho (2010), as estruturas *obliquas* aparecem nos compêndios gramaticais ora rotulada por *complemento terminativo* / *complemento relativo*, ora por adjunto e atualmente ressurtem com a terminação de *complemento obliquo*. Habitualmente, tais construções também são reconhecidas como complementos verbais que não admitem cliticização.

De modo geral, foram encontradas, no *corpus* analisado, 226 ocorrências de formas de complementos verbais de 2ª pessoa, no singular: na função de *acusativo*, o pronome mais evidenciado foi o clítico *te* que apresentou 40 ocorrências (56,3% de frequência de uso); seguido do obliquo *lhe*, com 30 ocorrências (42,3% de produtividade) e 1 ocorrência da forma *você* (1,4%). Na função *dativa*, o complemento *lhe* obteve destaque, com 88 ocorrências (68,2% de frequência de uso) – o que já era de se esperar, pois, de acordo com a gramática normativa, esse pronome complemento obtém uma preposição implícita e deve ser utilizado como complemento de verbos transitivos indiretos.

Os complementos *obliquos* apresentaram poucas ocorrências, contabilizando apenas 26 dados. Dentre as formas encontradas, destacaram-se os sintagmas preposicionados de *você*, com 12 ocorrências (46,2% de produtividade), seguidos de formas preposicionadas de *o/a senhor/a*, com 11 ocorrências (42,3%) e 3 ocorrências de *preposição + vosmecê* (11,5%). Tais resultados ratificam estudos que demonstram a diminuição de espaço do complemento *te*, ocupado pelo uso de formas nominais de tratamento, como o *o/a senhor/a* e *você*, exercendo função sintática de complemento verbal, e pelo uso do clítico *lhe* em referência à segunda pessoa.

Sendo assim, primeiramente, serão apresentados os resultados da análise dos complementos verbais *acusativos* relacionando-os à função de *sujeito*, posteriormente, apresenta-se a relação entre os complementos verbais *dativos* e *obliquos* e a posição de *sujeito*.

OS COMPLEMENTOS VERBAIS ACUSATIVOS E A POSIÇÃO DE SUJEITO

Nesta subseção, revela-se o confronto entre os pronomes utilizados na função de *sujeito* de 2ª pessoa e os complementos verbais na função de *acusativo*. Os pronomes em função de *sujeito* foram separados da seguinte forma: (i) cartas com uso exclusivo de *sujeito* (*tu*); (ii) cartas com uso exclusivo de *sujeito* (*você*); (iii) cartas com uso exclusivo de *sujeito* (*vosmecê*); (iv) cartas com uso exclusivo de *sujeito* (*o/a senhor/a*); (v) paradigmas mistos (mistura de tratamento que leva em consideração o uso de formas alternativas dos paradigmas de *tu* e *você* que não estivessem na posição de *sujeito*, como exemplo o uso de *lhe* e *te* na mesma carta ocupando a mesma função sintática); (vi) tratamento nominal (mistura entre formas de origem nominal *vosmecê* e *o/a senhor/a*); e (vii) sem referência (quando não se evidencia a forma de tratamento utilizada pelo remetente na posição de *sujeito*). Não houve casos de mistura na posição de *sujeito* das formas *tu* e *você*. A Tabela 1, a seguir, apresenta os resultados da relação entre os pronomes *sujeito* e os complementos verbais acusativos.

TABELA 1: A CORRELAÇÃO ENTRE AS FORMAS ACUSATIVAS E O USO DO SUJEITO

Tratamento nas cartas (SUJEITO)	FORMAS ACUSATIVAS DE 2ª PES- SOA			TOTAL
	<i>Lhe</i>	<i>Te</i>	<i>Você</i>	
<i>Tu</i> -exclusivo	-	3/3 (100%)	-	3/71 (4,2%)
<i>Você</i> -exclusivo	10/43 (23,3%)	32/43 (74,4%)	1/43 (2,3%)	43/71 (60,5%)
<i>Vosmecê</i> -exclusivo	7/7 (100%)	-	-	7/71 (9,9%)
<i>O/A Senhor/a</i> -exclusivo	5/7 (71,4%)	2/7 (28,6%)	-	7/71 (9,9%)
Paradigmas mistos	1/4 (25%)	3/4 (75%)	-	4/71 (5,6%)
Mistura entre formas de origem nominal	1/1 (100%)	-	-	1/71 (1,4%)
Sem referência	6/6 (100%)	-	-	6/71 (8,5%)
TOTAL	30/71 (42,3%)	40/71 (56,3%)	1/71 (1,4%)	71/71 (100%)

Fonte: Santos (2019, p. 159-160).

Ao analisar a Tabela 1, nota-se que o complemento *te* alcançou produtividade preponderante no subsistema de sujeito *Tu exclusivo* (3 ocorrências - 100% de frequência de uso), nas cartas de *Você exclusivo* (32 ocorrências – 74,4% de frequência) e em cartas de *Paradigmas mistos*, com 3 ocorrências (75% de frequência de uso); já nas correspondências de *o/a senhor/a exclusivo* esse complemento obteve menor produtividade, apresentando apenas 2 ocorrências (28,6% de frequência de uso). Somente uma carta da amostra em análise revelou ocorrência de *tu* pleno, sendo que, nessa carta, observou-se uso categórico do pronome-complemento *te*, como se pode verificar no exemplo³ abaixo:

3 As ocorrências no corpus em questão apresentam variação gráfica, aspecto analisado no trabalho de Santiago (2012).

(01) “[...] Beijo-**ti** Auzentimente|Aves çêja deus com-tigo em todos| os momentos da tua vida! que a virjem| Santisizma derramais la do ato do çeu| As maiores felicidade çobre a ti i todos| Que **ti** sercam!|Então minha queridinha como passas ben| não e rial eu vou passando como que Jeus| sintindo enumeras as saudades das nossa| palestar formidavel ! Afinal não çei que dia| **ti** veijo deus e quem çabe... A finalizo| Abarsando todos da Amiguinha Sinsera| Aceite lembarnça minha i de todos meus| enviando lembarnça a pitanga i a ana| e a Augusto i a P pedirinho i *tu* da| um abarço ni ana 2 bejinho ni Antonio| i 4 ni idebarndo” (FPS – 47)⁴

Verificou-se que nas cartas de *você exclusivo* a variação concentra-se nos dados de *te* e *lhe*, tendo o clítico *te* prevalecido, contudo, também demonstra-se um grande percentual de uso do *lhe* nessa posição, revelando que mesmo o *você* sendo a forma mais utilizada em referência à segunda pessoa do discurso, o paradigma dos complementos acusativos expõe o clítico *te* como forma preferida para referência à 2ª pessoa.

Também, pode-se notar tal preferência ao analisar as cartas de *Paradigmas mistos*, ou seja, que levam em conta o uso de formas do paradigma de 2ª e 3ª pessoa na mesma carta; tais resultados evidenciaram maior emprego de *te*, com 3 ocorrências (75% de produtividade) em relação à 1 ocorrência de *lhe* (25%) de produtividade. Esse aspecto também pôde ser observado no estudo de Lopes e Cavalcante (2011), que afirmam: “[...] o clítico *te* era a estratégia acusativa mais recorrente no início do século XX, principalmente, entre falantes/escreventes que empregavam *tu* e/ou *você* no tratamento ao interlocutor” (LOPES E CAVALCANTE, 2011, p. 55). Assim sendo, para as autoras, o grande percentual de uso da estratégia *te* pode estar relacionado ao modo de indicar diretamente a pessoa do discurso, pois a desinência verbal relativa ao *você* não apresenta essa marca.

As cartas de uso exclusivo de *vosmecê*, *o/a senhor/a*, *mistura entre formas de origem nominal* e *sem referência* apresentaram uso majoritário ou restrito do clítico *lhe* (paradigma de 3ª pessoa), revelando que quando o emprego na posição de *sujeito* é feito com base em formas de origem

4 Entre parênteses, demonstram-se o código do redator e o número da carta.

nominais como *o/a senhor/a* e *vosmecê* (um dos estágios pelo qual passou o *você*), o clítico a ter preferência não é o *te*, mas sim o *lhe*, o que denota indícios do rearranjo ocorrido no quadro pronominal a partir da inserção de formas nominais de tratamento, que tradicionalmente sendo referidas à segunda pessoa do discurso devem levar o verbo para a 3ª pessoa, logo, os pronomes-complementos a serem utilizados remetiam-se ao paradigma de 3ª pessoa (*o/a, lhe*).

Portanto, verifica-se que na posição de acusativo o clítico *te* mostra-se vigoroso, resultado também apresentado em outros estudos (SOUZA, 2014; LOPES E CAVALCANTE, 2011; RUMEU, 2015; entre outros). Porém, nota-se na função acusativa a mistura de tratamento, especialmente entre os clíticos *te* e *lhe*, reflexo da inserção do *você* no quadro pronominal, o que possibilitou o uso de estratégias do paradigma de 3ª pessoa no paradigma de 2ª pessoa, contudo também percebe-se a manutenção do *te* indicando a resistência de formas do paradigma de 2ª pessoa mesmo quando na posição de *sujeito* encontra-se uma forma originariamente do paradigma de 3ª pessoa.

OS COMPLEMENTOS VERBAIS DATIVOS E A POSIÇÃO DE SUJEITO

Assim como na subseção anterior, os complementos *dativos* foram relacionados aos pronomes utilizados na posição de sujeito: *Tu exclusivo*, *Você exclusivo*, *Vosmecê exclusivo*, *O/A Senhor/a exclusivo*, *Paradigmas mistos*, *Mistura entre formas de origem nominal* e *Sem referência*. A Tabela 2, a seguir, apresenta a relação entre o uso dos pronomes-complementos em posição de *dativo* e a função de *sujeito*:

TABELA 2: A CORRELAÇÃO ENTRE AS FORMAS *DATIVAS* E O USO DO *SUJEITO*

Tratamento (SUJEITO)	FORMAS DATIVAS DE 2ª PESSOA								TOTAL
	<i>Lhe</i>	<i>Te</i>	<i>Para</i> <i>você</i>	<i>Ao/a</i> <i>senhor/a</i>	<i>Para o/a</i> <i>senhor/a</i>	<i>A</i> <i>vosemecê</i>	<i>Prep.</i> <i>+ ti</i>	<i>Consigo</i>	
Tu exclusivo	-	-	-	-	-	-	1/1 (100%)	-	1/129 (0,8%)
Você exclusivo	12/24 (50%)	9/24 (37,5%)	2/24 (8,3%)	-	-	-	1/24 (4,2%)	-	24/129 (18,5%)
Vosemecê exclusivo	20/23 (87%)	-	-	-	-	2/23 (8,7%)	-	1/23 (4,3%)	23/129 (17,8%)
O/A Senhor/a exclusivo	34/48 (70,8%)	-	-	5/48 (10,4%)	9/48 (18,8%)	-	-	-	48/129 (37,2%)
Paradigmas mistos	-	4/6 (66,7%)	2/6 (33,3%)	-	-	-	-	-	6/129 (4,7%)
Mistura entre formas de origem nominal	9/9 (100%)	-	-	-	-	-	-	-	9/129 (7%)
Sem referência	13/18 (72,2%)	-	-	3/18 (16,7%)	2/18 (11,1%)	-	-	-	18/129 (14%)
TOTAL	88/129 (68,2%)	13/129 (10%)	4/129 (3,1%)	8/129 (6,2%)	11/129 (8,5%)	2/129 (1,6%)	2/129 (1,6%)	1/129 (0,8%)	129/129 (100%)

Fonte: Santos (2019, p. 162).

De acordo com a Tabela 2, as cartas de uso exclusivo de *o/a senhor/a* na posição de *sujeito* apresentaram maior produtividade do clítico *lhe* em função dativa, com 34 ocorrências, 70,8% de produtividade dos complementos utilizados em cartas dessa esfera; seguido por sintagmas preposicionados de *o/a senhor/a*, a saber: *ao/a senhor/a* com 5 ocorrências (10,4%), *para o/a senhor/a* com 9 ocorrências (18,8%), revelando que nas cartas de uso exclusivo da forma nominal *o/a senhor/a*, predominam formas do paradigma de 3ª pessoa, em referência à segunda pessoa, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

(02) “[...] eu| mandei **para a ciora** pas| para Esponta u pacarinho|”
(AOL – 72)

(03) “[...] Comadi eu sinto mal esta auzente da sinhora e seu| pôvo
saudação i feliçidadi pra a senhora i todos da casa| o fim desta duas
linhas i só a **lhi** dizer que estamos| com sauda grasa au nosso bom deus|
eu itodos meus estamos alegres mande| dizer como vai a senhora com
todos seus” (NIN – 51)

O complemento preposicionado + *ti* obteve uso categórico (100% de produtividade) nos subsistemas *tu exclusivo* e *você exclusivo*, apresentando 1 ocorrência em cada subsistema. Contudo, observou-se que o pronome oblíquo tônico foi empregado com a mesma estrutura oracional, em duas cartas produzidas por redatores, membros da mesma família (irmãos), que escreveram para amigos íntimos; tais estruturas foram encontradas na parte da carta denominada seção de contato inicial, o que pode dar indícios de uma tradição discursiva presente na escrita de ambos os redatores, como revelam os exemplos abaixo:

(04) “[...] que a vijem santiszima derramais la du| alto seu as maiores
felicidades **sobre a ti** i todos| que ti sercam” (SFS – 40)

(05) “[...] que a virjem| Santiszima derramais la do ato do çeu| As maio-
res felicidade **çobre a ti** i todos| Que ti sercam!” (FPS – 47)

As cartas de *você exclusivo* apresentaram maior contexto de variação entre os complementos dativos, com o uso de formas do paradigma de 2ª e 3ª pessoas. O clítico *lhe* exibiu 12 ocorrências (50% de produtividade), seguido do clítico *te* com 9 ocorrências (37,5%) e formas preposicionadas de *você* e *ti* que apresentaram índices percentuais menores: *para você* (2 ocorrências – 8,3%) e *prep. + ti* (1 ocorrência – 4,2%). Tais resultados indicam que as cartas de uso de *você exclusivo* apresentam alternância especialmente entre o uso dos clíticos *lhe* e *te*, que exibiram uma acentuada diferença entre os índices percentuais de uso.

Sendo assim, de modo geral, os resultados apresentados diferem de alguns estudos com dados de outros estados brasileiros que apontam o pronome complemento *te* como a estratégia mais utilizada na função dativa (OLIVEIRA, 2014; LOPES E CAVALCANTE, 2011; RUMEU, 2015), porém, corrobora os resultados apontados por Andrade, Carneiro e Lacerda (2016) com dados diacrônicos da Bahia do século XIX e XX, no qual, se evidencia índice de uso majoritário do oblíquo *lhe* na função dativa, especialmente em cartas de *você* sujeito. Os exemplos, abaixo, apresentam ocorrências de *lhe* dativo em relação ao pronome *você* na posição de *sujeito*:

(06) “[...] vor **lhi**| dizer que as galinha que eu tem aí e| a que q <□?> foi de brenadete que esta com us| Pintos e a otra e uma preta e um| frangro branco é iu [.].i uma a elhe| foi uma pequena e você pitanga tomi| comta de minhas galinhas i minha| Porqua” (MC– 37)

(07) “[...] O inicio desta Carta e Só para| **le** pergunta por que você não veio no| São João. O que foi que aconteceu que voce não veio” (AHC– 58)

O oblíquo *te* também obteve destaque em cartas de *paradigmas mistos* (em que há mistura de paradigmas na mesma função sintática e não se evidencia o pronome utilizado na posição de *sujeito*), apresentando 4 ocorrências – 66,7% de produtividade em relação ao sintagma preposicionado *para você* que alcançou 2 ocorrências 33,3% de frequência, o que denota uma certa preferência para formas do paradigma de 2ª pessoa, quando há mistura de paradigmas e não se observa o pronome *sujeito*.

As correspondências que apresentaram *Mistura entre formas de origem nominal*, em posição de *sujeito*, exibiram uso categórico do oblíquo *lhe* – 9 ocorrências (100% de frequência); tendo as cartas de *sujeito* exclusivo *vosmecê* também exibido uso preponderante do clítico *lhe*, com 87% de produtividade (20 ocorrências), seguido de formas preposicionadas de *vosmecê* - 2 ocorrências (8,7% de frequência) e 1 dado de *consigo* (4,3% de produtividade).

Tais resultados podem ressaltar a manutenção do clítico *lhe* (forma originariamente do paradigma de P3), especialmente quando há utilização de formas nominais, aspecto também observado por Andrade, Carneiro e Lacerda (2016) com cartas baianas, segundo os autores na função de dativo: “[...] Os dados repetem a preferência pela forma *lhe*, que já era a preferida mesmo na função de acusativo, porém, de maneira ainda mais forte, com cerca de 63%, o que não é de surpreender, dada a grande ocorrência de formas nominais.”(ANDRADE; CARNEIRO; LACERDA, 2016, p. 270). As cartas, *Sem referência*, na posição de *sujeito* também exprimiram uso preponderante do oblíquo *lhe* (72,2% de frequência - 13 ocorrências), seguido por SP + *o/a senhor/a*: *ao/a senhor/a* 3 ocorrências (16,7%) e *para o/a senhor/a* 2 ocorrências (11,1%). Logo, os resultados apresentados evidenciam o predomínio do pronome complemento *lhe*, em função dativa, nas cartas produzidas por sertanejos baianos pouco escolarizados.

OS COMPLEMENTOS VERBAIS OBLÍQUOS E A POSIÇÃO DE SUJEITO

Apesar dos poucos dados de formas oblíquas, procurou-se analisar em quais contextos, na posição de *sujeito*, tais formas eram evidenciadas. A tabela 3, a seguir, confronta os dados de pronomes-complemento *oblíquos* e as cartas na posição de *sujeito*:

TABELA 3: A CORRELAÇÃO ENTRE AS FORMAS *OBLÍQUAS* E O USO DO *SUJEITO*

Tratamento nas cartas (<i>SUJEITO</i>)	FORMAS OBLÍQUAS DE 2ª PESSOA			TOTAL
	<i>Prep. + o/a senhor/a</i>	<i>Prep. + você</i>	<i>Prep. + vosmecê</i>	
Você-exclusivo	-	12/12 (100%)	-	12/26 (46,2%)
Vosmecê-exclusivo	-	-	2/2 (100%)	2/26 (7,7%)
O/a senhor/a-exclusivo	10/10 (100%)	-	-	10/26 (38,5%)
Mistura entre formas de origem nominal	-	-	1/1 (100%)	1/26 (3,8%)
Sem referência	1/1 (100%)	-	-	1/26 (3,8%)
TOTAL	11/26 (42,3%)	12/26 (46,2%)	3/26 (11,5%)	26/26 (100%)

Fonte: Santos (2019, p. 165).

Os complementos oblíquos encontrados na amostra contabilizaram um total de 26 dados: 12 de *prep. + você*, 11 de *prep. + o/a senhor/a* e 3 de *prep. + vosmecê*. Como demonstram os exemplos a seguir:

(08) “[...] Vai estas duas linha farzenno u| meu Aver convecar **com u senhor**” (AFS – 13)

(09) “[...] eu sigo com u mesim cario para voce| tudo so depede **de voce**” (JMA– 64)

(10) “[...] esto não hostra que eu não mi esqueco| **di vosmece**” (JMS– 66)

Ao analisar o uso de tais ocorrências e a posição de *sujeito*, notou-se a ausência de variação nesse contexto, que apresentou uso categórico da

forma empregada em função oblíqua. As cartas de sujeito *você-exclusivo* demonstraram apenas o uso de *Prep. + você*, com 12 ocorrências (100%); as cartas de sujeito *vosmecê-exclusivo* apresentaram 2 ocorrências de *prep. + vosmecê*, bem como na categoria *mistura entre formas de origem nominal* foi observado apenas 1 ocorrência dessa forma preposicionada; as missivas de uso exclusivo de sujeito *o/a senhor/a* evidenciaram, apenas, o emprego da forma preposicionada de *o/a senhor/a*, com 10 ocorrências, do mesmo modo que as cartas *sem referência* na posição de sujeito indicaram uso categórico dessa forma preposicionada, que apresentou 1 ocorrência.

Desse modo, percebe-se que a forma preposicionada de *você* apresentou maior produtividade na função *oblíqua*, sendo encontrada unicamente em cartas de *você-sujeito*, tendo a sua forma antecedente apresentado uso categórico em cartas de *vosmecê-sujeito* e *mistura entre formas de origem nominal*, tal fato exprime que os complementos *oblíquos* também se constituem como outro forte contexto para o emprego do *você* no quadro pronominal do PB. Aspecto também observado nos trabalhos de Rumeu (2015) e Lopes e Cavalcante (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentaram-se os contextos de variação entre as formas de tratamento em referência à segunda pessoa do discurso, na função de complemento verbal *acusativo*, *dativo* e *oblíquo* e a posição de *sujeito*, em uma amostra constituída por 91 cartas, produzidas durante o século XX, por escreventes baianos pouco escolarizados.

Foram encontradas 226 ocorrências de formas de complementos verbais em referência à 2ª pessoa do discurso, no singular, destas: na função de *acusativo* o clítico *te* se destacou apresentando 56,3% de produtividade; na função *dativa*, o pronome-complemento *lhe* foi o mais evidenciado exibindo 68,2% de frequência de uso; já na função *oblíqua*, destacaram-se os sintagmas preposicionados de *você* com 46,2% de produtividade, seguidos de formas preposicionadas de *o/a senhor/a*, com 42,3% de frequência de uso.

Ao analisar os complementos verbais e a posição de *sujeito* foi possível constatar que, as cartas de uso exclusivo de sujeito *você*, revelaram ser o maior ambiente de variação entre os complementos verbais. Em vista disso, na função de *acusativo* a variação concentrou-se entre os dados de *te* (56,3% - 40 ocorrências) e *lhe* (42,3% - 30 ocorrências), demonstrando maior emprego do clítico *te*, o que evidencia a resistência de formas do paradigma de 2ª pessoa, mesmo quando na posição de *sujeito*, encontra-se uma forma originariamente do paradigma de 3ª pessoa; na função *dativa*, apesar de haver maior quantidade de formas nas cartas de sujeito *o/a senhora* exclusivo, estas, relataram apenas a utilização de formas oriundas do paradigma de 3ª pessoa, enquanto as cartas de uso *você-exclusivo* apresentaram variação entre os clíticos *lhe* (12 ocorrências – 50%) e *te* (9 ocorrências – 37,5%), também havendo em menor número, a utilização de sintagmas preposicionados + *você* e prep. + *ti*, o que sublinha a mistura de paradigmas ocorrendo especialmente em cartas de *você* sujeito; as cartas dessa esfera, também evidenciaram ser um contexto frutífero para o emprego do *você* como complemento *obliquo*, que apresentou uso categórico através de sintagmas preposicionados + *você*.

Assim sendo, com base no mapeamento do quadro pronominal do PB, proposto por Lopes e Cavalcante (2011) a partir de Scherre *et al.* (2009; 2015), os resultados aqui apresentados exibem que o subsistema de tratamento preponderante nas cartas de sertanejos baianos é o de *você-exclusivo*, sendo este, também, o maior ambiente de variação entre os complementos verbais analisados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aroldo Leal de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. Formas tratamentais em cartas baianas: sujeito e outras funções. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, n. 2, p. 257-76, mai./ago. 2016. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/5114/5458>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português**. São Paulo: Contexto, 2010.

CINTRA, Lindley. **Sobre <<formas de tratamento>> da língua portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986 [1972].

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LOPES, Celia Regina dos Santos. Pronomes pessoais. In: Silvia Figueiredo Brandão e Silvia Rodrigues Vieira. (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 103-114.

LOPES, Celia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. **Linguística**. v. 25, p. 30-65, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/386164/mod_resource/content/1/texto%20%204.pdf. Acesso em: 16 ago. 2020.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENON, Odete Pereira da Silva. Sobre a datação de você, ocê e senhorita. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2009v6n1p45/11865>. Acesso em: 15 ago. 2020.

NASCENTES, Antenor. O tratamento de “Você” no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, v. 5, n. 6, p. 114-22, 1956. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/20034/13216>. Acesso em: 09 ago. 2020.

Obras métricas de D. Francisco Manuel de Mello. En Leon de Francia: Horacio Boessat y George Remeus. 03 tomos, 1665.

OLIVEIRA, Thiago Laurentino de. **Entre o Linguístico e o Social**: Complementos Dativos de 2ª Pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980). Dissertação (Mestrado) – UFRJ / Faculdade de Letras / Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: 2014.

PROJETO *CORPUS* ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO SERTÃO [CE-DOHS]. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/cedohs/corpora_ot.html. Acesso em: 03 ago. 2020.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. Tu’ ou ‘Você’, ‘Te’ ou ‘Lhe’? A correlação entre as funções de sujeito e complemento verbal de 2a pessoa. **Linguística (Madrid)**, v. 31, n. 2, p. 83-109, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v31n2/v31n2a07.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 09 jul. 2020.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012 [inédito]. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/monografias/SANTIAGO_H-Mestrado-2012.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTOS, Elane Santos e. **Para a história do português popular brasileiro: o sistema de tratamento em cartas baianas do século XX**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12gtRcGL95JEmjVpg4j1S4iTkxuYZdF9Q/view>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SCHERRE, Maria Marta Pereira *et al.* Usos dos pronomes “você” e “tu” no português brasileiro. In: SIMELP, 2., 2009, Portugal. **Anais...** Évora: Universidade de Évora, 2009.

SCHERRE, Maria Marta Pereira *et al.* Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO Jussara. (Org.). **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 131-72.

SOUZA, Camila Duarte de. **Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você**: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980). Dissertação (Mestrado) – UFRJ / Faculdade de Letras / Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: 2014.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

A MARCAÇÃO DE CONCORDÂNCIA VERBAL DE P6 NA FALA DE MULHERES DO QUILOMBO RIO DAS RÃS – BAHIA

Elisângela Gonçalves
(UESB/PPGLin/DELL)

Juscimaura Lima Cangirana
(UESB/PPGLin)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O referido artigo ressalta a marcação da concordância verbal de P6 na fala das mulheres da Comunidade Quilombola Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no Oeste da Bahia, situada a 70 km, da sede deste município. O estudo deste *corpus* é relevante para traçar um panorama sócio-histórico-cultural do português popular utilizado na comunidade Rio das Rãs, com o objetivo de verificar se a marcação deste fenômeno linguístico evidencia variação estável ou mudança em curso no sentido da aquisição da regra por essas falantes.

Para a construção dessa amostra de fala, foram utilizadas fontes secundárias, concentrando-se nos pressupostos teóricos - metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972-2008; WEINREICH, LABOV E HERZOG, 1968-2006; TARALLO, 2007). Ainda, tomamos como base estudos sobre o fenômeno linguístico *a marcação da concordância verbal de P6*, tais como: Almeida (2006); Araújo (2014); Lemle e

Naro (1977; 1977); Naro (1981); Scherre (1988); Naro e Scherre (1999) e Silva (2003), bem como fontes primárias, fotografias, depoimentos, mapas, conjuntos de dados, estatísticas do censo, relatórios técnicos, entre outros.

A análise desenvolvida neste trabalho é orientada a partir dos seguintes problemas /questões: (i) Quais fatores extralinguísticos estariam motivando a aplicação da concordância verbal de terceira pessoa do plural ou P6 na fala das mulheres em relação à dos homens na Comunidade Quilombola Rio das Rãs?

Parte da hipótese de que nessa comunidade linguística, as mulheres tendem à marcação de concordância verbal de P6, em relação aos falantes do sexo masculino.

Além da introdução, o presente artigo está organizado da seguinte forma: (i) apresentação dos pressupostos teóricos; (ii) perfil da Comunidade Quilombola Rio das Rãs; (iii) discussão do material e métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa; (iii) análise dos dados. Posteriormente, apresentam-se as considerações finais.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, foram seguidos os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, fundamentada pelo linguista William Labov (2008 [1972], utilizando-se um *corpus* composto por entrevistas de 24 (vinte e quatro) informantes residentes na comunidade remanescente de quilombo Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa - Bahia.

Dessa forma, nesta seção, apresentamos os fundamentos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, bem como delineamos o perfil da comunidade linguística estudada. Ao final desta, discorreremos sobre a metodologia seguida para a análise dos dados.

A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Nesta seção, apresentam-se os pressupostos teóricos da da Variação e Mudança Linguística, também conhecida como Sociolinguística Varacionista ou Sociolinguística Laboviana, que nos auxiliou na análise da marcação de concordância verbal de P6 na fala das mulheres quilombolas na comunidade em estudo.

A Teoria da Variação e Mudança surgiu em 1960 nos Estados Unidos da América, tendo como representante o linguista norte-americano William Labov. Nesse sentido, duas obras foram primordiais para a análise da variação e mudança linguística, o texto fundador *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* por Weinreich, Labov, Herzog (1968-2006), e o livro *Padrões sociolinguísticos*, publicado por Labov (1972-2008). Nessas pesquisas, o *contexto social* foi incorporado no sistema linguístico, que era ignorada em correntes linguísticas anteriores.

Começou-se, assim, a desenvolver uma nova abordagem dos estudos linguísticos, que tem como objeto a variação e a mudança linguística, que passam a ser consideradas como inerentes às línguas, podendo ser analisadas considerando-se grupos de fatores tanto de cunho social (faixa etária, ocupação profissional, escolaridade, sexo, rede de relações sociais, mídias, entre outros) como também de cunho linguístico (nos diferentes níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico/pragmático) que as possam estar condicionando, logo não podendo ser vistas como um efeito do acaso.

A preocupação de Labov (1972-2008, p. 139) era relacionar “[...] o estudo da língua e o estudo da sociedade [...]”, uma vez que o processo de variação e mudança em uma comunidade de fala está diretamente ligada à realidade social dos falantes. Segundo este pesquisador,

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente

sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, (1972-2008, p. 21).

Assim, ao pesquisar um determinado fenômeno linguístico, os estudos variacionistas destacam a heterogeneidade linguística, visto que nenhuma língua é homogênea e é, através da heterogeneidade, que se pode compreender a mudança que ocorre na mesma¹. Para Weinreich, Labov, Herzog (1968-2006, p. 58), “[...] a língua é heterogênea e essa heterogeneidade deve ser buscada na comunidade de fala”. Desse modo, a língua, um sistema heterogêneo, seria analisada na fala da comunidade e não do indivíduo.

Os estudos realizados por Labov (1972-2008, p. 188) foram concentrados a uma comunidade de fala², isto é, a “grupos de falantes que compartilham os mesmos valores, normas, atitudes em relação ao uso de formas linguísticas” – nos aspectos fonéticos, morfológicas e/ ou sintáticos de uma língua por seus membros. Esse é o olhar sobre a língua e sobre o fenômeno da variação que um sociolinguista adota ao trabalhar com dados reais (produzidos por falantes reais, em uma comunidade real).

Logo, cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático (MOLLICA, 2008, p.11). Feitas estas considerações, segue um breve histórico sobre a Comunidade Quilombola Rio das Rãs para, em seguida, analisar a fala das mulheres desta comunidade.

1 Observa-se que toda língua apresenta variação e mudança, embora nem toda variação estrutural motive mudança linguística (LABOV, 1972-2008; TARALLO, 2007).

2 A variação pode ser estudada considerando-se uma comunidade de fala ou um informante, já que este, por sua vez, não fala da mesma forma em todas as situações ou dentro de um mesmo grupo social.

O PERFIL DA COMUNIDADE RURAL NEGRA QUILOMBOLA RIO DAS RÃS

Segundo a narrativa de vida dos moradores, a Comunidade de Rio das Rãs tem sua história profundamente relacionada ao início da formação do quilombo, ou seja, é uma localidade formada por descendentes de escravos africanos que nessa região teriam se refugiado. Dessa forma, no período de escravidão, os negros percorriam o Rio São Francisco e buscavam esconderijo às suas margens, bem como de seu afluente, o Rio das Rãs, escapando dos fazendeiros que os escravizavam. Segundo Souza e Almeida (1994, p. 27), “[...] nessa região, as terras eram férteis, menos propensas à seca, por isso consideradas o celeiro do Médio São Francisco”. Assim, este lugar passou a ser referência para muitos negros que fugiam do sistema vigente.

O quilombo Rio das Rãs está localizado a 70 km do município de Bom Jesus da Lapa, Oeste da Bahia, a cerca de 970 Km da capital. Trata-se de uma comunidade de difícil acesso, ou seja, são mais de 70 Km de estrada de chão que, pelo mal estado de conservação, na época de chuva, torna impossível transitar pela região.

Essa comunidade faz divisa com os municípios de Malhada, Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, com uma extensão territorial de aproximadamente 30.190,71 mil hectares. De acordo com o INCRA, a comunidade de Rio das Rãs possui mais ou menos 691 habitantes e é constituída por pequenos núcleos territoriais: Brasileira, Rio das Rãs, Capão de Cedro, Retiro e Exu.

Rio das Rãs esteve diante de situações de conflito pela posse de terras com diversos fazendeiros da região durante vinte anos. Os fazendeiros se apropriaram indevidamente de parte da terra dos quilombolas e mantiveram a comunidade sob seu controle. Essa situação só foi resolvida com a intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este órgão estabeleceu a reintegração dos moradores que tiveram suas casas destruídas através da implementação do *Projeto Especial Quilombola Rio das Rãs*. O objetivo desse projeto

era desapropriar a área em conflito e transformá-la em assentamento³ para os remanescentes de quilombos.

As atividades econômicas nessa comunidade são a agricultura e a criação de gado, suínos, aves, a pesca e alguns bares. Dessa forma, essa comunidade é composta, quase que em sua totalidade, por trabalhadores rurais. A comunidade recebe alguns benefícios assegurados por ocasião da certificação como território quilombola: energia elétrica, casas de alvenaria, caixas para captação de águas da chuva, antena de internet, Posto de Saúde da Família (PSF) com atendimentos médico e uma escola tipicamente quilombola. No tocante aos meios de transporte usados na comunidade, os quilombolas usam moto, charrete, cavalo, ônibus, carro e bicicleta.

No que diz respeito à instrução dos quilombolas, seu índice de escolaridade ainda é baixo, sobretudo o dos mais idosos, muitos dos quais possuem de 02 a 05 anos de escolaridade. Quanto aos mais jovens, alguns concluíram o ensino fundamental e o ensino médio e outros cursaram ou estão cursando o ensino superior. É relevante mencionar que os professores dessa comunidade vêm procurando formas para trabalhar com os alunos a história e os costumes da mesma, objetivando preservar suas tradições, para que estas não se percam com o passar do tempo.

Pode-se observar que muitos costumes e tradições existentes hoje no quilombo Rio das Rãs são provenientes de experiências vividas pelos antepassados da comunidade. Assim, no que tange à religião, os moradores do quilombo buscam manter sua cultura e seus costumes; há uma mistura de africanismo e catolicismo que caracteriza a sua fé, celebrada com samba de roda, capoeira, danças e festas dos santos da igreja.

As mulheres quilombolas frequentam regularmente os cultos e missas, assim como fazem parte de sindicatos, em que, respectivamente, discutem a palavra de Deus e políticas públicas para o quilombo com padres, pastores e professores. Ademais, fazem parte dos encontros que o *Programa Saúde da Mulher* realiza semanalmente no Posto de Saúde, nos

3 “É um conjunto de unidades (lotes) agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário”. (INCRA).

quais estão em contato com novos olhares propostos pelos profissionais da área sobre o cuidado com sua saúde. Além disso, algumas mulheres do quilombo participam do *Movimento Mulheres Quilombolas*, a fim de buscarem políticas públicas e garantia de seus direitos.

Os homens, por sua vez, trabalham na roça ou em fazendas (com a agricultura), participam de associações de moradores e, às vezes, de grupos religiosos. Todavia, sua participação nesses grupos é mínima, devido à sua excessiva jornada de trabalho. Ao contrário das mulheres, que têm participação ativa no Posto de Saúde, eles raramente aparecem no Posto; não costumam sequer realizar os exames de rotina. Embora se desloquem para cidades vizinhas, como Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho (a 70 km de Rio das Rãs), para fazerem compras, e para a cidade de São Paulo, para trabalharem como pedreiros ou na colheita de cana-de-açúcar (permanecendo lá por três meses), o que poderia caracterizar a ampliação de suas redes sociais, no trabalho nas construções, além de, muitas vezes, não disporem de tempo para estabelecerem uma interação com seus colegas, ainda que esta aconteça, não estão tendo contato com sujeitos que detenham o padrão (como acontece no caso das mulheres). No concernente ao trabalho na colheita de cana-de-açúcar, a interação dos quilombolas é feita basicamente entre si.

Observa-se que, com sua participação efetiva em sindicatos, no *Programa Saúde da Mulher* no posto da comunidade, em associações de mulheres e cultos evangélicos, as mulheres têm se destacado na realização de diversas tarefas, com a finalidade de lutar por melhores condições de vida não apenas para a sua família, mas também para a comunidade. Isso faz com que ampliem suas redes de contatos, visto terem uma ampla mobilidade na sociedade.

Vê-se, dessa forma, que os papéis sociais desempenhados pelas mulheres e as relações que estabelecem na sociedade refletem no seu uso linguístico, o contato que mantêm com falantes que empregam o padrão linguístico está refletindo no seu próprio uso da língua.

Após a descrição do perfil da comunidade negra rural quilombola Rio das Rãs, na seguinte seção, abordamos os aspectos teórico-

metodológico que norteiam este trabalho e embasam a análise da marcação da concordância verbal de P6 na fala das mulheres nesta comunidade.

METODOLOGIA BASEADA NA CONSTITUIÇÃO DE *CORPUS* ORAL

Conforme mencionado, a análise realizada neste trabalho toma como *corpus* composto dados orais de 24 informantes residentes na comunidade remanescente de quilombo Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa - BA. Eles foram divididos, considerando perfis sociais como: (i) sexo (12 do sexo masculino e 12 do sexo feminino); (ii) Faixa etária (08 jovens – 25 a 35 anos; 08 adultos – 45 a 55 anos; 08 idosos – com mais de 65 anos); (iii) Grau de escolaridade (12 analfabetos: 0 a 02 anos de estudos e 12 semianalfabetos: 03 a 05 anos de estudos; (iv) Exposição à mídia, e (v) Redes de relações sociais.

Após uma prévia aproximação de vivência dos entrevistadores com os moradores da comunidade, as entrevistas foram realizadas com auxílio de um gravador de voz modelo Sony PX-240. Para a realização das entrevistas, foi preenchida uma ficha pelos entrevistadores com as seguintes informações dos entrevistados: nome completo, local de residência, profissão, grau de escolaridade, viagens, idade, filhos, religião, naturalidade, sexo, estado civil, tempo fora da comunidade, exposição à mídia e uso de internet. Além disso, os informantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para poderem participar das entrevistas.

Definido o perfil dos informantes e estabelecidos os primeiros contatos, as entrevistas (do tipo entrevistador/informante) foram colhidas no ambiente da comunidade (casas dos moradores e locais de trabalho), conversando sobre “narrativas de vida” (família, sonho, associação, trabalho, religião, infância, estudo, festas locais, doenças, costumes, conflitos de terra etc). Para a transcrição grafemática das entrevistas, lançou-se mão da Chave de Transcrição do projeto Vertentes do Português (LUCCHESI, 2001); ainda, utilizou-se o programa estatístico

GoldVarb X para rodar os dados, bem como o programa *Transcriber 2.0* para transcrever as entrevistas.

ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL DE P6 NA FALA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DE RIO DAS RÃS

Nesta seção, desenvolve-se a análise dos dados coletados com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e da Mudança Linguística (LABOV, WEINREICH, HERZOG, 1968-2006; LABOV, 1972-2008).

A respeito da atuação das mulheres na marcação da concordância verbal de P6 em comunidades remanescentes de quilombo, observa-se que vários estudiosos buscaram verificar como e em que medida mulheres e homens se comportam frente ao fenômeno em estudo.

Para análise variacionista foram controladas as seguintes variáveis sociais neste trabalho: (i) sexo; (ii) escolaridade; (iii) faixa etária; e (iv) redes de relações sociais. Desse conjunto, analisou-se a variável sexo, especificamente, a fala das mulheres na marcação da concordância verbal de P6, em comparação com a fala dos homens.

Os dados foram rodados no Programa *GoldVarb X*, obtende-se um total de 993 ocorrências, das quais 143 apresentam aplicação da regra de concordância, equivalendo a 14,4%, e 850 acontecem sem concordância, equivalendo a 85,6%, conforme demonstram os exemplos em (1a) e (1b), respectivamente.

- 1) a. *Vocês não estão trabaiano.* (IAN⁴, 32 anos, Rio das Rãs)
 b. *Quando eles construiu.* (FFS, 65 anos, Rio das Rãs)

Na tabela abaixo, podemos verificar os resultados correspondentes à fala das mulheres:

4 Essas letras se referem às iniciais do nome e sobrenome do informante.

TABELA 1 - PRESENÇA DA MARCA DE PLURAL OU VARIANTE PADRÃO, SEGUNDO O SEXO

Sexo	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Masculino	33/432	7.6%	0.35
Feminino	110/561	19.6%	0.61

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Observa-se, nos resultados apresentados na tabela 1, índices de frequência e de peso relativo de aplicação da marca de concordância verbal de P6 maiores para os falantes do sexo feminino (respectivamente, 19.6% e 0.61) do que para os falantes do sexo masculino (7.6% e 0.35). Esses resultados se diferem dos que têm sido verificados em pesquisas sobre o linguajar de moradores de comunidades isoladas (SILVA, 2003; ALMEIDA, 2006), nos quais são os homens que lideram a realização da marca de concordância verbal na terceira pessoa do plural.

Por outro lado, os resultados obtidos corroboram o que tem sido apontado em pesquisas de base sociolinguística de que as mulheres tendem a se aproximar mais da variante padrão (do que os homens). Em se tratando da comunidade de Rio das Rãs, esse fator pode estar relacionado à participação ativa das mulheres em atividades sociais, tais como cultos evangélicos, sindicatos e programas voltados à saúde da mulher no posto de saúde, com profissionais dessa área, enquanto os homens trabalham na roça e fazem viagens curtas. Vê-se que o sexo feminino lidera o uso da variante padrão, ao favorecerem a marca de regra de CV de P6 - forma inovadora; já os homens mostram-se mais conservadores, favorecendo a não marcação de CV.

Diferentemente dos resultados deste estudo, Silva (2003, p. 179 – 180), ao analisar a comunidade de Cinzento-BA, observa que as mulheres tendem a não concordância verbal de P6, com percentual de 13% e peso

relativo de 0.45, ao contrário dos homens que apresentam uma tendência à marcação de P6, com percentual 19% e peso relativo de 0.56. Silva (2003, p. 180) “[...] a comunidade estudada apresenta a mulher como possuidora de um comportamento conservador em função da história e do contexto social que o meio rural lhe proporciona”. Nos dados de Almeida (2006, p. 125), referentes à comunidade de São Miguel dos Pretos, os homens também lideram o emprego da variante padrão, que apresentam percentual de 82%, ao contrário das mulheres dessa comunidade com o percentual de 81%.

Foi relatado pelos informantes que antigamente existiam diferenças nos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, mas hoje em dia, o que os homens fazem, as mulheres também fazem, ambos trabalham na roça, em serviços domésticos, entre outras ocupações. Assim as mulheres compartilham tarefas com pessoas fora do seu ambiente doméstico e estão em contato com o ambiente externo e o interno da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resultado nos leva a crer que as mulheres tendem a usar a variante padrão na comunidade de fala em maior frequência do que os homens devido a seu maior contato e circulação nos ambientes sociais, pois, no Quilombo, estas desenvolvem diversas atividades culturais, sociais e religiosas que contribuem para que utilizem em sua fala formas próprias do padrão linguístico, a exemplo da marcação de concordância verbal de P6, objeto de estudo deste trabalho. Assim, as mulheres quilombolas de Rio das Rãs são atuantes e estão conscientes de seu papel frente aos desafios que estão por vir.

Esperamos que a análise deste *corpus* possa fornecer dados que contribuam com as pesquisas sobre a variação do português brasileiro (PB) refletindo sobre quais implicações as reconfigurações dos espaços urbano-rural podem trazer à variedade de língua usada por esses indivíduos, fornecendo dados inéditos sobre a fala vernácula no Oeste da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. P. **A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS.** 2006, 158f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ARAUJO, S. S. F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana - BA:** sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. 2014, 342f. Tese (doutorado em Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2014.
- CARVALHO, J. J. de. (Org.). **O Quilombo do Rio das Rãs:** Histórias, tradições, lutas. Salvador: EDUFBA, 1996.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos.** Tradução: Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. - São Paulo, Parábola Editorial, 1972-2008.
- LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências básicas do português.** Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras MOBIL e Fundação FORD. Rio de Janeiro, 1977.
- LUCCHESI, D. **As duas grandes vertentes da história sociolinguística brasileira.** D.E.L.T.A., São Paulo, 2001.
- LUCCHESI, D. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira:** novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 2001. 331f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. *In:* RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). **Português brasileiro:** contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
- LUCCHESI, D. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, 2006.
- LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. *In:* BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O português afro-brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73.
- LUCCHESI, D, BAXTER, A. SILVA, J. A. da. **O português afro-brasileiro:** a concordância verbal, 2009.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In:* MOLLICA, M. C.; BRAGA M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, J. A. A. da. **A concordância verbal no português afro-brasileiro**: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do estado da Bahia. 2003, 200f. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFBA- Salvador, 2003.

SCHERRE, M. M. P. **Paralelismo linguístico**. Estudos de linguagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 7, n. 2, p. 29-59, jul./dez. 1998.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LÉXICO RELIGIOSO DAS CAPITAIS DO BRASIL

Geisa Borges da Costa
(UFBA)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A variação na língua falada possui uma relação intrínseca com os fatores de ordem social e cultural, e, através dela, é possível conhecer não apenas os elementos eminentemente linguísticos, mas também o modo de vida das pessoas, sua origem social, as redes sociais que as envolvem, o sistema de valores que rege determinados grupos e sociedades humanas e que, muitas vezes, orientam a realização linguística dos indivíduos.

A língua também retrata as diferentes e complexas condições e contradições a partir das quais os grupos sociais se constituem, podendo revelar a relação que se estabelece entre o comportamento linguístico dos falantes e os mais variados espaços físicos, culturais, sociais e econômicos.

Os diferentes usos da linguagem apresentam-se como um mosaico do polimorfismo social e cultural que representa os mais diversos agrupamentos humanos, sendo possível observar, através das manifestações de suas atitudes, valores, modos de pensar e se relacionar com o mundo, um panorama extremamente diversificado e plural da realidade linguística.

Desse modo, a língua falada manifesta-se como uma importante forma de retratar os elementos da história e da cultura, envolvendo, em seus traços, o passado e o presente.

Em um país multicultural, pluriétnico e de dimensões continentais como o Brasil, as diferentes realidades socioculturais, geográficas e econômicas dão o tom para o mosaico que constitui a gama de variações da língua portuguesa. Esses traços linguísticos variáveis representam, portanto, a diversidade das normas regionais e sociais e podem acontecer nos diversos níveis da língua, como o fonético-fonológico, o morfossintático e o semântico-lexical.

As realizações lexicais dos indivíduos expressam sua visão de mundo, suas crenças, suas ideologias, seus valores e a norma linguística aprendida através das práticas socioculturais presentes em seu grupo social, que, geralmente, mantêm entre si uma identidade linguística.

Tendo em vista que a língua é também um produto cultural da comunidade, e, dentre os níveis da língua, o léxico é um dos mais afetados pelas influências socioculturais, o estudo sobre o léxico poderá evidenciar aspectos bastante significativos da correlação entre a língua e a diversidade regional e social.

Este trabalho tem como objeto principal de estudo o léxico referente à área semântica da religião e das crenças, mais especificamente ao item lexical *diabo*, buscando-se identificar a presença de tabus linguísticos no vocabulário religioso dos habitantes das capitais brasileiras.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A pluralidade linguística, social e cultural tem se constituído em campo de pesquisa para muitas áreas do conhecimento. Dentre essas, encontra-se a Dialetoлогия, que, entendendo o espaço geográfico e sociocultural, como elemento importante para a investigação dos fenômenos relativos à variação da linguagem, busca descrever e analisar o complexo e multiforme quadro da realidade linguística de um determinado grupo em consonância com elementos que fazem parte da história e da cultura de um povo.

Ao conceber aspectos da distribuição espacial, sociocultural e cronológica como fatores fundamentais para explicar o fenômeno da variação linguística, a Dialectologia toma o espaço, a sociedade e o tempo como parâmetros para a identificação e descrição das diferenças e/ou semelhanças que a linguagem apresenta a partir dos seus usuários (e entre os mesmos) e, por meio da descrição das variantes linguísticas, busca identificar áreas de conservação ou inovação da linguagem relacionadas aos movimentos humanos nos diferentes territórios geográficos.

A identificação dessa distribuição areal ou espacial das variantes linguísticas permite um conhecimento sobre a trajetória do fenômeno da variação em função dos espaços geofísicos, podendo-se identificar áreas linguísticas bastante definidas, cujas características podem fornecer elementos importantes para a compreensão das particularidades da fala nos mais diferentes ambientes espaciais, sociais, culturais. Visto desse modo, o tempo, o espaço, a sociedade e a cultura funcionam como aspectos condicionadores da existência ou da ausência de determinadas variáveis na fala, mostrando-se como elementos capazes de explicar o caminho percorrido pelas variantes linguísticas.

A diversidade dos usos linguísticos como representação dos diferentes espaços geográficos pode ser facilmente percebida pelos falantes, que reconhecem a origem do indivíduo através das marcas regionais transpostas em sua linguagem. Entretanto, embora fosse inegável a existência da variação linguística nas diferentes localidades e ambientes sociais, o tratamento científico para investigar esses fatos da linguagem nem sempre esteve assentado em uma base sólida.

Conforme observa Cardoso (2010), dois aspectos fundamentais estão na gênese da Dialectologia: o reconhecimento das diferenças ou das igualdades que a língua reflete e o estabelecimento das relações entre as diversas manifestações linguísticas documentadas e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços e realidades prefixados.

Os estudos dialetais têm servido como um importante instrumento para o conhecimento do patrimônio linguístico e cultural das diversas regiões brasileiras. Dentre esses estudos, o registro da diversidade lexical

do português do Brasil tem sido um campo de pesquisa bastante profícuo, pois o nível lexical da língua é a área da linguagem que melhor reflete a realidade cultural e social de uma comunidade.

Através da palavra, o indivíduo vai conhecendo o universo à sua volta e o mundo se revela para ele, que o percebe através de diferentes sentidos, sensações, sentimentos, objetos, os quais são nomeados e reconhecidos por esses nomes. Desse modo, os elementos do mundo biossocial são registrados e identificados, constituindo-se em um universo significativo para o falante.

Em sua ligação com o mundo exterior, a palavra identifica o ser humano, ajuda-o a construir vínculos sociais, culturais, religiosos e afetivos, revelando-se como um modo de aproximação ou distanciamento entre as pessoas, que se afligem, angustiam-se, entristecem-se ou se alegram ao ouvir determinadas palavras.

O aspecto lexical da língua é considerado o retrato da cultura de um povo, refletindo aspectos vinculados às experiências sociais e culturais de uma comunidade, pois, ao escolher formas linguísticas para nomear os referentes do mundo físico e do universo simbólico, o indivíduo revela não somente a sua percepção da realidade, mas compartilha valores, práticas culturais e crenças do grupo social em que se enquadra. Sendo assim, o léxico é o nível da língua mais influenciado por fatores socioculturais. Como observa Biderman (2001a, p. 12):

O léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos e categorias para gerar novas palavras.

O estudo do léxico pode, portanto, contribuir para o conhecimento de aspectos culturais representativos de uma sociedade. Nas palavras de Isquierdo (1997, p. 575),

partindo-se do princípio de que o léxico funciona como testemunha da realidade que circunda um grupo sócio-linguístico-cultural, pode-se encontrar nesse nível da língua elementos reveladores de diferentes nuances da forma como tal grupo concebe essa realidade.

Visto sob esse prisma, o repertório lexical utilizado pelos falantes pode refletir elementos significativos sobre as tradições religiosas e a cultura popular, revelando o conhecimento de como alguns mitos se estabelecem na sociedade e evidenciando aspectos da ideologia, dos valores, das crenças de uma comunidade em uma dada época.

Em um de seus trabalhos sobre o léxico nordestino, Aragão (1999) reforça a ideia de que as unidades lexicais e seus contextos constituem-se no principal objeto de estudo para que se possa apreender, compreender, descrever e explicar a visão de mundo de um grupo sócio-linguístico-cultural.

Através da análise do léxico, pode-se buscar uma melhor compreensão do indivíduo, bem como seu modo de viver e de representar a realidade que o cerca, pois os sistemas de valores e as práticas socioculturais dos grupos humanos são refletidos em seu léxico.

Os nomes religiosos são, sem dúvida, uma grande fonte de tabus, até pelo temor que muitos creditam a eles, o que faz com que seja considerado uma falta de respeito a pronúncia de alguns desses termos.

A palavra *tabu*, conforme Guérios (1979), tem sua origem nas línguas do ramo malaio-polinésico, significando sagrado, proibido, consagrado, impuro. Os tabus podem estar associados a objetos (que não devem ser tocados), lugares (que não devem ser visitados), ações (que não devem ser praticadas) e palavras (que não devem ser ditas).

O dicionário Houaiss (2009, verbete *tabu*) da língua portuguesa traz as seguintes acepções para tabu:

1 – instituição religiosa que, atribuindo caráter sagrado a determinados seres, objetos ou lugares, proíbe qualquer contato com eles [a violação desse interdito acarreta, supostamente, castigo divino, que pode recair sobre o culpado ou sobre seu grupo]; 2 – interdição cultural e/ou religiosa quanto a determinado uso, comportamento, gesto ou quanto à linguagem <o povo fez da palavra diabo um tabu linguístico>; 3 – proibição imposta por costume social ou como medida protetora; 4 – proibido por crença de ordem sobrenatural; 5 - que não pode ser usado, feito, tocado, ou pronunciado por crença, respeito ou pudor.

Ao analisar as definições para tabu expressas no dicionário em foco, um fato inquestionável é a relação que todos os conceitos e acepções para tabu estabelecem com o sistema de crenças e valores da sociedade, havendo sempre uma motivação de ordem religiosa ligada ao sobrenatural ou ao código moral. Além disso, o tabuísmo está intrinsecamente associado à linguagem, já que existe uma interdição social e cultural quanto ao uso de determinadas palavras-tabu, consideradas indecentes, ofensivas, imorais, grosseiras, vulgares, antirreligiosas ou até mesmo sagradas.

Os tabus linguísticos fazem parte da cultura e do cotidiano ao longo da história das civilizações humanas. São termos que se revestem de diversas cargas simbólicas, a depender do teor do vocábulo, a ponto de as pessoas acreditarem que seu uso pode trazer malefício ou castigo. Muitas expressões-tabu também são estigmatizadas pela sociedade, o que se reflete na avaliação social do falante que a utiliza.

Essas palavras proibidas, são, em geral, substituídas por outras, já que os indivíduos evitam utilizá-las, e, em seu lugar, abundam eufemismos e neologismos que se encarregam de evitar o mal-estar que poderá ser causado por essas expressões.

Este trabalho busca fazer uma análise dos tabus linguísticos presentes nas respostas apresentadas pelos informantes do Projeto Atlas Linguístico do Brasil para a primeira pergunta do questionário semântico-lexical referente ao campo semântico Religiões e Crenças.

METODOLOGIA

Os dados foram analisados em uma perspectiva qualitativa, buscando-se embasamento teórico-metodológico na Geolinguística Pluridimensional e na Etnolinguística, a fim de identificar as designações tabuísticas referentes ao item lexical “diabo”, bem como os recursos linguísticos utilizados para substituir a lexia-tabu.

O trabalho constitui-se a partir de um segmento do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), considerando-se as respostas dadas pelos informantes para a primeira pergunta referente ao campo semântico Religiões e Crenças (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001).

A questão 147 do QSL foi formulada com o fim de documentar a riqueza sinonímica utilizada pelos indivíduos para nomear o item lexical *diabo*. Desse modo, perguntou-se ao informante: “Deus está no céu, e no inferno está _____?”

Para este estudo, utilizaram-se inquéritos realizados com 200 informantes – 100 homens e 100 mulheres – das vinte e cinco capitais brasileiras: quatro homens e quatro mulheres por capital; dois homens e duas mulheres pertencentes à Faixa I – dos 18 aos 30 anos; dois homens e duas mulheres correspondentes à Faixa Etária II – dos 50 aos 65 anos; dois níveis de escolaridade: nível fundamental incompleto e nível universitário.

ANÁLISE DOS DADOS

No âmbito do Questionário Semântico-Lexical do Atlas Linguístico do Brasil, os informantes foram inquiridos com a seguinte pergunta: “Se Deus está no céu, no inferno está...” (COMITÊ NACIONAL, 2001). As respostas apresentadas demonstraram uma gama de variantes para nomear o referente *diabo*: *anjo mau*, *anjo do mal*, *anticristo*, *besta*, *besta-fera*, *belzebu*, *bicho feio*, *bicho ruim*, *cão*, *capeta*, *capiroto*, *chifrudo*, *coisa*, *coisa ruim*, *cramulhano*, *criatura*, *cruz credo*, *demo*, *demônio*, *desgra-*

ça, diabo, didi, encardido, enxofre, estrela vermelha, inimigo, Lúcifer, maligno, mefítico, príncipe dos céus, rabudo, sapirico, satã, satanás, satangoso, sujo, troço, tibia, tihoso.

Os dados encontrados no *corpus* foram organizados de acordo com critérios semânticos, o que permitiu dois agrupamentos: nomes de origem religiosa ou mitológica e metáforas, eufemismos e disfemismos, como se pode observar no quadro a seguir.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO SEMÂNTICA DOS DADOS PARA *DIABO*

Nomes considerados religiosos ou mitológicos	Metáforas, Eufemismos e Disfemismos
anjo do mal anjo mau anticristo belzebu besta besta-fera demônio diabo Lúcifer príncipe dos céus satanás	bicho ruim capeta capiroto chifrado coisa coisa ruim cramulhano criatura cruz-credo demo desgraça didi encardido enxofre imundo inimigo maligno mefítico rabudo sapirico satã satangoso sujo tibia tihoso troço

Fonte: Elaborada pela autora.

O primeiro grupo diz respeito às formas lexicais que têm sua origem ou seu uso relacionado às concepções cristãs sobre “o ser que está no inferno”, incluindo também neste grupo os termos que são atribuídos à mitologia grega.

O segundo grupo refere-se aos vocábulos que foram empregados para denominar o *diabo*, através de processos metafóricos, considerando-se os eufemismos e disfemismos como casos especiais de metáforas, embora os limites entre essas categorias sejam bastante fluidos e con-

troversos, o que faz com que alguns estudiosos as considerem como duas faces de uma mesma moeda, como alerta o pesquisador espanhol Chamizo Domínguez (2004, p. 45):

El que una palabra dada (o una expresión, en su caso) sea sentida por los hablantes como un eufemismo o como un disfemismo no depende de la palabra en sí, sino del contexto, del uso que se haya hecho de dicha palabra o de las intenciones de los hablantes¹.

A pergunta 147 do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALiB, que busca apreender as denominações dadas pelos informantes para a lexia *diabo* através da pergunta “Deus está no céu e no inferno está...?”, registrou, nas capitais do Brasil, alguns recursos linguísticos utilizados pelos informantes para evitar o uso da lexia-tabu, que coincidem com os que foram apresentados por Guérios (1979) e Monteiro (2002), como:

- variação fonética: *capioto*, *cramunhão*, *diacho*, *nefisto* (Estas expressões substituem os vocábulos capiroto, cramulhano, diabo, mefítico);
- redução da palavra: *demo* (demônio), *satã* (satanás);
- eufemismos: *estrela vermelha*, *inimigo*, *príncipe dos céus*;
- disfemismos: *anjo do mal*, *anjo mau*, *bicho ruim*, *cão*, *chifrudo*, *coisa ruim*;
- metalexismos qualificativos: *bicho ruim*, *chifrudo*, *coisa ruim*, *encardido*, *maligno*, *rabudo*;
- dêixis: *a coisa*;
- metonímia: *enxofre*, *chifrudo*, *encardido*, *rabudo*;
- mudança no tom de voz: muitos informantes abaixaram o tom da voz para pronunciar a palavra *diabo*.

1 Para que uma determinada palavra (ou uma expressão, neste caso) seja sentida pelos falantes como um eufemismo ou como um disfemismo não depende da palavra em si, mas do contexto, do uso que se faça da palavra ou das intenções dos falantes. (Tradução nossa).

Como se pode observar, os termos metonímicos, metafóricos, eufêmicos e disfêmicos foram encontrados em um número infinitamente maior que os termos tabuísticos, o que confirma o fato de os nomes religiosos envolverem uma gama de superstições e temores por parte do falante. Para não pronunciar as denominações que trazem uma carga semântica considerada negativa ou maléfica, os informantes fazem diversas substituições, principalmente através de palavras que parecem soar menos impactantes.

Em alguns trechos dos inquéritos do ALiB, parece haver uma resistência dos informantes não só em pronunciar o termo *diabo*, como também outras palavras que representam o “ser maligno”. A palavra traz à tona uma carga de valores negativos presentes no imaginário das pessoas, principalmente daquelas que já podem ter ouvido muitas histórias e episódios sobre o poder destruidor dessa “entidade maldita”. Alguns excertos das entrevistas do ALiB mostram que determinados informantes evitam pronunciar os nomes existente para identificar “o ser que está no inferno”:

INQ. – Deus está no céu e no inferno está o...

INF. – O *demo*.

INQ. – Tem outros nomes para ele?

INF. – Olhe... eu não uso nenhum desses, eu não uso. Eu não gosto dessa palavra, mas a gente ouviu muito aqui na escola.

(QSL, Informante 8, mulher, faixa II, nível de escolaridade universitária, Curitiba – PR).

As crenças religiosas são responsáveis pela manifestação de uma gama de tabus no âmbito da linguagem. Muitas palavras advindas do campo religioso são tidas como impuras e causadoras de malefícios e, por isso, não devem ser proferidas.

Essa ideia difundida, principalmente, pelas religiões cristãs leva o falante a evitar o uso dos termos tabus, substituindo-os por outros itens lexicais criados através de diversos recursos linguísticos, como metáforas,

metonímias e eufemismo. Isso ficou bastante evidenciado nas respostas para a questão 147, em que os informantes das capitais brasileiras utilizaram diversas variantes eufêmicas para nomear o referente *diabo*. Dentre estas, podem-se citar: *anticristo*, *didi*, *estrela vermelha*, *inimigo*, *príncipe dos céus*, *satã*.

Os tabus linguísticos podem, portanto, ser identificados enquanto fatos sociais e culturais, uma vez que refletem todo um sistema de valores, hábitos e crenças da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal descrever e analisar, sob a perspectiva diatópica, a produtividade das variantes lexicais para a primeira questão da área semântica Religiões e Crenças, documentada pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil nas capitais brasileiras.

A investigação seguiu as diretrizes teóricas e metodológicas da Geolinguística Pluridimensional Contemporânea, aliadas a orientações da Etnolinguística. Os dados lexicais que integram o *corpus* do trabalho foram coletados através de 200 entrevistas do Questionário Semântico-Lexical realizadas nas vinte e cinco capitais que integram o Projeto ALiB.

No que tange à questão “Se Deus está no céu, no inferno está...?”, as unidades lexicais apuradas para o referente *diabo* correspondem a 39 formas lexicais, o que demonstra a produtividade da variação relacionada ao conceito compreendido por este item lexical.

O estudo possibilitou o conhecimento de importantes elementos linguísticos e sociais manifestados através do campo semântico-lexical das religiões e das crenças. As marcas culturais dos falantes das capitais brasileiras estão impressas nos elementos lexicais utilizados para nomear “o ser que está no inferno”.

As variantes documentadas demonstraram ser o termo *diabo* uma lexia tabu, pois os informantes, ao responderem à questão, utilizaram

muitas formas metafóricas para substituí-lo, como: *coisa ruim*, *inimigo*, *anticristo*, *sujo*, *encardido*.

No campo religioso, não é raro o falante utilizar termos metafóricos, eufemísticos e disfemísticos como um meio de não proferir determinadas palavras consideradas pecaminosas ou malditas, as quais são fortemente rejeitadas e, normalmente, sofrem sanção social.

Nas mais variadas culturas, existe a crença de que a simples pronúncia de algumas palavras pode atrair para as pessoas toda sorte de males, devendo-se evitar o uso do termo, a fim de afastar os perigos que ele pode trazer.

Algumas entrevistas do Projeto Atlas Linguístico do Brasil reforçam a ideia de que alguns nomes são amaldiçoados. Desse modo, o emprego desses termos é reprovado pelos próprios falantes que criam uma espécie de bloqueio linguístico com relação a determinados itens lexicais referentes ao campo religioso, como se pode verificar no excerto a seguir:

INQ. _ Deus está no céu e no inferno está?

INF. _ O diabo.

INQ. _ Tem outros nomes para ele? Você já ouviu outros nomes?

INF. _ Não. Deixa um só, é tanta interferência ruim, deixa um só aí. Um só tá bom.

(QSL, Informante 1, homem, faixa I, nível de escolaridade fundamental, Florianópolis, SC)

Ainda assim, a lexia *diabo* foi a resposta mais frequente para a questão 147 do QSL, perfazendo um total de 33% dos dados, o que demonstra que este termo faz parte da norma lexical dos falantes das capitais brasileiras.

Buscou-se, com este estudo, contribuir para o entendimento de aspectos do léxico regional e da cultura popular, através do exame de unidades lexicais que revelaram alguns mitos e superstições religiosas dos falantes das capitais brasileiras.

As pesquisas de cunho dialetal têm servido para demonstrar a riqueza e a pluralidade de normas linguísticas existentes no interior do português falado no Brasil, sendo de extrema importância para o conhecimento da multidimensionalidade que a língua portuguesa assume nos diversos espaços físicos e socioculturais.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A variação fonético-lexical em atlas linguísticos do Nordeste. **Revista do GELNE**, Fortaleza, v. 2, p. 14-20, 1999.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Introdução: as ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri Isquardo. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001a. p. 13-2
- CARDOSO, Suzana. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.
- CHAMIZO DOMÍNGUEZ, Pedro. La función social e cognitiva del eufemismo y del disfemismo. **Revista Panace@**, Málaga, v. 15, p.45-51, mar. 2004.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil**: Questionários 2001. Londrina: EDUEL, 2001.
- GUÉRIOS, Mansur. **Tabus Lingüísticos**. São Paulo: Nacional, 1979.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. 1ª ed. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Manifestações de valores mágico-religiosos num léxico regional. **Estudos Lingüísticos**. Anais do Seminário do GEL. Campinas – SP, 1997. p. 575-580.
- MONTEIRO, José Lemos. Linguagem e mal-estar. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, v.2, nº1, p.64-78, mar.2002.

A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA - BA

Givaldo Cândido da Silva

(Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia - SALT)

Silvana Silva de Farias Araújo

(Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A tradição gramatical apresenta o tema da concordância nominal (CN) na língua portuguesa, assinalando a necessidade de haver um traço de número comum entre todos os elementos flexionáveis no sintagma nominal (SACCONI, 1983). Assim, de acordo com essa vertente dos estudos gramaticais, o núcleo do sintagma nominal e os modificadores devem obrigatoriamente possuir a mesma marca de número, ou seja, mesmo número gramatical (BECHARA, 2001), o que resulta em uma marcação de plural redundante na língua portuguesa, ao contrário do que acontece em outras línguas, a exemplo do inglês.

Não obstante as descrições e as prescrições tradicionais, sabemos que, em diversas variedades da língua portuguesa, principalmente nas variedades populares do português do Brasil (PB), conforme destaca Lopes (2001), nem sempre se verifica a concordância entre todos os elementos do sintagma nominal. Desse modo, é mais adequado afirmar que a regra

da concordância de número no PB é variável e correlacionada a fatores linguísticos e extralinguísticos; é o que revelam as pesquisas linguísticas sobre o assunto (SCHERRE, 1988; BRANDÃO, 1994; 2009; LOPES, 2001; ANDRADE, 2003, entre outros).

Assim, explicita-se a questão norteadora desta pesquisa: como as pessoas com nível superior fazem uso da CN? Os egressos do ensino superior da cidade de Feira de Santana-BA utilizam todas as regras ensinadas no ambiente escolar no que tange à CN? A respeito dessa questão de pesquisa, Lucchesi (1994, 2015) salienta que houve, desde o processo de formação da nação brasileira, uma bipolarização social, que levou à constituição de dois subsistemas linguísticos distintos: uma norma culta e uma norma popular. O autor discorre sobre a possibilidade de atenuação dessa bipolarização (2001), levantando a hipótese de que as duas normas poderiam estar caminhando para uma aproximação. De fato, a bipolarização de normas pode diminuir, por conta do aumento da escolarização, do acesso aos meios de letramento e do aumento da urbanização e da industrialização, entre outros fatores, abrandando os abismos que separavam a fala da elite da fala da população pobre, apesar de que algumas marcas dessa polaridade ainda se mantêm, até mesmo porque se conservam as profundas desigualdades sociais que fundamentam a divisão sociolinguística do Brasil. A esse respeito, Araújo (2014) identificou que os falantes cultos usam muito mais a variante padrão, no que diz respeito ao fenômeno da concordância verbal com a terceira pessoa do plural. A leitura desse estudo motivou-nos pesquisar como é o comportamento linguístico desses informantes cultos no que tange à concordância nominal.

A pesquisa aqui apresentada é um estudo sociolinguístico laboviano acerca da variação entre a presença/ausência morfológica flexional na concordância nominal de número entre os falantes cultos de Feira de Santana-BA. Nesse contexto, a partir de um estudo empírico feito com dados da fala de pessoas altamente escolarizadas no município, buscamos ampliar a visão sobre o tema da CN no PB e sobre a identidade e a formação dessa variedade linguística. A hipótese levantada é a de que a concordância nominal de número é variável, mesmo entre os falantes

que concluíram o ensino superior, isto é, os considerados falantes cultos, principalmente em contextos linguísticos menos salientes no nível fônico.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, fazemos as considerações iniciais; na segunda seção, uma breve contextualização dos estudos sobre a CN; na terceira, são discutidos temas sobre a fundamentação teórico-metodológica utilizada na pesquisa. Na quarta, sintetizamos os resultados obtidos, finalizando com as considerações finais, na sexta seção.

A CONCORDÂNCIA NOMINAL: REVISÃO DA LITERATURA

A variação da concordância nominal de número na fala popular é um tema muito estudado no Brasil, sendo a ausência de morfemas de plural em sintagmas nominais o fenômeno linguístico talvez mais estigmatizado no português brasileiro, ao lado da variação no uso da concordância verbal de número, como pontuou Lopes (2001, p. 32):

Entre os diversos aspectos da variação no português do Brasil, talvez a concordância de número – verbal ou nominal – seja um dos que mais chama a atenção de qualquer observador, mesmo não muito preocupado com a linguagem, nem profundo conhecedor da norma preconizada pela escola. A não realização da concordância prevista, sem dúvida, é traço dos mais estigmatizados, sendo considerado como indicador de falta de escolarização ou de desprestígio social. Dessa forma, é comum pressupor que os falantes de nível universitário façam a concordância em qualquer situação ou contexto.

De acordo com Scherre (1988, 1997), Jeroslow (1974) foi o primeiro a fazer uma pesquisa que envolvia a CN de número no sintagma nominal, tomando por base áreas rurais do Ceará, em *corpus* da modalidade oral. O autor assinalou a existência de variação, utilizando-se do modelo estruturalista de Saussure:

Em 1974, Jeroslow, para fins de sua tese de doutorado, desenvolve uma pesquisa na área rural cearense, e faz uma descrição estruturalista dos diversos subsistemas linguísticos do falar desta área, com base em dados produzidos por 88 falantes analfabetos ou semianalfabetos. Entre os diversos aspectos descritos, registra a variação na concordância de número quer verbal quer nominal. (SCHERRE, 1988, p. 21)

O modelo teórico da variação linguística afluou no Brasil na década de 1970. Braga e Scherre (1978) foram as primeiras a fazer estudos sociolinguísticos labovianos sobre a concordância nominal de número, e a partir deles, outras pesquisas sobre o tema têm sido realizadas. Braga (1977) investigou a fala urbana de sete informantes residentes no Triângulo Mineiro, pertencentes à faixa etária que compreende de 15 a 20 anos, com escolarização de 1º e 2º graus incompletos e pertencentes às classes sociais média e baixa. Scherre (1978) analisou 10 entrevistas com falantes da zona urbana da cidade do Rio de Janeiro, com níveis de escolaridade diversos e identificou, na fala espontânea, a ausência das marcas explícitas de plural, estas ocorrendo apenas no determinante ou em elementos mais à esquerda do sintagma nominal, isto é, geralmente “na primeira casa”.

Guy (1981), com dados da amostra do projeto Competências Básicas do Português, continuou o estudo sobre a concordância nominal de número entre os elementos do sintagma nominal na fala urbana do Rio de Janeiro, lançando mão dos princípios teóricos e metodológicos da teoria da variação linguística laboviana. O autor observou que os fatores linguísticos condicionantes se revelaram pertinentes na amostra. Estudou o português popular na cidade do Rio de Janeiro e levantou a hipótese de uma possível origem crioula do PB, apoiando no fato de a marcação de plural ocorrer mais em elementos à esquerda no SN.

Subsequente e concomitantemente a essas obras consideradas pioneiras no assunto houve a publicação de muitos outros estudos. Em 1984, Eunice Nicolau pesquisou dados de 32 pessoas de Belo Horizonte com

níveis de escolarização diversos: de primeiro ao terceiro grau (NICOLAU, 1984). Em 1985, Bortoni-Ricardo considerou dados de 80 falantes da zona rural da região do Alto Parnaíba em Minas Gerais radicados em Brasilândia, cidade satélite de Brasília (BORTONI-RICARDO, 1985). Em 1991, Graciosa analisou a fala culta carioca com dados de 18 falantes com nível superior completo do Projeto Norma Urbana Culta (NURC) do Rio de Janeiro (GRACIOSA, 1991). Em 1991, e em 1992 e 1993, Scherre e Naro publicaram três artigos, fundamentados no *Corpus* Censo do projeto PEUL e fizeram uma análise em 64 inquéritos cariocas que tinham de 01 até 11 anos de escolaridade. Em 1996, Fernandes fez um estudo sobre a concordância nominal de número na fala de 47 informantes da Região Sul do Brasil (*corpus* do Projeto VARSUL) considerada como situação informal, e a fala de 19 informantes de diferentes procedências regionais que foi considerada como situação formal, evidenciando que a CN pode realizar-se em todos os elementos do SN, em nenhum elemento do SN e pode realizar-se de forma parcial (FERNANDES, 1996, p. 09).

A partir das descrições desses estudos, vemos a concordância nominal de número no português falado do Brasil como uma regra variável condicionada por fatores linguísticos e extralinguísticos. Não limitado apenas a uma região do Brasil ou classe social exclusiva. Consideramos que o SN pode apresentar variantes com marcas explícitas de plural [-s] e variante zero [0], esta última estigmatizada socialmente e condenada pela gramática prescritivo-tradicional.

Em *corpora* formados por entrevistas orais, destacamos os seguintes trabalhos: Scherre (1988); Lopes (2001) e Andrade (2003).

ESTUDO DE SCHERRE (1988)

Um dos grandes nomes de referência no Brasil, Marta Scherre, realizou a sua tese de doutorado (SCHERRE, 1988), que se tornou referência sobre a concordância nominal. As estruturas linguísticas analisadas por Scherre (1988) foram extraídas do banco de dados do *corpus* Centro do Programa de Estudos sobre o uso da Língua (PEUL), do Departamento de

Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O banco de dados é constituído de 64 gravações de 60 minutos, com 64 falantes gravados em dois momentos distintos: em 1982-1984, 48 falantes adultos (15-71 anos) financiado pela Empresa Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e, em 1983-1985, 16 crianças (7-14 anos), financiado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (SANTOS, 2017), estratificados em função do sexo, anos de escolarização (1 a 4, 5 a 8 e 9 a 11) e faixa etária (7-14, 15-25, 26-49 e 50-71). Os participantes são da zona urbana da cidade do Rio de Janeiro com níveis de escolaridade diversos. Do *corpus* analisado foram extraídos todos os sintagmas nominais plurais passíveis de variação, nas seguintes situações: 1- Em todos os elementos flexionáveis do SN (os fregueses); 2- em alguns elementos flexionáveis do SN (essas estradas novaØ); 3- em apenas um dos elementos flexionáveis do SN (as codornaØ); 4- em nenhum dos elementos flexionáveis do SN (dois riscoØverdeØ).

A autora investigou a concordância nominal de número sob duas perspectivas: atomística (unidade de análise é cada elemento flexionável) e não atomística (unidade de análise é o sintagma nominal inteiro como um todo), considerando duas variantes distintas: presença (variante marcada) *versus* ausência (variante não marcada) (SCHERRE, 1997). Na perspectiva atomística ou mórfica, foi pesquisado um total de 13.229 elementos nominais de um total de 7.000 SNs aproximadamente. Os dados dos falantes adultos fazem um total de 11.083, com 7.878 itens com marcas formais de plural (72%) e os dados das crianças totalizam 2.146, com 1.407 itens com marcas explícitas (65%). Na perspectiva não atomística, foram analisados 948 SNs plurais com mais de dois elementos apenas dos falantes adultos. A porcentagem de SNs de mais de dois elementos com todas as marcas formais foi de 51%.

As proposições de Scherre (1988, p. 513) sobre os fatores que exercem influência sobre a concordância são as seguintes variáveis: marcas precedentes e posição; saliência fônica: dimensões processos e tonicidade; relação dos elementos não nucleares em função do núcleo e posição dos

elementos nucleares no SN; formalidade dos substantivos e adjetivos; grau dos substantivos e adjetivos; animacidade dos substantivos; contexto fonético/fonológico seguinte e função resumitiva.

De modo geral, Scherre (1988, p. 281) conclui que a concordância ou as marcas de plural são favorecidas mais: 1) quando há mais saliência fônica na oposição singular/plural; 2) quando os itens nucleares ocupam as primeiras e as terceiras posições do SN; 3) quando os itens não nucleares estão antepostos ao núcleo do SN; 4) quando os itens não são precedidos por qualquer elemento ou quando são precedidos por elementos marcados; 5) quando o contexto seguinte é consonantal, com os traços [+surdo],[+velar] ou [-nasal] ou quando é uma pausa; 6) quando o SN não é de função resumitiva e 7) quando os itens lexicais são não informais e são de grau normal e humanos.

A pesquisa de Scherre (1988) foi “um divisor de águas” sobre o estudo do fenômeno da concordância nominal no Brasil, por expor de forma detalhada e completa, evidenciando os contextos linguísticos que são mais susceptíveis à realização de marcas plurais.

ESTUDO DE LOPES (2001)

Outra grande expoente nessa área de estudo no Brasil, Norma Lopes (LOPES, 2001), que também apresentou sua tese de doutorado nesse campo, ressalta que é comum conjecturar que pessoas com ensino superior completo façam a concordância nominal de número em qualquer contexto ou circunstância, entretanto, sem acreditar muito nessa hipótese de que a escolaridade seja o único fator responsável pela variação, realizou sua pesquisa com o objetivo de buscar possíveis relações entre a realização da concordância no sintagma nominal e os fatores linguísticos e extralinguísticos associados.

A autora investigou a CN no SN tomando como ponto inicial de estudo a pesquisa de Scherre (1988), observando a sincronia atual do português brasileiro, fazendo uma análise com 66 informantes do Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador (PEPP), amostras de

falas de pessoas circunscritas ao português popular, e o Projeto Norma Urbana Culta de Salvador (NURC/SSA) com amostras de fala de pessoas cultas. A pesquisa utilizou como suporte teórico-metodológico a Sociolinguística Variacionista. Foram identificadas quatro variáveis linguísticas que estão relacionadas ao fenômeno variável: 1) a saliência fônica; 2) a classe gramatical, a posição linear e a relativa associadas; 3) as marcas precedentes e 4) o contexto subsequente. As considerações de Lopes (2001) evidenciam que:

a) No que concerne à saliência fônica, as oposições mais salientes contribuem para mais concordância nominal padrão;

b) No que diz respeito ao contexto antecedente, a presença de determinados contextos antecedentes a elementos do SN também interfere na CN em itens subsequentes;

c) Em referência à classe gramatical, associada à posição linear e relativa, observa-se que existe uma tendência maior a serem mais alvo de marcação de plural os elementos em adjacência ao núcleo à esquerda dele; como também, os elementos não adjacentes também à esquerda do núcleo têm grande probabilidade de serem marcados;

d) Já em relação ao contexto subsequente ao elemento do sintagma de final de enunciação têm mais possibilidade de serem marcados com o plural do que quando são seguidos por consoante, vogal ou uma pausa interna, sendo o contexto de consoante sonora o mais desfavorecedor da concordância no sintagma nominal.

É interessante observar que, ao considerar pesquisas sobre a concordância no Brasil (SCHERRE, 1988 [Região Sudeste]; FERNANDES, 1996 [Região Sul]; e CARVALHO, 1997 [Região Nordeste]), a autora ressalta que os estudiosos chegaram às mesmas conclusões sobre as variáveis linguísticas que se mostram mais associadas ao fenômeno da CN, evidenciando que as restrições existentes no processo da variação da concordância no sintagma nominal no português, como um todo, são as mesmas. Isso mostra que a variação da concordância, em Salvador, não está distante do que acontece em outras regiões brasileiras.

As variáveis sociais: escolaridade, sexo, faixa etária e etnia foram controladas na sua pesquisa. A escolaridade se mostrou um grupo de fatores importante para o estudo da variação da concordância no SN, mas não foi a única variável social que interfere na concordância. Em toda pesquisa feita, essa é uma variável que tem grande importância para a compreensão da variação.

A análise feita nas faixas etárias demonstrou que os mais velhos tendem a utilizar mais marcas de concordância que os mais novos, como se a concordância tendesse a diminuir ao passar dos tempos, isto é, poderia estar ocorrendo uma mudança em progresso.

Quanto ao fator sexo, as mulheres usam mais a regra padrão no que diz respeito à CN. Controlando, os três níveis de escolaridade, nota-se, contudo, que isso ocorre apenas no nível médio (na época, colegial). No primário, por outro lado, as mulheres variam mais que os homens, na aplicação da concordância e, no nível superior – único grupo de escolaridade em que a variável não é selecionada –, os dois gêneros fazem igualmente a concordância.

A variável etnia (inferida a partir do sobrenome do informante), que foi um grande diferencial no trabalho desenvolvido por Lopes (2001), confirma que, independentemente da escolaridade, o grupo de sobrenome religioso, ou ancestralidade negra, faz menos concordância que o grupo de sobrenome não religioso.

Pelos resultados finais da pesquisa, igualmente ao trabalho de Scherre (1988), este estudo trouxe grande contribuição e subsídio à pesquisa da variação da concordância nominal de número no sintagma nominal no português brasileiro.

ESTUDOS DE ANDRADE (2003)

Andrade (2003) inicia o texto de sua pesquisa apresentando o problema do preconceito em torno do português falado no Brasil, e de como esse preconceito teria se constituído ao longo da formação sócio-histórica do PB, em particular destaca a concordância nominal como um dos principais

elementos para a caracterização sociolinguística dos falantes brasileiros. A autora enfatiza que não é ao acaso ou por incompetência linguística dos falantes que essa variedade difere, em vários aspectos gramaticais do português europeu e, no que se refere à concordância nominal, a forte variação no uso das regras não canônicas parece esboçar uma profunda distância entre as duas variedades do PB (a culta e a popular).

A variação da concordância nominal de número pode ser explicada por pressuposições divergentes, alguns defendem que a variação sempre existiu na própria língua, determinada pela deriva secular da língua (NARO; SCHERRE, 2007). Outros advogam que a variação no uso da CV no português brasileiro pode ser explicada pela sócio-história do contato entre línguas no Brasil (LUCCHESI, 2001; LOPES, 2001; ARAÚJO, 2014, entre outros).

Na pesquisa de Andrade (2003), os dados para o estudo da ocorrência de variantes na realização da regra de concordância nominal de número entre os elementos do SN foram levantados em entrevistas sociolinguísticas transcritas de gravações da comunidade de fala afro-brasileira do município de Helvécia, situada no extremo sul da Bahia na década de 1990 (dados do Projeto Vertentes – UFBA), buscando discutir o contato entre línguas na formação do PB. Os participantes que forneceram os dados linguísticos são de três faixas etárias: faixa I (21- 40 anos); faixa II (41-60 anos); e faixa III (mais de 60 anos). A autora, depois de analisar o funcionamento da regra sob a perspectiva atomística (ou mórfica) em que cada dado do SN é considerado uma unidade de análise, e, também, sob a perspectiva não atomística, chegou à seguinte conclusão:

O português falado na comunidade de Helvécia é um dos mais notáveis “retratos” das origens da língua popular do Brasil, remetendo para os primórdios da constituição de dialetos populares e fornecendo elementos para uma reconstrução linguística que traz à tona uma possível face de tais dialetos, enquanto estiveram relativamente livres da influência “da civilização”. Vimos que os estudos sobre o dialeto de Helvécia deixam bastantes explícitas marcas

de uma criouliização prévia, e, a análise [...] da concordância nominal de número no SN, nesse dialeto, também aponta para um quadro anterior de quase inexistência da regra. Podemos verificar, contudo, que esse quadro está cedendo lugar a um outro em que a concordância está se fazendo anunciar no dialeto, configurando um processo de mudança em progresso, no sentido de se incrementar o uso da regra de concordância de número entre os constituintes do SN. (ANDRADE, 2003, p. 139)

No que tange ao grupo de fatores linguísticos que estão relacionados ao fenômeno linguístico variável em observação, tem-se os seguintes condicionantes estruturais, segundo Andrade (2003, p. 91): a posição do constituinte com referência ao núcleo; a saliência fônica; marcas precedentes ao elemento nominal analisado. Quanto aos determinantes sociais que influenciam o uso da concordância nominal no dialeto analisado como indicador de um processo de mudança em curso, no sentido de um incremento no uso da regra, temos as seguintes variáveis: faixa etária; sexo; escolaridade; estada fora da comunidade.

O trabalho da autora é importante porque estabelece as possíveis influências de contato entre línguas presentes na história da comunidade de fala de Helvécia, com um processo de transmissão linguística irregular, resultando em uma redução na morfologia flexional do plural, muito presente no dialeto local, principalmente entre aqueles que não tiveram oportunidades de interação com outros grupos sociais, como as mulheres, as pessoas de mais idade e os que não saíram da comunidade.

A CONCORDÂNCIA NOMINAL E OS DADOS DA NORMA CULTA BRASILEIRA

A variação no uso da concordância verbal e da nominal é um dos efeitos mais notáveis da realidade linguística bipolarizada do PB (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 331). Souza (2009), por exemplo, ao investigar 48 entrevistas gravadas na capital da Bahia, com

informantes estratificados em quatro faixas etárias (15-24 anos; 25-35 anos; 45-55 anos e acima de 65 anos), em três níveis de escolarização (fundamental, médio e universitário), identificou correlação entre a ausência de marcas explícitas de concordância verbal de terceira pessoa do plural e a escolarização baixa dos informantes, conforme se constata na tabela seguinte extraída de seu texto:

TABELA 1: CONCORDÂNCIA VERBAL E ESCOLARIDADE, SEGUNDO ESTUDO DE SOUZA (2009, p. 188)

Escolaridade	Frequência		P.R
Fundamental (1 a 5 anos)	518/1050	49%	.22
Média (11 anos)	784/1200	65%	.36
Superior (mínimo de 15 anos)	1036/1118	92%	.85
TOTAL	2338/3368	69%	

Fonte: Souza (2009, p. 188).

Ainda sobre a variação no uso da concordância verbal com a terceira pessoa do plural, o estudo de Graciosa (1991), que considerou dados do Projeto Norma Urbana Culta da cidade do Rio de Janeiro (Projeto NURC- Rio de Janeiro – Década de 70), também identificou uma correlação entre o nível de escolaridade do informante e o uso das marcas de número plural da concordância verbal, encontrando um percentual de 94% de aplicação da regra de concordância padrão, estando a variação muito motivada por fatores linguísticos, como *posposição do sujeito*, *distância maior entre sujeito e verbo* e *isolamento do verbo na cadeia discursiva*.

No que diz respeito à variação no uso das marcas de número em sintagmas nominais, ou seja, na variação na concordância nominal de número, embora não conheçamos estudos realizados com exclusivamente dados da norma culta, há estudos que consideram dados de informantes com diferentes níveis de escolaridade e que, igualmente, atestam que quanto mais anos de escolaridade tem o informante mais ele se utiliza da regra padrão de concordância.

Nesse sentido, Lopes (2001) realizou um estudo sobre a variação na concordância nominal de número, com informantes da cidade de Salvador, com escolaridade que incluía a mínima (de 1 a 4 anos de permanência na escola), a escolaridade média (11 anos de permanência na escola) e escolaridade máxima, curso superior completo (no mínimo 15 anos). Na referida pesquisa, o número de anos de estudo foi um dos grupos de fatores que mais interferiu na concordância no sintagma nominal, sendo a primeira variável social selecionada. Na tabela 2, são apresentados os resultados encontrados pela autora no que tange à atuação da variável escolaridade para a aplicação da regra padrão de concordância nominal de número:

TABELA 2: TAXAS DE USO DA CONCORDÂNCIA NO SINTAGMA NOMINAL EM FUNÇÃO DA ESCOLARIDADE, SEGUNDO LOPES (2001, p. 163)

Fatores	Frequência		P.R.
Fundamental – 1 a 5 anos	2832/4431	64%	.18
Média – 11 anos	3814/4657	82%	.46
Superior – mínimo de 15 anos	4605/4817	96%	.82
	11251/13905	81%	

Nível de significância: .000

Fonte: Lopes (2001, p. 163).

Diante dos resultados encontrados, a autora comenta que a realização de plural no sintagma nominal é fortemente motivada pela escolaridade do informante, conforme se constata no trecho seguinte:

O crescente que se constata na probabilidade de concordância entre os elementos do sintagma à proporção que aumentam os anos de escolarização é tão forte que pode levar à suposição de que o fenômeno da concordância ocorre, não por fazer parte do vernáculo dos informantes, mas apenas como resultado de um esforço institucional da escola, refletindo uma exigência extra-linguística da pressão social.

Acerca dos resultados obtidos por Lopes (2001), observa um paralelo com os resultados obtidos por Graciosa (1991), para a concordância verbal, sendo o percentual de aplicação da regra padrão idêntico, no valor de 96%. Esses resultados sugerem que, de fato, a fala culta brasileira caracteriza-se pelo uso das marcas de plural nos nomes e nos verbos, o que corrobora com o que foi exposto no início desta seção: a variação no uso das marcas de número em sintagmas nominais e verbais constitui um verdadeiro divisor entre os dois polos da realidade sociolinguística brasileira (as normas culta e popular).

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Sociolinguística Variacionista parte da conjectura de que toda variação é ordenada e previsível. Assim, considera-se que uma variável linguística não é aleatória, estando sujeita grupos de fatores de natureza linguística e sociocultural. Assim, têm-se uma variável dependente e variáveis independentes (ou grupo de fatores), que podem ser internos ou externos à língua, tais como traços semânticos, marcas morfológicas, idade, sexo/gênero, nível de escolarização, classe social etc.

Neste estudo, adotamos o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista e o fenômeno linguístico analisado é a presença ou ausência das marcas de número no uso das regras de concordância nominal por parte de falantes que concluíram o ensino superior, ou seja, a realização ou não da marca de concordância nominal de número na fala culta de Feira de Santana-BA; sendo a nossa variável dependente.

É importante salientar que um dos objetivos da Sociolinguística é entender quais são os principais fatores que *motivam* a variação e qual a importância de cada um desses fatores na configuração do quadro que se apresenta variável. A inclusão de fatores externos ajuda na investigação e análise histórica no nível sincrônico porque, ao se tomar a língua de uma comunidade como objeto de pesquisa, cria-se a visão heterogênea e plural da mesma no que diz respeito ao estudo do desempenho linguístico. Dessa forma, a coocorrência de variantes numa dada sincronia sugere

que uma mudança pode ser implantada, desde que uma das formas passe a ser categórica como possibilidade de uso.

Na investigação de formas linguísticas variáveis no uso da concordância nominal de número entre as unidades do sintagma nominal na fala culta de Feira de Santana-BA, utilizamos como fonte de informação primária 12 (doze) entrevistas pertencentes ao banco de dados do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP/UEFS) e secundária: materiais bibliográficos, livros, revistas, periódicos, artigos científicos, monografias, dissertações de mestrados, teses doutorais, aulas expositivas e outros documentos diversos.¹

A investigação foi realizada em duas etapas. Na primeira, fizemos uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de CN em Sacconi (1983); Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2001); foi feito um paralelo com estudos científicos, a exemplo de Scherre (1988), Lopes (2001), Andrade (2003) e Vieira e Brandão (2009). Paralelamente, foi feita uma reflexão crítica do modelo estabelecido, investigando quais grupos de fatores sociais e linguísticos têm se mostrado atuante no uso da morfologia flexional de número nos sintagmas nominais. A segunda etapa consistiu no estudo sociolinguístico com análise variacionista, a fim de alcançar o objetivo de comparar as prescrições com o uso real da língua, tendo essa sido realizada com a codificação dos dados e a análise dos resultados fornecidos pelo Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

O material utilizado para investigação, os dados da pesquisa, foi levantado em entrevistas sociolinguísticas do tipo Diálogo entre informantes e documentador (DID), gravadas na região urbana de Feira de Santana (entre os anos de 2008-2012), com doze informantes com ensino superior completo, estratificados em três faixas etárias (A: 25 a 35 anos, B: 45 a 55 anos e C: a partir de 65 anos) e os dois sexos. Como já exposto, as entrevistas pertencem ao acervo linguístico do Projeto “A língua Portuguesa do Semiárido Baiano” – Fase 3, sediado no Núcleo de Estudos de língua Portuguesa. NELP (<http://www2.uefs.br/nelp>).

¹ Para a realização das entrevistas, houve a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UEFS). O número do CAAE é: 0080.0.059.000-07.

Instituímos como variável dependente a presença de marca formal plural (variante explícita de plural nos sintagmas nominais) e a ausência de marca formal (a variante zero de plural nos sintagmas nominais).

Apresentam-se aqui alguns exemplos que fazem parte da amostra desta pesquisa:

- (01) dada alguns problemas de gêneroØ musicais.
- (02) preferência enorme por filmes nacionais.
- (03) Serrinha, coité, essas coisaØ assim.
- (04) no meio da rua, essas coisas assim
- (05) tem um no meio c'um vinte e cinco, vinte e cinco anoØ.
- (06) já com dizessete anos...
- (07) conheçam melhor outras parteØ do Brasil,
- (08) o fato de ter conhecido outras pessoas e...
- (09) pra mim jovem era os (cobois) americanoØ (importado).
- (10) A gente vendo os americanos [inint]
- (11) levei um dia só sem ver televisão, essas coisaØ assim.
- (12) e (essas coisas todas) [inint]

Foram feitas a classificação e a codificação de todas as ocorrências de sintagmas nominais plurais com elementos flexionáveis de concordância nominal de número, examinando minuciosamente a fim de verificar as atuantes no uso das variantes. Controlamos dois (02) grupos de fatores sociais, faixa etária e sexo, e sete grupos de fatores linguísticos: (i) Processos morfológicos de formação do plural e Tonicidade do item no singular (saliência fônica); (ii) Classe do vocábulo no SN; (iii) número de sílabas do item singular; (iv) Função do vocábulo e posição no SN; (v) Marcas precedentes; (vi) Contexto fonológico subsequente; (vii) Animacidade do núcleo do SN.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ouvimos, lemos as entrevistas e levantamos os dados relativos ao fenômeno analisado passíveis de variação. A análise apresentada en-

volveu um total de 3.366 construções em que se previa a concordância nominal na categoria de número. O objetivo foi investigar se há o processo de marcação redundante do plural nos sintagmas nominais, o que as gramáticas descritivo-normativas chamam de concordância nominal de número. Chegamos aos seguintes resultados, apresentados na tabela 3.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DOS DADOS PESQUISADOS

NORMA CULTA		
	Nº de ocorrências total	Frequência
Variante padrão	3.296/ 3366	97.9%
Variantenão padrão	70/ 3366	2.1%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se depreende a partir da leitura dos resultados expostos na Tabela 3, chama a atenção o baixo número da variante zero de marcas de plural nos nomes, apenas 70 ocorrências. As sentenças seguintes exemplificam os dados investigados, em que, nas duas primeiras, há concordância padrão e, nas duas últimas, ausência da concordância padrão:

- (13) É. Eu brinco até com **umas colegas minhas** que [...].
- (14) [...] até **os doze anos** que é normal [...].
- (15) Existia **pequena brincadeira**, [...].
- (16) [...] conheçam melhor **outras partes do Brasil**, [...].

Destacamos o percentual de 97.9% de aplicação da variante regra padrão de concordância nominal de número na fala de representantes da norma culta de Feira de Santana; sendo possível afirmar que a escolarização é um fator que, de fato, atua no uso da concordância nominal na fala de usuários da norma culta. À proporção que aumentam os anos de escolarização, aumentam consequentemente, e de maneira significativa, os percentuais de concordância nominal de número, confirmando os

estudos de Scherre (1988); Lopes (2001) Paiva e Duarte (2003); Baxter (2009); Araújo (2014); Santos (2017) e outros.

Todavia, a hipótese aventada de que nem todas as regras concernentes ao uso da concordância nominal de número são utilizadas por falantes cultos, principalmente em contextos linguísticos menos salientes no nível fônico e não monitorados, é verdadeira, uma vez que temos um percentual de 2.1% nos dados de falantes cultos com não utilização da regra canônica da CN de número. Constatamos que todos os entrevistados apresentaram ausência da marca formal do plural na CN de número em alguns itens dos sintagmas nominais.

Como se pode observar são pouquíssimos os sintagmas nominais em que a marca de plural não aparece em algum dos itens nas construções, ou seja, em que não se seguem as regras de concordância nominal de número prevista pelas gramáticas tradicionais. Não obstante a predominância da regra padrão, observamos que as regras do padrão prescritivo não se aplicam categoricamente nem mesmo nas falas cultas, como se vêm demonstrando sistematicamente há alguns anos, em *corpora* diversificados. É verídica, pois, a pressuposição de que mesmo as pessoas que concluíram o ensino superior no Brasil, os representantes da norma culta, não têm utilizado todas as regras prescritivo-normativas aprendidas na escola, como confirma Scherre (2008). Dessa forma, no que concerne ao fenômeno da concordância nominal de número no sintagma nominal, na fala culta do município de Feira de Santana, embora ocorra o predomínio quase absoluto da regra padrão, há uma variação ainda que sutil, sendo, entre eles, uma regra semicategórica. Nesse sentido, ressaltamos que os informantes analfabetos ou pouco escolarizados (usuários da norma popular) usam a regra não padrão com um percentual mais elevado (46%), na capital da Bahia, distante a 108 km de Feira de Santana, segundo estudos de Lopes (2001). Já, na capital da Bahia, a autora encontrou um percentual de 96% de ausência das marcas de número na fala culta, com dados do NURC 1970 e 1990.

Com bastante ressalva, dado o caráter semicategórico da regra de CN no *corpus* analisado, assinalamos que as variáveis *Saliência fônica*

(Processos morfofonológicos de formação do plural e tonicidade) e Contexto fonológico subsequente não foram selecionadas pelo programa computacional. Foram selecionadas, nesta ordem, as seguintes variáveis, como relevantes no uso da variante com o morfema de plural:

QUADRO 1: VARIÁVEIS SELECIONADAS COMO RELEVANTES PARA A APLICAÇÃO DA REGRA PADRÃO NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA-BA

Relação entre os constituintes do SN – posição relativa
Faixa etária
Sexo
Marcas precedentes
Animacidade do núcleo

No Convergence at Iteration 20

Input 0.990

Log likelihood = -304.622 Significance = 0.048

RELAÇÃO ENTRE OS CONSTITUINTES DO SN – POSIÇÃO RELATIVA

Com a variável *posição relativa*, procuramos controlar qual a importância da posição dos determinantes em relação ao núcleo, a fim de constatar quais posições estariam condicionando a presença das marcas de concordância nominal. A variável permite investigar a posição linear do elemento no sintagma, a função do elemento e sua relação com o elemento nuclear. Na presente análise, esta variável tem quatro fatores, de acordo com a presença da concordância no sintagma nominal e a posição desse elemento nuclear ou não nuclear em observação. Na Tabela 4, apresentamos os resultados encontrados na análise da variável *Posição Relativa*.

TABELA 4: CONDICIONAMENTO DA VARIÁVEL POSIÇÃO RELATIVA SOBRE A REALIZAÇÃO DE MARCAS DE PLURAL NO SINTAGMA NOMINAL NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA - BA

FATORES	Realização de marca/ total	%	Peso Relativo
Anterior ao núcleo, mas não imediato	149/150	99,3%	0.778
Imediatamente ante- rior ao núcleo	1296/1313	98,7%	0.601
Posição de núcleo	16531690	97.8	0.435
Posterior ao núcleo	198/213	93%	0.209
TOTAL	3296/3366	97.9%	-----

Fonte: Elaborado pelos autores.

A variante zero é favorecida em itens em posição anterior de núcleo, enquanto é desfavorecida em posição de núcleo e posterior ao mesmo. Os resultados confirmam o favorecimento da posição anterior ao núcleo (ou à esquerda dele), como a maior favorecedora da realização de marca de plural no SN (SCHERRE, 1988; LOPES, 2001); contudo, esperávamos que o fator *Imediatamente anterior ao núcleo*, adjacente a ele, apresentasse um valor de peso relativo mais elevado do que o fator *Anterior, mas não imediato*.

Confirmou-se a hipótese de que maior número de marca deva ocorrer na posição anterior ao núcleo do sintagma, ou adjacente ou não ao nome. Confirma-se a hipótese de Scherre (1988) de que as posições antecedentes ao núcleo, independentes de ser adjacente ou não, são mais marcadas do que as posições à direita do núcleo.

FAIXA ETÁRIA

Julgamos relevante controlar a variável *Faixa etária*, porque a mesma permite fazer projeções históricas acerca do fenômeno variável,

tornando possível investigar o binômio *variação-mudança*. Salientamos que, geralmente, julga-se que os mais jovens usam mais a forma considerada *inovadora desprestigiada*, enquanto os mais velhos usam mais a forma *conservadora padrão*. Pesquisamos, com isso, o fenômeno da CN de número na comunidade de fala culta feirense em tempo aparente, hipotetizando que os mais jovens usem a variante inovadora (sem a marca formal).

Os resultados evidenciam que os falantes mais velhos e os mais novos apresentam pesos relativos mais elevados na categoria de número prevista pelas gramáticas prescritivas, em contraste com os falantes de meia idade, conforme Tabela 6.

TABELA 6: ATUAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA NO USO VARIÁVEL PADRÃO DA CN DE NÚMERO NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA – BA

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Faixa I	930/946	98.3%	0.532
Faixa II	1300/1344	96.7 %	0.345
Faixa III	1066/1076	99.1 %	0.665
Total	3296/3366	97.9%	---

Fonte: Elaborada pelos autores.

Assim, para a faixa etária, na fala culta de Feira de Santana-BA, há uma estabilidade, com os informantes das faixas I e III apresentando comportamentos semelhantes. Trata-se de uma variação estável, porque a variante inovadora (a não padrão²) é mais frequente na faixa 2 e não na faixa 1.

SEXO

Este grupo de fatores foi o terceiro selecionado como favorecedor da regra padrão. A hipótese inicial era de que os falantes do sexo feminino

2 Chamamos a atenção de que os dados desta pesquisa dizem respeito à norma culta do PB.

apresentariam uma aplicação maior da regra canônica nas construções de CN na categoria de número por se mostrarem mais receptivos à normatização no ambiente escolar, em contraste com os falantes do sexo masculino (SCHERRE, 2008).

Constatamos, por meio dos resultados obtidos, que as mulheres apresentam maior favorecimento ao uso padrão do que os homens. Na tabela 7, estão os resultados encontrados para esta variável sexo:

TABELA 7: ATUAÇÃO DA VARIÁVEL SEXO NO USO VARIÁVEL PADRÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA – BA

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Homem	1634/1683	97.1%	0.402
Mulher	1662/1683	98.8%	0.598
Total	3296/3366	97.9%	---

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nos resultados, a variante explícita de plural ocorre mais nos falantes cultos do sexo feminino. Assim, como outras pesquisas já confirmam, as mulheres fazem mais uso da aplicação maior das regras sociais estabelecidas, sendo, em particular, mais sensíveis às normas de prestígio. Apresentamos, a seguir, algumas frases em que não foram aplicadas a regra padrão da CN.

(17) Serrinha, é Coité, essas coisaØ assim. (Informante 2, Mulher, Faixa etária I, 26 anos)

(18) Meu irmão c'umØ dez anos (Informante 2, Mulher, Faixa etária I, 26 anos)

(19) Tem um no meio c'um vinte e cinco, vinte e cinco anoØ. (Informante 3, Homem, Faixa etária II, 53 anos)

(20) Existia pequenas brincadeira... (Informante 3, Homem, Faixa etária II, 53 anos)

Cabe salientar que as duas variáveis socioculturais controladas nesta pesquisa foram selecionadas como estatisticamente relevantes no uso da concordância nominal de número, como era de se esperar pelo fato de ser um fenômeno socialmente marcado.

Como já mencionamos anteriormente, nossa amostra consta de 12 (doze) entrevistas com representantes da norma culta de Feira de Santana, com nível universitário, sendo 06 do sexo masculino e 06 do sexo feminino. Assim, os falantes, mesmo cultos, estão sujeitos a sofrer as pressões linguísticas, pelo fato de a variante zero ser estigmatizada pelos padrões gramaticais vigentes.

MARCAS PRECEDENTES

A variável *Marcas Precedentes* já se mostrou muito relevante no processo de marcação de plural em pesquisas anteriores, a exemplo do trabalho de Scherre (1988). Foi observado o efeito dessa variável no português culto falado em Feira de Santana-BA. Os resultados obtidos estão expostos na Tabela 9, a seguir.

TABELA 9: ATUAÇÃO DA VARIÁVEL *MARCAS PRECEDENTES* NO USO VARIÁVEL PADRÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA – BA

Fatores	Ocorrências/ Total	Percentual	Peso Relativo
Ausência de elemento anterior ao vocábulo em análise	1414/1434	98.6%	.479
Ausência de marca imediatamente precedente	13/18	72.2%	.082
Presença de marca formal imediatamente precedente	1541/1579	97.6%	.528
Presença de marca semântica imediatamente precedente (numeral)	292/299	97.7%	.491
Total	3260/3330	97.9%	---

Fonte: Elaborada pelos autores.

Salienta-se que os fatores *Presença simultânea de marca formal e semântica* e *Presença de marca semântica (vários/diversos)* foram eliminados na rodada com pesos relativos (*Binomial Varbrul*), por apresentarem contextos com usos categóricos.

ANIMACIDADE DO NÚCLEO DO SN

A atuação de traços semânticos no fenômeno variável da concordância nominal de número foi investigada por meio da *animacidade do núcleo do SN*. Nos resultados de Scherre (1988, p. 268-277), constatamos que os elementos com traço semântico [+humano] favorecem a marcação de plural (as **pessoas**). Já os elementos com traço [-humano] desfavorecem-na (as **barraquinha**/dois **dentão** enorme/essas **coisa**).

Para essa variável, estabelecemos quatro fatores obtidos através da combinação dos traços [+animado], [+humano], [-animado], [-humano]. Levantamos a hipótese de que a saliência do caráter [+ humano] seja favorecedora para marcação de plural, como observou Scherre (1988). Há uma oposição entre elementos [+ humano] e [-humano], sendo os primeiros mais marcados (LOPES, 2001, p. 43). Núcleos constituídos por nomes que apresentam o traço [+humano] mostram-se mais suscetíveis à marcação do que os demais. A Tabela 11 traz os resultados obtidos no controle desta variável.

TABELA 11: ATUAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA NO USO VARIÁVEL PADRÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA – BA

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
[-animado] [-humano]	647/669	96.7%	0.418
[+animado] [+humano]	587/595	98.7%	0.602
[+animado] [-humano]	17/18	94.4%	0.196
TOTAL	1251/1282	97.6%	---

Fonte: Elaborada pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das discussões feitas neste artigo, foram apresentadas conclusões acerca das motivações da ausência ou presença de marca de plural no processo de CN de número. Contudo, é necessário sintetizarmos as principais considerações obtidas.

Primeiramente, chamou a nossa atenção a variável saliência fônica não ter sido selecionada. Nesse sentido, vai-se ao encontro ao que Araújo (2014) encontrou para o estudo da concordância verbal na fala culta de Feira de Santana, em que essa variável foi apenas selecionada com dados da fala popular. Assim, ao que parece, a atuação da variável saliência fônica deve ser entendida com apoio na hipótese de Guy (1981, 2005) de que esta se relaciona com a aquisição da norma padrão em comunidades com forte história de contato linguístico. Desse modo, com os dados desta pesquisa advêm da fala culta, a saliência não se mostra como importante para a aplicação da regra padrão, já que não significa que está passando por processos de aquisição.

Por outro lado, cabe notar o fato de existir, mesmo que de forma incipiente, a ausência da concordância nominal de número na fala de informantes cultos. Desse modo, conclui-se que a variação da concordância nominal é parte inerente de nosso sistema linguístico (e é parte inerente também do francês, do inglês, do espanhol de Porto Rico, do crioulo de Cabo Verde e de outras tantas línguas), mas a quantidade de variação, no Brasil, é marca também de classe social conforme dados levantados, algo que remete a segregação social na história do Brasil, que leva a consequências linguísticas (LUCCHESI, 2015).

Scherre (1988) também destaca que a variação na concordância de número no português brasileiro não apresenta distinção geográfica horizontal, existe sim, distinção em função do *continuum* rural urbano, nos termos de Bortoni-Ricardo (1985; 2004) e esta variação se dá de maneira uniforme de norte a sul e de leste a oeste em todo território brasileiro.

Diante disso, fica evidente a importância de analisar as particularidades de uma determinada comunidade de fala, partindo de dados

não estritamente linguísticos. Por isso, julgamos interessante analisar as particularidades da comunidade de fala culta de Feira de Santana, a fim de observar quais fatores motivam a ausência de marcas de plural em um fenômeno tão marcado socialmente, quanto o da concordância nominal de número variável.

Acreditamos que este estudo poderá ser ampliado e enriquecido com outras metodologias de recolha de dados, a exemplo de o apoio em estudos da chamada “Terceira Onda da Sociolinguística” (ECKERT, 2012), analisando diferentes comunidades de fala a que os usuários cultos estejam envolvidos. Assim, termina-se este texto com a seguinte pergunta: estivessem os informantes cultos em situações de interação com pessoas não escolarizadas ou em situação de lazer com informantes também escolarizados também manifestariam tão altos índices de concordância padrão? Essa é uma pergunta que apenas, em etapas futuras da pesquisa aqui apresentada, poderá ser respondida.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Patrícia Ribeiro de. **Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro**. Salvador – BA, 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado em letras). Universidade Federal da Bahia, programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2003.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. Salvador – BA, 2014. 342 f. Tese (Doutorado em linguística). Universidade Federal da Bahia, programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, 2014.
- BAXTER, Alan Norman. A concordância de número. In: LUCCHESI, Dante; BARTER, Alan Norman; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucena, 2001.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRAGA, Maria Luiza. **A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro**. 1977. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1977.

BRAGA, Maria Luiza; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. *In: Encontro Nacional de Linguística*, 1976. **Anais ...** Rio de Janeiro, PUC, p.464-77, 1978.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Concordância Nominal. *In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Ensino de Gramática, descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Em torno de um velho tema: o cancelamento da marca de número na fala das comunidades rurais brasileiras. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. RILP. 12:50-57, 1994.

CARVALHO, Hebe Macedo de. **Concordância Nominal: uma análise variacionista**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências humanas, letras e artes. João Pessoa: UFPB, 1997.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís. **Uma gramática do português contemporâneo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 1985.

ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual review of Anthropology**, 41:87-100, 2012.

FERNANDES, Marisa. **Concordância nominal na região sul**. 1996. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1996.

GRACIOSA, Diva Maria Dias. **Concordância verbal na fala culta carioca**. 1991. 176 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

GUY, Gregory Riordan. **Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the Phonology, Syntax, and Language History**. 1981. Dissertation (PhD). University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.

GUY, Gregory Riordan. A Questão da criouliização no português do Brasil. *In: ZILLES, Ana Maria Stahl. A Variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008. [1972].

LOPES, Norma da Silva. **Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade**. Salvador – BA, 2001. 408 f (Doutorado em linguística). Universidade Federal da Bahia, programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2001.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, n. 12, p. 17-28, 1994.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**. São Paulo, n. 17, v. 1, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A teoria da variação linguística**. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>. 2004. Acesso em: 19. nov. 2017.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NICOLAU, Eunice Maria das Dores. **A ausência de concordância verbal em português: uma abordagem sociolinguística**. 1984. 196f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 1984.

PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugenia Lammoglia. **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática, teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atual, 1983.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SANTOS, Lorena Enéas Rosa. **A variação da concordância nominal de número em cartas de inábeis do sertão baiano (1906-2000)**. Feira de Santana – BA, 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2017.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **A regra de concordância de número no sintagma nominal em português**. 1978. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1978.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da. (Org.). **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. Rio de Janeiro, 1988. 554 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

SOUZA, Constância Maria Borges de. **A concordância verbal na fala de Salvador:** duas realidades sociolinguísticas. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Ensino de Gramática, descrição e uso.** São Paulo: Contexto, 2009.

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO ALIB: POSSIBILIDADES DE FRASEOLOGISMOS NO INTERIOR DA BAHIA?

Gracielli Fabres de Araújo
(UFBA- PPGLinc-ALiB)

Marcela Moura Torres Paim
(UFRPE-UFBA-ALiB)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Fraseologia vem se mostrando com características de uma disciplina que nos últimos anos tem fomentado grande interesse dos linguistas, especialmente de algumas orientações da linguística como a gramática cognitiva ou análise do discurso, mostrando a importância dos elementos fraseológicos no desenvolvimento da competência comunicativa dos falantes de uma língua.

Nos últimos anos, é nítido o crescimento do interesse pelos estudos da Fraseologia na Europa, especialmente por parte das últimas correntes linguísticas que se centram no estudo das unidades fraseológicas no contexto. Correntes teóricas, como a linguística cognitiva ou a análise do discurso, podem oferecer mais possibilidades para um tratamento teórico adequado destes fenômenos que lutam por encontrar o lugar que merecem dentro do sistema da língua sendo como são; um signo de identidade de uma determinada comunidade linguística.

Com os estudos sobre o campo da Fraseologia, cresce a variedade terminológica tanto para referir à disciplina geral como à dos distintos fenômenos e elementos que esta engloba. Este trabalho fundamenta-se nos estudos fraseológicos de *ciclos da vida* no Projeto ALiB, pois observa-se que são elementos conhecidos previamente à fala, tem o *status* de unidades da língua e funcionam como tais em diferentes níveis gramaticais.

Pode-se, também, reconhecer as unidades fraseológicas tanto na perspectiva diatópica, diasssexual, diageracional e diastrática. Orientando-se pelos princípios da Dialectologia, Geolinguística e Lexicologia, constataram-se fraseologismos na referida região estudada – Bahia, pertencentes ao campo semântico *ciclos da vida* no *corpus* estudado para este trabalho.

Neste contexto, esta pesquisa discute a presença de fraseologismos na Bahia, mais especificadamente em 21 cidades do interior, com a intenção de verificar o campo semântico-lexical *ciclos da vida*.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os fraseologismos se definem como um conjunto de expressões peculiares de uma língua, grupo, época, atividade ou indivíduo. A contribuição de Salah Mejri é evidente neste segmento de pesquisa. Para o referido estudioso, os fraseologismos são unidades polilexicais fixadas ou colocações nas línguas de especialidade ou na língua geral. A partir de um texto se reconhece a função dos elementos fraseológicos que o compõe, a Fraseologia é uma grande ferramenta para avançar vários estudos de colocações, traduções especializadas (MEJRI, 2011).

Bally (1951), o pai da Fraseologia, discípulo de Sausurre, conhecido por aprofundar os estudos da Fraseologia, desenvolveu o estudo através do *Traité de stylistique française* (1951). A partir desse fato, entende-se que a Fraseologia adentra um conjunto semântico, aos grupos usuais ou as séries fraseológicas, por sua vez, mais conhecidos como os fraseologismos ou unidades fraseológicas. O fraseologismo pode ser entendido como um grupo de palavras, em que cada unidade gráfica perde uma parte de

sua significação individual, ou não conserva nenhuma, se a combinação de seus elementos se apresentar com um único sentido.

A Fraseologia “pode ser abordada não somente do ponto de vista interno, por diferentes abordagens (diacronia, sincronia, tradutologia, textologia, tipologia, didática, pragmática, estilística, terminologia), mas também, do ponto de vista externo por outras áreas (psicolinguística, sociolinguística, informática entre outras)”. (GONZALEZ REY, 2015, p. 31)

Retrata-se como um conjunto de expressões intrincadas, pretensiosas ou simplesmente como os falares. Pode se manifestar também como um conjunto de frases feitas, locuções figuradas, metáforas, modismos e refrões existentes de uma língua, no uso individual ou no contexto de um grupo.

Para M. Gross (1982), o termo Fraseologia abarca frases fixas, incluindo: os provérbios, as expressões idiomáticas e as formas compostas. Para G. Gross (1986), a fixação é um processo linguístico, no qual um sintagma livre se torna um sintagma em que os elementos não se separam, ou seja, um significado para um conjunto de palavras.

Mejri (1997) explica que para distinguir um fraseologismo de uma sequência sintagmática livre, é necessário cruzar as noções de (in)congruência e de fixidez. A fixidez sintagmática é de duas ordens: uma é pragmática, a outra é sintagmática. Sfar (2015) menciona que uma fixidez sintagmática tem no seu conjunto uma junção da sintaxe e o seu sentido global, neste caso, não se pode analisar um fraseologismo com itens isolados, mas uma análise com todos os termos, como se todos fossem um único termo para atingir um objetivo de entendimento da sequência.

Mejri (1997) se dedica ao estudo do processo de fixação (*figement*) dessas unidades, contemplando vários elementos e elucidando o processo de fixação de unidades sintagmáticas livres que se tornam unidades sintagmáticas que não podem ser dissociadas. Sendo assim,

O processo de fixação é, em efeito, importante: ele confirma todos os níveis do sistema linguístico (fonética, sintaxe, morfologia, prosódia, semântica etc.). Uma sequência (...) comumente empregada em conversas diárias ilustra perfeitamente o entrelaçamento de todos os níveis que acabamos de mencionar. (MEJRI, 1997, p. 23, tradução nossa)¹

Nesse sentido, o autor ressalta que o processo de fixação das unidades fraseológicas realiza-se por meio de um processo universal próprio das línguas vivas que se inscreve no tempo, se realiza independentemente da vontade dos interlocutores, age como fator sistêmico sobre o funcionamento da língua em todos os níveis e é recorrente. Para tanto, faz-se necessário trazer essa realidade linguística para o nosso cotidiano, não somente no âmbito científico, mas também para a realidade do ensino da língua materna, dada a sua importância para a compreensão e o funcionamento da língua em questão.

Assim, a polilexicalidade é explicada nos contextos das unidades fraseológicas. Unidades fraseológicas é um conjunto de palavras que se formam por estabilidade e fixação.

Segundo Gross (1986),

A primeira condição necessária para que possamos falar de fraseologismo é que se esteja na presença de uma sequência de várias palavras e essas palavras tenham, além disso, uma existência independente. Isto exclui composições formadas pelo acréscimo de afixos (prefixo, sufixo), que se enquadram na chamada derivação. (GROSS, 1986, p. 9, tradução nossa)²

1 Le figement est en effet important à plus d'une titre: il engage toutes les dimensions du système linguistique (phonétique, syntaxe, morphologie, prosodie, sémantique, etc.). Une séquence (...) couramment employée dans la conversation de tous les jours illustre parfaitement l'imbrication de tous les niveaux que nous venons que mentionner (MEJRI, 1997, p. 23).

2 La première condition nécessaire pour qu'on puisse parler de figement est que l'on soit en présence d'une séquence de plusieurs mots et que ces mots aient, par ailleurs, une existence autonome. Cela exclut les suites formées à l'aide d'un afixe (prefixe, suffixe), qui relèvent de ce qu'on appelle la dérivation (GROSS, 1996, p. 9).

Sendo assim, constata-se que a polilexicalidade diz respeito ao número de elementos, ou seja, para ser considerado fraseologismo, a *unidade fraseológica* deverá ser formada por pelo menos duas unidades lexicais, armazenadas na memória como um bloco. Já a fixação refere-se à relação entre a mobilidade e a variação dos constituintes de uma *unidade fraseológica* e o processamento da linguagem verbal. Enquanto característica formal, a fixação pode manifestar-se por meio de restrições: no eixo sintagmático – restrição para flexões, pronominalizações e passivização; no eixo paradigmático – restrição para comutação de termos e inserção de novos elementos.

Desde sempre o homem tem se sentido atraído por essas combinações estáveis, utilizadas cotidianamente e que servem como veículo de expressão cultural de um povo e de sua idiossincrasia. No entanto, certas descobertas terão que esperar até as últimas décadas do presente século para que surja muito mais interesse em estudá-las linguisticamente, colocar limites em seu estudo e homogeneizar critérios, como o caso da Fraseologia que ganha força a partir do século XX.

Com isso, observa-se que diante das indagações se elevam os questionamentos de quais seriam os possíveis fraseologismos encontrados no Brasil. Os fraseologismos podem ser combinações frequentes de unidades léxicas fixadas na norma, como exemplo, as colocações. Eles que se encontram entre as combinações livres e as combinações fixas, pois são elementos que se englobam, e normalmente se caracterizam pela transparência de significado. Fazem parte dos fraseologismos: as colocações, as sequências fixas (sequência nominal, sequência verbal, sequência adjetival, sequência adverbial), enunciados autônomos: provérbios, ditados populares, fórmulas, citações.

Para este estudo, a teoria sobre Fraseologia segue a corrente francesa que possibilita o reconhecimento desse conjunto de lexias encontradas nos registros de dados do Projeto ALiB, principalmente por se mostrar um fenômeno inerente à fala.

Entende-se que o método quantitativo, com base nas hipóteses que são levantadas, procura seguir um plano previamente estabelecido, utili-

zando um instrumental estatístico para a análise dos dados, e o qualitativo tem uma abordagem eminentemente descritiva e, ainda por cima, que ambos não se excluem, já que existe a possibilidade de ser congregado o estatístico com uma visão global do fenômeno, utilizando a pesquisa qualiquantitativa.

Pretende-se, dessa forma, trabalhar com os dados do Projeto ALiB referente ao campo lexical *ciclos da vida*, observando as distintas faixas etárias estabelecidas pela metodologia do Projeto ALiB. O questionário ALiB é dividido em sete partes, a saber:

- 1 - QFF - Questionário fonético-fonológico (159 perguntas, às quais se juntam 11 questões de prosódia);
- 2- QSL - Questionário semântico-lexical (202 perguntas);
- 3- QMS - Questionário morfossintático (49 perguntas);
- 4- QP - Questões de pragmática (04 perguntas);
- 5- TDS - Temas para discurso semi-dirigido (04 temas - relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal);
- 6- PM - Perguntas metalinguísticas (06 perguntas)
- 7- LE - Texto para leitura (“Parábola dos sete vimes”).

O presente trabalho baseia-se nos dados do QSL – Questionário semântico-lexical, especificamente ao campo *ciclos da vida*, tendo como objetivo geral explorar os recursos do ALiB, para a realização de um inventário dos fraseologismos do português brasileiro. Assim, os objetivos específicos se voltam em demonstrar os fraseologismos encontrados no interior da Bahia com inquéritos do Projeto ALiB, observando a importância qualitativa e quantitativa entre as variações fraseológicas.

Inicialmente, foram feitos um estudo do *corpus* do Projeto ALiB e a extração de dados para embasamento da pesquisa. A análise de dados teve como base os resultados de duas questões pertencentes ao questionário semântico-lexical do Projeto ALiB, da área semântica ciclos da vida:

121. MENSTRUACÃO

As mulheres perdem sangue todos os meses. Como se chama isso?

122. ENTRAR NA MENOPAUSA

Numa certa idade acaba a/o _____ (cf. item 121). Quando isso acontece se diz que a mulher _____. (COMITÊ... 2001, p. 31)

A escolha dos informantes se dá de acordo com a metodologia do Projeto ALiB baseando em um estudo pluridimensional, como demonstra o quadro 1.

QUADRO 1: PERFIL DOS INFORMANTES

Informantes	Nível de escolaridade	Faixa etária	Sexo
01	Fundamental	I (18-30 anos)	Masculino
02	Fundamental	I (18-30 anos)	Feminino
03	Fundamental	II (50-65 anos)	Masculino
04	Fundamental	II (50-65 anos)	Feminino
05	Universitário	I (18-30 anos)	Masculino
06	Universitário	I (18-30 anos)	Feminino
07	Universitário	II (50-65 anos)	Masculino
08	Universitário	II (50-65 anos)	Feminino

Fonte: Elaborado pelas autoras.

É necessário entender que este trabalho está vinculado ao interior, foram entrevistados quatro informantes, com escolaridade fundamental,

diferenciando-se das capitais que são oito informantes com escolaridade fundamental e universitária. Foram analisadas 21 localidades, de acordo com a rede de pontos do Projeto ALiB para o interior da Bahia, a saber: Juazeiro, Jeremoabo, Euclides da Cunha, Barra, Irecê, Jacobina, Alagoinhas, Barreiras, Seabra, Itaberaba, Santo Amaro, Santana, Valença, Jequié, Caetité, Carinhanha, Vitoria da Conquista, Ilhéus, Itapetinga, Santa Cruz de Cabrália e Caravelas.

ANÁLISE

A amostra é constituída por 84 inquéritos. Foram analisados quatro informantes de cada cidade do interior da Bahia, já citadas, estratificados por duas faixas etárias e dois sexos. O objetivo é encontrar as unidades fraseológicas de acordo com as questões 121 e 122 do questionário semântico-lexical.

No *corpus*, foram encontradas unidades fraseológicas como: *amarrar o facão*, *terminar o boi* e *estar de boi*. A pesquisa centrou-se no fraseologismo mais utilizado: *amarrar o facão*. Foram analisados resultados diatópicos, diassexuais e diageracionais. Os fraseologismos foram encontrados nas seguintes cidades: Euclides da Cunha, Barreiras e Santana, como mostra o quadro 2:

QUADRO 2: UNIDADES FRASEOLÓGICAS POR CIDADE

Localidade	Fraseologismo
Euclides da Cunha	Amarrar o facão/ Estar de boi
Barreiras	Amarrar o facão
Santana	Amarrar o facão/ Terminar o boi

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para verificar o dado inserido no contexto, apresenta-se o recorte de transcrição no quadro 3:

QUADRO 3: RECORTE DE TRANSCRIÇÃO GRAFEMÁTICA DE INQUÉRITO

(122)

Inquiridor – Quando acaba a menstruação, se diz que a mulher entrou na?

Informante – Menopausa. *Amarrou o facão*, era assim que dizia. (risos)

Inquiridor – Antigamente falava outro nome? A senhora já ouviu?

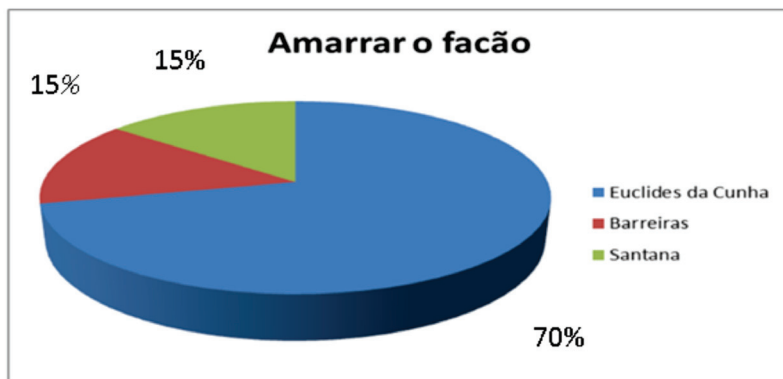
Informante – *Amarrou o facão*, até que eu ficava assim... “fulano de tal já *amarrou o facão*”, *amarrou o facão*? *Amarrou o facão* pra quê? Era assim, adepois tá tudo mudado.

(Mulher, faixa etária II, Euclides da Cunha)

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

No que se refere ao aspecto quantitativo, o fraseologismo *amarrar o facão* apresenta a seguinte distribuição de dados na variação diatópica.

GRÁFICO 1: DADOS DIATÓPICOS



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

Como é possível perceber no gráfico 1, o fraseologismo *amarrar o facão* está presente no interior da Bahia, sendo analisado que, em Euclides da Cunha, o fraseologismo tem uma porcentagem bem considerável diante das outras duas cidades. Em Euclides da Cunha, houve 70 % de

respostas obtidas. Já em Barreiras e Santana, houve 15% de respostas de acordo com a busca pelo fraseologismo. Observa-se em um contexto diatópico que Barreiras e Santana são basicamente próximas, quando analisado em Euclides da Cunha que já fica um pouco mais distante das duas cidades. Talvez exista, sim, a possibilidade de cidades próximas de Euclides da Cunha terem informantes que utilizem fraseologismos, mas, neste momento, nos restringimos aos Pontos de Rede do Projeto ALiB. A Bahia tem muitas cidades interioranas, ainda há muito o que estudar e descobrir.

A partir dos gráficos 2 e 3, é possível fazer interferências das variáveis sociais sexo e idade.

GRÁFICO 2: DADOS DIASSEXUAIS



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

A partir da leitura do gráfico com a variável diassexual, é possível verificar que as mulheres fazem mais uso do fraseologismo *amarrar o facão* com 72% de respostas obtidas, já os homens com 28%. Pode se pensar que, normalmente, assuntos como estes ainda são difíceis de encontrar na fala de homens, já que, muitas vezes, até mesmo as mulheres têm diversas formas para não falar “estou menstruada”, com a utilização de “estou naqueles dias”.

O gráfico 3 demonstra a variável diageracional.

GRÁFICO 3: DADOS DIAGERACIONAIS

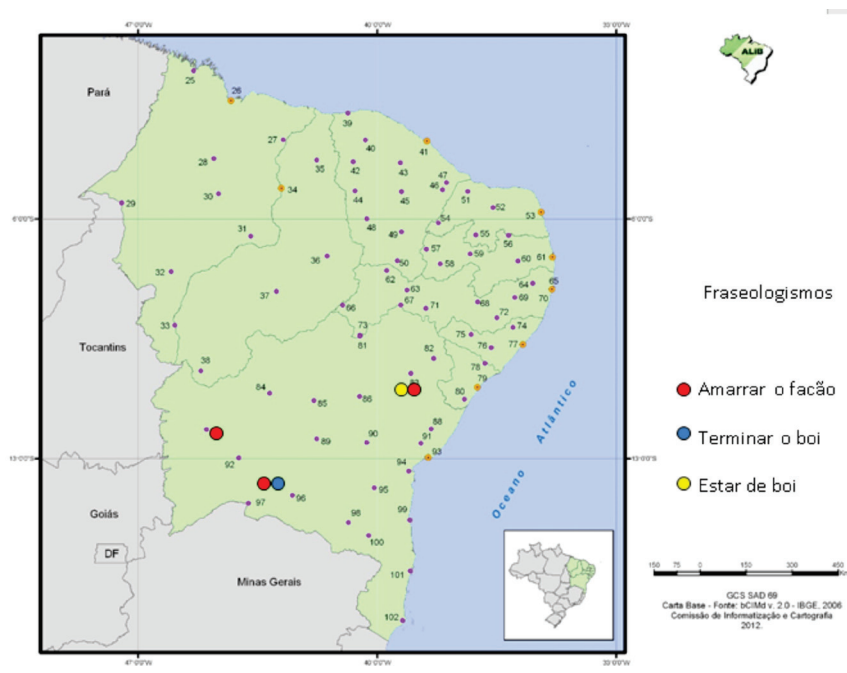


Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

De acordo com o gráfico 3, observamos a variável diageracional, conforme os dados dos informantes da faixa I (18-30 anos) e da faixa II (50-65 anos). Neste contexto, a faixa II toma toda a utilização do fraseologismo *amarrar o facão* com 100% diante da faixa I. Tal fato revela a exclusividade do uso da expressão analisada na fala dos mais idosos.

A partir da carta base da região nordeste, foi possível cartografar as ocorrências para fornecer uma fotografia espacial dos dados nas seguintes localidades: 83 - Euclides da Cunha, 87 - Barreiras e 92 - Santana.

FIGURA 1: ATLAS LINGÜÍSTICO DO PROJETO ALiB



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB.

A Carta Base - Nordeste mostra as três cidades do interior em que houve mais ocorrências de fraseologismo no campo semântico-lexical *ciclos da vida* nas respostas às questões 121 e 122. Em Euclides da Cunha – 83, foram encontrados os fraseologismos: *amarrar o facão* e *estar de boi*. Em Santana – 92, foram encontrados: *amarrar o facão* e *terminar o boi* e, em Barreiras – 87, foi encontrado o fraseologismo: *amarrar o facão*. Observa-se que *amarrar o facão* é o mais utilizado nas três cidades, contribuindo com os estudos acerca da variação espacial, lidando com a variável diatópica.

Os dados analisados possuem a fixidez, como abordam Mejri (1997) e Sfar (2015), que é o processo pelo qual as formações sintagmáticas têm no seu conjunto uma sintaxe interna correlacionada com o significado global, ou seja, não se pode analisar uma unidade fraseológica através de seus itens isoladamente. Esse critério, juntamente com a polilexicalidade,

é que dá norteamento e justifica o fato de designações, como *amarrar o facão*, *terminar o boi* e *estar de boi*, serem consideradas fraseologismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fraseologia, como objeto de estudo linguístico, consegue se tornar uma forte realidade sólida que desperta cada vez mais interesse em vários âmbitos da ciência da linguagem. O estudo fraseológico vem crescendo com uma série de trabalhos que se relacionam com as unidades fraseológicas e outros níveis de estruturação linguística. Com o crescimento de pesquisas vem se revelando a importância de análises das unidades em uso de uma dada língua.

Os fraseologismos têm sido objeto de análises históricas, sintáticas, semânticas, lexicográficas ou pragmáticas e se definem como um conjunto de expressões peculiares de uma língua, grupo, época, atividade ou indivíduo. Para distinguir um fraseologismo de uma sequência sintagmática livre é necessário cruzar as noções de (in)congruência e de fixidez. A fixidez sintagmática é de duas ordens: uma é pragmática, a outra é sintagmática (MEJRI, 2011). Com tais conhecimentos, entende-se que foram encontrados três fraseologismos, no interior da Bahia, mais especificadamente nas cidades de Euclides da Cunha, Barreiras e Santana.

As unidades foram encontradas em questões baseadas no questionário semântico-lexical do Projeto ALiB. Observa-se que foram utilizados na fala dos informantes: *amarrar o facão*, *terminar o boi* e *estar de boi*, sendo a unidade fraseológica *amarrar o facão* a forma mais produtiva como se observou nos gráficos. Podem-se analisar algumas variáveis. A variação diatópica está posta nas três localidades, sendo que neste trabalho a diatópica, na cidade de Euclides da Cunha, teve maior número de informantes, utilizando o fraseologismo *amarrar o facão*, sendo, também, visto em Barreiras e Santana.

Foram analisadas as variáveis sociais diassexual e diageracional. A primeira se manteve com o sexo feminino, tendo maior número de informantes, utilizando o fraseologismo, e na segunda, com a faixa II, constatou-se que os mais velhos usam mais os fraseologismos no interior da Bahia.

REFERÊNCIAS

- BALLY, C. **Traité de stylistique française**. 3e ed. Genève: Librairie Georg. 1951
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Questionários 2001**. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- GONZALEZ REY, M. I. **La Phraséologie du français**. Toulouse: Press Universitaires du Midi, 2015
- GROSS, G. **Les expressions figées en français. Noms composés et autres locutions**. Paris: Ophrys, 1986.
- GROSS, M. **Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique**. *Langages*, v.63, Paris: Larousse, 1982. p. 7-52
- MEJRI, Salah. Phraséologie et traduction des textes spécialisés. *In*: MEJRI, Salah. (Orgs.). **Fraseología constrativa, lexicografía, traducción y análisis de corpus**. Espanha: Universidad de Alicante, 2011. p 125
- MEJRI, Salah. **Le figement lexical**. Descriptions linguistiques et structuration sémantique. Tunísia: Faculté des Lettres de la Manouba, 1997.
- PAIM, Marcela Moura Torres. A variação diageracional nas capitais do Projeto ALiB. **Web-Revista SOCIODIALETO**. Campo Grande, v. 3, n. 9, p. 70-85, março de 2013.
- SFAR, Inès. **Le Défigement: Procédés et Classements**. Paris: Slides, 2015. 49 slides, colorido.

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: BALANÇO CRÍTICO

Gredson Dos Santos
(PROFLETRAS-UNEB-V/PPGLINC-UFBA)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Avaliar as contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua portuguesa no Brasil é uma tarefa duplamente perigosa: primeiramente porque quem decide fazê-lo sempre corre o risco de “chover no molhado”, sobretudo quando se destacam o estudo da variação, a noção da diversidade linguística e o estudo de usos linguísticos situados como as principais contribuições da disciplina ao ensino de português. Depois porque o que a nós, acadêmicos da “área”, parece o óbvio ululante – essas tais contribuições – é algo que se perde em generalidade e, para quem milita, de fato, no ensino de português, sobretudo no cotidiano difícil das escolas públicas do Brasil, esse óbvio poderá não dizer muita coisa quando se buscam propostas factíveis e práticas interessantes de aplicação para o ensino de português a partir do grande volume de conhecimentos que a Sociolinguística brasileira tem produzido.

Após essas considerações introdutórias, a abordagem que se apresenta está dividida em quatro partes. Na primeira, defende-se que, ainda em sua fase de constituição enquanto campo de pesquisa, a Sociolinguística nasceu fornecendo contribuições importantes ao ensino de lín-

guas, especificamente para a realidade dos estudantes de língua inglesa falantes do chamado *black english*. Na segunda parte, evidenciaremos esforço de autores brasileiros em contribuir para uma Sociolinguística de aplicação ao ensino de português investindo em publicações que tenham (de modo palatável aos não iniciados) dar subsídios teóricos para a aplicação de noções da Sociolinguística nas aulas de língua portuguesa. Na terceira parte, destacarei o que vejo como frentes de contribuição da Sociolinguística para as aulas de língua portuguesa. Finalmente, tecerei algumas considerações sobre desafios pedagógicos que ainda restam à Sociolinguística.

O SURGIMENTO DA SOCIOLINGÜÍSTICA LABOVIANA E SEU IMPACTO NO ENSINO DE LÍNGUAS

Ao assumir uma perspectiva social de análise da linguagem, a Sociolinguística foi se impondo como um modelo que rompeu tanto com uma tradição de estudo científico da língua centrado nas suas regularidades abstratas¹ quanto com um forte senso de que falantes de baixa escolarização possuíam um modo defectivo de usar a língua.

É importante destacar, como o fez Mattos e Silva (1995), que a consolidação da linguística estrutural pavimentou um importante trecho do terreno ao quebrar a primazia do estudo da língua escrita sobre a falada, principalmente quando os estruturalistas norte-americanos se aventuraram no estudo de línguas ágrafas, inaugurando uma linguística de cunho antropológico. Foi com os estudos estruturalistas que a descrição ganhou força sobre a prescrição em matéria de língua, desvelando o mar de fragilidade dos conceitos e falsas concepções em que a gramática tradicional apoiava suas observações sobre a língua. Apesar dessas contribuições, a linguística estrutural, ao propiciar um estudo descolado dos usos situados da linguagem, ao ignorar aspectos do funcionamento social da linguagem, fomentou muitos estudos que seguiram se concentrando na descrição de variedades prestigiadas e orientadas à norma-padrão de uma língua.

¹ Para uma análise crítica dessa afirmação ver: Lucchesi (2004), Camacho (2013) e Santos (2018).

A Sociolinguística, sobretudo a partir dos trabalhos pioneiros de Labov, contribuiu para implodir uma concepção muito arraigada nos Estados Unidos de que falantes de variedades populares do inglês tinham algum grau de deficiência cultural que os impedia de usar lógica e coerentemente a língua inglesa. Em *The logic of Nonstandard English*, Labov (1972 [1969])² critica o modelo de interpretação dos usos populares da língua inglesa, sobretudo por crianças e jovens afro-americanos, falantes do *African American Vernacular English* (AAVE – BAGNO, 2017, p. 203), que ficou conhecido como modelo da privação verbal. Esse modelo, como nos lembra Camacho (2013), ganhou força nos anos 60 (século XX), quando sociólogos americanos puseram em evidência o *apartheid* social nos EUA, em que minorias, sobretudo negras, socioeconomicamente marginalizadas ficavam isoladas em guetos.

Conforme mostra Labov (1972 [1969], p. 201-240), o governo federal, a fim de encontrar as razões para o mau desempenho escolar das crianças negras de classe baixa³, patrocinou uma série de pesquisas empreendidas por sociólogos e psicólogos educacionais. Com essas pesquisas, os analistas consideraram que boa parte dos problemas escolares daquelas crianças encontrava explicação num suposto déficit linguístico, resultado da privação cultural em que as crianças viviam.

Ainda segundo Labov (1972 [1969], p. 202), Carl Bereiter, Siegfried Engelman e seus associados, a partir das noções de código estrito e código elaborado, propostas por Basil Bernstein⁴, propuseram um programa

2 Apresentado primeiramente na forma de um ensaio, esse trabalho está publicado como um capítulo do livro *Language in the inner city* (LABOV, 1972).

3 Labov (1972 [1969], p. 203) prefere usar o termo “crianças de áreas de guetos urbanos”, pois, segundo ele, os relatórios de pesquisa do governo faziam uma distinção entre crianças de classe baixa e crianças da classe trabalhadora em oposição às crianças da classe média. Segundo o autor, as de classe baixa são as crianças cujas famílias são dirigidas pelas mães. As da classe trabalhadora, embora também de classes populares, vivem em famílias nucleares com a presença dos pais. Labov afirma que, em seus estudos, que os dois grupos apresentam o mesmo desempenho escolar. No entanto, os partidários da teoria do déficit cultural atacavam justamente as crianças pertencentes às famílias cujas mães eram as chefes de família – o que evidencia, no nosso entender, inclusive, o machismo das análises embasadas na teoria do déficit cultural.

4 Em A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle, Bernstein (1990, p. 18-29 e 133-186) apresenta uma revisão dos conceitos de código elaborado e estrito, mas cuja abordagem, em nosso entendimento, não difere muito das propostas iniciais do autor.

prático assentado na ideia de que fracasso escolar das crianças de baixa renda seria culturalmente produzido, uma vez que elas dominariam apenas o código restrito, caracterizado como uma variedade com sérios problemas lógicos e estruturais em relação ao inglês padrão – o código exigido na escola. Como salienta Soares (1986), a teoria de Bernstein foi assumida pelos defensores da hipótese do déficit linguístico, sobretudo pela conotação pejorativa de um termo como “restrito” em oposição a “elaborado”.

Em seu trabalho, Labov (1972 [1969]) faz uma forte crítica à teoria do déficit cultural e aponta os problemas metodológicos e conceituais das pesquisas de Bernstein, Bereiter, Engelman. Para isso, ele próprio faz uma análise do AAVE a partir da fala de alguns indivíduos, entre 9 e 17 anos, em diferentes situações, mostrando que as crianças falantes do AAVE possuem um vocabulário básico igual ao de qualquer outra criança e fazem uso de um sistema linguístico perfeitamente estruturado e lógico, possuindo, portanto, a mesma capacidade para a aprendizagem conceitual e pensamento lógico como qualquer outro indivíduo.

Quanto à questão metodológica das pesquisas empreendidas por psicólogos e sociólogos que queriam defender a teoria da deficiência linguística, Labov (1972 [1969]) mostra que a principal fragilidade delas reside no artifício metodológico de utilizar experimentos controlados e artificiais de comunicação assimétrica. De acordo com o sociolinguista, crianças de diferentes origens sociais reagem de modo diferente a esse tipo de interação: para crianças de camadas favorecidas, as situações artificiais propostas pelos pesquisadores não lhes parecem estranhas, uma vez que, desde cedo, elas são submetidas a processos de socialização que lhes ensinam que, em certas situações, devem se mostrar dispostas a falar de certos temas em conformidade com certas normas de interação. Além disso, sendo o pesquisador pertencente à mesma classe social ou grupo étnico que tais crianças, a interação com ele não lhes seria estranha, portanto. Para as crianças negras, a situação artificial se torna ameaçadora, na medida em que o pesquisador é um estranho, branco, e sua relação com ele é assimétrica, resultando daí uma utilização fragmentária, monossilábica e defensiva da língua. Para ele, em situações naturais e distensas,

os jovens classificados como “deficientes” evidenciam uma linguagem complexa, expressiva e estruturada logicamente, embora diferente da linguagem utilizada por jovens de classes privilegiadas.

Para Labov (1972 [1969], p. 232), quando o fracasso atinge proporções tão massivas, é necessário observar o obstáculo social e cultural imposto pelo sistema à aprendizagem da criança, o que evidencia incapacidade da escola para se ajustar à situação social. Assim, um programa de intervenção projetado para reparar a criança, e não a escola, numa franca inversão conceitual, fracassará; portanto, as causas do fracasso escolar daqueles jovens devem ser buscadas não na suposta deficiência linguística deles, mas sim nos empecilhos sociais e na inépcia da escola em se ajustar à realidade dos seus alunos.

Vista numa perspectiva mais ampla, a ação de pesquisa de Labov, evidencia um forte engajamento escolar da pesquisa sociolinguística à época, denunciando o machismo, como já colocado antes, a desigualdade e o racismo do sistema escolar norte-americano, ao afirmar que: “obviamente estamos lidando com os efeitos do sistema de castas da sociedade americana – essencialmente um sistema de marcação de cores⁵”. Segundo o autor, os programas do governo sob a égide da teoria da deficiência cultural, não problematizaram questões como a má distribuição de renda, a opressão social e discriminação racial a que são submetidas as classes populares.

Assim, baseando-se também na análise de Soares (1986), entendemos que, desde seu surgimento, ao menos no contexto norte-americano, a Sociolinguística teve um alto impacto no ensino de língua, sobretudo derrubando uma concepção de língua e de indivíduo responsável por uma série de ações governamentais discriminatórias e ineficazes do ponto de vista educacional. Portanto, nesse contexto epistemológico, as fortes incursões no campo escolar estavam incluídas nos esforços de pesquisa da Sociolinguística.

5 Labov (1972 [1969], p. 203-204): “We are obviously with the effects of the caste system of American Society – essentially a color-marking system”.

PRODUÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

No Brasil, pode-se dizer que as tentativas de contribuição da sociolinguística ao ensino de língua portuguesa têm sido abundantes. Em termos bem gerais, considero que o grande impacto da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa (ao menos em termos potenciais) tem origem nas pesquisas sobre o português falado por indivíduos de alta escolarização em cinco capitais brasileiras, por meio do Projeto de Estudos da Norma Urbana Linguística Culta, iniciado na década de 60. Embora, como argumentou Lucchesi (2015), o projeto não tenha seguido estritamente uma metodologia sociolinguística, podemos considerar os dados que levantou sobre o português brasileiro forneceram material de grande valia para reflexões sociolinguísticas aplicadas ao ensino.

Conforme nos relata Silva (1996), na VI Reunião Nacional do projeto, realizada em 1973, foram definidos estes objetivos para o NURC:

1. Coletar material que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa, em seus aspectos fonético, fonológico, morfosintático, sintático, lexical e estilístico.
2. Ajustar o ensino de língua portuguesa a uma realidade lingüística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustados às diferenças lingüísticas e culturais do Brasil.
3. Superar o empirismo na aprendizagem da língua-padrão pelo estabelecimento da norma culta real.
4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados linguísticos cientificamente estabelecidos.
5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos linguísticos inoperantes.

6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação brasileira, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista.

Notemos que, entre esses objetivos, quatro deles tinham como alvo especificamente o ensino de língua portuguesa. Ao revelar que os falares urbanos considerados cultos⁶ diferiam, em muitos aspectos daquilo que a tradição gramatical portuguesa estabelecia como modelo de bom falar, o NURC forçou – ou adiantou – uma revisão de muitos aspectos até então considerados intocáveis da tradição gramatical cultivada no Brasil.

A consequência disso para o ensino foi, sem dúvida, o questionamento da validade de um ensino de língua voltado para um modelo de língua que já não mais correspondia à realidade linguística brasileira, apesar de tal resultado não ter se transformado em um fazer didático concreto Brasil adentro⁷. Um exemplo é o fato de que as escolas brasileiras não costumam adotar as gramáticas que têm sido produzidas por linguistas brasileiros, tais como as de Azeredo (2008) e Castilho e Elias (2012).

Minha impressão, baseada numa rápida busca que fiz na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁸, é a de que o grosso das dissertações e teses que, numa perspectiva sociolinguística, analisaram os dados coletados pelo NURC empreendeu muito mais estudos de cunho descritivo do que didático. Assim, de alguma maneira – espero não ser exagerada essa afirmação – podemos dizer que, em que pese a inspiração inicial fundamentalmente didática do NURC, as análises sociolinguísticas a partir dos dados constituídos pelo NURC não conjugaram o seu conteúdo descritivo/analítico com os aspectos potencialmente pedagógicos dessas investigações.

6 Para uma crítica acerca dos problemas e arbitrariedades em torno da definição de “falante culto” e da metodologia de recolha dos dados pelo NURC e projetos similares, ver: Lucchesi (2005, p. 211-226) e Santos (2018, p. 691-696), que fazem forte crítica aos parâmetros de delimitação do corpus do NURC.

7 Ver Santos (2016) para uma discussão crítica a respeito.

8 Numa busca a partir da tag NURC no site da plataforma (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), corre um conjunto de 104 trabalhos, entre dissertações e teses. Desses, apenas oito fazem relação direta nos seus títulos ao ensino de língua portuguesa. Nesse conjunto, as universidades em que mais trabalhos foram defendidos tendo como base os dados NURC são: USP: 19; UFBA: 11; UNICAMP 11. Nelas, apenas 3 trabalhos apresentam títulos relacionando NURC e ensino de língua portuguesa.

Seguindo a esteira do NURC, diversos outros projetos, como o PEUL, o Projeto Gramática do Português Falado (ainda que este último não possa ser enquadrado como um projeto da Sociolinguística), dentre outros, uns mais locais outros mais regionais, foram alargando a concepção do mosaico de falares que constituem a realidade dialetal brasileira e reforçando a necessidade de uma revisão do ensino de língua portuguesa, ainda que, na prática, essa revisão não tenha sido operada profundamente.

O avanço da pesquisa linguística e sociolinguística tem proporcionado cada vez mais o surgimento de obras que tematizam o ensino de língua portuguesa, assim como tem permitido a elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino de língua portuguesa no Brasil. Se tomarmos em conta agora as contribuições de sociolinguistas brasileiros que têm voltado sua atenção para o ensino de língua portuguesa, veremos que essa é outra frente importante. Nos últimos anos, vários volumes, em geral tematizando a variação linguística no ensino de língua portuguesa, têm sido publicados, alguns dos quais passo a listar.

QUADRO 1: PUBLICAÇÕES DE CUNHO PEDAGÓGICO DA SOCIOLINGÜÍSTICA
BRASILEIRA

- 1) Linguagem e escola: uma perspectiva social, de Soares (1986).
- 2) Contradições no Ensino de Português, de Mattos e Silva (1995).
- 3) Estudos em alfabetização: retrospectiva nas áreas da Psico e da Sociolinguística, de Kato, Moreira e Tarallo (1998).
- 4) A influência da fala na Alfabetização, de Mollica (1998).
- 5) Preconceito Linguístico, o que é como se faz, de Bagno (1999).
- 6) Dramática da Língua Portuguesa, de Bagno (2000).
- 7) Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa, de Bagno (2001).
- 8) Língua Materna: letramento, variação e ensino, organizado por Bagno, Stubbs e Gagné (2002).
- 9) Linguística da Norma, organizado por Bagno (2002).
- 10) Interferência da língua falada na escrita de séries iniciais: o papel de fatores lingüísticos e sociais, de Tasca (2002).

- 11) A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira, de Bagno (2002).
- 12) Da linguagem Coloquial à escrita padrão, de Mollica (2003).
- 13) Educação em Língua materna: a sociolinguística em sala de aula, de Bortoni-Ricardo (2004).
- 14) O português são dois... novas fronteiras, velhos problemas, de Rosa, de Mattos e Silva (2004).
- 15) Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação, de Bortoni-Ricardo (2005).
- 16) Doa-se Lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito, de Scherre (2005).
- 17) O português da Gente: a língua que estudamos, a língua que falamos, de Ilari e Basso (2006).
- 18) Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de línguas, organizado por Gorsky e Coelho (2006).
- 19) Nada na Língua é por acaso, de Bagno (2007).
- 20) Fala, letramento e inclusão social, de Mollica (2007).
- 21) Norma culta brasileira: desatando alguns nós, de Faraco (2008).
- 22) Ensino de gramática: descrição e uso, de Vieira e Brandão (2008).
- 23) Gramática pedagógica do português brasileiro, de Bagno (2012).
- 24) Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português, de Bagno (2013).
- 25) Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa, organizado por Martins e Tavares (2013).
- 26) Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino, organizado por Zilles e Faraco (2015).
- 27) Variação linguística: criança na mão, escola na contramão, de Amarante (2015).
- 28) Ensino de português e sociolinguística, organizado por Marco Antônio Martins, Sílvia Rodrigues Vieira e Maria Alice Tavares (2016)

Fonte: Elaborado pelo autor

Essa lista é parcial, pequena e certamente deixa de fora títulos que o autor deste texto ainda não conhece. Além disso, ela não inclui o grande volume de monografias de conclusão de curso, artigos, capítulos de livro, dissertações de mestrado e teses de doutorado publicados no Brasil. Mas a lista, mesmo com as lacunas, é representativa do empenho de pesquisadores em pensar o ensino de língua portuguesa.

Um rápido exame na distribuição temporal desses livros, fará perceber que depois dos trabalhos seminais *Linguagem e escola: uma perspectiva social* (SOARES, 1986) e *Contradições no ensino de português* (MATTOS E SILVA, 1995), este publicado quase dez anos após o de Soares, a partir de 1998, um ou dois livros por ano, até 2016, foram publicados tendo como alvo as reflexões de cunho educacional. Abrem esse período ininterrupto de publicações os trabalhos de Mollica (1998), que, segundo a autora, “é resultante de elaboração de investigação sistemática que indica caminhos pedagógicos concretos para se trabalhar a variação linguística na alfabetização” (p. 9), e o de Tarallo (1999), em que o autor faz uma análise sobre as contribuições da Sociolinguística para a alfabetização, num livro talvez desconhecido do grande público da área. Ou seja: durante quase duas décadas, a Sociolinguística brasileira tem produzido obras destinadas ao ensino, embora nem sempre dirigidas aos professores de língua portuguesa da educação básica.

Convém lembrar que a Sociolinguística quantitativa – linha que orienta quase todos os trabalhos mencionados acima – foi uma abordagem inaugurada pelo professor Anthony Naro, na década de 70, a partir do grupo Censo da Variação Linguística do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, o grupo, a partir da análise de dados de fala dos participantes do Programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), buscou cumprir a tarefa de realizar trabalhos que envolvessem o uso do computador – uma novidade para a época. Conforme relata o professor Naro (2008), as primeiras análises com o famoso pacote *Varbrul* com dados do MOBRAL são o marco da introdução da Sociolinguística laboviana no Brasil.

Se consideramos que os dados levantados pelo Programa MOBRAL constituíram o material básico de partida da Sociolinguística no Brasil,

podemos dizer que a Sociolinguística brasileira, como a americana, tinha tudo para ser conhecida, desde seu início, como uma disciplina fortemente orientada para questões relativas ao ensino de língua portuguesa.

No entanto, em que pese o fato de as origens da Sociolinguística brasileira, na década de 70, estarem, de certa forma, ligadas a um movimento educacional, a abordagem quantitativa – não raramente dissociada de qualquer reflexão de cunho educacional ou mesmo social – foi fortemente dominante até perto dos anos 2000 e continua sendo o principal objetivo de numerosas dissertações e teses, ainda que isso que isso signifique replicar análises de fenômenos variáveis largamente documentados. Para os professores “não iniciados” na pesquisa acadêmica em nível de pós-graduação, dificilmente esses estudos se convertem em material de apoio para o difícil trabalho com língua portuguesa, travado muitas vezes pelo fato de que muitos alunos nas turmas de educação básica sequer conseguem entender ou mesmo ler com alguma fluência um texto escrito qualquer.

Portanto, se hoje vemos com uma nitidez que até causa espanto afirmações de que a Sociolinguística Educacional é uma tendência nova no Brasil, isto é basicamente fruto de uma direção que a Sociolinguística tomou aqui, já que somente quase 30 anos depois de seu ingresso na pós-graduação brasileira uma preocupação sistemática de aplicação ao ensino de língua portuguesa se inicia.

Nesse sentido, imagino que uma separação entre Sociolinguística e Sociolinguística Educacional (ou aplicada) só se justifica se esta última *efetivamente*, num verdadeiro esforço de engenharia didática, para usar as palavras Santos (2016), começar a prover material de apoio didático propondo a transposição didática em nível de educação básica dos achados e postulados de análise sociolinguísticas.

Posicionando-me como um sociolinguista, reforço que as (auto) críticas colocadas não desconhecem, evidentemente, o grande empenho dos pesquisadores da área para modificar a realidade didática em matéria de ensino de língua portuguesa, como será destacado à frente.

SISTEMATIZANDO AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Proponho, apenas para fins de sistematização, que as contribuições da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa podem ser sumarizadas como no quadro que segue.

QUADRO 2: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA BRASILEIRA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO DESCRITIVO	CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO CONCEITUAL	CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
Bancos de dados de língua falada: NURC, ALiB, Censo, VALPB, VARSUL, VER-TENTES, Semiárido Baiano ⁹ , Falares Alagoinhenses ¹⁰ etc.	A noção de variação linguística	Inserção do tema em documentos oficiais como os PCN e a BNCC e publicação sistemática de obras específicas sobre variação linguística ensino de língua portuguesa
A proposta de Bortoni-Ricardo (2002; 2004)	A relativização do conceito de erro	Inserção nas graduações de Letras de disciplinas que tematizam a diversidade linguística e o ensino de língua portuguesa
Trabalhos que descreveram a “interferência da fala na escrita”	A caracterização das normas do PB ¹¹	Inserção de disciplinas em programas de pós-graduação, especialmente no âmbito do PROFLETRAS

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os projetos de pesquisa que buscaram apreender a realidade concreta do português brasileiro, fazendo amplos registros de amostras de fala tanto em capitais quanto em regiões menos centrais, constituem – ao

9 Ver, a propósito, Almeida e Carneiro (2008).

10 Ver, a propósito, Santos (2010).

11 Se não é pacífico que *norma-padrão*, *norma culta* e *norma popular* sejam termos conceitualmente bem estabelecidos, é preciso reconhecer que eles sinalizam o mosaico que compõem o português brasileiro.

menos potencialmente – um importante conjunto de contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua portuguesa. São exemplos desse tipo os bancos de dados de língua falada mencionados no *Quadro 2*.

Embora projetos como o NURC e o ALiB¹², por exemplo, não tenham sido projetados sob o viés estritamente laboviano, eles foram planejados para ter alto impacto no ensino de língua portuguesa no Brasil em razão de buscarem evidenciar a realidade diversa do português falado no país a fim de que isso direcione o trabalho com português na escola. Além disso, boa parte dos trabalhos de cunho laboviano que estudam a realidade dialetal do país se debruçam sobre os dados disponibilizados por esses projetos.

Assim, mesmo que grande parte das teses e dissertações produzidas com os dados desses projetos não coloquem questões pedagógicas no horizonte e não ultrapassem a audiência dos programas de pós-graduação e das publicações especializadas, projetos de constituição de bancos de dados de língua falada como NURC, ALiB e outros viabilizaram um conhecimento detalhado de realidades locais, regionais e nacional da língua portuguesa e abriram caminho para importantes avanços conceituais com ampla repercussão no ensino de língua portuguesa, como a relativização do conceito de erro e a própria apreciação da língua portuguesa como uma realidade plural. Tudo isso, evidentemente, tem impactos na postura do professor diante do modo de falar e escrever do seu aluno, para dizer o mínimo.

Ainda dentro disso que considero uma contribuição da Sociolinguística no campo descritivo para o ensino de língua portuguesa, destaco em

12 Dentre os objetivos do projeto ALiB, estão esses: “... 2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil. [...] Oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, consequentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.” (<https://alib.ufba.br/content/objetivos>).

particular a proposta de Bortoni-Ricardo (2002; 2004)¹³. Nesses trabalhos, a autora desenvolve um modelo de descrição do português bastante didático e que pode inspirar o trabalho escolar. A autora propõe que o português brasileiro pode ser analisado sob três *contínuos*: *contínuo de urbanização* (em que em um polo estão aquelas variedades mais marcadamente rurais e no outro as variedades tipicamente urbanas, faladas em grandes capitais). Disso decorre que fatos linguísticos específicos (enquadrados como marcadores, indicadores ou estereótipos sociolinguísticos) podem ser considerados como *graduais* (normalmente traços generalizados e que não são alvo de estigmatização) ou descontínuos (esses últimos fortemente marcados e em geral mal avaliados pelos falantes escolarizados).

O *contínuo oralidade-letramento* coloca de um lado eventos absolutamente orais e, do outro, eventos tipicamente escritos. Finalmente, o *contínuo de monitoração estilística* descreve desde situações de comunicação completamente informais até aquelas em que o máximo de formalidade e atenção são exigidas.

Outra contribuição descritiva penso estar no conjunto de trabalhos que passaram a observar a escrita dos estudantes e propor estudos e propostas práticas no campo da alfabetização/letramento e da análise dos erros considerando a realidade fonológica do português falado pelos alunos. Textos já clássicos como os de Mollica (1998 e 2003) e Tasca (2002), que analisaram a chamada interferência da fala na escrita, inspiraram diversas pesquisas empreendidas por pesquisadores interessados pelas relações entre fonologia e ortografia na escrita de estudantes do ensino fundamental, tais como os de Santos (2006), Costa (2010), Cruz (2017), Silva (2017), Ferreira (2020), além de muitos outros.

Do ponto de vista conceitual, considero que abordagem sistemática da variação linguística no português brasileiro, sobretudo a partir da divulgação de pesquisas que comprovam que a variação ocorre em todos os níveis de análise da língua e que pode ser influenciada tanto por fatores externos quanto internos à própria língua é, sem dúvida, uma

13 Uma resenha desses textos pode ser encontrada em Santos (2006).

das importantes contribuições dos estudos sociolinguísticos ao ensino de língua portuguesa, tanto por ajudar a consolidar, entre os professores, a mentalidade de que a língua não é uma realidade imutável quanto por ajudar a difundir uma mentalidade menos normativista a respeito dos usos da língua portuguesa.

Uma consequência direta disso foi a própria relativização da noção de “erro de português”. Além desses dois aspectos teóricos mais gerais, a própria caracterização do português brasileiro, feita por diferentes autores em muitos trabalhos, a exemplo dos de Bagno (2000, 2001, 2002), Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2015), Faraco (2008), ajudou a consolidar a noção de que a língua tomada como modelar nas Gramáticas Normativas não se confunde em sua inteireza com a língua portuguesa efetivamente praticada no dia a dia pelas pessoas com as mais diversas formações e perfis sociais nas mais variadas situações comunicativas. Em outras palavras, podemos considerar que a distinção conceitual entre norma-padrão X norma(s) culta(s) X norma(s) popular(es), trabalhada, discutida e refinada na vasta produção de professores como Rosa V. Mattos e Silva, Carlos A. Faraco, Marcos Bagno, Dante Lucchesi, Marta Scherre e vários outros, tornou-se relativamente familiar nos meios escolares.

Todas essas contribuições foram traduzidas em diversas iniciativas diretamente relacionadas à prática pedagógica. Assim, nessa perspectiva, contribuiu a Sociolinguística brasileira para que documentos oficiais como os PCN e a BNCC incluíssem em seus programas orientações voltadas ao reconhecimento da diversidade linguística do português como algo a ser considerado pelo professor de língua portuguesa – que, em si, é um grande avanço quando pensamos na história curricular da disciplina língua portuguesa (SOARES, 2002). O conteúdo desses documentos oficiais é basicamente uma síntese – com uma linguagem muito mais acessível ao professor – daquilo que tratam muitas daquelas obras listadas na terceira seção deste texto.

Só para exemplificar, abaixo transcrevo dois dos objetivos específicos propostos pelos PCN para o ensino de língua portuguesa no primeiro ciclo:

- utilizar a linguagem oral com eficácia, sabendo adequá-la a intenções e situações comunicativas que requeiram conversar num grupo, expressar sentimentos e opiniões, defender pontos de vista, relatar acontecimentos, expor temas estudados;
 - participar de diferentes situações de comunicação oral, acolhendo e considerando as opiniões alheias e respeitando os diferentes modos de falar.
- (BRASIL, 1995, p. 103-4)

No documento oficial mais recente, a Base Nacional Curricular Comum, a “variação linguística” é colocada como um dos “objetos de conhecimento” para o Ensino Fundamental. Em um dos itens da BNCC, pode-se ler, quanto às habilidades requeridas para o tratamento da variação: “(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico”. Para o ensino médio, relativamente à competência específica 4 para Língua portuguesa, entre as habilidades estão:

(EM13LGG401) Analisar textos de modo a caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.

(EM13LGG402) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e combatendo situações de preconceito linguístico. (BRASIL, 2016, p. 486)

Um olhar mais detido sobre a repercussão dessas obras, no entanto, fará ver que, sobretudo quando da publicação dos PCN, muitos professores assumiram erroneamente a ideia de que não mais se podia corrigir o erro dos estudantes. Uma leitura equivocada do que postulam esses documentos e mesmo de obras de amplo acesso ao público, como

Preconceito Linguístico, o que é como se faz (BAGNO, 1999), produziu uma distorção na compreensão do que deveria o professor de português: criou-se a ideia de que não mais se podia ensinar gramática, que não mais o professor de português deveria corrigir o texto do aluno, o que deixou uma boa parte dos profissionais confusos quanto ao que fazer com a “variação linguística”.

Em razão disso, apesar de todas as contribuições mencionadas, não se pode deixar de observar que, por exemplo, a variação linguística, como alertou Bagno (2013), em estudo feito com livros didáticos, muitas vezes é tratada no espaço das aulas de português mais como um tema, um “assunto” da disciplina, do que propriamente como uma realidade que atravessa o trabalho com a língua portuguesa a todo o momento.

Aqueles que frequentam o espaço escolar da Educação Básica sabem bem que, em muitos momentos, especialmente a partir da publicação dos PCN, a variação linguística (vista não raro apenas como variação regional, traduzida ou folclorizada pedagogicamente em atividades com textos nordestinos da literatura de cordel ou da música de Luiz Gonzaga ou Elomar Figueira de Melo) foi tomada como um tópico para discussão em alguma unidade letiva ou em momentos inevitáveis quando algum aluno é forte e explicitamente discriminado por ter “falado errado”. Eu próprio já ouvi muitas vezes professores dizerem que tratam do tema quando algum aluno fala uma “variação linguística” na aula de português – o que sinaliza que, para muitos, o termo “variação linguística” é um substitutivo eufêmico do palavrão “erro de português”.

Mas é alvissareiro que esse cenário tem sido alterado com a inserção cada vez mais frequente de disciplinas específicas para trabalhar a variação linguística em sala de aula em cursos de graduação ou mesmo de formação continuada de professores. Em particular, destaco o caso do Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras)¹⁴ que tem produzido muitos estudos de cunho aplicado ao ensino de língua

¹⁴ O programa é coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e é um curso de pós-graduação *stricto sensu* de abrangência nacional envolvendo universidades públicas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O principal objetivo do Programa é a formação de professores do ensino fundamental no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional (ver <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/profletras>).

portuguesa. Os produtos elaborados no Profletras, pensados a partir da e para a realidade das turmas em que atuam as autoras e autores desses trabalhos, são importantes intervenções no espaço escolar da Educação Básica. Sendo ele um Programa nacional, portanto de grande capilaridade no meio escolar brasileiro, em seu currículo há a oferta obrigatória das disciplinas *Fonologia, variação e ensino* e *Gramática, variação e ensino*, cujas ementas colocam o estudo da variação linguística e da própria análise gramatical como absolutamente relacionados ao trabalho docente. Isso dá a dimensão da relevância e, também, do potencial dos estudos sociolinguísticos no campo pedagógico, já que essas disciplinas inspiram muitas dissertações que promovem atividades diagnósticas e de intervenção que tomam achados da Sociolinguística como ponto de partida para um trabalho transformador com a língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A argumentação que aqui se apresentou perseguiu três objetivos: i) evidenciar contribuições da sociolinguística ao ensino de língua portuguesa; ii) propor uma classificação delas em termos de contribuições de ordem descritiva, conceitual e no campo da prática pedagógica; iii) fazer uma análise crítica dessas contribuições.

Num balanço mais sintético, podemos dizer que os anos de empenho de sociolinguistas brasileiros em descrever a realidade linguística brasileira e aproximar os resultados da pesquisa linguística à realidade das salas de aula do país certamente não foram em vão. Além da farta produção bibliográfica acessível e direcionada a professores de língua portuguesa, além da revisão conceitual importante para a área, há também os avanços que essas pesquisas impulsionam em termos de postura ética por parte dos novos profissionais que chegam às escolas brasileiras, bem como o fato de terem se tornado referência para a composição de documentos orientadores oficiais e de programas de formação de professores.

Apesar de todos esses avanços, entretanto, entendemos que são desafios para a sociolinguística brasileira no que tange ao ensino de língua

portuguesa, ainda: a) fazer-se compreender mais eficazmente, a fim de que noções como *variação*, *mudança*, *dialeto*, *norma*, *erro*, *vernáculo*, *fatores condicionantes*, *comunidade de fala* etc se tornem, a partir de uma efetiva associação com princípios da Didática (SANTOS, 2016), familiares por professores e alunos; b) produzir um discurso pedagógico muito mais claro e eloquente de que a variação linguística não é mero *tópico* escolar, mas sim que ela marca a natureza da própria língua; c) abordar aspectos da realidade linguística histórica envolvendo a imposição língua portuguesa a povos indígenas, africanos e afro-brasileiros; d) politizar o uso e o estudo da língua portuguesa no que tange às populações social e eticamente discriminadas no país. Uma prova de que essa comunicação entre sociolinguistas, sociedade e escola carecem de reforço está repercussão amplamente negativa em torno do livro didático *Por uma vida melhor* apenas porque, em uma pequena seção sobre concordância verbal e nominal, precisamente à página 15, Ramos (2009) informa que não há erro (linguístico) numa frase como “os livro”¹⁵.

Outro desafio está associado com as clássicas queixas dos professores quanto à distância entre a academia e escola. Uma das reclamações constantes de muitos professores do ensino fundamental é que muitas formulações presentes em textos direcionados para os professores são difíceis de serem aplicadas já que há uma distância entre o ideal teórico delas e o cotidiano escolar prático imerso em dificuldades de toda ordem, especialmente porque muitos textos são feitos por autores que não conhecem, efetivamente, detalhes do atual cotidiano das escolas públicas brasileiras (alguns sequer exerceram a docência nos níveis fundamental e médio).

Outra reclamação – tanto nos PCN quanto na BNCC isto se comprova – é aquela da inexistência de orientações didáticas práticas, factíveis: muitos textos que se pretendem voltados para a prática pedagógica apenas

15 Para um debate aprofundado do assunto consulte-se: Lucchesi (2011). Há ainda um dossiê colocado na página do MEC em <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior?id=16649:dossie-livro-didatico>. Jesus (2017), em um trabalho de conclusão de curso analisou em detalhes o conteúdo do livro a fim de buscar as razões da polêmica. O texto encontra-se disponível em: http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/1321/1/VERS%C3%83O%20FINAL%20TCC_Amanda201120066.pdf.

apresentam conceitos da sociolinguística “traduzidos” para o professor e para os alunos. Embora isso seja por demais importante, eles não avançam no sentido de oferecer ao professor sugestões de propostas práticas para o uso em sala de aula, o que explica a opção mais comum e mais fácil por parte de muitos professores de tratar a variação linguística como apenas mais um assunto da matéria língua portuguesa.

As críticas colocadas acima, frise-se, não devem ofuscar o fato de que as questões relativas ao ensino de língua portuguesa são cada vez mais, como demonstrado, parte da agenda de trabalho da Sociolinguística brasileira, impondo talvez a maior contribuição, de ordem simbólica: o reconhecimento de que a língua portuguesa é uma realidade plural, heterogênea, com evidentes repercussões no campo escolar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes. **Amostras de língua falada no semi-árido baiano**. Feira de Santana: UEFS/FAPESB, 2008. 4 CD-ROM.
- AMARANTE, José. **Variação linguística: criança na mão, escola na contramão** – o que pensam crianças sobre as variações no uso da língua. Salvador: Edufba, 2015.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola, 2013.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola, 2001.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BERNSTEIN, BASIL. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Trad. De Tomaz Tadeu da Silva e Luiz Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996 [1990].

BORTONI-RICARDO. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO. Um modelo para análise sociolinguística do português do Brasil, *In*: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 333-350

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC 2ª versão. Brasília, DF, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

CASTILHO, Ataliba T. de; ELIAS, Vanda Maria. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Geisa Borges da. **O apagamento do rótico em coda silábica na escrita de estudantes catuenses**. 180f. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006.

CRUZ, Magda Santos Macedo. **Ressignificando o ensino de ortografia no 6º ano**: uma proposta de intervenção. 185 p. 2017. Dissertação de Mestrado – Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Universidade do Estado da Bahia, Campus V. Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

GORSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. (Orgs.). **Sociolinguística e ensino**: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: EDUFSC, 2006.

Inglês vernáculo afro-americano. *In*: BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017, p. 203-205.

JESUS, Amanda Almeida de. **Uma análise da variação linguística no livro didático *Por uma vida melhor***. 76 p. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras: Libras/Língua Estrangeira) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2017.

KATO, Mary; MOREIRA, Nadja; TARALLO, Fernando. **Estudos em alfabetização: retrospectivas nas áreas da psico e da sociolingüística**. Campinas, SP: Pontes; Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 1998.

LABOV, Willian. The logic of Nonstandard English. In: LABOV, Willian. **Language in the inner city: studies in the black english vernacular**. Columbia University Press, 1972 [1969], p. 201-240.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. CIENCIA OU DOGMA? O caso do livro do MEC e o ensino de língua portuguesa no Brasil. *Revista Letras*, [S.l.], v. 83, jun. 2011. ISSN 2236-0999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/24713>. Acesso em: 11 abr. 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v83i1.24713>.

LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil, **D.E.L.T.A.**, São Paulo, nº 17, Vol. 1, 2001, p. 97-130.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROBE, S.; ZIMMERMANN, K. (Orgs.). **Substandard e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am Main: TFM, 1998. 73-100.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil, **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, vol. 12: 17-28, 1994.

MARTINS, Marco Antônio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. (Orgs.). **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2016.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **“O português são dois”**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 291-316.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português**. São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA, 1995.

MOLLICA, Maria Cecília. **Fala, Letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Da linguagem coloquial à escrita padrão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

NARO, Anthony Julius. Entrevista com Anthony Julius Naro. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia. (Orgs.). **Anthony Julius Naro e a lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 13-20.

RAMOS, Heloisa Cerri. **Viver e aprender. Por uma vida melhor**. São Paulo: Global, 2009.

SANTOS, Gredson; ROCHA, Maria da Glória. Falares alagoenhenses: constituição de *corpus* de língua falada. In: MOURA, Maria Denilda; SIBALDO, Marcelo Amorin; SEDRINS, Adeilson Pinheiro. (Orgs.). **Novos desafios da língua: pesquisas em língua falada e escrita**. Maceió: EDUFAL, 2010.

SANTOS, Gredson dos. **Variação fonética em estudantes residentes em áreas rurais da Bahia**. 215f. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006.

SANTOS, Marcos Bispo. Didática da língua e linguística aplicada: Duas perspectivas de construção de objetos de ensino. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4229-4249, dez. 2019. ISSN 1984-8412. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4229/42437>. Acesso em: 30 jul. 2020. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2019v16n4p4229>.

SANTOS, Marcos Bispo dos. Ainda a questão: que gramática ensinar na escola? **Confluência**, [S.l.], p. 218-251, dec. 2016. ISSN 2317-4153. Disponível em: <http://lbp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/165>. Acesso em: 31 Jul. 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i51.165>.

SANTOS, Marcos Bispo. Sociolinguística, teoria social e padronização linguística. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 687-718, mar. 2018. ISSN 2237-2083. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12356>. Data de acesso: 30 de julho de 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.26.2.687-718>.

SILVA, Luiz Antônio da. Projeto NURC: histórico. **Revista Linha d'Água**, n. 10, p. 83-90, julho, 1996.

SILVA, Ramaiane Costa Santos da. **Repensando ensino de ortografia no fundamental II: uma proposta de intervenção**. 317 p. 2017. Dissertação de Mestrado – Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Universidade do Estado da Bahia, Campus V. Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2017.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. *In*: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 155-178.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

TARALLO, Fernando. Retrospectiva: a sociolinguística na (e da) alfabetização. *In*: KATO, Mary; MOREIRA, Nadja; TARALLO, Fernando. **Estudos em alfabetização**: retrospectivas nas áreas da psico e da sociolingüística. Campinas, SP: Pontes; Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 1998. p. 101-144.

TASCA, Maria. **Interferência da língua falada na escrita de séries iniciais**: o papel de fatores linguísticos e sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (Orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2008.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. (Orgs.). **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015.

O USO DOS PRONOMES POSSESSIVOS *TEU* E *SEU* EM CARTAS PESSOAIS DE SERTANEJOS BAIANOS DO SÉCULO XX

Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa
(UEFS/CEDOHS/PPGEL)

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
(UEFS/CEDOHS/PPGEL)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os objetivos deste estudo foram descrever e analisar qualitativa e quantitativamente a variação/mudança no uso dos pronomes possessivos *teu/seu* de segunda pessoa em cartas pessoais produzidas por sertanejos baianos, mais precisamente na segunda metade do século XX, com o propósito de trazer indícios da variante popular do PB, buscando contribuir para o estudo histórico de sua formação; identificar contextos linguísticos e sociais que mais condicionam a expressão de posse em cartas pessoais e comparar os resultados encontrados na análise com outras pesquisas sobre a expressão de posse em regiões diferentes, em *corpora* escritos, e principalmente com a pesquisa feita por Lucena (2016).

Como hipótese, o pronome *seu* de terceira já era usado como possessivo de segunda pessoa na escrita sertaneja baiana da região da Bacia do Rio Jacuípe, no período, apontando provavelmente o uso generalizado na fala. A mudança no paradigma pronominal de terceira para segunda

pessoa indica, possivelmente, que esse uso já era comum na época, seguindo uma tendência já observada em dados pronominais sertanejos do século XIX, conforme Carneiro (2005), a exemplo do *lhe* de terceira que já era usado como sendo de segunda pessoa.

Por se tratar de cartas escritas por semialfabetizados e denominados de inábeis, a hipótese sugere algumas questões:

- i. o uso dos pronomes possessivos, nas cartas de sertanejos baianos do século XX, indica uma característica uma tendência do PPB já observada em outros estudos feitos com corpora representativos do sertão baiano?
- ii. o uso de *seu* como sendo de segunda pessoa no *corpus* estudado demonstra uma variação simples ou uma mudança já estabilizada na escrita sertaneja baiana do século XX?
- iii. há uma preferência no uso das formas *teu/seu* nas cartas dos sertanejos baianos do século XX?

O arcabouço teórico utilizado foi o da Linguística Histórica, em uma perspectiva sócio-histórica, nos termos definidos por Mattos e Silva (2008), já que as amostras são representativas de um processo histórico de constituição do PB. Também, utilizou-se a metodologia variacionista da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 1982) e da Teoria do Poder e Solidariedade (BROW e GILMAN, 1960)

Para tanto, o estudo que se estenderá aqui tem como objeto de pesquisa o usos dos pronomes possessivos *teu/seu*, em cartas pessoais do sertão baiano, em uma perspectiva diacrônica, verificando se essas mudanças observadas hoje já estavam prefiguradas no PB escrito popular, já que, de épocas anteriores aos *corpora* gravados, o único material disponível é o escrito. Essa abordagem, na modalidade escrita, ainda é pouco realizada, já que a maioria dos estudos se concentra em amostras de fala. Devido ao fato de também ser pouco comum estudar diacronicamente o PB em variedades populares, foi escolhido um *corpus* composto de 91 cartas pessoais, editadas por Santiago (2012), escritas entre 1906 e 2000,

por sertanejos baianos, semialfabetizados, nascidos nas zonas rurais de três municípios do sertão baiano que serão apresentados no desenrolar deste estudo, mais precisamente na parte em que se descreverá e explicará o *corpus*. Adicionalmente, realizou-se uma análise contrastiva com o estudo realizado por Lucena (2016) que também trabalhou com pronomes possessivos, a partir de cartas.

Segundo Lucena (2016), linguisticamente, há diversas maneiras de expressar posse na língua portuguesa: com o emprego de pronomes possessivos em estruturas nominais, *teu livro*; com valor genitivo em frases preposicionadas, *o livro de Pedro*; com pronomes relativos, *Pedro, cujo livro*; e com os verbos também podendo transmitir uma ideia de posse, *Pedro tem um livro*; *Pedro possui um livro*. Todos os exemplos cabem na afirmação de Huerta Flores (2009), quando afirma que em todas as possibilidades apontadas, sempre haverá uma entidade possuída que se relaciona com outra entidade que, real ou metaforicamente, a possui.

LINGUÍSTICA HISTÓRICA E A SOCIOLINGUÍSTICA

Esta seção começa com um diálogo entre Labov (2008 [1972]) e o olhar perscrutador de Mattos e Silva (2008) sobre a Sociolinguística e a Linguística Histórica.

Labov (2008 [1972], p. 13), logo na introdução do seu *Padrões sociolinguísticos*, diz ter resistido por muito tempo ao termo *sociolinguística*, já que o mesmo implicava haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não fosse social. Essa assertiva laboviana será o mote para um diálogo entre a *Linguística Histórica* e a *Sociolinguística* aqui neste capítulo.

A Linguística Histórica, tradicionalmente, se debruça sobre a *mudança linguística*, seja sintática, fônica, semântico-lexical e mórfica, e seus estudos antecedem o advento oficial da Linguística como ciência. No entanto, Mattos e Silva (2008), em seu [...] *ouvir o inaudível*, propõe duas grandes vertentes na Linguística Histórica: uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*.

Sobre a vertente *lato sensu*, a autora afirma que:

A linguística histórica *lato sensu* trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em *corpora*, que, necessariamente são datados e localizados, tal como os estudos descritivos, sobretudo do estruturalismo americano, que teve seguidores no Brasil, inclusive eu mesma no livro de 1989, Estruturas trecentistas. Nesse livro, descrevi os dados de um longo texto do século XIV, Os quatro livros dos Diálogos de São Gregório; os estudos dialetológicos, tanto atlas linguísticos, como monografias sobre dialetos regionais; os estudos sociolinguísticos, como os da sociolinguística variacionista, que refina o método de quantificação por meio de programas informatizados, que permitem cruzar variáveis intra e extralinguísticas e estabelecem os pesos relativos dessas variáveis; os estudos etnolinguísticos, que, utilizando informantes adequados aos objetivos, constituem corpora para análise, em geral de natureza qualitativa. Poderia ainda incluir na linguística histórica *lato sensu* as teorias do texto, do discurso e da conversação, que se baseiam em corpora datados e localizados. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 9)

E sobre a *stricto sensu*, ela diz:

Considero a linguística histórica *stricto sensu* a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas. É essa a tradicional concepção da linguística histórica, que, no seu sentido estrito, pode ser trabalhada em duas orientações:

- a. a linguística histórica sócio-histórica
- b. a linguística diacrônica associal.

A do tipo **a** considera fatores extralinguísticos ou sociais, também fatores intralinguísticos, como a sócio-

história proposta por S. Romaine (1985) e as sociolinguísticas, que tratam da mudança linguística, como é o caso da teoria laboviana da variação e mudança.

A do tipo **b** considera apenas fatores intralinguísticos, como é o caso dos estruturalismos diacrônicos, cujo exemplo maior é o de A. Martinet, no seu livro de 1955, *Économie des changements phonétiques*, e do gerativismo diacrônico, que tem como representante maior D. Lightfoot, que, desde 1979, com o seu livro *Principles of Diachronic Syntax*, vem reformulando Caminhos da linguística histórica sua teoria da mudança sintática, de acordo com as modificações do modelo gerativista.

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os corpora indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 9-10)

Observa-se que a autora propõe “novos olhares” para discussões antigas acerca dos estudos históricos da linguagem humana. Olhares esses que traçam liames significativos para entender como funcionavam e como funcionam alguns dos vários ramos da ciência Linguística.

Em síntese, a Linguística Histórica vive, mais uma vez, dias importantes na sua trajetória com a retomada dos estudos diacrônicos nas mais diversas áreas da Linguística, especialmente na sócio-história das línguas. A Sociolinguística continua avançando para entender e explicar o porquê dos fenômenos observáveis empiricamente na língua, principalmente no Brasil, onde esses estudos são intensos desde a época de 70 do século passado, chegando até a chamada terceira onda dos estudos variacionistas, que estreitou seu olhar para um recorte ainda mais específico, voltado aos padrões de variação observados nos indivíduos inseridos em comunidades de práticas.

TEORIA DO PODER E DA SOLIDARIEDADE

Brown e Gilman (1960), no estudo *The pronomes of Power and Solidarity*, pesquisaram vinte línguas distintas, na maioria indo-europeias, analisando as regras de tratamento que regem essas línguas. Eles concluíram que as estratégias de tratamento relacionadas à segunda pessoa do discurso estão atreladas por relações de poder e solidariedade.

Observando que os idos de 1900, século de escritas das cartas aqui estudadas, ainda apresentavam uma sociedade brasileira com relações sociais muito marcadas, justifica-se a necessidade da busca dessa teoria para entender os domínios do *poder* da *solidariedade* nas situações comunicativas. Essa teoria esclarece que o domínio exercido por uma pessoa sobre outra, em uma situação comunicativa, é denominado como sendo um dos conceitos de *poder*. Para que isso se processe, serão necessárias, no mínimo, duas pessoas; e a relação entre elas não pode ser *simétrica*, ou seja, o *poder*, nessa ambiência, só se processará nas relações *assimétricas*, por entender que, nessas relações, há hierarquia na diferenciação de determinados aspectos como idade, geração e autoridade.

Diferente da importância do *poder* na simetria do tratamento, a *solidariedade* acontece nas relações sociais *simétricas*, em face de um mesmo nível de hierarquia entre as pessoas do diálogo, nesse tipo de relação que surge a partir de aspectos como parentesco, sexo, participação em grupos em que estarão ligados por afeto e afinidades ideológicas.

O CORPUS

Segundo o paleógrafo italiano Armando Petrucci (2003, p. 7-8), para fazer um estudo, os historiadores da cultura escrita devem responder às seguintes perguntas: o quê, onde, como, quando, quem fez o texto e para quem foi escrito.

A partir das respostas às perguntas acima, irá se delineando a proposta deste estudo que foi a de analisar o uso dos possessivos *teu* e *seu* de segunda pessoa.

A primeira pergunta é “o quê?”: são 91 cartas pessoais, escritas entre 1906 e 2000, de remetentes da zona rural. São divididas assim: *Amostra I* – 58 de Riachão de Jacuípe; *Amostra II* – 24 Conceição do Coité; *Amostra III* – 9 cartas de Ichu.

Esses documentos foram editados por Santiago (2012), em sua dissertação de mestrado. Hoje, são denominados de *Cartas em sisal*, e está no Subprojeto documentos escritos por mãos inábeis, do Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do PB que é parte integrante do *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão – CE-DOHS (disponível em: www.uefs.br/cedohs).

A segunda pergunta é “Onde?”: das 91 cartas do *corpus*, há a indicação do local onde foram escritas 62 delas. A grande maioria foi na zona rural do sertão baiano, principalmente nos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. 16 cartas são originárias de outros locais do Brasil. Dessas, há 15 de São Paulo e 1 de Goiás, escritas por dois remetentes naturais de Riachão do Jacuípe que foram trabalhar nessas localidades.

A terceira pergunta é “Como?”: segundo Santiago (2012), as cartas foram escritas por remetentes nascidos nas zonas rurais dos municípios supracitados. São sertanejos baianos pouco escolarizados, estacionados em níveis incipientes de aquisição de escrita. Os textos foram produzidos mesmo com pouco domínio da técnica de escrever, uma vez que os sertanejos tiveram pouco ou nenhum acesso à escolarização formal. As poucas escolas que existiam funcionavam de modo precário, muitas vezes com professoras itinerantes. A própria casa ou a de parentes servia, muitas vezes, como local de aprendizagem. Muitos não frequentaram nem mesmo essas aulas que ocorriam nas casas, então, o contato com materiais de leitura, como os textos religiosos, pode ter contribuído para aprendizagem da escrita.

A quarta pergunta é “Quando?”: são cartas escritas no século XX, entre os anos 1906 e 2000, com maior produção nas décadas de 50, 60 e 70, sendo que foram escritas 22 na primeira metade e 69 na segunda metade do século.

A quinta pergunta é “Quem fez o texto?”: as cartas que compõem o *corpus* podem ser consideradas como documentos de circulação privada, de acordo com a proposta de Barbosa (1999, p. 147). Para o autor, esse tipo de texto, em termos de fonte escrita de sincronias passadas, é o desejo de consumo do investigador em Linguística Histórica. Sobre isso, o autor comenta que:

Talvez sejam mesmo as missivas trocadas em circulação privada (pessoais ou as da administração privada) o que mais se aproxime de uma escrita cotidiana, aquela que tem a maior chance de alcançar o limite possível do que a escrita transparece dados da oralidade, ocorrências de formas novas em difusão na sociedade. (BARBOSA, 2006, p. 765)

Santiago (2012), a partir de Marquilhas (2000), define os escreventes como *inábeis*. O *corpus* que foi analisado nesta pesquisa é composto de cartas escritas por 43 remetentes (23 mulheres e 20 homens) naturais e residentes nas regiões dos municípios supracitados, localizados na macro-área da região da bacia do Jacuípe e unidos pela cultura do sisal.

A sexta pergunta é “Para que/quem foi escrito?”: as cartas que constituem o *corpus* estão organizadas em nove blocos de acordo com os destinatários, e, em cada bloco, seguem a ordem alfabética dos remetentes em ordem cronológica das correspondências, pela data que foram escritas. As cartas possuem caráter afetivo e, por isso, a informalidade é uma característica marcante das missivas em questão. Percebe-se que foram escritas para expressar saudades, obter notícias de familiares e fazer pedidos. Foram enviadas para amigos, compadres, namorados, cunhados, sobrinhos, irmãos, filhos e mãe.

A partir do *corpus* já editado, fez-se a leitura das cartas, levantaram-se os pronomes possessivos e foram separados por tipo, o que serviu para construir assim dois apêndices: no Apêndice A, foram usadas cores diferentes para destacar as ocorrências de cada grupo de iguais. No Apêndice B (fac-símiles), foram destacadas todas as sentenças em que

aparecem os pronomes para posterior separação, a partir de fatores que foram elencados posteriormente. Em seguida, foram feitas a descrição e análise dos condicionamentos linguísticos e extralinguísticos da variável expressão de posse na vertente popular do português do semiárido baiano, nas cartas do *corpus*.

Assim, uma vez definido o universo de observação desta pesquisa, foi realizado o levantamento das ocorrências que serviram de base para a análise quantitativa dos dados de expressão de posse. Esses foram submetidos ao programa *VARBRUL*¹, na versão *GOLDVARB-X* (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005), que forneceram os resultados quantitativos das variáveis em contextos linguísticos e extralinguísticos.

Na continuação, foi verificada, mediante a análise dessas variáveis, a relevância do processo de transmissão linguística irregular na constituição histórica da realidade linguística brasileira, tentando entender de que maneira o contato entre línguas operou nas escolhas dos falantes em relação à expressão de posse. E, finalmente, fez-se uma análise contrastiva com os dados do estudo feito por Lucena (2016).

ANÁLISE

ESTUDO DESCRITIVO: VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

A análise dos pronomes possessivos de segunda pessoa, apresentada a seguir, baseou-se em conjunto de 91 cartas pessoais, produzidas entre 1900 e 2000. Foram encontradas 185 ocorrências de pronomes possessivos, sendo 168 dados de *seu* (90.8%) e 17 de *teu* (9.2%):

1 Esse programa foi criado em 1971 e desenvolvido por Sankoff & Rousseau (Cedergren & Sankoff 1974, Rousseau & Sankoff 1978) com o intuito de realizar estatisticamente dados linguísticos variáveis.

TABELA 1: FORMAS DO PARADIGMA DE 2ª PESSOA EM CARTAS PESSOAIS DE SERTANEJOS BAIANOS

FORMAS DE USO	FREQUÊNCIA	%	TOTAL
Teu(s)	17/185	9.2	168
Seu(s)	168/185	90.8	91
Total	185	100	185

Fonte: Elaborada pelo autor.

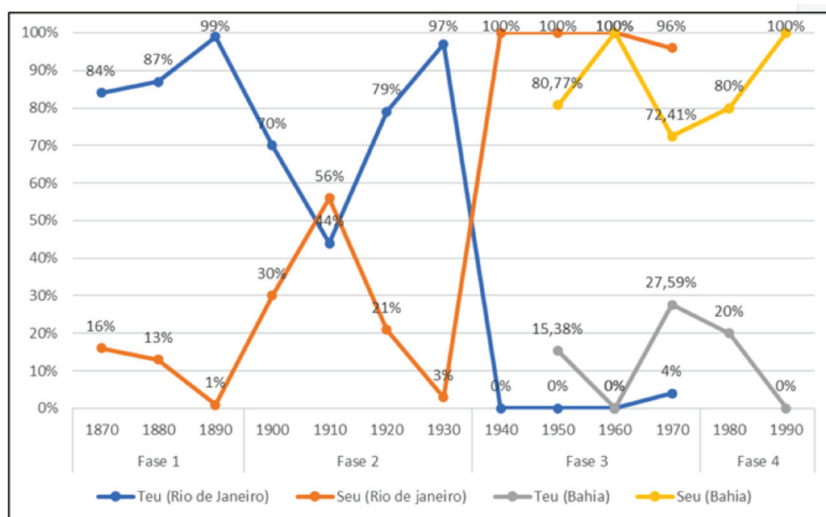
O pronome *seu* mostrou-se mais produtivo, sendo contabilizadas 168 ocorrências, correspondentes a 90.8% dos dados, apresentando-se mais frequentes na posição anteposta ao nome, sendo 152 dados (82.2%) frente a apenas 16 (8.6%), em posição posposta ao nome.

Para o estudo proposto, assumimos a hipótese de que as formas *teu* e *seu* podem acompanhar o comportamento das formas de tratamento na posição de sujeito (LUCENA, 2016, p. 73). Baseamo-nos na metodologia apresentada em Lucena (2016) que propõe a análise do processo de variação de *teu* e *seu* baseando-se nas fases temporais postuladas por Souza (2012), a saber: Fase 1 – referente às décadas de 1870 a 1899; Fase 2 – décadas de 1900 a 1939; Fase 3 – décadas de 1940 a 1979.

Nesse sentido, estipularam-se tipos de posse que poderiam ocorrer nas missivas, tais como inalienável e alienável. A posse inalienável compreende partes do corpo e relações de parentesco, ou seja, tudo aquilo que não pode ser “adquirido”, sendo uma posse intrínseca. Vale ressaltar que no livro *Gramática de usos do Português*, Neves (2006, p. 488), quando trata das relações semânticas expressas pelo possessivo, explica esse tipo de posse como aquela a que se refere a possuídos, que não podem, a princípio, ser separados do possuidor, como ocorre, por exemplo, com as partes do corpo: *teu* olho, *seu* espírito, *teu* lado machista. Por outro lado, as posses alienáveis são reservadas a bens adquiridos e transferíveis.

DADOS DE LUCENA (2016) VS. DADOS DA BAHIA (CARTAS SERTANEJAS)

FIGURA 1 - AS FORMAS POSSESSIVAS PRODUZIDAS NO RIO DE JANEIRO (LUCENA, 2016) E NA BAHIA (OLDACK, 2018) DISTRIBUÍDAS POR FASES.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Na *Figura 01*, é observado que os resultados encontrados com os estudos desta pesquisa os dados de Lucena (2016), em relação ao uso dos possessivos, corroboram com os resultados encontrados nas cartas sertanejas da Bahia. Ou seja, o uso de *teu* diminui bastante em função do aumento considerável do uso de *seu*, como paradigma de segunda pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trilhou um caminho na tentativa de explicar como acontecia, no século XX, o uso dos pronomes possessivos na escrita de sertanejos semialfabetizados do interior da Bahia.

O estudo feito sobre esse gênero textual observou o seu percurso histórico e do paradigma das tradições discursivas que, desde a Anti-

guidade Clássica, é um costume milenar para os fins comunicativos, administrativos, políticos e religiosos. O seu uso foi difundido a partir do século XVIII, em Portugal, e, no século XIX, no Brasil, tendo sua utilização ampliada, no século XX, como principal meio de comunicação nas áreas rurais do território brasileiro. No século atual, com o avançado uso da tecnologia, já não são mais tão utilizadas as cartas pessoais para fins comunicativos. Porém, observa-se o aumento do interesse de diversos campos de estudo (religioso, linguístico, histórico, educativo etc.) por esse tipo de material, inclusive serviu para a produção do *corpus* utilizado para a elaboração desta pesquisa.

As 185 ocorrências de pronomes possessivos *teu/seu* encontradas na amostra, mesmo não sendo uma grande quantidade, serviram para desenvolver as várias discussões feitas neste estudo sobre o uso dessas formas, nas 91 cartas escritas por sertanejos baianos, entre 1900 e 2000, totalizando um século, e a responder algumas indagações que foram feitas no princípio desta pesquisa.

A hipótese que sustenta esta pesquisa foi confirmada, a de que o pronome possessivo *seu* de terceira já era usado como possessivo de segunda pessoa na escrita sertaneja baiana da região da Bacia do Rio Jacuípe, no período, apontando provavelmente o uso generalizado na fala. A mudança no paradigma pronominal de terceira para segunda pessoa indica, possivelmente, que esse uso já era comum na época, seguindo uma tendência já observada em dados pronominais sertanejos do século XIX, conforme Carneiro (2005), a exemplo do *lhe* de terceira que já era usado como sendo de segunda pessoa.

Para as questões formuladas para este estudo, seguem as suas respostas:

- i. As observações pela leitura de outros textos e tabulação dos dados mostraram que o uso da forma *seu*, como sendo de segunda pessoa, já era uma variação no uso desde o século XIX, apontado nos estudos de Lucena (2016) e Carneiro (2005), o que também pode ser observado na escrita das cartas do *corpus* utilizado aqui.

ii. Os resultados mostrados, neste estudo, já apontam que não há mais variação no uso do pronome possessivo *seu* na escrita dos sertanejos do século XX, pois os dados levam a crer em uma mudança já estabilizada, sendo que, das 168 ocorrências de uso do *seu*, apenas uma ocorrência usou a forma na terceira pessoa. Isso demonstra que a mudança em progresso, dita no estudo de Lucena (2016) sobre os séculos XIX/XX, já está estabilizada na escrita das cartas sertanejas baianas do século XX.

iii. Das 185 ocorrências de pronomes possessivos encontradas, existem apenas 17 do uso da forma *teu*, e 168 de *seu*. Dos 43 escreventes, somente 9 usaram a forma *teu*, sendo que, na segunda fase (1941-1979), o uso é realizado por 7 escreventes; na terceira fase (1980- 2000), o uso é empregado por apenas 1 escrevente; e na fase “sem data”, o uso só é de somente 1, e repetido por outro que já tinha usado na terceira fase. Isso demonstra claramente que há preferência pelo uso do possessivo *seu* na escrita das cartas, seguindo uma tendência observada também em estudos com *corpora* orais do sertão baiano, a exemplo de Oliveira (2016), quando afirma que não há grandes diferenças de uso das estratégias de marcação de posse entre as comunidades do semiárido baiano, o que mostra que a reestruturação é bastante comum na fala vernacular do PB, e confirmado nos estudos de Lucchesi e Araújo (2009).

Sobre a comparação dos resultados encontrados neste estudo com as informações na pesquisa de Lucena (2016), é possível dizer, como foi demonstrado na seção 5 desta dissertação, que “as linhas” construídas por ela para mostrar a variação/mudança no uso dos pronomes possessivos, entre os séculos XIX e XX, são seguidas pelas “linhas” construídas a partir dos dados verificados nas cartas de sertanejos baianos no século XX. Essas “linhas” mostram, desde o estudo de Machado (2011) e Souza (2012), que foram a base de Lucena (2016) para construir sua tese, que a tendência da forma *seu* usado como paradigma de segunda pessoa vem inibindo o uso da forma *teu*, nos últimos dois séculos. Os dois estudos mostram que é na fase 2 (1940-1979), independentemente do tipo de posse, que o uso de *seu* começou a aparecer como sendo de segunda pessoa, tanto nas cartas do Rio de Janeiro como nas cartas da Bahia.

Apesar do *corpus* estudado nesta pesquisa ser relativamente pequeno, com apenas 185 dados, ao agregar as 1.376 ocorrências da amostra de Lucena (2016) às das cartas de sertanejos baianos, foi possível observar e diagnosticar que a “variação” na escrita das cartas do Rio de Janeiro, no século XIX, já era uma “mudança” estabelecida na escrita das cartas da Bahia, no século XX.

Dos 23 fatores criados (11 linguísticos e 12 sociais), para análise, observou-se os que foram mais relevantes para entendimento dos dados. Entre os linguísticos, apenas três fatores mostraram resultados relevantes:

i. Formas de uso

A forma *seu* mostrou-se mais produtiva com 90,8% das ocorrências, inibindo o *teu* que apareceu somente em 9,2%. Também foi possível perceber que, na maioria das ocorrências, 82,2%, observou-se uma tendência a posição anteposta ao nome, resultado esse também confirmado nos dados de Lucena (2016).

ii. Tipo de posse

As ocorrências trouxeram contextos de posses alienáveis e inalienáveis; no entanto, foi verificado que, como afirmou Barros (2006), tudo aquilo que pode ser adquirido e transferível, o alienável, favoreceu o uso das formas *teu/seu*, principalmente o uso de *seu*, que atingiu um percentual de 94%, face aos 6% de *teu*.

iii. Animacidade do sintagma possessivo

Lucena (2016) apontou, em sua pesquisa, que o uso de *teu* era favorecido quando se fazia referência a seres [+animados], e o uso de *seu* quando se fazia referência a seres [-animado]; no entanto, os resultados das cartas da Bahia mostraram que *seu* foi favorecido pelo traço [+animado +humano] e [inanimado].

Entre os grupos sociais, apenas quatro foram selecionados como relevantes:

iv. Período de escrita das cartas

O quase um século de escrita de cartas foi dividido em sincronias menores para análise por décadas. Observou-se que, em apenas uma década (1980-1989), as formas *teu/seu* competiram em igualdade. Em todas as outras décadas, o *seu* foi favorecido. Vale salientar que as ocorrências com *teu* e *seu*, na amostra, não é uniforme, além de a maioria das missivas estarem concentradas nas décadas de 50, 60 e 70. São exatamente essas as épocas em que os sertanejos saíam de suas cidades à procura de trabalho nos grandes centros do Brasil, o que fez aumentar consideravelmente a escrita das cartas.

v. Gênero dos redatores

A amostra trouxe resultados interessantes em relação a esse fator, pois verificou-se, em todas as fases, que mulheres e homens preteriram o uso de *teu* ao de *seu*. Acredita-se que, pelo número ínfimo de ocorrências da forma *teu*, não seja possível discordar da proposta laboviana quando sugere ser as mulheres a conservar a variante mais próxima da norma padrão, nos processos de variação, evitando, assim, os usos linguísticos socialmente estigmatizados.

vi. Vínculo com o destinatário e Tipos de relações

Estes dois grupos estão relacionados e foram de suma importância para observar como os dados se comportavam diante às relações simétricas e assimétricas, já que estudos, como o de Lucena (2016), mostram que o grau de intimidade entre os escreventes favorece o uso de uma forma em detrimento da outra. Ficou comprovado, com a amostra das cartas dos sertanejos baianos, que quanto maior for o grau de intimidade entre os missivistas, maior será o favorecimento para o uso da forma *seu*. Mas, acreditava-se que a forma *teu* denotaria maior intimidade entre os missivistas. Ficou claro que as relações simétricas [+solidárias] favoreceram um número considerável de ocorrências da forma *seu*.

vii. Subgênero das cartas

Neste grupo, as ocorrências são, em sua maioria, empregadas nas cartas de amigos, preterindo as cartas de amor e as familiares. Nesse caso, a relação dos menos íntimos favoreceu o uso da forma *seu*.

As possíveis perguntas que surgiram com esta investigação, e que não puderam ser respondidas, ficarão como indagações para um próximo estudo sobre *teu/seu*, com outros *corpora* de regiões outras da Bahia e do Brasil. Esta pesquisa será mais uma agregada ao *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão – CE-DOHS*, visto que ainda há inúmeros questionamentos a serem feitos sobre o pronome possessivo *seu* e sua mudança de paradigma no Português Popular do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **Nosso, da gente e de nós**: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro. 224 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 29.04.2005.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. *In*: LOBO, Tânia *et al.* (Orgs.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 6, t. 2, p. 761-780.
- BROWN, Roger & GILMAN, Albert. The Pronouns of Power and Solidarity. *In*: SEBEOK, T.A. **Style in Language**. Massachusetts: Ed. MIT Press. 1960. p. 253-276.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras (1808-1904)**: um estudo linguístico-filológico. 2005. 4v. 2.329f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005, p. 119-143.
- CASTRO, Ana. **On possessives in portuguese**. Tese de Doutorado. Lisboa/Paris: Universidade de Lisboa/Univiersité Paris 8 – Vincennes Saint-Denis, 2006.

CERQUEIRA, Vicente C. (1993). A forma genitiva *dele* e a categoria deconcordância (AGR) no português brasileiro. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian. (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp: 129-160.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

HUERTA FLORES, Norohella. Los Posesivos. In: **COMPANY COMPANY, Concepción. Sintaxis Histórica de la Lengua Española**. Segunda parte: la frase nominal, 2009.

LABOV, William. [1968]. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**. Oxford & Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William. Building on Empirical Foundations, In: LEHMANN, W & MALKIEL, Y. (Orgs.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

LASS, Roger **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O sistema de expressão de posse. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 489-511.

LUCENA, Raquel de Oliveira Pereira. **Pronomes possessivos de segunda pessoa: a variação *teu/seu* em uma perspectiva histórica**. 220 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, Ana Carolina Morito. **As formas de tratamento no teatro brasileiro e português dos séculos XIX e XX**. Tese (Letras (Letras Vernáculas)) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

- MENDES, Fernanda. **Estruturas possessivas**: aquisição de posse funcional e posse alienável no português brasileiro. 224 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais**: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. Estertores da forma seu na língua oral. *In*: Oliveira e Silva, Giselle Machline de.; SHERRE, Maria Marta (Orgs.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 171-182.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. Um caso de definitude. **Oragon**. Porto Alegre, n. 18, p. 90-108, 1991.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. UFRJ, 1982.
- OLIVEIRA, Josane Moreira de. A sociolinguística laboviana: festejando o cinquentenário e planejando o futuro. *In*: **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, pp. 481-501 - set./dez. 2016.
- OLIVEIRA, Matheus Santos. **O efeito do contato entre línguas na reestruturação do sistema de expressão de posse no Português do semiárido baiano**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2016.
- PERINI, Mário. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma abordagem funcional. **DELTA**, São Paulo, v.1, n.1/2, p.1-16, 1985.
- PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura**. Primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.
- PROJETO **CORPUS** ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO SERTÃO. Disponível em: www.uefs.br/cedohs, 2011.
- SANKOFF, David, SALI A. TAGLIAMONTE, and Eric Smith. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.
- SANTANA, Noemi Pereira de. **Seu e dele em correspondências de professores na Bahia do século XIX**. Tese de Doutorado, UFBA, 2014. 198 f.
- SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. Dissertação de Mestrado. UEFS, 2012. 2v. 256f.

SOARES, A. S. F. **Segunda e Terceira pessoa – O pronome possessivo em questão:** uma análise variacionista. Dissertação de Mestrado (Linguística (Linguística da Língua Portuguesa)) – UFPR, Curitiba, 1999.

SOUZA, Janaina Pedreira Fernandes. **Mapeando a entrada do *você* no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX.** Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2012.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

O PRONOME *TU* EM FEIRA DE SANTANA – VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: DIRECIONAMENTOS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA MATERNA

Janivam da Silva Assunção
(UEFS/PPGEL/FAPESB)

Norma Lúcia Fernandes de Almeida
(UEFS/PPGEL/PROHPOR/CE-DOHS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta investigação contribui para o projeto *O sistema Pronominal no Português Falado no Semiárido Baiano: Um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real de Curta Duração* e com os projetos *Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro* e *CE-DOHS¹: Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa*, implementados no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa, constituição, variação e mudança no/do português (NELP)², com sede na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

1 <http://www5.uefs.br/cedohs/>

2 Para mais informações, acesse o site do Núcleo de Estudo em Língua Portuguesa (NELP) <http://www2.uefs.br/nelp/>

Feira de Santana é uma cidade multicultural e uma das características que desenha a morfologia da sua população é o uso do pronome Tu sem concordância verbal, sem marca de segunda pessoa, condenado pela Gramática Prescritiva (gramática ensinada nas escolas e de prestígio social).

A variabilidade linguística em Feira de Santana não a coloca em destaque, pois todas as línguas são heterogêneas, e a falada em Feira não seria diferente, mas ela apresenta um dinamismo inerente, aspecto que marca a identidade das línguas, como bem sublinhou Mollica (2004) ao tratar deste fenômeno linguístico e sublinhar que cada língua apresenta uma dinâmica diferente em sua variação. Este dinamismo pode ser observável a partir do re(conhecimento) do outro e de si mesmo e de um olhar mais crítico e reflexivo sobre os aspectos culturais e interculturais; assim, veremos que a variabilidade linguística não se constitui em apenas formas diferentes que utilizamos para dizer a mesma coisa ou que apresentam o mesmo valor de verdade (LABOV [1972] 2008). A variação aqui não é entendida como um reflexo do lugar social num ponto da escala, mas como um recurso à construção e significado social. Neste contexto, defende-se a imprescindível necessidade de se levar em consideração o aspecto intercultural no ensino-aprendizagem de língua materna, traduzido na complexa interação e na diversidade tão própria da linguagem.

Arrisca-se uma definição de língua a qual acreditamos se adequar à nossa perspectiva que é a de entender o ser e estar no mundo, tomando, como ponto de partida, a linguagem humana (HEIDEGGER, 2012). Dessa maneira, a língua aqui é vista como cultura, atividade interativa de caráter social, histórico, político – elementos indissociáveis. Por essa ótica, estamos falando de Língua, Cultura, Identidade-Alteridade, Povo, num direcionamento de que “[...] O povo tem uma *identidade*, que resulta nos traços manifestados em sua *cultura*, a qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da *linguagem verbal* [...]” (ANTUNES, 2009, p.19, grifo da autora). Com efeito, a proposta aqui apresentada é a de transpormos aspectos puramente gramaticais, focando a imprescindível relação entre língua, cultura e sociedade no processo de ensino-aprendizagem do português como língua materna.

Direcionam este trabalho, resultados alcançados sob os pressupostos teóricos da sociolinguística variacionista (LABOV [1972], 2008), com foco para o desenvolvimento da competência intercultural no processo de ensino-aprendizagem do português como língua materna, como forma de amenizar o preconceito linguístico – via de exclusão social e produtor de alienação nos seus mais diversos níveis.

FEIRA DE SANTANA, TU É (ÉS) A PRINCESA ALTANEIRA

Feira de Santana é a “Princesa do Sertão”, denominada na letra do seu hino, *Hino a Feira de Santana* – de autoria de Georgina Erismann (1893-1940) –, como a princesa altaneira, reconhecida como a segunda maior cidade do interior da Bahia. Distante 115 Km de Salvador, capital do Estado, representa a segunda economia da região com amplos vínculos e relações de transações comerciais de um complexo de regiões com sua economia diversificada: comércio, agropecuária, indústria e serviço de apoio urbano. A cidade também ostenta posição de centro distribuidor da população regional e polo de negócios e atividades dinâmicas.

Pela importância da sua localização, Feira de Santana lidera a macrorregião abrangendo 96 municípios, com a população de, aproximadamente, 3 milhões de habitantes, e recebe a segunda maior população da Bahia estimada³ pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 614.872 pessoas (BRASIL, 2019) – depois da capital, Salvador. Se constitui, também, no maior entroncamento rodoviário do interior do país e o maior do Norte Nordeste, cortado por três rodovias federais e quatro rodovias estaduais, favorecendo uma corrente e concentração de fluxo de população, mercadorias e dinheiro.

Além de ser um entreposto que liga o Nordeste ao Centro-Sul do Brasil, Feira de Santana, geograficamente, situa-se na fronteira do Sertão com os tabuleiros do semiárido da Bahia e possui clima tropical, com temperatura média de 37°. Contrastando com as características acima descritas, a “Princesa do Sertão” apresenta índice de pobreza muito alto

3 Estimativa de população conforme dados consultados no site <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/feira-de-santana.html>. Acesso em: ago. 2020.

e população residente alfabetizada estimada pelo IBGE em 460.966 pessoas (BRASIL, 2010), quantitativo que ainda deixa a desejar, apesar de o município oferecer educação básica, profissionalizante, e superior.

Segundo dados da secretaria municipal de educação,

[...] O Município possui, vinculados à educação, os seguintes Conselhos: Municipal de Educação, Municipal de Acompanhamento do FUNDEB, de Alimentação Escolar e uma rede de ensino que possui 223 escolas que ministram ensino Pré-Escolar, 443 de Ensino Fundamental, 38 do Ensino Médio. No ensino profissionalizante, o município possui o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Centro Educacional de Tecnologia do Estado da Bahia (CETEB) e [...] o Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).⁴ (FEIRA DE SANTANA, 2012, p. 28)

Além de rede de ensino básico, o município possui, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, dois polos de maior desenvolvimento regional do Brasil em educação superior – através de suas ações acadêmicas: ensino, pesquisa e extensão –, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), uma das maiores universidades estaduais do interior do Brasil, e a Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) (FEIRA DE SANTANA, 2012), e diversas instituições particulares tanto de educação básica quanto de educação superior.

A origem desta povoação é creditada a uma das mais importantes rotas de comércio dos tempos iniciais da colonização – a expansão dos caminhos de criação de gado – a qual ligava o interior semiexplorado às áreas urbanas situadas no litoral. Uma dessas trilhas de gado cortava parte do território que hoje corresponde a este município, daí a sua importância estratégica.

4 Apesar de o Plano Nacional de Educação constar o ano 2012, os dados apresentados caíram o ano de 2010; não encontramos dados mais atualizados.

Os dados aqui apresentados, mesmo de maneira vertical, mostram aspectos sócio-históricos demográficos importantes para uma melhor caracterização de uma língua como o Português Brasileiro (PB), que é marcado por uma grande variação linguística, devendo-se considerar as muitas histórias de contato linguístico e dialetal, por exemplo (MATTOS E SILVA, 2002).

Guardiã de um dinamismo singular, ratificado por possuir um dos maiores entroncamentos rodoviários do Norte-Nordeste e, por conseguinte, receber pessoas de diversas regiões do país (ARAUJO; ALMEIDA, 2012), Feira de Santana se constitui em um cenário rico para discussões sobre a interculturalidade, as quais podem ser iniciadas no contexto da educação escolar, rumo à identidade, no entendimento da cultura local a partir da conscientização dos aspectos interculturais que a constituem.

A AVALIAÇÃO DO USO DA VARIANTE *TU* EM FEIRA DE SANTANA E O ASPECTO INTERCULTURAL: NOVOS OLHARES⁵

É fato que toda língua varia (LABOV [1972] 2008), não levar em consideração esta evidência de variação é a questão, uma vez que muitos resistem na tentativa de ofuscá-la, insistindo em uma homogeneidade marcada por uma norma padrão, aqui entendida como a norma socialmente de prestígio, construída no imaginário sociocultural.

A incisiva compreensão da variedade e mudança linguística teve como principais teóricos Weinreich, Labov, Herzog (1968)⁶, com a sociolinguística variacionista, ao sistematizarem princípios direcionados ao estudo da mudança linguística, princípios estes elaborados na crença de que a língua é marcada por uma heterogeneidade ordenada. Hoje, muitos seguem seus direcionamentos; aqui no Brasil⁷, por exemplo,

5 Para a realização das entrevistas, houve a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UEFS). O número do CAAE é: 04641412.7.0000.0053.

6 Cf. *Obra Empirical Foundations for a Theory of Language change*. Título traduzido em língua portuguesa: *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*.

7 Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) PROJETO DA NORMA URBANA ORAL CULTA DO RIO DE JANEIRO – NURC-RJ. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>.

isso se dá de forma muito mais acentuada a ponto de esta comunidade linguística, de acordo com Bagno (2008, p. 9), ser caracterizada como “um dos campos mais férteis para aplicação de seus postulados teóricos e de sua metodologia de trabalho empírico [...]”.

Buscando observar as correlações entre elementos que direcionam o estudo das mudanças em andamento e, neste íterim ocorre o aspecto *sine qua nom* – a variação linguística, a sociolinguística foca em cinco problemas distintos, três dos quais citamos aqui: transição, encaixamento, e a avaliação⁸. O primeiro traça o maior número de estágios intermediários, conservando uma das principais alternativas, “buscando encontrar o caminho pelo qual um estágio de uma mudança linguística evolui a partir de um estágio anterior [...]” (LABOV [1972] 2008, p.193).

No segundo problema – o encaixamento – é sublinhado que a sua solução está em encontrar a matriz contínua de comportamento social e linguístico, ou seja, a correlação entre eles. Chegamos ao problema da avaliação, e é neste que está focado este estudo por entender que é na avaliação social que se concentram os maiores condicionantes para que uma variante linguística se sobreponha à outra, e é nesta avaliação que o preconceito linguístico ocorre de forma contundente. Na avaliação, “a questão é encontrar os *correlatos subjetivos* [...] das mudanças objetivas que foram observadas [...]” (LABOV [1972] 2008, p.193, grifo nosso). É exatamente isso que nos leva ao próximo debate.

A avaliação das variantes utilizadas pelos falantes, como já explicado, se dá sob aspectos condicionantes, que por sua vez se caracterizam na matriz contínua de comportamento social e linguístico em que ocorre a mudança na língua, e para isto se faz necessário observarmos a correlação entre elementos intralinguísticos (estruturais) e extra linguísticos (sociais). Em busca da matriz contínua do comportamento social e linguístico em trabalhos sobre o uso do pronome Tu sem a concordância canônica de segunda pessoa, alternado com as formas você, cê, senhor,

8 Para quem deseja se aprofundar neste assunto, ver: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I **Fundamentos Empíricos para uma Mudança Linguística** e LABOV, Willian. **Padrões sociolinguísticos**. Parábola Editorial [1972]08.

senhora, pelos falantes feirenses (SANTANA, 2007; ASSUNÇÃO, 2008, 2009), foram levados em consideração aspectos linguísticos e sociais. O fator social que serviu como pilar para sustentar tal receptividade foi a escolaridade, que, de acordo com a teoria da variação linguística, atua como preservadora de forma de prestígio.

Para a análise das correlações entre a variação e o fator escolaridade, foi levado em consideração o fenômeno socialmente estigmatizado (a falta de concordância verbal, neste caso, o pronome *Tu* sem a concordância verbal de segunda pessoa) e o fenômeno livre de estigmatização, o pronome *você*. Como resposta, e sob essa perspectiva, a variante *Tu* sem concordância verbal de 2ª pessoa não se apresentou, numa análise indireta, no contexto de avaliação social, de forma estigmatizada; os resultados apresentaram receptividade positiva, “[...] uma boa distribuição da variação na comunidade e, talvez, mudança de status da variante *Tu* para não estigmatizada na comunidade” (ASSUNÇÃO, 2008, p. 6). Sublinhamos que este resultado nos chamou atenção pelo fato de o fenômeno que marca esta variante ser concordância verbal, objeto de ensino escolar, controlado de maneira categórica, e fenômeno socialmente estigmatizado.

Abaixo, segue alguns trechos das entrevistas realizadas, os quais marcam o uso da forma *Tu* sem concordância verbal de 2ª pessoa como produtiva na variedade utilizada em Feira de Santana.

i. Inf: “[...] Eu tava conversando com o meu marido neste ali, a gente falando...eu falando com ele, eu fiz: “Êita, e agora? Eu vou pra Salvador, danou-se. Ó, *tu* se prepara porque teu celular vai tocar por minuto, viu? Porque *tu* sabe que eu sou tabaroa, eu vou me perder, e ele se acabando de ri” (IMNS, NELP, 2007, grifo nosso).

ii. Inf: “[...] Eu...uso...o *tu*, mas uso *tu* sem fazer a [ri], não falo *tu* vais, *tu* vai é?” (IHNS, NELP, 2008, grifo nosso).

iii. Doc: E transporte coletivo, esse sistema novo, a senhora gostou?

Inf: “O sistema... Gostei do sistema sim. Agora tem um detalhe, porque é a demora. Olha, no dia em que minha filha adoeceu, eu fui pro Dom Pedro; eu fiquei ali sentada, ali, esperando um ônibus passar uma hora e meia, coitadinha! *Tu* acredita?” (IMFI, NELP, 2008, grifo nosso).

Percebe-se, a partir das falas acima apresentadas, que há uma regularidade no uso da variante *Tu* sem concordância verbal de 2ª pessoa pelos falantes feirenses. Sublinhamos que as pessoas entrevistadas são todas feirenses, naturais, e que as falas acima pertencem a falantes de ensino superior e fundamental completo.

O PRONOME TU, O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O ASPECTO INTERCULTURAL

Iniciamos esta discussão sublinhando mais uma vez que o uso do pronome *Tu* sem a concordância verbal de segunda pessoa, em Feira de Santana, não apresentou, na avaliação social, nenhum indício de estigma, sob a perspectiva da sociolinguística variacionista laboviana. Isto porque este pronome é usado pelos falantes que possuem grau de escolaridade alta, menos escolaridade, e nenhuma escolaridade, não se caracterizando como preservadora da forma de prestígio, apesar de o fenômeno que marca esta variante, a concordância verbal, ser objeto de ensino escolar controlado de maneira categórica e fenômeno socialmente estigmatizado quando da sua oposição.

O cenário de estigmatização e de preconceito está associado a um modo de estar no mundo e de ver o outro de forma muito simplista. Como bem sublinha Antunes (2009, p. 25), este “[...] comportamento consiste em se fazer uma ligação entre, por um lado beleza e feiúra e, por outro, língua certa e língua errada. Tal comportamento foi nitidamente observado na fala de um dos participantes: “[...] Há toda uma estrutura de linguagem porque foi formada a partido povo, do popular. Porque falamos muito do que ouvimos em torno do dialeto. Então, eu tenho medo de ser traído, então eu aboli da minha linguagem o *tu*. [...]” (NELP, 2007).

Ao ser perguntado se ele percebe o uso da variante Tu sem concordância verbal de 2ª pessoa na fala das pessoas, ele responde: “Percebo, percebo, percebo; isso dói, meus ouvidos doem. Isso dói mesmo. Não, não...não concordo, me irrita.” (NELP, 2007). O informante, acreditando usar o anel da invisibilidade – e aqui estamos falando do anel de Giges (PLATÃO, 2006), retratado na concordância verbal –, atribui valores e credita o uso do Tu sem concordância de 2ª pessoa ao povo, se eximindo dessa “responsabilidade”, ou melhor, desta “culpabilidade”; se coloca, a partir dessa inviabilidade, “[...] imune frente ao olhar do outro, ao olhar condenatório, ao olhar repressivo, ao olhar civilizatório [...]” (BARROS FILHO, on-line). Ele não se sente povo e muito menos pertencente à esta camada. Aqui entra a base fundamental da relação intercultural no ensino-aprendizagem quando da possibilidade do “[...] desenvolvimento não só de competências individuais do aluno, as quais permitem interações sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas, mas, igualmente, do desenvolvimento de competências de cidadania, de «cidadão», que tornam possível o funcionamento democrático das sociedades” (RAMOS, 2001, p. 156, grifo da autora).

Vimos que o uso do pronome Tu, sem a prescritiva concordância verbal, é produtivo na comunidade feirense. Percebemos também que o fator escolaridade não interfere no uso desta variante, ou seja, não é fator condicionante para determinar o seu uso. Isso nos impulsiona a levar em consideração outras formas de ver e estar no mundo, o que implica em dizer em adotar, aqui, outras perspectivas teóricas a fim de encontrar um possível entendimento da linguagem e dos seus usos, particularizando, neste estudo, a avaliação negativa que sofre os falantes feirenses ao fazer uso da variante Tu sem concordância verbal canônica, e isto se agrava quando a estigmatização acontece entre os próprios pares.

Podemos inferir que avaliação não ocorre por questões propriamente sociolinguísticas, mas, sim, pela falta de não se levar em consideração características socioculturais de quem faz uso e de quem não faz uso dessa variante, melhor dizendo, não é levado em conta a relação intercultural – interação entre várias identidades culturais, pertençam elas à mesma nacionalidade ou não, à mesma região ou não, à mesma cidade ou

não, em suma, ao mesmo contexto de fala, permitindo o enriquecimento mútuo (BYRAM, 1997) –, isso é imprescindível para o conhecimento de si mesmo e do outro. Os resultados acima apresentados nos levam a perceber, como bem sublinhou Camacho (2010), que a universalidade e a ambiguidade da variação sugerem que a sua existência é motivada pela satisfação de algum tipo de necessidade humana. No nosso entender, há uma funcionalidade que chega ser um caso de “vida” ou “morte” para o falante em contexto de interação social; simplificando: é um caso de sobrevivência.

Abrindo o leque de possibilidades de estudos sobre a linguagem humana, partimos do entendimento de língua como atividade interativa de caráter social, histórico, político, intrínseca à cultura de um povo. Dessa forma, o uso do pronome Tu sem concordância verbal de 2ª pessoa, pela comunidade feirense, será entendido como uma identidade que se manifesta na sua (inter)cultura, entendendo que a língua e o fenômeno, aqui em questão, se constituem em uma “[...] realidade multifacetada e complexa. [...] Isto porque incorpora elementos de diferentes ordens, uma vez que se situa também em diferentes domínios” (ANTUNES, 2009 p. 21), implicando, desta forma, em uma análise, como bem nos direciona Du Bois (1985), que leve em consideração a interação entre forças internas e externas. Acrescenta-se que os protagonistas desta interação somos nós usuários da língua, carregados de expressividade, valores e simbologia cultural. Outrossim “[...] a língua assume um caráter político, um caráter histórico e sociocultural, que ultrapassa em muito o conjunto de suas determinações internas, ainda que consistentes e sistemáticas” (ANTUNES, 2009, p. 21).

Entendendo que a língua é cultura, na compreensão de atividades que a constituem num processo cíclico de vir a ser, ela é

[...] a dimensão mais ampla da experiência humana, ou seja, ela é o produto de tudo o que sentimos, fazemos e produzimos ao vivermos em sociedade, o que incluiu as nossas crenças, tradições, práticas, artefatos, mas não só isso. Isto é, ela é também toda a rede simbólica de interpretação do

munho que nos cerca de nós mesmos. Por isso mesmo, ela é heterogênea, mutável e flexível, transformando-se e sendo transformada pelas forças internas de mudança e também pela influência do contato com outras redes simbólicas, com outras culturas. (MENDES, 2012, p. 369)

Em razão de a língua se constituir o lócus da interação social, as variantes linguísticas recebem significados avaliados socialmente, seja esta avaliação carregada de estigma ou não, conscientemente controlada ou não. Esta dinâmica depende dos falantes. Passando a observá-los de forma mais direta, percebemos que os feirenses utilizam categoricamente o pronome Tu sem concordância verbal de 2ª pessoa, e que há, também, forte preconceito linguístico que deriva não apenas de falantes que não fazem uso dessa variante, mas, também, entre os próprios falantes que a utilizam. Assim vejamos:

Doc: “Das formas tu e você, qual delas o senhor utiliza mais?

Inf: “Não uso *tu* de jeito nenhum, porque aqui fala-se o *tu* errado. ‘*Tu vai*’ [ri], coisas assim desse tipo. Então, pra poder fugir desse erro que é muito comum e habitual, que se ouve muito aí: *Tu vai, tu vai, tu vai*”, aí eu fujo do *tu*; não arrisco falar o *tu*, aboli da minha linguagem o *tu*, o *tu* não entra. Mas houve uma intencionalidade e um policiamento, realmente é terrível [...]”. (NELP, 2007, grifo nosso)

O participante afirma não fazer uso da variante Tu sem a “devida” concordância verbal, mas percebemos que em sua fala há uma nítida tentativa de negação, que é frustrada quando da afirmativa de que houve uma intencionalidade e um policiamento da parte dele para não utilizá-la. Isso mostra o quanto de preconceito há na avaliação social no uso desta variante: o informante não apenas diz não usar a variante Tu sem concordância verbal de 2ª pessoa, como sublinha que a aboliu do seu vocabulário por entender que esta não é uma forma correta.

A avaliação social negativa, estigmatizada, desta variante não acontece, como já foi demonstrado, em razão de fatores intralinguísticos (considerando a estrutura linguística – sintática) nem em razão de fatores extralinguísticos, nos moldes concebidos pela Sociolinguística Variacionista Laboviana, já que o nível de escolaridade não foi o bastante para marcar a estigmatização existente, ou seja, a avaliação negativa está intrinsecamente ligada a questões socioculturais.

Entendendo que o preconceito linguístico reforça a prática da exclusão social e este se constitui como o maior dos preconceitos por estar enraizado culturalmente (BORTONI-RICARDO, 2004), é condição *sini qua non* ver a língua como cultura e considerar a relação Intercultural no ensino de língua (na nossa proposta, no ensino do português como língua materna), “[...] é preciso ter consciência de que o ato comunicativo é permeado pela cultura de cada interlocutor [...]” (HOLMES, 1992, p. 285), e que “os valores culturais são tanto refletidos, quanto transmitidos pela língua [...]” (HARKLAU, 2004, p.109 apud WALCZUK- BELTRÃO, 2007, p 284).

Ao adotarmos as assertivas acima no processo de ensino-aprendizagem, alunos e professores passam a ter consciência de como o nosso próprio comportamento e o de outras pessoas são culturalmente induzidos e nos tornam capazes de expor, em termos culturais, o nosso próprio ponto de vista. Em outras palavras, passamos a nos entender e a entender o outro e, assim, caminhamos para uma convivência mais harmônica, marcada pela compreensão, pelo respeito, e pelo entendimento de que o outro está em mim e eu nele, na compreensão de que nos constituímos na inter-relação sem perda de identidade.

O exemplo que se segue serve para esboçar o quanto é imprescindível estarmos abertos, receptivos a nós mesmos e ao outro, visando um re(conhecimento) de si mesmo numa constante. Trata-se aqui de responsabilidade individual; o centro é a ética – sermos responsáveis pelo o que somos e pelo o que fazemos (BAKHTIN, 1993). Não estamos falando de um livre arbítrio, mas dos cuidados que devemos ter do reflexo do que é posto. No fragmento exemplificado abaixo, percebemos a dualidade entre

a razão teórica e a razão prática, numa interpretação Bakhtiniana, a partir do posicionamento da participante sobre o seu uso ou não da variante Tu sem concordância verbal de segunda pessoa, ao dizer que “[...] O *tu*. Eu não sei porque... é sotaque baiano, feirense né, *tu*... Uso você também Jane, mas eu não me importo, eu nunca parei pra reparar isso não, viu? Não reparei essas coisas ainda não, esse negócio de *tu*, *você*, não, mas eu acho que é mais *tu*, viu? (NELP, 2008, grifo nosso).

Neste discurso nota-se certo grau de aprisionamento a uma razão teórica, e não a uma razão prática, na dualidade apontada por Bakhtin (1993), marcado por uma obrigatoriedade de estado de pertencimento que distancia a informante do que deveria ser uma postura prática indenitária que a deixasse com o sentimento de relação de proximidade com a sua comunidade de forma que ela se visse neste mundo e inapelavelmente pertencesse a ele.

É preciso ser consciente de si mesmo, do seu mundo e da realidade do outro. E para ter essa consciência do próprio mundo, faz-se necessário, por vezes, sair dele e entrar na realidade do outro, pisar seu chão, ver com os olhos do outro” (FREIRE, 1989, p. 43). A inter-relação funda-se no enriquecimento mútuo e estabelece uma consciência entre os pares e está inserida em uma relação entre diferentes.

A partir do re(conhecimento) do outro e de si mesmo e de um olhar mais crítico e reflexivo sobre os aspectos culturais e interculturais, veremos que a variabilidade linguística não é apenas formas diferentes que utilizamos para dizer a mesma coisa. A pluralidade exige alteridade, pois é no diferente, na diversidade, que nos constituímos e não perdemos a nossa identidade.

Em razão de a língua se constituir o lócus da interação social, as variantes linguísticas recebem significados avaliados socialmente, seja esta avaliação carregada de estigma ou não, conscientemente controlada ou não. Esta dinâmica depende dos falantes. Passando a observá-los de forma mais direta, percebemos que os feirenses utilizam categoricamente o pronome Tu sem concordância verbal, e que há, também, forte preconceito linguístico que deriva não apenas de falantes que não fazem uso

dessa variante, mas, também, entre os próprios falantes que a utilizam. Assim vejamos:

Doc: “Das formas tu e você, qual delas o senhor utiliza mais?

Inf: “Não uso *tu* de jeito nenhum, porque aqui fala-se o *tu* errado. ‘*Tu* vai’ [ri], coisas assim desse tipo. Então, pra puder fugir desse erro que é muito comum e habitual, que se ouve muito aí: *Tu* vai, *tu* vai, *tu* vai”, aí eu fujo do *tu*; não arrisco falar o *tu*, aboli da minha linguagem o *tu*, o *tu* não entra. Mas houve uma intencionalidade e um policiamento, realmente é terrível. [...]”. (NELP, 2007, grifo nosso)

O informante afirma não fazer uso da variante *Tu* sem a “devida” concordância verbal, mas percebemos que em sua fala há uma nítida tentativa de negação, que é frustrada quando da afirmativa de que houve uma intencionalidade e um policiamento da parte dele para não utilizá-la. Isso mostra o quanto de preconceito há na avaliação social no uso desta variante: o informante não apenas diz não usar a variante *Tu*, como sublinha que a aboliu do seu vocabulário por entender que esta não é uma forma correta.

A avaliação social negativa, estigmatizada, desta variante não acontece, como já foi demonstrado, em razão de fatores intralinguísticos (considerando a estrutura linguística – sintática) nem em razão de fatores extralinguísticos, nos moldes concebidos pela sociolinguística variacionista laboviana, já que o nível de escolaridade não foi o bastante para marcar a estigmatização existente, ou seja, a avaliação negativa está intrinsecamente ligada a questões socioculturais.

Entendendo que o preconceito linguístico reforça a prática da exclusão social e este se constitui como o maior dos preconceitos por estar enraizado culturalmente (BORTONI-RICARDO, 2004), é condição *sini qua non* ver a língua como cultura e considerar a relação Intercultural no ensino de língua (na nossa proposta, no ensino do português como

língua materna), “[...] é preciso ter consciência de que o ato comunicativo é permeado pela cultura de cada interlocutor [...]” (HOLMES, 1992, p. 285), e que “os valores culturais são tanto refletidos, quanto transmitidos pela língua [...]” (HARKLAU, 2004, p.109 apud Walczuk-Beltrão, 2007, p 284).

Ao adotarmos as assertivas acima, no processo de ensino-aprendizagem, alunos e professores passamos a ter consciência de como o nosso próprio comportamento e o de outras pessoas são culturalmente induzidos e nos tornam capazes de expor, em termos culturais, o nosso próprio ponto de vista. Em outras palavras, passamos a nos entender e a entender o outro e, assim, caminhamos para uma convivência mais harmônica, marcada pela compreensão, pelo respeito, e pelo entendimento de que o outro está em mim e eu nele, na compreensão de que nos constituímos na inter-relação sem perda de identidade.

O exemplo que se segue serve para esboçar o quanto é imprescindível estarmos abertos, receptivos a nós mesmos e ao outro, visando um re(conhecimento) de si mesmo numa constante. Trata-se aqui de responsabilidade individual; o centro é a ética – sermos responsáveis pelo o que somos e pelo o que fazemos (BAKHTIN, 1993). Não estamos falando de um livre arbítrio, mas dos cuidados que devemos ter do reflexo do que é posto. No fragmento exemplificado abaixo, percebemos a dualidade entre a razão teórica e a razão prática, numa interpretação Bakhtiniana, a partir do posicionamento da informante sobre o seu uso ou não da variante Tu sem concordância verbal de segunda pessoa, ao dizer que “[...] O *tu*. Eu não sei porque... é sotaque baiano, feirense né, *tu*...Uso você também Jane, mas eu não me importo, eu nunca parei pra reparar isso não, viu? Não reparei essas coisas ainda não, esse negócio de *tu*, *você*, não, mas eu acho que é mais *tu*, viu? (NELP, 2008, grifo nosso).

Neste discurso nota-se certo grau de aprisionamento a uma razão teórica, e não a uma razão prática, na dualidade apontada por Bakhtin (1993), marcado por uma obrigatoriedade de estado de pertencimento que distancia a informante do que deveria ser uma postura prática indenitária que a deixasse com o sentimento de relação de proximidade com a sua

comunidade de forma que ela se visse neste mundo e inapelavelmente pertencesse a ele.

É preciso ser consciente de si mesmo, do seu mundo e da realidade do outro. E para ter essa consciência próprio mundo, faz-se necessário, por vezes, sair dele e entrar na realidade do outro, pisar seu chão, ver com os olhos do outro” (FREIRE, 1989, p. 43). A inter-relação funda-se no enriquecimento mútuo e estabelece uma consciência entre os pares e está inserido em uma relação entre diferentes.

A partir do re(conhecimento) do outro e de si mesmo e de um olhar mais crítico e reflexivo sobre os aspectos culturais e interculturais, veremos que a variabilidade linguística não é apenas formas diferentes que utilizamos para dizer a mesma coisa. A pluralidade exige alteridade, pois é no diferente, na diversidade, que nos constituímos e não perdemos a nossa identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta aqui discutida foi a de que o aspecto intercultural é de suma importância na compreensão das diferenças, no constituir e no constitui-se, isso implica um processo contínuo de conhecimento de si mesmo e do outro, em uma dinâmica de mão dupla. As linhas que nos desenham são múltiplas, plurais e por esta razão devemos nos ver múltiplos em constante movimento cíclico. Este dinamismo nos reporta a uma interação que requer relação, elo, e este pede a ação de relacionar-se: entender, circundar, reportar, conversar, conhecer; substanciar, conviver, corresponder, familiarizar-se, interessar-se, pertencer, interagir, inter-relacionar-se.

Para mostrar o quanto o aspecto intercultural é condição fundamental para compreendermos a nós mesmos e o outro, focamos em uma questão que a princípio parece velada, mas que concorre, e de maneira impactante, com outras categorias de preconceitos, que é o preconceito linguístico, que se dá a partir de alguns mitos, denominados por Bagno (2002) de *círculo vicioso do preconceito linguístico*, que vem sendo alimentado

diariamente pela intolerância, ignorância e/ou pela manipulação ideológica. O preconceito linguístico exclui, desagrega, nega, distancia, induz o sujeito a negar a si próprio e o outro, rouba e apropria-se do direito à cidadania, interfere de forma negativa na autoestima, deflagrando uma infinita lista de catastróficas consequências. Sublinhamos que esta lista é infinita.

Nessa direção, é clara a tentativa de negar a variabilidade linguística e, na não realização desse feito, tenta-se invisibilizá-la;

[...] a espécie humana nega a existência da variação e onde quer que ela ocorra faz o maior esforço para reduzir os seus efeitos, como se exorcizasse uma criatura indesejável, como se reconhecer sua existência equivallesse a reconhecer uma culpa que merece expiação. (CAMACHO, 2010, p.141)

Este modo de conceber a variação linguística tem forte relação com o modo de ver, entender a língua, baseada numa forte concepção ideológica estruturalista. Mais ainda, este modo de estar no mundo nega toda possibilidade de existência da diversidade em todos os sentidos, pois o que se nega é a pessoa.

Saindo desse foco e ampliando o modo de conceber a linguagem, nós, professores, ao abraçarmos a interculturalidade na nossa prática mediadora do conhecimento, a língua passa a ser o espaço da interação social. Assim, a língua passa a ser vista como atividade interativa de caráter social, histórico, político e cognitivo, passa a ser a própria cultura, considerando seus elementos práticos e a dinâmica de estar no mundo. Isso pede muito mais de nós – pede envolvimento, quebra de dualismos e olhar mais horizontal. Pede muito mais que isso ainda.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Língua texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Estratégias de ensino, 10).
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. **A língua portuguesa no semiárido baiano**. 2012. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/associados/feira-de-santana>. Acesso em: ago. 2020.
- ASSUNÇÃO, Janivam da Silva. A realização do tu/você no português popular falado em Feira de Santana. In: **XII Seminário de Iniciação Científica da UEFS**, 2008, Feira de Santana-BA. Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Regional. Feira de Santana-BA: Editora UEFS, 2008.v. XII. p. 1-3.
- ASSUNÇÃO, Janivam da Silva. Estratégia de indeterminação do sujeito na variedade feirense. In: **ROSAE - I Congresso Internacional de Linguística Histórica**, 2009, Salvador-BA. Programa de Resumos. Salvador-BA: EDUFBA, 2009. p. 108-113.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico – o que é, como se faz**. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002.
- BAGNO, Marcos. Prefácio. In: LABOV, William (1972). **Sociolinguistic Patterns**. **Philadelphia**: University of Pennsylvania Press. [Padrões Sociolinguísticos. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- BAKHTIN M. M. **Toward a Philosophy of the Act**. (1920-1924). Trad e notas de Vadim Liapunov. *Austin*: University of Texas Press; 1993.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Transição de Platão para Aristóteles**. (on-line) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=85815FYa-mM>. Acesso em: ago. 2020.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: ago. 2020.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/feira-de-santana.html>. Acesso em: ago. 2020.
- BYRAM, Michel. **Teaching and assessing intercultural communicative competence**. London, Multilingual Matters, 1997.
- CAMACHO, Roberto.Gomes. Uma reflexão crítica sobre a teoria sociolinguística. **D.E.L.T.A.**, [on-line] v.26:1, 2010 (141-162).

DUBOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.342-365.

ERISMANN, Georgina de Mello Lima. (1893-1940). **Hino a Feira de Santana**. Letra e Música: Georgina Erismann. Disponível em: <http://feirenses.com/georgina-erismann/>. Acesso em: ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. Autores Associados. Cortez. SP, 1989.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Foge], Marcia Sá Cavalcante Schuback. - 8. ed. - Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012. (Coleção Pensamento Humano).

HOLMES, Janet. **An introduction to sociolinguistics**. New York, Longman, 1992.

LABOV, William (1972). **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. [Padrões Sociolinguísticos. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, Mudança e Norma: movimento no interior do português brasileiro. In: BAGNO, Marcos. (Orgs.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **“O português são dois...”**: Novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo:Parábola Editorial, 2004.

MENDES, Edleise. A perspectiva intercultural no ensino de línguas: Uma relação “entreculturas”. In: ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz; SILVA, Kleber Aparecido da (Orgs.) **Linguística Aplicada**: múltiplos olhares. Brasília/DF: UnB; Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 119-139.

MOLLICA, Maria Cecília. A relevância das variáveis não lingüísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004, p. 27-31.

PLATAO. **A república**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2006. 418 p. (Coleção Textos; 19).

RAMOS, Natália. “Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural”. In: **Revista Portuguesa de Pedagogia**, vol.35, nº2, 2001, p.155-178.

SANTANA, Jan Carlos. O uso do tu e você no falar feirense culto. In: **ANAIS DO XII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS, Feira de Santana**: Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Plano Nacional de Educação. 2012. Disponível em: http://www.feiradesantana.ba.gov.br/seduc/arq/Plano_edu.pdf. Acesso em: ago. 2020.

WALCZUK-BELTRÃO, Ana Carolina. **Comunicação Intercultural**: novo caminho para as aulas de língua estrangeira. ITINERARIOS, Vol. 6/2007. Disponível em: <http://itinerarios.uw.edu.pl/comunicacao-intercultural-novo-caminho-para-as-aulas-de-lingua-estrangeira>: Acesso em: ago.2020, p. 283-295.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco; posfácio Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editora, 2006- ([linguagem];18).

A COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS EM CARTAS DO SERTÃO BAIANO (SÉCULO XX): UM ESTUDO DAS VERTENTES DO PB

Maiara da Silva Lemos
(UEFS/PPGEL/FAPESB/CE-DOHS)

Zenaide Oliveira Novais Carneiro
(UEFS/PPGEL/FAPESB/CE-DOHS)

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
(UEFS/PPGEL/FAPESB/CE-DOHS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como aponta Martins (2013), os clíticos se tratam de elementos lexicais sem acento prosódico que se encontram entre a categoria de palavra e afixo, visto que são dotados de uma maior independência posicional do que os afixos, porém, por serem elementos átonos e dependentes fonologicamente de uma palavra tônica não possuem estatuto de palavra. De acordo com Martins (2013), dentre os clíticos que podem ser encontrados no português, os chamados pronomes pessoais oblíquos são vistos como “clíticos especiais”, destacando-se dos demais por selecionarem um verbo para se cliticizarem, além de apresentarem a possibilidade de se apresentarem antes (próclise), depois (ênclise) e no interior do verbo (mesóclise), quando a forma verbal é

condicional ou de futuro, conforme os condicionadores sintáticos do contexto em que aparecem.

Além disso, esses clíticos atraem a atenção de diversos linguistas por sua colocação, em determinados contextos sintáticos, apresentarem padrões que evidenciam mudanças estruturais ocorridas no português e que caracterizam, de formas distintas, o PE e o PB. Assim, pesquisas como as de Lobo (1992; 2001), Pagotto (1992), Martins (1994), Torre Morais (1995), Carneiro (2005; 2016), Galves, Britto e Paixão de Souza (2005), Martins (2009), Andrade (2010) entre outros, dedicaram-se, ou por uma perspectiva mais imanentista ou menos imanentista, a compreender questões que envolvem a sintaxe dos clíticos nas diversas variedades do português.

Tais estudos apontam que nas construções com verbo único, em que o verbo aparece em posição inicial, a colocação pós-verbal do clítico é categórica no período denominado pela periodização tradicional como Português Clássico (doravante PCI) e no PE. De acordo com Lobo (2002), Tobler e Mussafia realizam a observação do italiano e francês, constando que não havia nessas línguas a ocorrência de clíticos em início de sentença e que, posteriormente, Wackernagel afirma que “não apenas nas línguas românicas, mas nas línguas indoeuropéias de modo geral, as palavras não acentuadas dependiam fonologicamente do primeiro elemento acentuado da frase; ou seja, eram enclíticas ao primeiro elemento.” (p. 96), essa ideia originou a “Lei de Wackernagel”, que explicava a restrição do clítico de aparecer em início absoluto da sentença.

Sabe-se que o PE apresenta ainda a restrição de um item átono iniciar sentenças, no entanto, o PB é caracterizado pela ausência dessa restrição. Como aponta Carneiro (2016), na fala espontânea, a próclise é generalizada, mesmo neste contexto sintático e entre indivíduos cultos, ao passo que na modalidade escrita ou situações formais de fala é possível encontrar variação devido às pressões da língua padronizadora.

(1) **Cito-as**| Primeiro, eu tinha que passar o resto da tarde lá e um pouco|
à noite com você, este foi o meu plano, mas vir embora e| você ficou lá
(Campo Formoso; 23 de outubro de 1980, EDM-32)

(2) **Te gosto** muito.
(Jacobina, em: 16-12-91, CF-27A)

Além desse contexto, Martins (1994) observa que nas sentenças afirmativas não dependentes, com verbo não inicial precedido por sujeitos neutros (exemplos 3 e 4), sintagmas preposicionais (exemplos 5 e 6) e sintagmas adverbiais, constituídos por advérbios não atratores de próclise (exemplos 7 e 8), a colocação é variável no PCl, ao passo que no PE a ênclise é a posição categórica e, no PB, nota-se que tais contextos apresentam a próclise de forma categórica ou majoritária.

(3) ela **perguntou-me** se você tinha| falado alguma coisa sobre ela eu
disse que| não.
(Jacobina 28/04/80, DCAS-28)

(4) Juçára **me escreveu**|| Amigo desculpe os erros e minhas| Artes-
postais.||Abraços em você e esposa
(Quijingue, 14.01.90, AA-5)

(5) Com os meus votos de felicidades, **firmo-me** como amigo| muito
grato.
(Pombal, 4-11-35, AOB-27)

(6) por| imfidelidade da minha vida **me**| **acho** na trite separação
(Fazenda Balagão 9 do 6 de 1966, MDC-84)

(7) hoje **achei-a** e logo fui te| escrever.
(Capim Grosso, 26-5-1980, ALS-4)

(8) Agora **te envio**| esse requerimento, pedindo a| você executá-lo com
a tua| acostuada bondade e urgência| precisa.
(Rio, 31 de outubro de 1936, FRP-88)

Em relação às construções com grupos verbais, vê-se na história do português na Europa uma ampla preferência pela elevação do clítico na sentença, fenômeno que consiste na adjacência do clítico ao verbo finito, sendo esse clítico argumento do verbo infinito. Assim, no PCI a colocação majoritária era de próclise ao primeiro verbo (exemplo 9), já no PE, a colocação pré-verbal com elevação passa a aparecer apenas nas sentenças com presença de elementos atratores, sendo a ênclise ao segundo verbo (exemplo 12) a colocação majoritária em casos de ausência desses atratores. Andrade (2010) aponta que a ênclise ao primeiro verbo (exemplo 10) se caracterizou como uma colocação marginal, pouco utilizada mesmo em documentos de portugueses do século XIX.

No PB, a elevação do clítico tem queda substancial, chegando a ocorrer a perda desse fenômeno nas construções não passivas. Pagotto (1992) verifica que o PB é caracterizado ainda pela possibilidade de o clítico aparecer adjacente em próclise ao segundo verbo (exemplo 11), padrão não encontrado em variedades europeias do português. Este tipo de colocação, chamada de colocação de *inovação brasileira*, é também encontrada por Carneiro (2005) em cartas datadas do século XIX, escritas por brasileiros, e evidenciada por Martins (2009) devido ao aumento considerável deste tipo de colocação no século XX.

(9) A dias que tenho tido grande desejo| de pessoalmente entender-me com Doutor João-|zinho, porem não **me tem sido** possível.
(Cicero Dantas 2 de Janeiro de 1933, FVA-79)

(10) Com relação a [?]| comandante do destaca-|mento, quando aqui cheguei| encontrei o cabo Dutra com| quem estamos satisfeitos,| **peçovos aumentar** o des-|tacamento pois este se a-|cha redoizado a quatro pra-|ças.
(Cumbe 9 de Outubro de 1933, JCA-152)

(11) Ah! já **estava me esquecendo**, tá faltando papel paltado em Valen-|te é?
(Feira de Santana, 12 de Fevereiro de 1980, LCS-46)

(12) As horas que passo Sozinha desejo| esta ao Seu lado. Mas como não é| Possivel realizar meus Sonhos| **resolvi redijir-lhe** algumas linhas| desijando Saber como você vai de Saúde| juntamente com todos.|
(Fazenda Cabana 6,6,77 Ichù Bahía, AHC-57)

Assim, este estudo em Linguística Histórica, por uma perspectiva Sócio-histórica (MATTOS E SILVA, 2008), aborda os resultados acerca da colocação dos clíticos nos contextos considerados relevantes em orações finitas com verbo único e grupos verbais em *corpora* da linguagem escrita, datados do século XX. O total de 254 documentos, entre cartas e cartões, foram manuscritos por remetentes de diversos níveis de escolaridade nascidos em cidades do semiárido baiano e pertencentes a três diferentes acervos, considerados amostras representativas do PB culto, semiculto e popular. Tais documentos compõem o banco de textos do Projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS/UEFS), da Universidade Estadual de Feira de Santana (CE-DOHS/UEFS) e coordenado pelas Professoras Dra. Zenaide de Oliveira Novaes Carneiro e Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

Tem-se com este estudo a intenção de observar os resultados apresentados pelas amostras representativas do PB culto, do PB semiculto e PB popular a fim de verificar a possibilidade de semelhanças ou diferenças entre esses resultados e verificar se a hipótese de aproximação das vertentes de Lucchesi (1994) é aplicada a esses *corpora*, além disso, procura-se observar se a necessidade de linguagem com maior formalidade no documento resulta em uma maior influência da norma padronizadora sobre o escrevente.

Em relação à hipótese sobre a aproximação das vertentes, Lucchesi (1994) afirma que a história do PB favorece a polarização entre normas cultas, que estariam mais vulneráveis às influências oriundas da gramática do português europeu moderno devido à escolarização institucionalizada, e as normas vernáculas, que por não sofrer pressão de uma norma padronizada baseada no português europeu, expressariam o PB. O autor coloca que tais normas tenderiam a se aproximar no decorrer do tempo

como consequência dos processos de industrialização e urbanização ocorridos no Brasil durante o século XX.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Partindo dos pressupostos da Linguística História, em perspectiva Sócio-histórica (MATTOS E SILVA, 2008), o presente trabalho segue as agendas de pesquisa do *Projeto Para História do Português Brasileiro* (PHPB) que, de acordo com Lobo (2009), organiza-se em campos interligados. Tais campos são: a) campo histórico-filológico, que visa à constituição de *corpora* diacrônicos de documentos escritos no Brasil; b) campo de estudos das mudanças linguísticas através da análise dos *corpora* constituídos; c) campo que se detém na reconstrução da história social linguística do Brasil.

O campo histórico-filológico é aqui contemplado através dos trabalhos realizados por Santiago (2012) e Almeida, Carneiro e Oliveira (2011), uma vez que os *corpora* dessa pesquisa foram, nesses trabalhos, devidamente tratados e editados em edição semidiplomática fac-similar, seguindo as normas de edição do PHPB. O campo de estudos das mudanças linguísticas é desenvolvido nesta pesquisa através da descrição e análise da colocação dos clíticos pronominais em sentenças finitas nos contextos relevantes de construções com verbo único e grupos verbais. O campo que se detém na reconstrução da história social linguística do Brasil, consiste no estudo realizado por vertente do PB, já que os *corpora* analisados neste estudo podem ser considerados amostras representativas do PB culto, semiculto e popular, sendo constituído de cartas manuscritas por escreventes com altos níveis de escolaridade, escreventes com níveis médios de escolaridade e, também, escreventes adultos pouco ou não escolarizados em fases iniciais de aquisição da escrita.

Os *corpora* utilizados nesta pesquisa são constituídos de 244 cartas e 10 cartões, datados do século XX e manuscritos por indivíduos nascidos em cidades localizadas no semiárido baiano. Esses documentos pertencem a 3 acervos, caracterizados por conterem aspectos sociais distintos entre

si, e fazem parte do banco de textos do Projeto CE-DOHS. Tais acervos são: o *Acervo Dantas Júnior (1902 – 1962)*, as *Correspondências Amigas: o Acervo de Valente, Bahia (1980 – 1993)* e o *Acervo Cartas em Sisal: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu (1906 – 2000)*.

Assim, o *Acervo Dantas Júnior* é composto por cartas destinadas à Dantas Júnior, descendente de uma família tradicionalmente política do interior da Bahia e que atuou no cenário político desde os 23 anos de idade como deputado estadual no contexto da República Velha. As cartas desse acervo são, de forma majoritária, manuscritas por indivíduos com altos níveis de escolaridade, tratando-se juízes, advogados, professores universitários e indivíduos de altos cargos públicos. De maneira geral, os conteúdos das cartas retratam acontecimentos políticos, pedidos de favores, de cargos públicos ou apoio político, além de agradecimentos pela realização dos favores. Deste acervo, foram utilizadas 118 cartas, das quais 52 apresentam linguagem mais informal, enquanto as demais revelam caráter mais formal.

As *Correspondências Amigas: o Acervo de Valente, Bahia* trata-se de um conjunto de cartas e cartões pessoais destinados a Adelmário Carneiro Araújo, baiano morador da cidade de Valente e que, através dos serviços dos Correios, buscava conhecer pessoas de várias cidades do Brasil. Os escreventes desse acervo, segundo Almeida, Carneiro e Oliveira (2011), se tratava de jovens com idades entre 20 e 35 anos, estudantes do Ensino Fundamental ou Médio e representantes de um português semipopular ou semiculto. Os conteúdos desses documentos retratavam expressões de saudades, envio de notícias e novidades nas rotinas dos escreventes, além de combinações de encontros e comentários sobre esses encontros. Deste conjunto de documentos foram utilizados para esta pesquisa 35 cartas e 10 cartões, todos de cunho informal.

Por fim, o *Acervo Cartas em Sisal: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu* é constituído por 91 cartas pessoais trocadas entre escreventes adultos em fases iniciais de aquisição da escrita, os quais Santiago (2012), com base nos critérios de Marquilhas (2000), classificou como indivíduos *inábeis*. Os remetentes desses documentos são nascidos

e/ou residentes de zonas rurais dos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Há neste acervo apenas 3 cartas escritas com linguagem formal, todas relativas a pedidos de casamento, as demais são caracterizadas pela informalidade na escrita. De modo geral, as cartas trazem como conteúdo envio e notícias entre parentes e amigos, expressão de saudades e pedidos de favores.

Para realizar este trabalho, os dados foram coletados exhaustivamente, de forma manual, e classificados sintaticamente. Nas construções com verbo único, a classificação seguiu as tendências de colocação dos clíticos no decorrer da história do português, em contextos considerados mais relevantes por distinguir o PB e o PE, a saber:

- a. Contexto de ênclise categórica na história do português: sentenças com verbo em posição inicial;
- b. Ambientes considerados variáveis no PCl, segundo periodização tradicional, visto que esses mesmos contextos evidenciam tendência de próclise no PB e de ênclise no PE: sentenças não dependentes com verbos precedidos de sujeitos neutros, advérbios não atratores de próclise e sintagmas preposicionais;

Nas construções com grupos verbais foram consideradas a elevação e não elevação dos clíticos e a frequência da colocação de *inovação brasileira* em contraste com as demais colocações, que são mais comuns ao PE.

No que tange ao fator externo, foi considerado nesta pesquisa o nível de escolaridade dos escreventes, em que as amostras representativas do PB culto se constituíam dos manuscritos oriundos de indivíduos com altos níveis de escolaridade, ou com ensino superior; as amostras do PB semiculto são representadas por escreventes com níveis médios de escolaridade, ou indivíduos que possuem ensino Fundamental ou Médio; e as cartas escritas por adultos em fases iniciais de aquisição da escrita pouco ou não escolarizados, são consideradas amostras do PB popular. Vale ressaltar que não foi possível identificar de forma mais específica o

nível de escolaridade de alguns remetentes, os quais possuem documentos que fazem parte do *Acervo Dantas Júnior*, no entanto, por este acervo se caracterizar por ser constituído de documentos de indivíduos com condições socioeconômica alta, infere-se que estes são representantes do PB culto. Os resultados desses escreventes são trazidos com a denominação *Sem identificação* a fim de transparência na descrição dos dados.

Assim, os dados foram codificados e submetidos ao programa *Goldvarb-X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), com a finalidade de obter resultados quantitativos em valor percentual nos diferentes contextos de colocação sintática. Vale ressaltar que, por esta não se tratar de uma pesquisa de cunho variacionista não foram calculados os pesos relativos dos fatores, visto que o interesse principal é saber como se dá a colocação dos clíticos por escreventes de diferentes níveis de escolaridade em contextos sintáticos específicos por distinguir o PB do PE.

ANÁLISE DOS RESULTADOS EM CONSTRUÇÕES COM VERBO ÚNICO

Em relação aos dados de sentenças com verbo em posição inicial, foram encontrados no acervo um total de 90 dados, os quais a distribuição da posição ênclise/próclise é expressa na tabela 1.

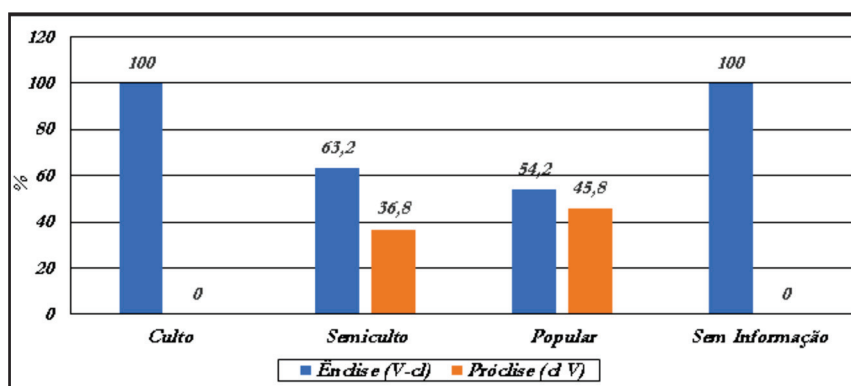
TABELA 1 – COLOCAÇÃO ÊNCLISE/PRÓCLISE EM SENTENÇAS V1 EM CARTAS DO SERTÃO BAIANO (SÉCULO XX)

SENTENÇAS V1 e #V	ÊNCLISE (V-cl) Dados / Percentual	PRÓCLISE (cl V) Dados / Percentual	TOTAL Dados / Percentual
Posição inicial absoluta	67 / 87%	10 / 13%	77 / 85.6%
Com vocativos ou saudações	5 / 38.5%	8 / 61.5%	13 / 14.4%
TOTAL	72 / 80%	18 / 20%	90

Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se perceber que neste contexto a colocação da ênclise (80%) foi majoritária em relação à próclise (20%). Segundo Carneiro (2005), dados de próclise em sentenças V1, mesmo quando em menor quantidade, é de grande relevância, visto que devido tradição gramatical em que há restrição de um item átono iniciar sentenças, percebe-se neste ambiente sintático uma certa tendência a colocação enclítica, motivada pelas pressões da língua padronizadora. O gráfico 1 exibe esse resultado separado por escolaridade do escrevente.

GRÁFICO 1 – COLOCAÇÃO ÊNCLISE/PRÓCLISE EM SENTENÇAS V1 POR ESCOLARIDADE



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao observar os resultados separados por escolaridade do escrevente, nota-se que a ênclise prevalece em todos os tipos de escreventes, no entanto, entre indivíduos semicultos e pouco ou não escolarizados, representantes de um PB popular, foi possível encontrar a colocação pré-verbal, ao passo que nas amostras de cultos e escreventes sem informação precisa do nível de escolaridade, mas com condições socioeconômicas alta, a ênclise foi categórica, evidenciando que a colocação dos clíticos, neste contexto, possui forte influência do nível de escolarização, em que a pressão da língua padrão se dá de maneira mais intensa entre indivíduos com maiores níveis de escolaridade.

Em relação aos contextos de sentença não dependentes com verbo precedido por sujeitos neutros, sintagmas preposicionais e sintagmas

adverbias com advérbios não modais, foram encontrados 116 dados. Os resultados gerais obtidos podem ser vistos na tabela 2.

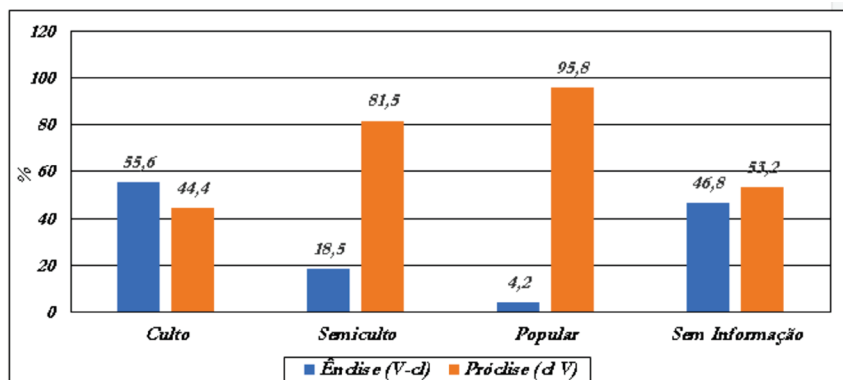
TABELA 2 – COLOCAÇÃO ÊNCLISE/PRÓCLISE EM CONTEXTO DE VARIAÇÃO NAS CARTAS DO SERTÃO BAIANO (SÉCULO XX)

CONTEXTO DE VARIAÇÃO I	ÊNCLISE (V-cl) Dados / Percentual	PRÓCLISE (cl V) Dados / Percentual	TOTAL Dados / Percentual
Sujeito Pronominal – V2	2 / 7.1%	26 / 92.9%	28 / 24.1%
Sujeito Pronominal – V>2	0	15 / 100%	15 / 12.9%
Sujeito DP – V2	11 / 45.8%	13 / 54.2%	24 / 20.6%
Sujeito DP – V>2	3 / 30%	7 / 70%	10 / 8.6%
Sujeito com O. relativa – V2	3 / 100%	0	3 / 2.5%
Sujeito com O. relativa – V>2	1 / 100%	0	1 / 1.4%
Sintagma Preposicional – V2	8 / 72.7%	3 / 27.3%	11 / 9.4%
Sintagma Preposicional – V>2	4 / 57.1%	3 / 42.9%	7 / 6%
Advérbio Não Modal – V2	4 / 44.4%	5 / 55.6%	9 / 7.7%
Advérbio Não Modal – V>2	2 / 25%	6 / 75%	8 / 6.8%
TOTAL	39 / 32.8%	78 / 67.2%	116

Fonte: Elaborada pela autora.

Percebe-se no ambiente de variação na história do português, uma consonância com o padrão de colocação do PB, já que a preferência é majoritária de próclise (67,2%) nos *corpora*. Os resultados dos padrões de colocação separados por escrevente podem ser verificados no gráfico 2.

GRÁFICO 2 – COLOCAÇÃO ÊNCLISE/PRÓCLISE EM CONTEXTO DE VARIAÇÃO POR ESCOLARIDADE



Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se observar que o percentual por escolaridade do escrevente revela a colocação majoritária de próclise entre semicultos e indivíduos pouco ou não escolarizados, em que a colocação pós-verbal é de apenas 18,5% entre semicultos e 4,2% nas amostras do PB popular. Entre escreventes cultos e cultos sem informação precisa da escolaridade a variação ênclise/próclise é maior, sendo a ênclise majoritária entre escreventes cultos (55,6%).

Tendo em vista o percentual majoritário de próclise entre amostras do PB semiculto e popular, juntamente com o alto índice de ênclise apenas entre escreventes com altos níveis de escolaridade, pode-se dizer que não há nesses resultados indícios de competição de gramáticas, dentro dos termos de Kroch (1994; 2001), mas sim, uma evidência de que quanto mais elevado o nível de escolarização, maior pressão da norma padronizadora da língua.

ANÁLISE DOS RESULTADOS EM CONSTRUÇÕES COM GRUPOS VERBAIS

Nas construções formadas por grupos verbais, foi possível encontrar nos *corpora* um total de 259 dados, destes 68 são casos de elevação do

clítico ao passo que 191 são dados de não elevação. Tais resultados estão em consonância com o PB, que possui uma maior tendência a não elevação dos clíticos neste tipo de contexto. A tabela abaixo reflete os números obtidos quanto a elevação e não elevação do clítico, separados por acervo.

QUADRO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS DE ELEVAÇÃO E NÃO ELEVAÇÃO POR ACERVO

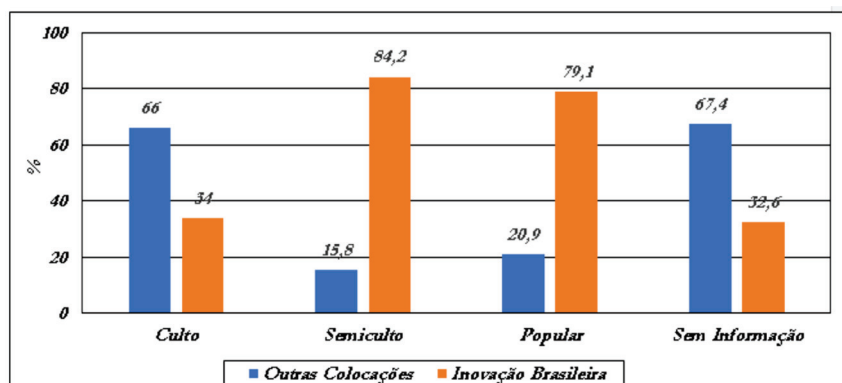
ESTRUTURAS		QUANTIDADE DE DADOS	
	DANTAS JÚNIOR	CARTAS AMIGAS	CARTAS EM SISAL
COM ELEVAÇÃO			
V-cl V	6	0	3
V-cl X V	1	0	0
cl-V V	45	1	11
cl V XV	1	0	0
TOTAL DE DADOS COM ELEVAÇÃO:	53 39,3%	1 2,6%	14 16,3%
SEM ELEVAÇÃO			
V V-cl	26	3	1
V XV-cl	9	2	1
V XV-cl	3	0	2
V cl-V (Inovação Brasileira)	36	31	63
V XV-cl (Inovação Brasileira)	7	0	5
V XV-cl (Inovação Brasileira)	1	1	0
TOTAL SEM ELEVAÇÃO:	82 60,7%	37 97,4%	72 83,7%
TOTAL GERAL:	135	38	86

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, percebe-se que entre os dados de elevação dos clíticos a colocação proclítica é majoritária em relação à colocação enclítica. De acordo com Andrade (2010), a ênclise ao primeiro verbo se trata de uma colocação marginal, mesmo em dados das variedades europeias do português, sendo comum a variação de próclise ao primeiro verbo e ênclise ao segundo verbo. Já a próclise ao verbo finito tinha colocação categórica no PCI e posteriormente passa a ser mais comum apenas com presença de atratores, no PE. Em relação ao PB, com a queda da elevação do clítico essa colocação passa a ser menos usada desde o século XVIII, como evidencia Pagotto (1992).

Sobre os dados de não elevação, nota-se que a próclise se sobressai em relação à ênclise, visto que a colocação de *inovação brasileira* aparece nos *corpora* com um total de 144 dados. É importante perceber que a *inovação brasileira* também aparece de forma bastante expressiva nos dados do *Acervo Dantas Júnior*, caracterizado por ser composto de documentos oriundos de escreventes com altos níveis de escolaridades, o que revela a presença marcante de padrões do PB mesmo entre indivíduos com possibilidade de forte influência da norma padronizadora na escrita, que se baseia no PE. Assim, o gráfico abaixo expressa o percentual da colocação de *inovação brasileira* em contraste as demais colocações, mais comuns ao PE.

GRÁFICO 3 – FREQUÊNCIA DE INOVAÇÃO DO PB VERSUS VARIEDADES DO PE POR ESCOLARIDADE DOS ESCRIVENTES



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao unir dados de elevação e não elevação, contrastando a colocação de *inovação brasileira* com as demais colocações, ver-se a presença da inovação do PB em percentual significativo em documentos de todos os escreventes, sobressaindo-se, principalmente, entre os escreventes semicultos e representantes do PB popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dito, de acordo com Lucchesi (1994), a história do PB favorece uma polarização entre normas cultas, mais vulneráveis às influências oriundas da gramática do português europeu moderno através da escolarização institucionalizada, ao passo que as normas vernáculas, expressariam mais fortemente o PB. O autor coloca que tais normas tenderiam a se aproximar no decorrer do tempo como consequência dos processos de industrialização e urbanização ocorridos no Brasil durante o século XX. Assim, o que se pode perceber nos resultados das Cartas do Sertão Baiano, é uma certa aproximação entre as vertentes nas amostras representativas aqui estudadas, confirmando o que coloca Lucchesi (1994).

Nas construções com verbo único, os resultados que tange o contexto de sentença V1 demonstram uma grande aproximação entre as vertentes, visto que, ainda que o PB seja caracterizado pela próclise categórica neste contexto, a modalidade escrita e situações formais evidenciam de maneira mais intensa as pressões exercidas pela língua padrão, favorecendo a variação ênclise/próclise. Neste contexto, nota-se que a colocação categórica de ênclise entre escreventes com maiores níveis de escolaridade, bem como a variação ênclise/próclise com a ênclise majoritária entre indivíduos semicultos e representantes do PB popular, revela forte indícios de que quanto maior o nível de escolaridade, maior a pressão da norma padronizadora da língua.

Nas sentenças não dependentes afirmativas com verbo precedido de sujeitos neutros, sintagmas preposicionais e sintagmas adverbiais, a próclise é comum em todos os tipos de escreventes, porém, entre os cultos

a ênclise se apresenta com maior percentual, enquanto entre semicultos e pouco ou não escolarizados representantes do PB popular a colocação enclítica é quase marginal. Novamente, este contexto reforça a ideia da importância dos processos de escolarização na colocação dos clíticos pronominais nestes *corpora*.

Nas construções com grupos verbais, a colocação majoritária da não elevação do clítico, retrata bem uma consonância com o PB nos resultados desses *corpora*. Além disso, a colocação de *inovação brasileira* também é percebida de modo amplo em todos os tipos de escreventes, ainda que o maior percentual seja entre escreventes semicultos e representantes do PB popular.

Assim, levando em consideração os contextos mais relevantes de colocação dos clíticos, por evidenciar peculiaridades de diferentes variedades do português, foi possível perceber a importância do fator escolaridade na colocação dos clíticos, visto que as influências da língua padronizada se apresentam de forma mais acentuada entre escreventes de níveis mais altos de escolaridade, o que também revela a ausência da competição entre gramáticas, segundo coloca Kroch (1994; 2001), já que os dados aqui estudados não revelam necessariamente uma competição na língua interna.

Além disso, foi possível perceber uma influência da norma padronizadora em algum nível entre as amostras representativas do PB semiculto e popular, evidenciando uma certa aproximação entre a colocação com os indivíduos cultos. Carneiro (2016) nota que em *corpora* da modalidade oral, a próclise é generalizada entre indivíduos com níveis altos de escolaridade e também entre os pouco ou não escolarizados, o que pode dar indícios de que a aproximação das vertentes acontece de maneira distinta na modalidade oral e na modalidade escrita. Dessa forma, pode-se dizer que a hipótese de Lucchesi (1994) sobre a aproximação das vertentes é confirmada nestes *corpora*.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Aroldo Leal de. **A subida de clíticos em português**: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX. Tese de Doutorado, Campinas, 2010.
- CARNEIRO, Zenaide. **Cartas Brasileiras**: um estudo linguístico-filológico. Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide. Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. *In*: ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; TEIXEIRA, Eliana Pitombo; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. (Orgs.). **Variação linguística em Feira de Santana - Bahia**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.
- CARNEIRO, Zenaide; OLIVEIRA, Mariana Fagundes; ALMEIDA, Norma Lúcia. (Orgs.). **Cartas brasileiras (1809 – 2000)**: coletânea de fontes para o estudo do português. vol 2 (1902 – 1993). Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- GALVES, C. M. C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Novas perspectivas para antigas questões: A periodização do português revisitada. *In*: A. Endruschat, R. Kemmler, B. Schäfer-Prie. (Orgs.). *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch: Synchrone und diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.
- GALVES, C., BRITTO H.; PAIXAO DE SOUZA, M. C. **The change in clitic placement from classical to modern european portuguese**: results from the Tycho Brahe Corpus. UNICAMP, 2005.
- KROCH, Anthony (1994). **Morphosyntactic Variation Proceedings of the 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society**, vol 2, pp. 180-201.
- KROCH, Anthony (2001). **Syntactic Change**. *In*: Mark Baltin & Chris Collins (Orgs.), *Handbook of Syntax*, Blackwell.
- LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. *In*: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (Orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro**: outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LOBO, Tania. **A colocação dos clíticos em português**: duas sincronias em confronto. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 1992.
- LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. *In*: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). **O português quinhentista**: estudos linguísticos. Salvador: ADUFBA; Feira de Santana, UEFS, 2002.

LOBO, Tânia. **Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil**: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. Universidade de São Paulo, 2001.

LUCCHESI, Dante. **Variação e norma**: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. 1994; 12:17-28.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras**: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINS, Ana Maria. 1994. **Clíticos na História do Português**. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTINS, Ana Maria. A posição dos pronomes pessoais clíticos. In: **Gramática do Português**. (Orgs.). RAPOSO, Eduardo Paiva; BACELAR, Maria Fernanda; MOTA, Maria Antónia; SEGURA, Luísa & MENDES, Amália. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p.2231-2302.

MARTINS, Marco Antônio. 2009. **Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20**. Tese (Doutorado em Linguística), Florianópolis: Programa de pós-graduação em Linguística, UFSC.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PAGOTTO, Emílio. **A posição dos clíticos em português**: um estudo diacrônico. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 1992.

SANKOFF, D. et al. **Goldvarb X**: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2012.

TORRES MORAIS, MA. **Mudança na colocação dos clíticos na história do português**. *Boletim da ABRALIN*. 1995; 17, p.32-40.

UM ESTUDO CONTRASTIVO DA VARIAÇÃO DAS PREPOSIÇÕES LOCATIVAS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA-ANGOLA E EM BARRA/BANANAL-BA: UM OLHAR SOCIOLINGUÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO

Manoel Crispiniano Alves da Silva
Silvana Silva de Farias Araújo
Huda da Silva Santiago

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Holm (2004) destaca alguns fenômenos morfossintáticos que diferenciam o português vernacular brasileiro da língua-fonte, o português europeu, que lhe deu origem. Segundo o pesquisador, essas diferenças são frutos de uma “reestruturação parcial” da língua-alvo adquirida por falantes não nativos da língua portuguesa. Nesse sentido, esse português que traz marcas do intenso contato entre línguas ocorrido na sócio-história do português brasileiro (doravante, PB) tem como antecedente histórico o “Português Geral Brasileiro” adquirido em condições imperfeitas e por meio da oralidade, sendo difundido pelo geral do Brasil pelos negros escravizados e os afrodescendentes (MATTOS E SILVA, 2004).

O uso das preposições locativas que regem verbos de movimento é um dos aspectos de natureza morfossintática que individualiza a variedade brasileira da europeia, visto que, no “português de Camões”, a preposição *em* não rege verbos de movimento (FARIAS, 2006; SANTOS, 2015). Por outro lado, no PB, essa variante é amplamente utilizada, seja

no português popular rural brasileiro (ASSIS, 2009; JESUS, 2012), seja no português falado nos centros urbanos (VIEIRA, 2009; ASSIS, 2011; WIEDEMER, 2013, 2008; BATISTA, LOPES, 2020) e em variedades africanas de língua portuguesa (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004; GONÇALVES, 2009; SANTOS, 2015), o que demonstra uma similaridade entre o português falado em ex-colônias portuguesas e uma dissemelhança com a norma do antigo colonizador.

No bojo dessa discussão, fica evidente a hipótese definida por Petter (2009, 2015) de que há um *continuum* entre as variedades formadas em contexto histórico de colonização e expansão da língua portuguesa, desde as variedades parcialmente reestruturas, a exemplo da brasileira, da moçambicana e da angolana até as mais modificadas, a exemplo das línguas crioulas de base lexical portuguesa, como a de Cabo Verde, a de Guiné-Bissau e a de São Tomé e Príncipe. Essa ideia é coadunada por Avelar e Galves (2014), que sistematizam fenômenos morfossintáticos em que é possível observar uma convergência entre a língua portuguesa falada no Brasil, nos países africanos e as línguas do grupo banto.

Assim, a comparação entre aspectos morfossintáticos obtidos, por intermédio de dados orais e escritos do PB e de outras variedades do português, a exemplo do português angolano (PA), pode trazer elementos para a discussão sobre a importância dos contatos linguísticos na emergência da gramática da língua portuguesa do Brasil. Para a pesquisa aqui delineada, foi escolhido investigar se há semelhanças ou diferenças entre essas duas variedades no que concerne à variação das preposições locativas *em*, *para*, *até* e *a*, que regem certos verbos que indicam movimento *chegar*, *voltar*, *vir* e *levar*. Para isso, utilizamos dados orais coletados em entrevistas sociolinguísticas nas comunidades afro-brasileiras de Barra/Bananal e de Luanda, respectivamente, representantes do PB e do PA.

A variável dependente trabalhada é eneária, sendo constituída pelas variantes *em*, *para*, *a* e *até*. A seguir, seguem alguns exemplos dessas variantes: (i) Eu levei o bolo no forno; (ii) Eu levei o bolo ao forno; (iii) Eu levei o bolo para o forno e (iv) Eu levei o bolo até o forno.

Este capítulo estrutura-se da seguinte forma: além desta seção in-

trodutória, apresentamos, na seção 2, uma revisão de literatura sobre o fenômeno em variedades da língua portuguesa e a hipótese do presente trabalho; na 3, os aspectos teórico-metodológicos; na 4, os resultados obtidos e finalizamos, na seção 5, com as considerações finais, seguido das referências.

O ESTADO DA ARTE: O USO VARIÁVEL DAS PREPOSIÇÕES LOCATIVAS EM VARIEDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA

Lucchesi (2015, p. 218) postula o “*continuum* rural-urbano” para uma análise do português brasileiro em que há dois extremos: de um lado está o português afro-brasileiro, o qual apresenta formas mais acentuadas dos efeitos do contato entre línguas ocorrido na sócio-história do PB e, de outro, a norma urbana culta. Segundo o pesquisador, devido a fatores sociais, de uma extremidade a outra, os processos de variação e de mudança induzidos pelo contato tendem a, paulatinamente, desaparecer em razão da assimilação das formas urbanas prestigiadas.

Nessa perspectiva, o uso variável das preposições locativas que regem verbos de movimento já foi investigado com dados representativos das normas do *continuum* proposto por Lucchesi (2015). Nesse contexto, Assis (2009) investigou tal fenômeno com dados do português afro-brasileiro falado nas comunidades de Helvécia e Cinzento, localizadas, respectivamente, nos municípios de Nova Viçosa e Planalto-BA. Assim, de um total de 728 ocorrências encontradas no *corpus*, 43% foi da variante *para*, 41% de *em* e 13% de nenhuma preposição e apenas 1% das preposições canônicas *a* e *até*. Em direção similar, com uma amostra de fala constituída em comunidades rurais do semiárido baiano, sendo os participantes falantes do português popular rural, de um total de 582 dados, Jesus (2012) encontrou 71% de *para* e 29% de *em*, podendo, pois, tais resultados serem compreendidos como “[...] indícios de uma mudança praticamente concluída, visto ter-se encontrado apenas seis ocorrências com a preposição *a*” (JESUS, 2012, p. 306).

Além disso, vale ressaltar os resultados encontrados por Assis (2011) para o português popular do interior da Bahia falado na zona urbana e

rural dos municípios de Santo Antônio de Jesus e de Poções. A pesquisadora encontrou no *corpus* estudado um total de 1.428 ocorrências, 54,4% foram da variante *para*, 40,2% de *em*, 1% de *a* e 0,4 % de *até*. Batista e Lopes (2020), sobre o português popular urbano de Salvador, em entrevistas gravadas com participantes de escolaridade fundamental e média, encontraram 82,1% de *para*, 11, 87% de *em* e 5,94% de *a*.

Em síntese, notamos que a preposição canônica *a* está em flagrante desuso no português popular e afrobrasileiro, sendo substituída pela preposição *para* e por *em*, apresentando um percentual não tão expressivo na norma popular urbana (BATISTA; LOPES, 2020). Acreditamos que esses resultados, que divergem da norma do antigo colonizador, parecem apontar para uma relação histórica do uso da preposição não padrão *em* reanalisada como complementizador locativo, em condições de aquisição do português imperfeitas como L2 e nativizado como L1.

Por outro lado, Borges (2014) estudou a variação na regência do verbo *ir* na fala de brasilienses, em uma amostra constituída por participantes de níveis de escolarização diferentes: nível médio incompleto, nível médio concluído, nível superior incompleto e pessoas que teriam concluído o ensino superior. Em linhas gerais, de uma distribuição geral de 168 ocorrências, 73% foi da variante *para*, 25% de *em* e 2% de *a*.

Portanto, fica nítido que em relação à variação no uso das preposições locativas não é possível atestar uma polarização sociolinguística do PB (LUCCHESI, 2001, 2015), pois como demonstram a frequência de uso dos trabalhos com dados do português popular afro-brasileiro (2009) do português popular (ASSIS, 2011; JESUS, 2012; BATISTA E LOPES, 2020) e do português culto brasileiro (BORGES, 2014), a preposição padrão *a*, preconizada pela gramática tradicional, está em flagrante desuso na realidade linguística do país, sendo, gradativamente, substituída pelas variantes *para* e *em*, esta variante inovadora é amplamente utilizada para reger verbos que indicam movimento/direção.

Em consonância, com os resultados encontrados na norma brasileira, Gonçalves e Chimbutane (2004, p. 3), ao estudarem as preposições locativas e direcionais no Português de Moçambique (PM), afirmam

que “[o] principal traço que distingue o PM na realização sintáctica de argumentos locativos e direccionais é o uso da preposição *em* com SNs referentes a lugar”. Para explicarem essa mudança em relação ao PE, os pesquisadores acreditam haver uma transferência de propriedades gramaticais das línguas do grupo bantu na fixação de complemento locativo no PM, resultado da aquisição do português como L2.

Em relação ao português oral de São Tomé, vale mencionar o estudo de Gonçalves (2009). A pesquisadora constata que, no que se refere ao verbo *chegar*, de um total de 27 dados, 12 ocorrências foram da forma inovadora “*em*”, 8 da variante padrão “*a*” e 7 ocorrências sem que o verbo seja regido por alguma preposição. Em relação ao verbo *ir*, é possível observar uma maior convergência com o PE, pois de um total de 22 ocorrências, apenas em três dados o verbo foi regido por “*em*”.

Nesse contexto de investigação da variável em foco com dados de fala em variedades africanas do português, Santos (2015) estudou o comportamento sintático das preposições locativas relacionadas ao verbo de movimento *ir*, no português falado na cidade de Luanda, capital de Angola. Os resultados evidenciam que a variedade angolana ainda não possui um perfil sociolinguístico próprio, apresentando certa instabilidade, já que partes dos informantes produzem estruturas ora em consonância com a norma lusitana, ora com a brasileira. Foram encontradas 155 ocorrências no *corpus* analisado, sendo 77 (50%) da variante *para*, 54 (35%) de *em* e 24 (15%) de *a*. Assim, chama a atenção o percentual da preposição não-padrão *em*, não usual como preposição locativa no PE (SANTOS, 2015).

Diante desses fatos, notamos que há uma aproximação entre o PB, o PM e a variedade santomense e angolana, já que, na língua portuguesa falada nesses países, a preposição “*em*” rege verbos de movimento, o que não se verifica no PE (FARIAS, 2006; SANTOS, 2015). Desse modo, aventamos as seguintes hipóteses: para o português afro-brasileiro de Barra/Bananal: (i) há uma mudança concluída, no sentido do desaparecimento da preposição canônica *a*; (ii) a variação no uso das preposições locativas consiste na alternância entre *para* e *em*; (iii) o fenômeno é condicionado

por fatores estruturais não exercendo os fatores extralinguísticos relevância; (iv) o verbo de movimento condiciona a seleção da preposição. Em relação ao português luandense, por se tratar de uma variedade urbana, acreditamos encontrar: (i) um amplo quadro de variação; (ii) as quatro variantes (*a*, *em*, *para* e *até*) regem os verbos de movimento controlados; (iii) uma baixa frequência de uso da variante canônica *a*; (iv) as variáveis local de nascimento e língua materna serão selecionadas como estatisticamente relevantes da variante *em*; (v) os verbos de movimento serão selecionados como relevantes na seleção da preposição.

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos o quadro teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), por se acreditar que a referida teoria é coerente para descrever os padrões de regras variáveis em uma comunidade de fala culturalmente diversa e multiestratificada e, por meio de sua metodologia quantitativa, ser possível, por intermédio de inferências estatísticas, atestar a atuação dos grupos de fatores de natureza estrutural (linguística) e extralinguística (social) no condicionamento de fenômenos variáveis.

Lucchesi (2015) advoga que a Sociolinguística Variacionista enfrenta dois grandes desafios teóricos que ainda não conseguiu superá-los: (i) considerar os mecanismos da competência linguística do falante na explicação dos processos de variação e mudança e (ii) compreender os resultados alcançados por meio do controle estatístico no contexto social mais amplo das disposições sociais e ideológicas, isto é, em sua dimensão sócio-histórica. Nesta seção, pretendemos discutir, brevemente, este segundo desafio, pois acreditamos que uma análise globalizante da comunidade de fala onde está encaixada a mudança é extremamente coerente para uma compreensão holística do fenômeno estudado. Para o pesquisador, muitas análises sociolinguísticas têm considerado os resultados das variáveis sociais obtidos pela metodologia quantitativa de forma isolada, o que tem resultado em muitas análises mecanicistas

e a-históricas entre as variantes estudadas e os fatos sociais, levando a muitas generalizações.

À vista do que foi exposto, considerando as singularidades históricas das comunidades de fala estudadas, como a tônica do contato linguístico, e, em relação à Luanda, o convívio da língua do colonizador com as línguas autóctones que sobreviveram, a pesquisa aqui delineada pretende analisar os resultados obtidos, por meio do programa computacional, não de forma conclusiva, mas compreendendo-os apenas como uma pista para uma compreensão mais ampla à luz da sócio-história das comunidades de fala em que tais padrões de variação ocorrem. Por essa razão, este capítulo tem como subtítulo “um olhar sociolinguístico e sócio-histórico”.

Os dados sobre o português luandense, os quais constituem o *corpus* da pesquisa, foram levantados em vinte e quatro entrevistas, sendo doze da norma culta e doze da norma popular, que fazem parte do projeto *Em busca das raízes do português brasileiro: estudos morfossintáticos*, coordenado, atualmente, pela professora doutora Silvana Silva de Farias Araújo. Já no que diz respeito à realidade sociolinguística brasileira, analisaremos as doze entrevistas que compõem a amostra de fala vernácula das comunidades de Barra/Bananal, que ficam situadas no município de Rio de Contas no estado da Bahia, que pertencem ao acervo do projeto “*A Língua Portuguesa do seminário baiano*”, sob a coordenação das professoras doutoras Zenaide Novais Carneiro e Norma Lúcia Fernandes de Almeida. Para a realização das entrevistas, houve a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UEFS). O número do CAAE é: 04641412.7.0000.0053.

As variantes controladas que constituem a variável dependente estudada foram: *em*, *para*, *a* e *até*. Sendo assim, a seguir, apresentamos as variáveis linguísticas e extralinguísticas controladas.

QUADRO 01: VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS CONTROLADAS NO
CONDICIONAMENTO DA VARIÁVEL DEPENDENTE NO PORTUGUÊS FALADO
EM LUANDA E EM BARRA/BANANAL

Variáveis linguísticas	Grupo de fatores
Verbo de movimento	Chegar Levar Vir Voltar
Configuração do nome do locativo	[lugar/objeto] [lugar/instituição] [lugar/personificado] [lugar/evento] [lugar/espaco geográfico]
Configuração do espaço	[+ fechado] [- fechado]
Permanência do local	[+ permanência] [- permanência]
Grau de definitude e determinação do nome locativo	[+ definido/ + determinado] [- definido/ + determinado] [+ definido/ - determinado] [- definido/ - determinado]

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, as variáveis extralinguísticas consideradas no condicionamento do fenômeno em questão.

QUADRO 02: VARIÁVEIS CONSIDERADAS NA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA PARA O PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Variáveis sociais	Grupo de fatores
Sexo	Masculino Feminino
Faixa etária	Faixa I (20 a 30 anos) Faixa II (36 a 50 anos) Faixa III (acima de 50 anos)
Escolaridade	Baixa ou Nula Superior
Local de Nascimento	Capital Interior

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 03: AS VARIÁVEIS EXTRALINGÜÍSTICAS CONSIDERADAS PARA O PORTUGUÊS FALADO EM BARRA/BANANAL

Variáveis extralingüísticas	Grupo de fatores
Sexo	Masculino Feminino
Idade	Faixa I (18 a 38 anos) Faixa II (39 a 59 anos) Faixa III (acima de 59)
Escolaridade	Analfabeto Alfabetizado
Local de Nascimento	Barra Bananal

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, após a definição do envelope de variação, as etapas seguintes foram: (i) levantamento das ocorrências das variantes nos *corpora*, (ii) codificação dos dados com base nas variáveis supra-apresentadas, (iii) tratamento quantitativo dos dados por meio do programa computacional Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), nesta etapa, foram realizadas algumas rodadas binárias para o português luandense,

visto que a variável dependente estudada é eneária e o programa utilizado só faz rodadas binárias, (iv) a análise dos dados que se encontram sistematizados na seção seguinte.

A VARIAÇÃO NAS PREPOSIÇÕES LOCATIVAS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos as hipóteses, a distribuição geral dos resultados e as variáveis linguísticas e sociais selecionadas em nível de relevância estatística no condicionamento da variação das preposições locativas nas comunidades de fala estudadas. Para uma melhor compreensão dos resultados, dividimos esta seção em duas subções: a primeira, sistematizaremos os resultados para Barra/Bananal e a segunda, os resultados alcançados para Luanda.

BARRA/BANANAL

A base de dados desta pesquisa totaliza um total de 58 ocorrências encontradas no português falado nas comunidades de Barra/Bananal. Esses resultados encontram-se apresentados na Tabela 01, a seguir:

TABELA 01: FREQUÊNCIA DAS PREPOSIÇÕES LOCATIVAS NO PORTUGUÊS FALADO EM BARRA/BANANAL

Variantes	Ocorrências/ Total	Porcentagem
<i>Em</i>	33/58	57%
<i>Para</i>	25/58	43%
TOTAL	58	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A variável dependente analisada é eneária, porém, na amostra analisada, não houve ocorrência da preposição canônica *a* e nem de *até*, confirmando, portanto, a hipótese inicialmente aventada de uma mudança

no sentido do desaparecimento das referidas preposições. Assim, fica evidente que a variação consiste na alternância entre a forma inovadora *em* e a canônica *para*, aquela apresentou uma maior aplicação de uso em relação a esta, sendo, em termos percentuais, 57% e 43%, respectivamente.

Embora tenham sido encontrados poucos dados, os quais não nos permitem fazer afirmações categóricas, vale ressaltar que os resultados alcançados coadunam com outros estudos desenvolvidos com dados de fala do português popular brasileiro (JESUS, 2012; ASSIS, 2009; 2011), demonstrando que a preposição padrão *a* está em flagrante desuso nessa variedade.

Conforme postulam Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), as comunidades afrobrasileiras mais representativas são as que apresentam os traços [+ isoladas] e [+ afrodescendentes], pois quanto maiores forem o isolamento da comunidade e a proporção de afrodescendentes diretos nela, maior será o grau de interferência da *transmissão linguística irregular* na formação da variedade linguística falada por seus moradores, podendo, assim, trazer evidências empíricas para o debate sobre os efeitos do contato linguístico na formação do PB.

Diante da diversidade linguística existente no Brasil, são necessárias a documentação e a descrição do português falado em comunidades remanescentes de quilombos, pois nessas localidades podem ser encontrados processos de variação e mudança linguística desencadeados pelo contato linguístico ocorrido na sócio-história do PB que ainda resistem à padronização e à urbanização (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018). Nesse sentido, a presente pesquisa contribui para essa agenda de estudo, visto que investiga um fenômeno variável na comunidade quilombola de Barra/Bananal.

No dia 12 do mês 09 de 2005, foi publicada, no Diário Oficial da União, pelo Ministério da Cultura, a certificação do título de remanescente de quilombos de Barra e Bananal. Esses povoamentos são duas comunidades isoladas que ficam localizadas no município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina-Bahia. Os laços estabelecidos entre os seus

moradores, inclusive pelos casamentos endogâmicos, são tão estreitos que, na constituição da amostra, Almeida e Carneiro (2014) decidiram considerar ambas as comunidades como uma só. Segundo Pereira e Oliveira (2017), os moradores que lá habitam levam um estilo de vida muito simples. Como forma de subsistência, há a produção agrícola que é realizada de forma comunitária e a criação de animais de pequeno porte (porcos, cabras, frangos caipiras etc.) para o consumo e a troca:

[o]utro traço importante desta comunidade, algo aparentemente partilhado também por outras comunidades remanescentes de quilombos em todo estado da Bahia (em sua grande maioria), é a ligação com a terra e com o trabalho agrícola familiar. (PEREIRA; OLIVEIRA, 2007, p. 12)

Os fatos sócio-históricos e culturais apresentados servem para uma compreensão mais globalizante do fenômeno. Por se tratar de uma comunidade remanescente de quilombos, a mudança em direção do desaparecimento da preposição canônica *a* e *até* e, por outro lado, um amplo uso da preposição não padrão *em* aponta para uma relação histórica entre esta e o processo de reestruturação parcial, fruto de uma *transmissão linguística irregular* que ocorreu na sócio-história dessa comunidade de fala. Nesse sentido, em relação ao fenômeno variável em foco, na língua portuguesa falada em Barra e Bananal, o Goldvarb X selecionou, em nível de relevância estatística, as seguintes variáveis: *verbo de movimento, sexo, configuração do espaço e grau de definitude e determinação do nome locativo*.

A primeira variável selecionada pelo programa foi verbo de movimento, assim, notamos que o verbo atua na seleção da preposição com que será regido. Quando o verbo de movimento é *chegar*, de um total de 29 ocorrências, 27 foram do verbo *chegar* sendo regido pela preposição não canônica *em*, apresentando peso relativo de .99. Nessa perspectiva, segundo Wiedemer (2013, p.155), esse uso significativo pode ser justificado pelo fato de que “[...] o verbo *chegar* não é o processo de deslocamento, mas o seu fim, e a preposição que parece marcar esse

significado é a preposição *em*”. A seguir, apresentamos os dois únicos casos, retirados do *corpus*, em que *para* rege o verbo *chegar*. Ambos foram produzidos pelo mesmo informante, do sexo masculino, de 42 anos de idade e alfabetizado.

(1) “Doc: Ah! Tá bom. Gostei da conversa. [risos].

Inf: Vai chegar *PRA casa*?

Doc: Hein?

Inf: Vai chegar *PRA casa*?

Doc: Eu vou ainda conversar com seu D. Não é D. ali?

Inf: Ah!

Doc: Que eu fiquei de conversar um pouco com ele.

Como pode ser observado, o complemento do verbo de movimento *chegar* é expresso por um sintagma nominal e apresenta um traço menos indefinido e indeterminado.

Entretanto, os verbos *levar* e *vir* inibem o uso da variante *em*, havendo uma propensão a selecionar a preposição canônica *para*. O verbo *voltar*, apesar de ter havido apenas 03 ocorrências, apresentou um uso categórico de *para*. Esses resultados convergem com os obtidos por outros pesquisadores, em outras comunidades de fala, que investigaram o fenômeno na realidade sociolinguística brasileira (ASSIS, 2009; VIEIRA, 2009; WIEDEMER, 2013).

Em relação à variável sexo, os resultados divergem da tese clássica defendida por Labov (1972), em que as mulheres tendem a assumir a liderança do processo de variação e mudança linguística quando a variante é socialmente prestigiada. Entretanto, segundo Paiva (2017), nem sempre esta equação é afirmada e, para uma melhor compreensão do fenômeno, é preciso não apenas analisar o prestígio da forma linguística, mas investigar o modo de organização social da comunidade de fala estudada. Na comunidade de Barra/Bananal, as mulheres apresentam um comportamento mais inovador do que os homens, pois de um total de 43 ocorrências produzidas pelas mulheres da amostra analisada, 27 dados de verbos de movimento foram regidos pela pre-

posição *em*, variante de menor prestígio, obtendo peso relativo de .90 no favorecimento de *em*.

Nesse sentido, esses dados precisam ser compreendidos levando em conta o papel desempenhado por cada gênero nessa sociedade. Os homens de Barra e Bananal, em busca de uma perspectiva de vida melhor, acabam migrando para as grandes cidades, a exemplo de São Paulo, para inserirem-se no mercado de trabalho, assimilando, devido ao contato dialetal, as formas mais inovadoras e prestigiadas, enquanto as mulheres se restringem ao ambiente doméstico e ao cuidado com a roça, preservando, dessa forma, o vernáculo da comunidade.

A seleção da variável configuração do espaço, assim como evidenciado por Mollica (1998), demonstra que o traço semântico do locativo a quem se dirige o verbo de movimento atua na seleção da preposição. Desse modo, quando o espaço tem um traço [+ fechado], como lugares com entradas definidas, cobertos ou cercados, favorece a variante *em*, apresentando peso relativo de .77. Por outro lado, quando o espaço é [- fechado], essa preposição é inibida, obtendo peso relativo de .33. A seguir, em 02, apresentamos um exemplo, retirado do *corpus* analisado, de nomes locativos com traço semântico [+ fechado], e, no exemplo 03, com traço [- fechado].

(02) Inf: “Eles só vai cantano, assim, nas casa assim. Chega *NA casa*, canta, samba. E vai passano assim pelas casa, sabe?” (D.L.N, M, Faixa I, A).

(03) Inf: “Quando adoecem aqui? Leva *PRA cidade*, leva *PRA Rio de Conta*” (I.P.S.L, F, Faixa I, A).

A última variável selecionada em nível de relevância estatística no favorecimento da forma não padrão *em* refere-se aos traços morfossemânticos do nome locativo. De acordo com os resultados, constatamos que a preposição *em* é favorecida em contexto que o referente é de fácil identificação pelo locutor/interlocutor e o nome locativo é determinado, ou seja, apresentando maior grau de definitude, assinalado pela dupla

marca positiva [+def. +det.], apresentando um índice de .99 de peso relativo. Nesse sentido, os resultados aqui convergem com outros estudos que investigaram, com dados orais do PB, a variação nas preposições locativas e direcionais (JESUS, 2012; MOLLICA, 1996; VIEIRA, 2009). Seguem exemplos para aclarar o que foi dito:

(04) “Inf: A gente cansa muito tombem, aqui em tempo de festa tem bastante gente. É isso! Fica com prazer, porque a gente vê o lugar da gente movimentado e a gente tombém tem o gosto de *vim gente NA casa da gente*, né?” (J.I.F, F, Faixa I, A).

(05) “Inf: É. É a mehma coisa atavés da comida, né? A vez cê... a vez eu *chego NA sua casa* exprimento, eu acho o tempero tá bom na... gostoso, outo já chega já num acha, né?” (M.R, M, Faixa II, A).

Entretanto, os resultados aqui obtidos divergem, em partes, dos trabalhos supracitados, no sentido em que, nesta pesquisa, quando o referente é desconhecido do falante e os nomes locativos não são precedidos por determinantes, apresentando a dupla marca negativa [-def. -det.], favorece a variante não padrão *em*, peso relativo de .91, enquanto que os pesquisadores constataram o contrário, pois esse é um contexto que, em suas pesquisas, faz emergir a variante padrão *para*. Porém, o número de ocorrências encontradas (apenas 03), não dá subsídios para afirmações conclusivas.

(06) “[...] Quano nós *chegou NESSE meio de mundo* aí Deus mandou misericórdia! Foi chuva! Quano nós chegamo lá com o menino todo moiado” (J.I.S, F, Faixa I, A).

Em estrutura oracional em que nome vem antecedido por determinante, seja um artigo ou pronome indefinido e o referente não é de fácil identificação [-def. +det.], foi encontrado apenas um dado e este foi regido pela variante *em* contrastada com o pronome indefinido *um*.

(07) “[...] Eu *chegava*, assim, *NUM hospital* ôi, tava aquelas outas mãe desesperada c’as infremêra. E eu não. Tinha a maior calma! Eu tinha a maior calma c’as enfremeira, com tudo, com médico. As outra brigava, e eu não [...]” (M.J.S, Faixa III, B).

LUANDA-ANGOLA

Na amostra do português falado na cidade de Luanda, foram encontradas 113 ocorrências com os verbos de movimento e direcionais *chegar*, *voltar*, *vir* e *levar*. Dentre os dados, 43% foram da variante inovadora *em*, 36% de *para*, 17% de *a* e 2% de *até*, apresentando um quadro de variação mais significativo em relação à Barra/Bananal. Na tabela 02, é apresentada a distribuição geral das ocorrências das preposições locativas identificadas no *corpus*.

TABELA 02: FREQUÊNCIA DAS PREPOSIÇÕES LOCATIVAS NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Variantes	Aplicação/Total	Porcentagem
Em	51/133	45,1%
Para	39/113	34,5%
A	20/113	17,7%
Até	3/113	2,7%
Total	113	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados obtidos mostram uma certa convergência entre o português falado na comunidade de Barra/Bananal e de Luanda, em que a preposição canônica *a* tem sido substituída pela preposição *em* e *para*, tendência atestada em pesquisas sociolinguísticas com dados orais do PB (JESUS, 2012; VALLO, 2003; WEIDEMER, 2008, 2013; ASSIS, 2009, 2011; BATISTA, LOPES, 2020).

Compreendemos esses números como uma forma de nativização de formas características do PA, pois, segundo Teixeira (2008, 2013) e Inverno (2004, 2009), essa variedade ainda está em processo de formação, já que se livrou do jugo português há pouco mais de quarenta anos, período curto se comparado à Independência do Brasil.

Assim, podemos hipotetizar que, com base nos resultados encontrados nesta pesquisa, quando este país assumir a sua “angolanidade”, a norma angolana assemelhar-se-á ao PB. A propósito, o português brasileiro e o luandense já apresentam semelhanças, visto que a preposição inovadora *em* é a que apresenta uma maior frequência de uso em ambas as variedades, sendo que, em Barra/Bananal, há uma mudança concluída no sentido do desaparecimento da preposição canônica *a* e *até* e, no português urbano falado em Luanda, essas preposições são usadas, apresentando um percentual de 17,7 % e 2,7%, respectivamente. Apesar de ser uma amostra com um perfil sociolinguístico diferente da de Barra/Bananal, foi possível observar grandes similaridades entre essas ex-colônias portuguesas, pois a variante inovadora, não atestada no PE (FARIAS, 2006; SANTOS, 2015), é a que apresenta a maior frequência de uso no PB e no PA.

Essa convergência entre a norma brasileira e a angolana valida a tese de que essas variedades constituídas em circunstância histórica de contato linguístico podem ser compreendidas por meio de um *continuum* como postulado por Petter (2015).

Por outro lado, Santos (2015) estudou a variação nas preposições locativas que regem verbo *ir* de movimento no português europeu, em uma amostra constituída por informantes com baixo nível de escolaridade e, de um total de 136 ocorrências, não foi encontrado nenhum caso com a preposição *em*, apenas construções com *a* e *para*. Assim, fica evidente que esse fenômeno sintático é um dos traços que individualiza o PE do PB e aproxima este de variedade angolana.

A realidade sócio-histórica de constituição da língua portuguesa nas duas comunidades de fala analisadas faz-nos interpretar esses traços semelhantes não como formas já pré-figuradas no sistema do PE (NARO;

SCHERRE, 2017), mas como mudanças introduzidas por falantes de línguas africanas no PB e PA (PETTER, 2009).

Em função dos resultados aqui apresentados, devido ao baixo número de frequência de uso da preposição *até*, decidimos eliminá-la da nossa análise. Este estudo variacionista investigou os fatores estruturais e extralinguísticos que condicionam a escolha das preposições *em*, *para* e *a*. Diante da limitação do programa computacional utilizado, foram realizadas rodadas binárias, para analisar o comportamento sintático de cada preposição. Inicialmente, rodamos *em* versus *a*, logo em seguida *em* em relação a *para* e, por fim, *para* comparada a *a*.

A seguir, apresentamos os resultados da primeira rodada, em que contrastamos a variante *em* com relação à preposição *a*. Nesta rodada, apenas a variável escolaridade foi selecionada como relevante.

TABELA 03: O USO DA PREPOSIÇÃO EM COMPARADA À PREPOSIÇÃO A, COM RELAÇÃO À VARIÁVEL ESCOLARIDADE NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Fatores	Aplicação/ Total	Porcentagem	Peso Relativo
Baixa/nula	41/47	87,2%	.68
Superior	10/24	41,7%	.18
Total	51/71	71,8%	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

A hipótese que levantamos para esse grupo de fatores é a de que a variante não padrão *em* fosse desfavorecida entre os indivíduos que possuem escolaridade, já que o modelo de ensino nesse país, assim como no Brasil, segue a tradição gramatical de Portugal e, em uma realidade sociolinguística multilíngue como a de Angola, dominar a norma do colonizador, sem influência das línguas africanas, é sinônimo de ascensão social (MINGAS, 2000).

Os dados apresentados, na tabela 03, confirmam a nossa expectativa, pois quanto menor a escolaridade dos informantes, mais eles utilizam *em*,

como verificamos no índice do peso relativo de .68. Nessa perspectiva, os resultados nos levam a acreditar que essa variante não prescrita pela gramática tradicional faz parte do vernáculo desta comunidade de fala, sendo a preposição padrão *a* aprendida via processo de escolarização.

Conforme apresentado na tabela 03, houve dez ocorrências de um total de 24 dados da preposição *em* regendo verbos direcionais e locativos na norma de maior prestígio de Luanda. Para ilustrar em que contexto ainda há a ocorrência dessa preposição, seguem alguns exemplos extraídos do *corpus* analisado:

(08) INF: “Saio de manhã às 07h00, 12h30 lá do serviço e, a partir das 13h00, estou já na faculdade. Só chego *EM casa* 18h e tanta, ou 19h” (L., F, Faixa II, LA¹).

(09) INF: “[...] Então o quê que eles fizeram? Já que vocês não vivem aqui então, comecem a andar, vá para as vossas casas. Nós tivemos que abandonar as nossas, para *vir EM casa*. Levaram o quê? Levaram só o televisor e o leite, e deixaram a partir uma estante” (F.K, M, Faixa III, LA).

A seguir, os resultados encontrados da segunda rodada em que a preposição inovadora é comparada à preposição *para*. Em nível de relevância estatística, foram selecionadas as seguintes variáveis: *Verbos de movimento, Língua Materna, Permanência no Local e Grau de Definitude e Determinação do nome locativo*.

1 Língua Materna do informante = LA (Língua Africana); LP (Língua Portuguesa).

TABELA 04: O USO DE EM COMPARADO A PREPOSIÇÃO *PARA*, SEGUNDO A VARIÁVEL VERBO DE MOVIMENTO NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Fatores	Nº/ Total	Porcentagem	Peso Relativo
Chegar	33/34	97%	.98
Levar	6/12	50%	.04
Vir	11/36	30%	.04
Total	50/82	61%	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Semelhante aos resultados encontrados em Barra/Bananal e em outras pesquisas com dados de fala coletados em áreas urbanas e rurais no Brasil (ASSIS, 2009, 2011; VIEIRA, 2009; WIEDEMER, 2013), a preposição inovadora é fortemente favorecida quando o verbo de movimento é o verbo *chegar*, apresentando, em nível estatístico, peso relativo de .98. Por outro lado, quando os verbos são *levar* e *vir*, o uso da preposição *em* é inibida, como pode ser observado no peso relativo de .04 e .04, respectivamente. Em relação ao verbo *voltar*, foram registradas sete ocorrências, mas com uso categórico da variante padrão *para* regendo esse verbo.

TABELA 05: USO DA PREPOSIÇÃO EM COMPARADO A *PARA*, SEGUNDO O GRUPO DE FATORES LÍNGUA MATERNA NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso relativo
Línguas Africanas	43/59	72%	.93
Língua Portuguesa	7/30	23%	.00
Total	50/89	56%	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como pode ser observado, a preposição não padrão *em* é favorecida entre os indivíduos que têm uma das línguas africanas como língua

materna, perfazendo peso relativo de .93. Entretanto, para os indivíduos que possuem como L1 o português, o uso da variante inovadora é inibido.

Embasados na perspectiva do contato linguístico, esses resultados corroboram a tese defendida de que as inovações verificadas tanto no PB quanto no PA são processos variáveis não oriundos do acaso ou de uma deriva interna da língua portuguesa, mas como propriedades transferidas das línguas africanas para o português adquirido como L2 (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004).

TABELA 06: O USO DA PREPOSIÇÃO *EM* COM RELAÇÃO A PARA, SEGUNDO A VARIÁVEL PERMANÊNCIA NO LOCAL NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso relativo
[- permanência]	47/57	82%	.90
[+ permanência]	3/32	9%	.01
Total	50/89	56%	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Podemos perceber que a preposição *em* é favorecida quando a indicação do locativo está associada ao traço de [- permanência], com peso relativo de .90. Conforme pode ser verificado a seguir:

(10) INF: “Eu tenho, tenho que tirar sempre um tempo que é mais ou meno, que é mais ou menos, tenho que chegar, tenho que chegar *NO meu local de trabalho* as oito horas vendo até as quatorze horas, às quatorze horas, saio [...]” (A.E., F, Faixa I, LP).

Em consonância com o que é prescrito pela tradição gramatical, quando o indivíduo irá permanecer por mais tempo no local onde se destina, o verbo seleciona a preposição *para*, como pode ser observado abaixo.

(11) INF: “Olha, isso, nem sempre. Acabam por não aprender o essencial. Por que sempre acabamos por tocar na guerra né, como a origem

de alguns problemas porque há crianças que saem de algumas províncias, vem *PRA Luanda* e não tem nenhuma base de escolaridade” (A. F, Faixa III, LA).

TABELA 07: USO DA VARIANTE INOVADORA *EM* VERSUS *PARA*, SEGUNDO O GRUPO DE FATORES GRAU DE DEFINITUDE E DETERMINAÇÃO DO NOME LOCATIVO NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso Relativo
[+ def. + det.]	34/41	82%	.88
[+ def. - det.]	14/45	31%	.17
[- def. + det.]	½	50%	.00
Total	49/88	55%	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

A primeira observação a ser feita é que houve apenas uma ocorrência com o locativo apresentando um duplo traço negativo [- determinado; - definido], sendo esse dado regido pela preposição *para*.

Semelhante aos resultados encontrados no português falado em Barra/Bananal e alcançados por Santos (2017, p. 158) sobre o uso variável da sua regência do verbo *ir* de movimento no português luandense, quando há uma maior definição do nome locativo, perfazendo o traço de [+def. +det.], favorece de forma expressiva a emergência da preposição inovadora *em*, com peso relativo de .88.

(12) INF: “Coitada da velha, já não tinha táxi, tinha que subir assim. Chegamos aqui no, no como é que eu posso dizer? *NA padaria*, a senhora desmaiou [...]” (J., F, Faixa I, LP).

Por outro lado, quando o nome locativo não é precedido por determinantes, mas o referente é conhecido pelo falante ou ouvinte, ou seja, [+def. -det.], há a inibição da preposição *em*, como pode ser verificado pelo peso relativo de .17.

(13) INF: “Eu, quando vim pra aqui, *PRA Luanda*, vim visitar a família e encontro então essa situação [...]” (A., M. Faixa I, LP).

Na rodada em que contrastamos as duas variantes conversadoras, *a* com relação a *para*, foram selecionadas como estatisticamente relevantes para a emergência da preposição *a*, as seguintes variáveis: *Verbos de movimento*, *Sexo* e *Permanência no local*. A seguir, apresentamos e discutimos os resultados encontrados para esses grupos de fatores.

TABELA 08: A ATUAÇÃO DA VARIÁVEL VERBO DE MOVIMENTO NO USO DA PREPOSIÇÃO A COM RELAÇÃO A PARA NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Fatores	Nº/ Total	Porcentagem	Peso Relativo
Chegar	12/13	92%	.95
Levar	2/8	25%	.28
Vir	4/29	13%	.29
Voltar	2/9	22%	.28
Total	20/59	33%	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

No português falado na comunidade quilombola de Barra/Bananal dos Negros, não encontramos nenhuma ocorrência da preposição padrão *a*, mostrando, dessa forma, que a mudança já foi implementada. Em Luanda, registrou-se a ocorrência dessa variante. Quando o valor de aplicação é *a* com relação a *para*, há um maior uso de *a*, quando o verbo é *chegar*, conforme evidenciado com o índice do peso relativo de .95. A seguir, um exemplo para ilustrar o que está sendo dito.

(14) INF: “Gosto, mas nunca tive mesmo mais tempo, gostaria de, por exemplo, chegar *A São Tomé*... é um desejo muito grande, mas já andei em algumas províncias, um bom tempo...” (A., M, Faixa II, LP).

(15) INF: “Olha, não... não... não tenho assim tempo de pegar no comando da TV, de sentar e assistir a alguma novela, mas eu, nesse momento, acho que “Mar de Amor” uma novela mexicana, que sempre que chego *A casa* é a novela que assisto” (A., F, Faixa III, LA).

Contrariamente, quando os verbos são *levar*, *vir* e *voltar*, a preposição *a* é inibida, como pode ser analisado pelos pesos relativos de .28, .29 e 28, respectivamente. Seguem alguns exemplos extraídos do *corpus* para ilustrar o que foi dito:

(16) INF: “Depois, os meus tios levaram-me *PRA* escola, simularam uma que já tinham ido, não foram, ficaram na janela” (F.M, F, Faixa II, LP).

(17) INF: Normalmente, eu acordo às 5h30... 5h30, cinco e trinta da manhã, cinco da manhã e levanto-me, preparo-me, vou para o serviço às seis horas, seis e quarenta, saio de lá às 12h40, venho para aqui, *PARA* a universidade” (J.P.T, F, Faixa I, LP).

(18) INF: “Vala de drenagem e aumentar as estradas mas antes deviam preparar aquelas áreas. Isso é que faz com que a população volta sempre *PRA* cidade” (F.M, F, Faixa II, LP).

TABELA 09: O USO DA PREPOSIÇÃO *A* EM RELAÇÃO A *PARA*, SEGUNDO A VARIÁVEL *GÊNERO/SEXO* NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso relativo
Masculino	9/18	50%	.80
Feminino	11/41	26%	.35
Total	20/59	33%	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como é perceptível na tabela 09, a preposição *a* é favorecida no sexo/gênero masculino com peso relativo de .80. Enquanto que as mulheres inibem o uso dessa forma variante .35. Sobre esses resultados, como

são duas variantes padrão, não temos ainda argumentos para interpretar os resultados.

TABELA 10: O USO DA PREPOSIÇÃO *A* EM RELAÇÃO A *PARA*, SEGUNDO A VARIÁVEL PERMANÊNCIA NO LOCAL NO PORTUGUÊS FALADO EM LUANDA

Fatores	Aplicação/Total	Porcentagem	Peso relativo
[- permanência]	16/26	61%	.83
[+ permanência]	4/33	12%	.21
Total	20/59	33%	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme podemos visualizar na tabela 10, a preposição *a* é favorecida em contextos de menos permanência, ou seja, quando a ida a um determinado lugar não é para demora e o retorno é logo em seguida, relevando o traço de [- permanência], obtendo peso relativo de .83. Segue um exemplo para aclarar o que foi dito.

(19) INF: “Eu não uso os termos “tu vai me levar *AO cinema*?” não, eu digo “papá, podes levar-me *AO cinema*?” tenho trabalho, “papá, podes me levar?”, “papá podes isso...?” Não tratar diretamente o tu” (J.P.T, F, Faixa I, LP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese que norteou o presente trabalho, de que encontraríamos semelhanças entre o português popular brasileiro falado em Barra/Bananal e em Luanda foi confirmada, sendo a variante inovadora *em* a que apresentou a maior frequência de uso em ambas as comunidades. Essa convergência entre a norma brasileira e a angolana valida a tese de que variedades constituídas em circunstância histórica de contato linguístico podem ser compreendidas por meio de um *continuum* como postulado por Petter (2008, 2015).

No português falado em Barra/Bananal, os resultados apontam para uma mudança concluída em relação ao desuso da preposição canônica *a*, confirmando, assim, a hipótese inicialmente levantada. Na amostra representativa do português falado nessa comunidade, encontramos um total de 58 ocorrências, dessas 33 foram da variante *em* e 25 da preposição *para*, sendo, respectivamente, em termos percentuais, 57% e 43%. Nesse sentido, tendo como valor de aplicação a preposição *em*, o programa Goldvarb X selecionou em nível de relevância estatística, as seguintes variáveis: *Verbo de movimento*, *sexo*, *configuração do espaço* e *grau de definitude e determinação do nome locativo*. Em vista disso, a seleção da variável social *sexo* não confirmou a hipótese levantada de que apenas os fatores linguísticos condicionam o uso da preposição.

Em relação ao português luandense, conforme aventamos inicialmente, por se tratar de uma variedade urbana, encontraríamos um quadro de variação maior do que a de Barra/Bananal, porém haveria um desuso da variante padrão *a*. Na amostra analisada, foram encontradas 113 ocorrências com os verbos de movimento e direcionais *chegar*, *voltar*, *vir* e *levar*. Dentre os dados, 43% foram da variante inovadora *em*, 36% de *para*, 17% de *a* e 2% de *até*. Em função dos resultados aqui apresentados, devido ao baixo número de frequência de uso da preposição *até*, decidimos eliminá-la da nossa análise. Portanto, o nosso estudo variacionista investigou os fatores estruturais e extralinguísticos que condicionam a escolha das preposições *em*, *para* e *a*.

Como o programa utilizado faz apenas rodada binária, primeiramente, controlamos *em* em relação à preposição *a*. Nessa rodada, apenas a variável escolaridade foi selecionada como relevante. Na segunda rodada, em que a preposição inovadora *em* é comparada à preposição *para*, em nível de relevância estatística, foram selecionadas as seguintes variáveis: *Verbos de movimento*, *Língua Materna*, *Permanência no Local* e *Grau de Definitude e Determinação do nome locativo*. Na última rodada, contrastamos as duas variantes conversadoras, *a* com relação a *para*, nessa foram selecionadas como estatisticamente relevantes para a emergência da preposição *a*, as seguintes variáveis: *Verbos de movimento*, *Sexo* e *Permanência no local*.

Dessa forma, a presente pesquisa contribui com a agenda de estudos que descrevem a realidade sociolinguística da região do semiárido baiano e de variedades africanas de Língua Portuguesa, apresentando evidências dos efeitos do contato linguístico ocorrido na formação socio-histórica do Brasil e de Angola na constituição do português falado nessas ex-colônias.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Telma Souza Bispo. A atuação das variáveis linguísticas na regência dos verbos de movimentos no português afro-brasileiro. **PAPIA**, v. 19, p. 39-49, 2009. Disponível em: <http://revistas.flch.usp.br/papia/article/view/2007/1828>. Acesso em: 05 set. 2020.

ASSIS, Telma Souza Bispo. **A regência variável dos verbos de movimento no português popular do interior do estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2011.

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Variação linguística no seminário baiano**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. **Revista Linguística** (On-line), v. 30, p. 241-288, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v30n2/v30n2a10.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

BATISTA, Marli Pereira; LOPES, Norma da Silva. A variação na regência do verbo ir (de movimento) em Salvador. **REVISTA PHILOLOGUS**, v. 76, p. 150-159, 2020. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xii_sinefil/completos/a_variacao_MARLI.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

BORGES, Luíza Bernardo. **A variação do uso das preposições a/para/em com o verbo ir de movimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Linguística, Português e Línguas Clássicas) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/9544>. 2014. Acesso em: 20 jul. 2020.

FARIAS, Jair Gomes. Variação entre a, para e em no português brasileiro e no português europeu: algumas notas. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v. 41, nº 1, p. 213-234, março, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/589>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERREIRO, Manuel; VÁZQUEZ VEIGA, Nancy. (Ed.). **Los Criollos de base ibérica**: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt Am Main: Vervuert, p.201-213, 2004.

GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Francisco. O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos direcionais. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, São Paulo, v. 14, p. 7-30, 2004. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2000/1820>. Acesso em: 05 set. 2020.

GONÇALVES, Rita. A preposição a no português de S. Tomé. **Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Colibri, 2009.

HOLM, John. **Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars**. Cambridge, Mass: Cambridge University Press, 2004.

INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. In: FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana Maria (ed.). **Português em contato**, Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 87-106, 2009.

JESUS, Hilmar Moura de. A variação de preposições com verbo ir de movimento em comunidades rurais do semiárido baiano. **Entrepalavras**, Fortaleza, ano 2, v.2, n.1, p. 306-325, jan/jul 2012. Disponível em:

<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/57/108>. Acesso em: 05 set. 2020.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LUCCHESI, Dante. As duas vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). **DELTA**. São Paulo, v. 17, nº 1, p. 97-132, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v17n1/a05v17n1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan, ILZA, Ribeiro. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MINGAS, Amélia. **Interferência do Kimbundo falado em Lwanda**. Luanda, Editora Caxinde, 2000.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. A regência variável do verbo *ir* movimento. In: SILVA, Giselle Machine de O.; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Orgs.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4ª. ed., São Paulo: Contexto, 2017.

PEREIRA, Aliger dos Santos; OLIVEIRA, Fabiano Viana. A comunidade quilombola de Bananal e a construção da identidade individual. In: **III Enecult-terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador: CULT e Pós cultura UFBA (FACOM), v. 3, 2007. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AligerPereira_FabianoOliveira.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. **GoldvarbX**: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 10 Jul. 2020.

SANTANA, J. H. S.; ARAUJO, Silvana S. de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: patrimônio e memória. **Palimpsesto**, v. 17, p. 01-18, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/36667/29365>. Acesso em: 05 set. 2020.

SANTOS, Maria Rosane Passos dos. “**Amanhã vais na panela**”: um estudo sobre a regência do verbo ir no português falado em Luanda. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pósgraduação em Estudos Linguísticos, UEFS, Feira de Santana, 2015.

SANTOS, Maria Rosane Passos dos. Um estudo sobre a regência do verbo ir. In: TEIXEIRA, E. P.; ARAUJO, S. S. de F. (Orgs.). **Diálogos entre Brasil e Angola**: o português d’aquém e d’além-mar. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 145-173.

PETTER, Margarida. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, Charlotte, Garmes, RIBEIRO, Henrique, F.R. (Orgs.). **África-Brasil** – caminhos da língua portuguesa. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Ampliando a investigação do continuum afro-brasileiro de português. **Papia**, v. 25, n. 2, p. 305-317, 2015.

<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2186/pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba, MARTIN, Vilma Iia de Rossi. (Orgs.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP. Editora, 2008.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. Aspectos da pronominalização no português vernacular de Luanda: uma comparação com o português do Brasil. In: LOPES, Norma de

Silva; BULHÕES, Lígia Pelon de Lima; CARVALHO, Cristina dos Santos. (Orgs.). **Sociolinguística: estudos da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro.** Sociolinguística paramétrica e sociofuncionalismo. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

VALLO, Malzaro. A regência do verbo *ir* de movimento na perspectiva variacionista. *In*: HORA, D. da. (Org). **Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade.** João Pessoa: Gráfica Editora Pallotti, 2003.

VIEIRA, Maria José Blaskovski. Variação das preposições em verbos de movimento. **SIGNUM: Est. Ling.,** Londrina, v. 12, n. 1, p. 423-445, jul. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4203/4468>. Acesso em: 05 set. 2020.

WIEDEMER, Marcos Luiz. **A regência variável do verbo *ir* de movimento na fala de Santa Catarina.** 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WIEDEMER, Marcos Luiz. **Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro.** Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CARTAS BAIANAS (SÉCULO XX): UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE TRATAMENTO

Marinalda Freitas Valentim
(UEFS/PPGEL/FAPESB¹)

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
(UEFS/PPGEL)

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
(UEFS/PPGEL)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho apresenta formas de tratamento, na posição de sujeito pleno, usadas na escrita brasileira do início do século XX, tendo por base uma amostra constituída por 102 cartas, enviadas para Severino Vieira, entre 1901 a 1902, majoritariamente por amigos e correligionários². Essas

1 Os resultados apresentados neste trabalho concernem aos resultados obtidos na dissertação de mestrado intitulada “Pronomes de tratamento no português brasileiro no limiar do século XX: uma análise sócio-pragmática”. Essa pesquisa foi financiada por uma bolsa de mestrado oferecida pela FAPESB.

2 Faz parte de um conjunto de 500 cartas, editadas em versão semidiplomática fac-similar, por Carneiro (2005), organizado da seguinte forma: Parte 1: 208 cartas (1-208) escritas por 114 remetentes para vários destinatários; Parte 2: 102 cartas (209-310) enviadas a Severino Vieira por 60 remetentes, considerada aqui (p. 1134-1548); Parte 3: 190 carta (311-500) escritas por 43 sertanejos baianos que escreveram ao “coronel-barão” de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins. Essas cartas foram publicadas posteriormente na Coletânea Cartas Brasileiras, volume 1, pela UEFS Editora, em 2011. Atualmente estão disponíveis no projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (Processo CNPq. 401433/2009-9 -

cartas apresentam uma condição *sui generis*, porque, apesar de serem dirigidas a uma pessoa em exercício de mandato, o que as enquadraria como de circulação oficial – da administração pública, nos termos de Barbosa (1999, p. 147) –, têm características de documentos de circulação privada, que incluem os da administração privada e os particulares. Há uma mistura na forma com a qual os remetentes se referem ao destinatário, Severino Vieira, variando de um certo grau de cerimônia até uma forma mais íntima, como se verá no Quadro 1.

Para a descrição do uso das formas de tratamento no *corpus* em questão, utilizou-se, como parâmetro, a distribuição das estratégias de tratamento, conforme a situação comunicativa que se estabelece entre remetente e destinatário, de acordo com a Teoria do Poder e Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960).

O trabalho está assim organizado: na seção 1, apresenta-se uma breve revisão sobre as formas de tratamento no PB; na seção 2, faz-se uma descrição do *corpus* de pesquisa; os resultados estão apresentados na seção 3.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Conforme Brown e Gilman (1960), as mudanças havidas ao longo do tempo, na estrutura da sociedade medieval estão relacionadas com a evolução das formas de tratamento. A sociedade passa, com a ascensão da burguesia, a estabelecer relações de natureza mais igualitárias; com isso, novas relações se instalam e, dessa forma, uma nova configuração no sistema pronominal acontece. Conforme os autores, no latim, havia um sistema pronominal formado apenas por duas estratégias de referência

CONSEPE 102/2009) e no projeto CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (Processo FAPESB 5566/2010 - CONSEPE 202/2010), www.uefs.br/cedohs, que fazem parte do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP) do Departamento de Letras e Artes da UEFS e são parceiros do projeto nacional, Para a História do Português Brasileiro (PHPB), que tem, entre suas agendas de pesquisa, a constituição de corpora diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI; estudos de mudanças linguísticas depreendidas da análise dos corpora constituídos e a reconstrução da história social linguística do Brasil.”

ao interlocutor, a saber³: o *tu* como indicador do singular e o *uos* como indicador do plural.

Marcotulio (2010) demonstra que os pronomes de tratamento são condicionados por fatores sociolinguísticos e pragmáticos. O autor analisa a dinâmica das relações sociais tecidas no Brasil colonial, a partir da representação social construída pelo Vice-rei do Estado do Brasil, o Marquês do Lavradio, em sua produção escrita, nas esferas pública e privada.

Para Brown e Gilman (1960), o tipo de relação mantida entre os interlocutores define a semântica dos pronomes de tratamento. Dessa forma, a estrutura social de que os interactantes fazem parte forneceria indícios para o estudo da variação no uso das formas de tratamento. O eixo vertical ou assimétrico – que diz respeito às relações que seriam marcadas por diferenças hierárquicas – constitui a semântica do poder. As relações ocorridas no eixo horizontal ou simétrico são consideradas, pelos autores, como pertencentes à semântica da solidariedade. A relação de *poder*, então, trata-se do controle, em uma dada situação de interação, que umas pessoas exercem sobre outras, o que pode resultar em uma relação assimétrica.

O acervo Cartas para Severino Vieira, aqui analisado, foi doado ao acervo do IGHB⁴ e encontra-se disponível no site do projeto CE-DOHS: *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (www.uefs.br/cedohs).

A amostra é composta por 102 cartas, enviadas a Severino Vieira por 60 remetentes (57 homens e 03 mulheres), a maioria deles letrada

3 No século IV, o paradigma muda, o *vos* passa a ser empregado para expressar singularidade e começa a ser empregado como forma de tratamento respeitosa, dirigida, unicamente, ao imperador romano. Na segunda metade do século XIV, a burguesia passa a competir com a nobreza, tornando-se uma nova aristocracia. Já havia no latim as expressões nominais de tratamento *Maiesta Vestra* e *Excellentia Vestra*; no entanto, só durante a idade média acontece a proliferação de tais formas, nas línguas românicas. De acordo com Cintra (1972), em 1331, já se identifica a existência de *Vossa Mercê* e, em 1460, tal tratamento passa a ser usado, unicamente, para o rei. Por volta de 1490, perde essa função, tendo em vista o aumento dos contextos de uso da expressão. *Vossa Mercê*, de onde deriva o *você*, gradativamente passa a ser usado como referência a outros membros da nobreza (LOPES & DUARTE, 2002).

4 Publicadas no volume 1 da *Coleção Cartas Brasileiras*, cf. Carneiro (2011).

e, sobretudo, cidadina. São datadas as cartas de 1901 a 1902: 41 delas, de 1901, e 58, de 1902, período que corresponde ao primeiro biênio do mandato de Severino Vieira, Governador da Bahia (1901-1904)⁵. As informações sintetizadas no Quadro 1, extraídas de Carneiro (2005, p. 63-115; 249-251; 332-372), são importantes, porque levam a compreender como as formas de tratamento são estabelecidas como recursos que “regulam” a distância entre os interlocutores, expressando-se tanto no nível do discurso quanto no nível da língua, como defende Carreira (1995, 2004, entre outros)⁶.

À luz da Teoria do Poder e Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960), foram controlados os contextos sociais que subsidiaram as formas de referência à segunda pessoa e classificadas as relações como simétricas e assimétricas (ascendentes e descendentes); as relações estabelecidas foram, ainda, consideradas como *mais* e *menos solidárias*, levando-se em conta a relação interpessoal estabelecida: amigos próximos (mais íntimos) – mais solidárias; e amigos mais distantes (menos íntimos) – menos solidárias.

A classificação da relação interpessoal entre Severino Vieira e seus destinatários foi estabelecida a partir do assunto tratado nas missivas. Dessa forma, foram considerados como *amigos próximos* remetentes que trataram de assuntos pessoais (notícias sobre amigos comuns, sobre saúde etc.) e como *amigos distantes* remetentes que trataram de assuntos impessoais (administrativos, pedidos de favor etc.).

5 Severino Vieira nasceu em 08 de junho de 1849, na Vila de Ribeira do Conde, na Bahia, e faleceu em 23 de setembro de 1917. Exerceu ainda o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas, no governo de Campos Sales, além de outros cargos públicos.

6 Cf. o esquema detalhado de Carreira (1995; 2004) sobre as formas de tratamento a partir da oposição grau de “familiaridade” e “distância”, no singular e no plural.

QUADRO 1 – SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES LEVANTADAS SOBRE OS MISSIVISTAS E OS TIPOS DE RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM O DESTINATÁRIO

ACERVO SEVERINO VIEIRA					
Remetente (nome completo e carta e código do nome para explicitação ¹ e número das cartas e volumes) (Carniero, 2005, p. 104-108)	Dados biográficos Nacionalidade (ou Nacionalidade), grau de escolaridade, idade e ocupação principal no momento da carta ² , para mais detalhamentos, cartilhões de Fichas na 2ª parte do volume 2, (Carniero, 2005, p. 104-108)	Formas como o remetente se dirige ao destinatário na sanção da carta (Carniero, 2005, volume 2, p. 100-101a)	Tipo de relação entre o remetente para o destinatário ³ (Brewer e Gilman, 1960) e Carniero (2005, p. 239) ⁴	Assunto da carta (Carniero, 2005, volume 2, p. 101-101a)	Grau de intimidade (1° íntimo-íntimo)
Agripino Leite (DAM carta 200)	[Brasileiro] Médico e Geógrafo. Doutor, [jovem]. Médico contratado por funcionários de "alto-sorite" baianos. Não há outra informação.	Ilustre e distinto amigo senhor Dr. Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Fala sobre a sua situação de médico contratado dos funcionários no "alto sorite" e seleciona uma carta de recomendação.	-íntimo [- solidário]
Albino (Maia) (DAM carta 210)	Escreve quando se encontra de viagem a Paris e do parágrafo pela Bahia (Brasileiro- m) (Uma especificação do profissional)	Muito caro amigo	Assimétrica ascendente	Fala de sua passagem pela Bahia quando de sua volta da Europa e do desenho em visita lá.	-íntimo [1° solidário]
Albino Moreira Pinto (DAM carta 211 e 212)	Brasileiro (uma especificação de nacionalidade), Bacharel em Letras (Escola Naval), [médico], Geógrafo.	Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Solicita o envio da relação dos cidadãos, votos e direitos civis nos últimos 4 anos a fim de que o mesmo possa fazer caso dado no 1º volume do "Suplemento de Dicionário Geográfico", em face de erro para publicação (Carta 211). Questiona se do desporto pelo qual tem então de sua conselheira sobre a falha de emprego na publicação do seu "Dicionário Geográfico do Brasil", e depois dos elogios que recebeu de estrangeiros, e comunica-lhe o envio de um outro trabalho com sobre a cidade de S. Paulo. (Carta 212)	-íntimo -solidário
Albino Pinto (DAM carta 213)	Estudante da Escola Naval, [jovem]. Estu- dante Não há outra informação.	Dr. Severino	Assimétrica ascendente	Solicita-lhe que o receba junto à "Escola Naval" no seu exame final.	-íntimo [- solidário]
Alípio de Menezes Ribeiro (DAM carta 214)	Médico (Faculdade de Medicina da Rio de Janeiro, curso incompleto), 27 anos. Zeólogo .	Excelentíssimo Sr. Governador do Estado da Bahia	Assimétrica ascendente	Comunica o envio, para distribuição em cidades e estados baianos, de "XII volume dos Archivos do Museu".	-íntimo [- solidário]
Alvaro Aguiar de Carvalho (DAM carta 215)	Brasileiro (uma especificação de nacionalidade), [médico], Presidente do Partido Republicano .	Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Dr. Victorino [Por Severino] Vieira	Assimétrica ascendente	Fala da Comissão do "Partido Republi- cano Mineiro" e pede que o indique para para mais de nome.	-íntimo [- solidário]
Antônio (Thomaz) Aguiar (DAM carta 216)	Baiano, [Cabo], 45 anos. Escritura .	Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. Severino Vieira	Assimétrica ascendente	(Omissão de uma correspondência em geral sobre em prol de candidatura do Dr. Raimundo).	-íntimo [- solidário]
Antônio Augusto Cardoso de Castro (DAM carta 217)	Brasileiro (estrangeiro), [Brasileiro]. Secretário da Fazenda do Porto D. Pedro II, [Brasileiro], Repartição Secretaria (Escola Normal), Professor de Instrução Pública . Não há outra informação.	Excelentíssimo amigo Senhor Doutor Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Lamenta o fato do governador não acreditar em seu nome.	-íntimo [1° solidário]
Antônio José Marques (DAM carta 218)	[Brasileiro], [Nível Superior], [médico]. Presidente e Diretor Intermittente da Vição e Obras Públicas .	Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Dr. Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Convida ao governador sua participação na "Sociedade das Imprensa de comensal", para onde passando por dificuldades com a família.	-íntimo [- solidário]
Angelo (Francisco) Pires de Carvalho Angeli (DAMPCA carta 219 e 220)	[Brasileiro], [Nível Superior], [médico]. Presidente e Diretor Intermittente da Vição e Obras Públicas .	Muito caro amigo Senhor Severino	Assimétrica ascendente	Fala sobre seu estado de saúde e de informações distribuídas sobre a administração da "Imprensa Viçosa do Brasil" (Carta 219). Informa sobre o registro de "Viagem Viçosa do Brasil" e diz que a situação atual da empresa é a mesma descrita na carta de 3 de julho. (Carta 220)	-íntimo [1° solidário]
Arthur A. Evensen (DAM carta 221)	Escreve da Rio de Janeiro. Funcio- nário Público .	Excelentíssimo amigo Senhor Doutor Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Comunica que recebeu a carta no dia 12 do mesmo em qual recomenda o atendimento do recibo de Sr. Antonio Alexandre Borges dos Reis sobre a obediência da carta.	-íntimo [- solidário]
Arthur Eiro (Arthur César Eiro) (DAM carta 222)	Baiano, Médico (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), [Nível Superior]. [Brasileiro] alibetizado, [médico], Público de Tívoli, diretor da Bahia .	Muito caro Severino	Simétrica	Informa sobre a situação econômica da Bahia sobre o Banco do Brasil.	-íntimo [- solidário]
Augusto de Silva Ribeiro (Augusto de Silva Ribeiro) (DAM carta 223)	[Brasileiro], [Nível Superior]. Participa de 1ª Delegação Auxiliar .	Ilustríssimo Excelentíssimo Sr. Doutor Severino dos Santos Vieira	Assimétrica ascendente	Também com a "Cabeça de professor" e sobre suas dificuldades envolvendo a profissão local.	-íntimo [- solidário]
B. Ary. Frazalocha (DAMF carta 224)	[Brasileiro], [médico]. Cantador Geral dos Carvões .	Excelentíssimo amigo Doutor Severino	Assimétrica ascendente	Fala de sua profissão e sobre a sua satisfação com a sua atual função no comércio.	-íntimo [1° solidário]
Bento do Espírito (Manoel Gomes Ribeiro) (DAM carta 225)	Surgente, Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de Recife), 52 anos. Senador .	Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Doutor Severino Vieira	Simétrica	Solicita uma correspondência a fim de Dr. Mariano, médico "muito formado".	-íntimo [- solidário]
Belfarino Fernandes Távora (DAM carta 226)	[Brasileiro], Médico Veterinário. Participa de 1ª Delegação Auxiliar.	Excelentíssimo Amigo Dr. Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Fala sobre o amigo em viagem, Eduardo Sabido, em sua recente viagem ao Norte. Comenta o amigo para que baixe a sua "Glossário Médico" enviado em 20 de abril último. Fala, também, sobre a sua difícil situação financeira.	-íntimo [1° solidário]
Calogero (João Paes) Calogero (DAM carta 227, 228 e 229)	Carica, Bacharel em Ciências Matemá- ticas (Engenharia) (Escola de Minas em Ouro Preto), 52 anos. Matemático .	Prezado amigo Dr. Severino (carta 227). Amigo Dr. Severino (carta 228 e 229)	Simétrica	Comunica o envio do último relatório da secretaria das Finanças (Carta 227). Fala sobre o pedido de amigos caros a respeito da situação financeira do governo baiano e fim de que se realize sobre futuras necessidades de capital extrangeiro. (Carta 228) Informa sobre o relatório recebido a respeito da administração do governo baiano, referente, no ano de 1900, solicita se relatório ao ano de 1900, antes que sejam publicados (Carta 229)	-íntimo [- solidário]

VARIAÇÃO E MUDANÇA NA LÍNGUA PORTUGUESA

Cordeiro Marques Pinto Gustavo (ZC/CP) (carta 238, 231 e 232)	[Brazilian], afilietada [mulher] (sem especificação de profissão)	Senhor Dr. Severino Vieira (carta 230 e 231) Senhor Dr. Severino Vieira (carta 232)	Assimétrica ascendente	Pede, sem solicitação, uma carta de recomendação para o seu filho mais velho, Adriano (Carta 230) Fala sobre a carta de recomendação para o seu filho Adriano (junto ao Dr. Leandro de Castro e ao Sr. Raimundo Mante, (Carta 231) Pede uma favor da permissão da sua irmã João para o pai do "pai da 14" Protesta a "uma Capital" uma vez que está vencendo a sua segunda quinquênio, em 16 de dezembro próximo. (Carta 232)	simultânea [...solidária]
Dionysio Gonçalves Martins (ZC/CM) (carta 233)	Raimundo Bachard em Ciências Matemáticas (Engenharia) (inicia o curso na Escola Militar de Praia Vermelha, concluindo-o na Escola Central de Paris, 64 anos. Diretor do Imperial Instituto de Agricultura)	Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor	Assimétrica ascendente	Solicita uma solução para problema com o fornecimento de água na capital.	simultânea [...solidária]
Domingos C. de Moraes (ZC/CM) (carta 234)	Afilietado, (mulher), Política local	Excelentíssimo Antigo Doutor Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Solicita que consiga o pedido de um amigo, o Dr. Miguel C. Vila Nova, médico residente em Batatas, a nomeação para Juiz de Direito, de condado de São, o Dr. João de Mello Ramos Costa.	simultânea [...solidária]
Domingos Olympio (ZC/CM) (carta 235)	Fuente de Rio de Janeiro, Nôble outras informações (sem especificação de profissão)	Mesa caro Saboya (Carta remetida a Saboya e o enviado, posteriormente, a Severino Vieira)	Assimétrica ascendente	Vem pedir a permissão para a nomeação o fato de não ter sido entregue o despacho ao Sr. João Campos.	simultânea [...solidária]
Dr. Euclides Teixeira dos Santos Indauly (ZC/TSI carta 236)	[Brazilian], [Brazilian] [Nível Superior] [mulher], Intendente do Carcereiro-Do.	Ilustríssimo Antigo Excelentíssimo Senhor Dr. Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Solicita ao Dr. Severino a remissão de amigo Camilo Antonio Jacinto (junto à Bachardina Faval).	simultânea [...solidária]
Dr. Henrique Antunes (ZC/A/ carta 237)	Persepolis (Brasil Superior) [mulher] (sem especificação de profissão)	Excelentíssimo Senhor Doutor Severino Vieira	Assimétrica ascendente	Agradecido ao promotor pela sua interferência na nomeação do "Presidente da República" para o "Cargo de Delegado do Juiz".	simultânea [...solidária]
Dr. Joaquim Carlos Tavares (ZC/T) (carta 238)	Carreira Militar (Faculdade de Medicina de Bahia), [mulher], Senador.	Excelentíssimo Antigo Senhor Dr. Severino Vieira	Simétrica	Solicita informações sobre os negócios de uma confissão, confissão ao mesmo, para que possa publicá-la com outras verbas, uma vez que a promessa feita pelo amigo não foi cumprida.	simultânea [...solidária]
Eduardo (Pereira) Ramos (ZEPB/ carta 239)	Raimundo Bachard em Direito (Faculdade de Direito de Recife), 47 anos. Senador.	Caro Dr. Severino	Simétrica	Solicita uma indicação junto ao Dr. Cam- po Salvo para que consiga uma colocação como secretário de legação.	simultânea [...solidária]
Ephraim Pires (ZEP carta 240 e 241)	Parabano. Bachard em Direito (Faculdade de Direito de Recife), 36/37 anos. Presidente da República.	Mesa caro Severino (carta 241 e 242)	Simétrica	Solicita ajuda para ler o Raimundo Bachard, ex confissão de alfilado de Rio, de acordo fado de crime de contrabando, junto ao Supremo Tribunal Federal. (Carta 240) Solicita que o amigo recomende um colaborador junto ao Dr. Arlindo, diretor da na Escola Politécnica, para o exame geométrico interno, Antônio Pires Carvalho de Albuquerque, militar empregado no comando de distrito. (Carta 241)	simultânea [...solidária]

VARIAÇÃO E MUDANÇA NA LÍNGUA PORTUGUESA

FranciscoMendesRocha [Francisco Mendes da Rocha] [OPR] (carta 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263)	[Bates]. [Bateskin]. [Nível Superior]. [realizar]. Agente Financeiro pela "Rocha & Richmann".	Excelentíssimo e distinto amigo Doutor Severino (carta 242) Meu distinto amigo Dr. Severino (carta 243) Excelentíssimo e bom amigo Sr. Severino (carta 244) Excelentíssimo Amigo Doutor Severino Vieira (carta 263) Meu distinto e bom amigo Dr. Severino (carta 246) Meu Precado e bom amigo Dr. Severino (carta 247, 248 e 251) Meu prezado, estimado amigo, Severino Vieira (carta 260) Meu bom amigo Dr. Severino (carta 250, 253 e 259) Meu bom e Precadíssimo amigo Dr. Severino (carta 252, 255, 256 e 257) Meu estimado e bom amigo Dr. Severino (carta 254) Meu muito prezado e bom amigo Dr. Severino (carta 260 e 261) Meu bom e precadíssimo amigo Dr. Severino (carta 262) Meu amável e Precadíssimo amigo Dr. Severino (carta 263)	Assintótica ascendente	Comunica sobre as letras referentes aos valores de \$30.000, 50 mil e \$100.000, 60 mil distribuídas no Banco de Comércio e do Banco Rural Hipotecários (Carta 242) Informa sobre providências tomadas junto à diretoria da empresa e sobre as letras de "Banco Rural" (Carta 243) Informa sobre a mudança de seus ativi- dades, após 22 anos de serviço, e sobre a criação de uma casa comercial com o fim de exportar café e outros gêneros do País. (Carta 244) Fala sobre a dança do amigo, em co- mum, Veneza, obrigando a entrar em Páris de Cádiz para cuidar de "seco-cientistas narcóticos". (Carta 245) Comunica o vencimento de uma letra no dia 7 de setembro e fala do amigo Veneza que está Páris de Cádiz para cuidar da saúde. (Carta 246) Informa sobre o cumprimento de determinações do amigo e sobre a situação da Bahia junto ao "Banco da República". Diz, também, agendar as letras comen- ciais para substituição. (Carta 247) Confirma os telegramas recebidos e a carta enviada da primeira semana dia. Diz não atender no distrito fiscalizador do empresadismo tomado. Informa, ainda, sobre o contrato do amigo Veneza ao Rio. (Carta 248) Informa ter tomado providências para poder regular a "Assembleia Geral Ex- traordinária" da "Empresa do Vaque do Brasil", conforme os telegramas recebidos no carta anterior. (Carta 249) Confirma os seus telegramas e cartas enviados. Diz que a última do dia 26 do corrente, ao qual ele refere a limitação amparo do telegrama que tanto nacional narcóticos. (Carta 250) Informa da comunicação ao Banco de Comércio e do Banco Rural, e, ainda, sobre o envio da telegrama, conforme resposta nº 261 e o artigo 174 do dia 11 de dezembro findo. (Carta 251) Diz não ter recebido, até esse dia, as letras para fazer a substituição nos bancos, conforme telegrama datado em 30 de dezembro findo e sobre acordo com "Banco Rural". (Carta 252) Fala sobre o prazo em trabalhar e um anúncio cartão através do Dr. Gonçalves Lacerda. Informa sobre as letras para substituição das que se aderiram nos bancos e sobre o não recebimento da prosecução para votar da "Empresa Vaque do Brasil". (Carta 253) Informa sobre os telegramas citados e outras despesas. (Carta 254) Informa sobre o cumprimento de solicições feitas e sobre momentos ligados à "Empresa Vaque do Brasil". (Carta 255) Informa sobre a satisfação por ter conhecido D. Felício e sobre o encontro com Veneza. (Carta 256) Informa sobre D. Felício e sobre a família Saldaña. Fala, ainda, sobre problemas com o filho com o nome dos acionistas. (Carta 257) Informa sobre o recebimento de uma pelo "La Plata" relativa ao sobre da "Empresa Vaque do Brasil". (Carta 258) Informa sobre resultados relativos à letra enviada e sobre a resposta das suas telegramas. (Carta 259) Informa sobre as transferências das ações, conforme solicitação feita. (Carta 260) Informa sobre providências tomadas com as ações no portador de letra. (Carta 261) Informa sobre a carta de Dr. Oliveira Leite a respeito das letras destinadas para substituição no "Banco de Comércio" e no "Banco Rural". (Carta 262) Informa sobre a resposta da carta confidencial da V sobre o depósito no Banco Rural e no Banco Hipotecário. Pede, ainda, os nomes das pessoas que devem compor a diretoria e o conselho geral. (Carta 263)	-telégramas [+ solidário] (Carta 242, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261 e 262) -telégramas [+ solidário] 245, 248, 253, 256, 263 e 259
Geraldo Barbosa Lima (GBL)/ carta 264	[Bacharel em Direito (Faculdade?)] (sem especificação de profissão)	Excelentíssimo Excelentíssimo Sr. Dr. Severino Vieira	Assintótica ascendente	Diz ser candidato a um cargo público por ser formado em Direito.	-telégramas [+ solidário]
Gustavo Camara (GOC) (carta 265 e 266)	Escritor do Rio de Janeiro. Não há outras informações. (sem especificação de profissão)	Meu velho e sempre querido Severino (carta 265) Meu prezado amigo Dr. Severino (carta 266)	Assintótica ascendente	Informa sobre a carta recebida e enviada o amigo para visitar e "amada Maria da Lourdes, sua afilhada" juntamente com a mesma Felício. (Carta 265) Da notícia sobre estado de saúde, sobre a Maria, afilhada do amigo e agradece a carta de "parabéns D. Felício". (Carta 266)	-telégramas [+ solidário]
Hermann vonHolstern [Hermann Carlos Holstern] (HCH) (carta 267)	Escritor do Rio de Janeiro. (filho de um amigo de Severino). Não há outras informações. (sem especificação de profissão)	Excelentíssimo Senhor Dr. Severino Vieira	Assintótica ascendente	Agende-se Dr. Severino pelo telegrama de felicitações pelo casamento e laudatório e extensivo da carta de agradecimento.	-telégramas [+ solidário]
Irino Machado (IM) (carta 268 e 269)	Nível superior. Público. Não há outras informações.	Precado amigo achado no Dr. Severino (carta 268) Meu bom amigo e chefe Dr. Severino Vieira (carta 269)	Assintótica ascendente	Da notícia sobre o "Prestador de Presta- ção Civil Consultório" (telégram) no dia do seu dia trabalho. (Carta 268) Apresenta o compêndio "Terceto Fanteiro" Diz que está desorganizado. (Carta 269)	-telégramas [+ solidário]
J. B. Laurende (João Batista de Laurende) (JBL) (carta 271)	Carreira. Médico. 40 anos. Sub-Diretor do Laboratório de Fisiologia Experimental.	Excelentíssimo Sr. Dr. Severino Vieira	Assintótica ascendente	Diz ter sido processado pelo Sr. Dr. Tosta, deputado geral pelo Bahia, e qual apre- sentou e telegrama do amigo por pedir a remoção de vacante anti-carbuncular.	-telégramas [+ solidário]

VARIAÇÃO E MUDANÇA NA LÍNGUA PORTUGUESA

João Cordeiro da Costa (2002) carta 270	Carlos, Bacharel em Ciências Matemáticas (apagativa), Faculdade Politécnica de Rio de Janeiro.	Amigo Senhor Dr. Severino Vieira	Assímetria ascendente	Comentário ao Governador que não foi possível cumprir o solicitado.	simetria [- solidária]
João [Kopi ou Kipka] (218) cartas 272, 273, 274 e 275	Carlos, Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de São Paulo), 40 anos. Promotor Público.	Mesa caro Severino (cartas 272, 273, 274 e 275)	Assímetria ascendente	Fala sobre a relevância do amigo e sobre assuntos pessoais. (Carta 272) Toda sobre assuntos familiares, políticos e sobre notícias a respeito de assuntos comerciais. (Carta 273) Trata de diversos assuntos particulares e políticos envolvendo amigos em comum. (Carta 274) Diz que Felício envia abraços e fala sobre a vida de Salustiano em decorrência de notícias de Lúcio. Informa, ainda, sobre a saúde de Dória e sobre a vida de Vitor de Santa Helena .	simetria [+ solidária]
João Pereira Drummond (219D) (carta 270)	Escritor de Rio de Janeiro, abilitado.	Ilustratorem Senhor Dr. Severino Vieira	Assímetria ascendente	Referência a economia política citada no Sr. Barros, Ciente da Companhia Leopoldina, e sobre o pedido de um lugar de assessoria em "Administração de Bala" .	simetria [- solidária]
Joaquim de Costa Barros (Joaquim de Costa Barros) (218) (carta 272)	Escritor de Rio de Janeiro, abilitado. (Sem especificação de profissão)	Excelentissimo Senhor Doutor Severino Vieira	Assímetria ascendente	Comentário ao Dr. Severino sobre o pedido de habilitação corporativa do Sr. Barros.	simetria [- solidária]
Joaquim Mendes de Sousa (218M) (carta 273 e 275)	Brasileiro. Não há outras informações. (Sem especificação de profissão)	Excelentissimo Compadre e Amigo Dr. Severino (carta 273) Excelentissimo Compadre e amigo Dr. Severino (carta 275)	Assímetria ascendente	Comentário que a soma de Toms Nova começará a renegociar em breve. (Carta 273) Comentário sobre o dialeto usado com a chegada de Santo Amaro. (Carta 275)	simetria [- solidária]
John T. Lewis (277) (carta 280)	Estrangeiro a serviço no Brasil. Carta escrita a pedido. (Sem especificação de profissão)	Excelentissimo e Ilustratorem Senhor Dr. Severino dos Santos Vieira	Assímetria ascendente	Informa sobre a expedição realizada no "St. Louis" em 1901, em comemoração ao centenario da separação do território de Louisiana em 1803.	simetria [- solidária]
José Dória (218) (carta 281)	(Ilustratorem [Ilustratorem], [Ilustratorem], Preceder junto a Viagem de Bala.	Severino	Assímetria ascendente	Informa sobre a reunião feita pelo Padre e diz que se apresenta em São Carlos para "votar" qualquer sugestão de que a sua solicitação política possa. Diz ter sabido sobre viagem de Coelho e de Campos para Sorjipe a fim de tratar com o padre sobre assuntos de caráter econômico .	simetria [- solidária]
José João de Freitas Coutinho (218J) (carta 282)	Carlos, Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de Recife), 29 anos. Jurista de Bala.	Excelentissimo Senhor Dr. Severino Vieira	Assímetria ascendente	Diz estar a disposição de governar para exercer a sua função de magistrado.	simetria [- solidária]
L. Samuel (218) (carta 284 e 285)	Brasileiro. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, 40 anos. Advogado.	Ilustratorem Excelentissimo Senhor Dr. Severino Vieira (carta 284 e 285)	Assímetria ascendente	Agencia a chegada de um telegrama enviado pelo Dr. Justino J. de Oliveira Lima. (Carta 284) Informa sobre carta enviada a respeito de um amigo em comum. (Carta 285)	simetria [+ solidária]
Lúcio Vilela (Lúcio Vilela) (Lúcio Vilela) (218) (carta 286)	Brasileiro. Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de Recife), 40 anos. Professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas - Faculdade de Rio de Janeiro.	Mesa caro Severino	Assímetria ascendente	Agencia as condições de amigo pela morte de seu pai, Lúcio Vilela.	simetria [- solidária]
Leandro Cunha (218) (carta 287)	Deputado Federal pelo Paraná. Não há outras informações.	Excelentissimo Senhor Doutor Severino Vieira	Simétrica	Indica a sua intenção para "Administração da Imprensa", profissão já exercida por ele em sua cidade.	simetria [- solidária]
Leonel Rocha 218R (carta 288)	Brasileiro. Não há outras informações. (Sem especificação de profissão)	Mesa caro Dr. Severino	Assímetria ascendente	Apresenta o parâmetro de carta, o Dr. Boque, antigo engenheiro e gerente da companhia de gás de Rio, recém nomeado para gerir a companhia de gás da Bahia, para sua avaliação de natureza .	simetria [- solidária]
L. de Bulhões (José Leopoldo de Bulhões Jardim) (218) (carta 288)	Brasileiro. Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de São Paulo), 45-46 anos. Ministro.	Excelentissimo amigo Senhor Doutor Severino Vieira	Simétrica	Alfredo Costa, irmão do Jairo de Direito do Rio Verde.	simetria [- solidária]
Lourenço Filipeiros (Lourenço Filipeiros Amador Filipeiros) (218A) (carta 289)	Brasileiro. Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de Recife), 46 anos. Deputado Federal. Fundador da Faculdade de Direito de Bahia.	Severino	Simétrica	Fala sobre o contraponto ao encontro com o Ministro da Viagem, além da menção elaborada ao Banco Filipeiros.	simetria [- solidária]
Luiz H. Lima de Almeida (Luiz H. Lima de Almeida) (218L) (carta 290)	Brasileiro. Secretário da Câmara Comercial e Financeira. Não há outras informações.	Excelentissimo Senhor Dr. Severino dos Santos Vieira D. O Governador do Estado da Bahia	Assímetria ascendente	Diz sobre providências junto ao Banco Nacional Brasileiro e sobre negativa do governo do estado da Bahia sobre os quais está estudando .	simetria [- solidária]
M. Torres (218T) (carta 291)	Mulher malhada com neto. Não há outras informações. (Sem especificação de profissão)	Excelentissimo Sr. Dr. Severino Vieira	Assímetria ascendente	Solicita um empréstimo para o seu neto Arthur Nogueira que está desempregado.	simetria [- solidária]
MWVida (218W) (carta 292 e 293)	Estrangeiro. Carta escrita a pedido. Não há outras informações. (Sem especificação de profissão)	Excelentissimo Senhor Dr. Severino Vieira Governador do Estado da Bahia - Bahia, Príncipe Senhor (carta 292) Excelentissimo Senhor Doutor Severino Vieira Governador do Estado da Bahia, Amigo e Excelência (carta 293)	Assímetria ascendente	Fala de sua grande vontade de voltar e comenta sobre problemas relativos ao empréstimo feito pelo estado do Pará. (Carta 292) Apresenta a sua ideia a Sr. C. F. Grandjean, em viagem à Bahia por via de uma avaliação de natureza .	simetria [- solidária]
Manuel Coelho Rodrigues (218M) (carta 294)	Francês. Jovem. Político.	Ilustratorem e Excelentissimo Senhor Dr. Severino Vieira	Assímetria ascendente	Comentário a sua comissão realizada em 2 de julho próximo (falei com Madame Lucile Barros, filha do Capitão Tenente João de Costa Barros. Nessa longa carta, trata toda a história política do seu pai, no Pará, informando sobre a sua pretensão em seguir a carreira política e, em oportunidade, pede o apoio de amigo para a sua condição a respeito.	simetria [+ solidária]
Miguel de Sá Faria e Augusto de Vasconcelos (218M) (carta 295)	Brasileiro. Não há outras informações. (Sem especificação de profissão)	Excelentissimo Amigo Dr. Severino	Assímetria ascendente	Podem apoiar para Dr. João Baptista de Lima continue, como padre da PP Petrópolis, após o término de sua gestão a 6 de dezembro vindouro, a paragem de de uma avaliação de natureza .	simetria [- solidária]
Manoelito Gualberto Moura (Manoelito Moura) (218M) (carta 296)	Brasileiro. Religioso. Manoelito. Não há outras informações.	Excelentissimo amigo Senhor Dr. Severino Vieira	Assímetria ascendente	Podem apoiar para a paragem da carta, D. Emmerich Pereira de Carvalho, viçes, que vive na sua hora pública.	simetria [- solidária]
Nuno de Andrade (Nuno Ferreira de Andrade) (218A) (carta 297 e 298)	Caracas. Médico (Faculdade de Medicina de Rio de Janeiro). 30 anos. Professor da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro.	Excelentissimo Senhor Doutor Severino Vieira (carta 297) Excelentissimo Amigo e amigo (carta 298)	Assímetria ascendente	Solicita auxílio no envio de documentos e brasileiros e fala sobre assuntos políticos. (Carta 297) Fala de empréstimo em questão amigo. (Carta 298)	simetria [- solidária]
Oficina Coelho (José de Oliveira Coelho) (218C) (carta 299)	Carlos, Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de São Paulo), 40 anos. Delegado.	Mesa caro Severino	Assímetria ascendente	Informa a vida de seu filho para Bahia, José de Oliveira Coelho Jr. no vapor "Bananos" com o objetivo de continuar os seus estudos na Faculdade de Direito da Bahia. No momento, está querendo a de uma avaliação de natureza .	simetria [+ solidária]
Paulo José Oliveira (Paulo José de Oliveira) (218J) (carta 300)	Brasil das informações. Não há outras informações.	Prezido Amigo e Chefe Dr. Severino Vieira	Assímetria ascendente	Fala de assuntos políticos, desenvolvidos a de uma avaliação de natureza .	simetria [- solidária]
Pere (218P) (carta 301)	Estrangeiro de Rio de Janeiro. Não há outras informações. (Sem especificação de profissão)	Mesa caro Severino	Assímetria ascendente	Indica um empréstimo, o nome breve possível, devido a grande situação de uma avaliação de natureza .	simetria [- solidária]
Ramos Junior (218R) (carta 302)	Estrangeiro de Rio de Janeiro. Não há outras informações. (Sem especificação de profissão)	Excelentissimo Senhor Dr. Severino dos Santos Vieira, Mesa prezado Amigo	Assímetria ascendente	Fala de sua condição no trabalho e sobre de boas fontes e de caminhos de vida administrativa, ao tempo que se submeta a disposição dos amigos.	simetria [+ solidária]

Saldanha [Rodrigues Saldanha] (288 cartas 303, 304, 305, 306 e 307)	Insultório. Richard. Secretário da Viagem e Oficial Público no Governo do Sergento Vieira.	Companheiro e amigo De. Severino (carta 303 e 304) Pretendo companheiro e bom amigo (carta 305) Pretendo Companheiro e amigo (carta 306 e 307)	Assimétrica ascendente	Informa sobre a família e sobre peças compradas para a locomoção de Santo Antônio (Carta 303) Informa ao amigo sobre os costumes particulares e sobre amigos em comum. (Carta 304) Fala sobre as famílias, amigos em comum e sobre política. (Carta 305) Informa sobre a família (Carta 306) Informa sobre assuntos envolvendo família. (Carta 307)	simétrico [1° simétrico]
Serendelly Correa (Insultório/Insultório Correlato) [289 Carta 308]	Parasite. Richard em Ciências Físicas e Matemáticas. 43 anos. Militar	Mexendo e bom amigo Sr. Severino Vieira	Simétrica	Apresento a meu amigo particular, o artista Colares.	simétrico [1° simétrico]
Tobias [Mancini] (273 cartas 309 e 310)	Portuguez. Militar . 36 anos. Assessor de Gabinete do Ministério da Fazenda.	Mexendo Severino (carta 309 e 310)	Assimétrica ascendente	Agradeço a gentileza amigo publicado no Diário acerca do seu livro (Carta 309) Comento que Paulo Guimarães não falar verbalmente sobre Filipeiros. (Carta 310)	simétrico [1° simétrico]

Fonte: Adaptado de Carneiro (2005, p 104-108).

Nas cartas analisadas, como se vê, as relações são relativizadas, fazendo com que a hierarquia, em alguns casos, seja ultrapassada pela relação de “igualdade” entre amigos.

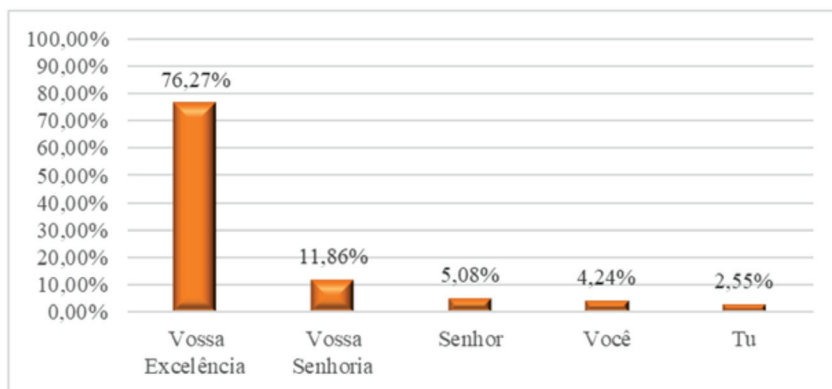
ANÁLISE DOS DADOS

Foi obtido, na amostra, um total de 118⁷ dados, na posição de sujeito pleno, excluindo-se os casos de nulo. A forma nominal *Vossa Excelência*, dentre todas as formas de tratamento utilizadas, apresentou uma maior produtividade, somando um total de 90 dados, o que contabiliza 76.27% das ocorrências. Esse resultado corrobora uma das hipóteses do estudo de Marcotulio (2010, p. 116), segundo a qual tanto maior será a uniformidade do tratamento quanto maior for o grau de cerimônia e deferência.

Em seguida, há a forma *Vossa Senhoria*, com 14 dados, equivalendo a 11,86%. Foram identificados 6 dados de *Senhor (a)*, o que representa 5,08% das ocorrências, 5 dados da forma *Você*, 4,24%, e 3 dados da forma *Tu*, com 2,55%, conforme ilustrado na Figura 1:

7 Nesta pesquisa, vale ressaltar, foram consideradas apenas as formas concretas realizadas na posição de sujeito.

FIGURA 1 – PERCENTUAIS DE USO DAS FORMAS DE TRATAMENTO NA POSIÇÃO DE SUJEITO



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os exemplos⁸ a seguir ilustram as ocorrências de *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *Senhor*, *Você* e *Tu*.

(I) *Vossa Excelência*

(1) [...] Pode ***Vossa Excelência*** encaminhar as| informações que solicito para| a rua de São Francisco xavier□ n.61□[...] (Capital Federal, 28 de Outubro de 1901, 2AMP-211)

(II) *Vossa Senhoria*

(2) [...] ***Vossa Senhoria*** soube dispensar-□-me é que mais uma vez solicito [...]. (Sem local, 7 de Março de 1902, 2AL-209).

(III) *Senhor*

(3) [...] tendo□ o ***Sr.***<sid> convidado pelo□ meu mando para| Padrinho della, peço□ o favor de mandar á□ (Sem local, 24 de Maio, 2CPG-230)

(IV) Formas de paradigma de *Você*

(4) [...] sua carta ultima foi sem| resposta a uma minha, e| como vejo muitos sem pedi-|rem noticias suas, e são| elles pessoas com quem

⁸ Em cada exemplo das cartas, há informações referentes a: nome da cidade, data de escrita, código do remente e número da carta, nesta mesma ordem.

você] se corresponde, explico o facto[...] (Rio, 28 de setembro de 1902, 2JD-281)

Esses remetentes, que mantêm amizade com o destinatário governador, usam o pronome *você* para com Severino Vieira, forma menos polida do que as formas nominais, variando com *tu* nas relações mais solidárias.

(V) Formas de paradigma de *Tu*

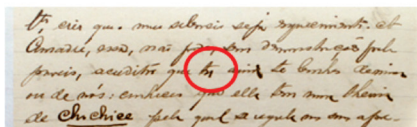
(5) [...] A| comadre, essa, não pode, sem demonstração pelo| passeio, acredito que tu ainda te lembres de mim| ou de nós: conheces que ella tem uma theoria| [...] (Rio, 1º-8-1901, 2J-272)

O remetente 2J ora usa *tu*, como nos exemplos acima, ora usa *você*, como na carta 281; sempre, portanto, tratamentos de menor polidez para com o governador. Suas estratégias, na interlocução com Severino Vieira, não incluem formas nominais da semântica do poder. Para ilustrar as ocorrências de *tu* e *você*, são apresentados os excertos 1 e 2, respectivamente:

Excerto 1 - Carta 272 do remetente João [Käpk ou Kopke] com o uso de *tu*

1v.

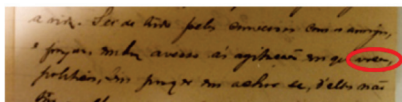
[...]tanto, crer que o meu silencio seja esquecimento. A| comadre, essa, não pode, sem demonstração pelo| passeio, acredito que tu ainda te lembres de mim| ou de nós [...].



Excerto 2 - Carta 273 do remetente João [Käpk ou Kopke] com o uso de *você*

6r.

[...]Sei de tudo pelas conversas com os amigos, e porque, embora avesso às agitações em que vocês, politicos, tem prazer em achar-se, d'ellas não [...]



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do uso das formas de tratamento nas cartas do Acervo Severino Vieira revelou que:

I) Foram registradas como estratégias de referência à segunda pessoa do singular, na posição de sujeito, as formas *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *senhor*, *você* e *tu*. Houve uma quantidade mais significativa das formas de tratamento de base nominal, se comparadas às formas pronominais. A forma *Vossa Excelência* apresentou o maior percentual de uso dentre as formas de tratamento analisadas na amostra, com 76,27%, seguida de *Vossa Senhoria*, com 11,86%.

II) A forma *você* ocorre em relações assimétricas ascendentes mais solidárias, o que é interessante. Foram 5 dados da forma *você* pleno. Seria maior esse número, tivessem sido contabilizadas as abreviaturas.

III) Nas cartas em questão, o número de dados registrados de *tu* pleno foi significativo, 2,55%, apesar de pequeno, considerando tratar-se o destinatário de um Governador. Consideradas as formas nulas, esse número poderia aumentar muito.

Por fim, os dados aqui apresentados corroboram o que Lopes *et al.* (2018), numa análise diatópico-diacrônica, verificaram sobre a forma gramaticalizada *você* – já bastante consolidada na primeira década do século XX –, isto é, que tem perdido a semântica do poder, ocorrendo em relações mais solidárias, variando com *tu*.

REFERÊNCIAS

- BRITO, O. R. M. de. **Faça o mundo te ouvir: a uniformidade de tratamento na história do português brasileiro**. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2001.
- BRITO, O. R. M.; GILMAN, A. “The pronouns of power and solidarity”. In: SEBEEK, T. **Style in Language**. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras (1808-1904): um estudo linguístico-filológico**. 2005. 4v. 2.329f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. Cartas para Severino Vieira, governador da Bahia (1901-1902): edição fac-similada. In: **Cartas brasileiras (1809-2000)**:

coletânea de fontes para o estudo do português, CD-ROM 2. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. v. 1.

CE-DOHS. **Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão**. Disponível em: www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 10 ago. 2016.

CINTRA, L. F. L. **Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa**, 2a edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

CINTRA, L. F. L. O tratamento *Você* em português: uma abordagem histórica. In: **Fragmenta**. n. 13. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 51-82.

LACERDA, M. F. de O.; DE ANDRADE, A. L.; CARNEIRO, Z. de O. N. Formas tratamentais em cartas baianas: sujeito e outras funções. **Cadernos de Estudos Linguísticos** (UNICAMP). v.2, p.257-276, 2016.

LACERDA, M. F. de O. *et al.* Formas tratamentais no semiárido baiano: contribuições para uma configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro In: **A Fala nordestina: entre a Sociolinguística e a Dialectologia**. 1 ed. Salvador: Uneb, 2016, v.1, p. 32-52.

LOPES, C. R.S. *et al.* A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: a posição de sujeito In: CASTILHO, A. (Org.). **História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018, v.1, p. 24-141.

MARCOTULIO, L. L. **Língua e História: o 2 Marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial**. v. 1. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010.

TOPONÍMIA, MEMÓRIA E PODER

Marta Maria Gomes
(UNEB/PPGEL/NEL)

Roque Pereira da Silva
(UNEB/DMMDC/PGO)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo refere-se a uma discussão acerca da toponímia relativa à área central, denominada Região Administrativa 1 (RA1), com o objetivo de analisar a toponímia da área histórica da cidade de Salvador a partir de um contexto social, histórico combinado com o legal.

A Onomástica, em uma concepção universal, refere-se ao que é próprio do nome, compreende a catalogação e o estudo dos nomes utilizados em todas as áreas do conhecimento. Estão inseridas na Onomástica, além de outros campos de pesquisa, a Toponímia, que estuda os nomes próprios de lugar, e a Antroponímia, que se refere ao estudo e à origem dos nomes próprios de pessoas. É de interesse da Onomástica, também, um imensurável número de nomes de objetos que rodeiam e servem aos homens.

É por intermédio da Toponímia que se estuda a estreita relação entre o homem, com sua língua, cultura, sociedade, natureza e os lugares por ele ocupado. Assim, a toponímia se ocupa do estudo da origem e da explicação dos nomes de localidades, ou seja, sua origem e evolução.

Neste passo, a toponímia é um estudo com a significação da nomeação de lugares que extrapola à investigação linguística e etimológica visto que combina estes fatores a outros aspectos de natureza geográfica, histórica, social, econômica, antropológica e cultural (DICK, 1990).

Neste diapasão buscou-se, na investigação, averiguar de que forma os logradouros localizados no centro da cidade de Salvador foram nomeados, levando-se em consideração as influências de ordem culturais e históricas, destacando-se as estratégias de poder utilizadas nos momentos de nomeação e de renomeação dos logradouros.

A pesquisa foi realizada na perspectiva de uma inquietação relativa à elucidação de um problema formatado, com a seguinte pergunta de partida: em que termos o ordenamento jurídico do município de Salvador protege a sua toponímia, visando a preservação da histórica e o patrimônio linguístico municipal? A hipótese pertinente ao problema levantado foi a de que a lei cível e os tribunais têm, adequadamente, instrumentos que possibilitam resguardar a toponímia municipal.

Para construção do trabalho, fez-se necessário resgatar algumas considerações acerca da toponímia, seguida de informações sobre a fundação da cidade, utilizando como suporte a legislação utilizada pelo poder público para nomear e renomear seus logradouros.

ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

LÍNGUA, CULTURA E MEMÓRIA

É certamente singular entender os momentos da colonização de Salvador, na formação da língua, cultura, crenças e práticas que se cruzam. Para entender esse cruzamento, *a priori*, faz-se necessário compreender aspectos da língua, cultura e identidade, para, a partir desta compreensão, iniciar os devidos entrelaçamentos. É imprescindível, também, compreender a estreita relação entre cultura e léxico, pois é por meio desta relação que a cultura se manifesta, demonstrando as transformações de uma região ou grupo social.

A relação entre os seres humanos e a linguagem e sua necessidade de nomeação, como tática de dominação de outros entes e de organização do seu próprio *habitat*, tem sido elemento de estudo em diversas áreas de pesquisa, sendo que, em todas elas, é consenso relatar que essa relação é o ponto de partida para a influência mútua entre indivíduos e culturas, entre passado e presente. No seu núcleo, como importante ferramenta que permite dar significado ao mundo, encontra-se a palavra, ou o léxico, adquirindo distintas funções e dimensões, mas sempre registrando as impressões do espaço vivido.

A primazia do nome, considerando sua natureza linguística como orientação de análise, confere ao estudo toponímico a sua inclusão em uma ciência dos nomes, reconhecendo no *onoma* uma relevância lexical. A Onomástica, enquanto ciência dos nomes, estuda o *onoma* na sua origem, definição e, ainda, prováveis alterações e substituição.

A Toponímia, como ramo da Onomástica, compõe uma das ciências do léxico de grande importância, pois é responsável pelo resgate da carga sócio-histórica e físico-cultural presentes nas nomeações de lugares. Esta ciência surge como uma área de caráter interdisciplinar conectada à realidade em volta do nomeador e das gerações futuras. Assim, o presente do nomeador, futuramente, será memória para outras gerações.

Ressalte-se que, ao fazer um exame do signo toponímico, deve-se considerar duas características importantes, que determinam as perspectivas diacrônicas e sincrônicas dos estudos toponímicos, cujo principal eixo de análise é o elemento lexical. Uma relacionada com o fato histórico que motivou a nomeação, por parte do nomeador, inserido em um contexto, em um determinado espaço temporal que o fez escolher um nome, sem considerar as mudanças ou permanência do batismo, no decorrer do tempo. Outra está relacionada às circunstâncias do presente, sua situação atual, em um determinado cenário de motivações, em decorrência de concepções léxico-semânticas. Conforme defende Dick (1992, p. 25),

Num primeiro momento é, pois, o homem que preside a escolha do nome, permitindo a averiguação de todos os

impulsos que sujeitaram o ato nomeador, num segundo momento, é a denominação que irá condicionar os rumos do estudo toponímico.

O estudo dos topos (lugares), objeto da Toponímia, tem se tornado de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo ou de uma região, pois permitem que se identifiquem fatos linguísticos, ideologias e crenças presentes no ato denominativo, posteriormente, levando ou não à conservação desses valores em uma dada comunidade. Assim, o nome atribuído a um lugar ou a um acidente geográfico pode ser um componente que revele tendências sociais, políticas ou religiosas dos colonizadores e da época em que a nomeação ocorreu.

A Onomástica, como parte do sistema comunicativo, tem condições de fixar ou retratar, de modo direto, os elementos indiciais prioritários da comunidade que analisa. Do ponto de vista da formação gramatical, o topônimo não pode ser considerado apenas como uma unidade léxica genérica, porque recobre funções sintagmáticas, de verdadeiros enunciados modais.

Em síntese, o topônimo é um signo linguístico que está inserido no plano do discurso e revela traços ou indícios de contextos físicos ou culturais relacionados com o ambiente, além de personificar conceitos e valores que somente serão legitimados mediante aceitação da comunidade. Pode-se afirmar, portanto, que o topônimo é a designação que direciona para o espaço e, também, para o próprio nomeador.

A TOPONÍMICA DA CIDADE DE SALVADOR

O primeiro governador geral do Brasil, Thomé de Souza, partiu de Lisboa para a Bahia, em 1º de fevereiro de 1549, com objetivo de fundar uma cidade fortaleza, que seria a primeira capital. Ele chegou à Baía de Todos os Santos em 29 de março do mesmo ano.

A escolha do local foi uma imposição do regimento, elaborado em

Lisboa que determinava a construção de uma cidade fortaleza que deveria ter boas condições para o porto, lugar sadio, bons ares e com abundância de água e boas condições de defesa.

O traçado urbano da cidadela foi definido pelo mestre Luís Dias, nomeado por Thomé de Souza “Mestre da Fortaleza e Obras de Salvador”, com nítida preocupação com a defesa, cercada por uma paliçada, possibilitando aos povos colonizadores uma vasta e única vista para o controle de navegações. Caso um ataque ou invasão fosse iniciado por outro país, eles logo veriam os navios no mar.

Luís Dias atuou na construção dos primeiros muros de taipa da sede do Governo Geral, planejada para ser uma cidade-fortaleza, com objetivo de defender as benfeitorias e evitar ataques tanto de indígenas quanto de invasores estrangeiros, conforme figura 01

FIGURA 01: “PRANTA DA ÇIDADE D. SALVADOR”



Fonte: Biblioteca Pública do Porto. Ca. 1605 (ca 1616)
pag. 308 (REIS, 2001 p. 16)

Para Peixoto (2008), a escolha do sítio foi, por certo, pela proximidade do porto, elevação e planalto, para edificação. A cidade nova foi chamada “do Salvador”. Na bula de criação do bispado, dois anos depois, é chamada “São Salvador”, não com a ideia de um santo desse nome, senão como epíteto do Salvador, como ainda hoje se diz “Santo Cristo”: do *Sanctus Salvator* se fez São Salvador, mais frequente ou popular, ainda

hoje, que o nome primitivo, “Cidade do Salvador”. Entretanto, Coelho Filho (2012, p. 23) pondera:

O emprego do substantivo “fortaleza” sem prévia explicação, poderá induzir uma percepção equivocada. A palavra, no português quinhentista, também designava cidade ou vila fortificada. A fortaleza era entreposto, tinha capitão, moradores, ruas, igreja, praça, soldados e funcionários da coroa. Salvador nasceu fortaleza e cidade, e o tempo varreu a primeira concepção.

A fortaleza poderia ser batizada de “Cidade de Jesus” em honra ao filho de Deus. Mas o rei D. João preferiu nomear de “Salvador”, aquele que salva. É possível afirmar que o objetivo da nomeação foi a necessidade de difusão da igreja católica, então fragilizada pela expansão luterana e calvinista. Sobre esse tema, Dick (1990, p. 312) afirma:

Ninguém ignora, por exemplo, que o Brasil nasceu sob o signo da Cruz e da Fé, e é justamente nesses elementos que se deve ir buscar a toponímia de origem religiosa nacional, assentada, em seus primórdios, na Carta de Pero Vaz de Caminha, nos preparativos da esquadra cabralina que culminaram na descoberta do Brasil, em motivos mais distantes que impulsionaram o ciclo das grandes navegações portuguesas.

Vale dizer que a conquista imaterial no percurso dos conquistadores portugueses representava, de certa forma, a mesma importância que exercia as relações de troca no comércio.

Segundo Coelho Filho (2012, p. 101), a fortaleza seria a casa de Deus. Cada igreja teria a proteção e guarda da mãe, Nossa Senhora. Os baluartes pertenciam aos santos guerreiros e missionários: São Tiago, São Jorge e São Tomé, todos masculinos. A única porta conhecida foi batizada com nome feminino: Santa Catarina. As Igrejas de Ajuda, nome que revela desejo de apoio, e Conceição, padroeira de Portugal, foram

as primeiras, manifestando a relação dos portugueses com a proteção materna.

Sobre esse tema, Coelho Filho (2012, p. 309) explica que:

Deus - filho e a Mãe de Deus inspiraram a fundação da Fortaleza do Salvador, que deveria ser grande e forte. Vinha com a vocação de socorrer e apoiar o domínio dos portugueses sobre a costa do Brasil: seria a afirmação do vigor juvenil do império lusitano, o polo de difusão de sua cultura católica.

Nesse sentido, a fortaleza era masculina. Os portugueses eram filhos comprometidos com a missão salvadora, e precisavam da proteção, quase sempre discreta da mãe - a mãe é Maria, Nossa Senhora.

É evidente a relação dos portugueses com Nossa Senhora. Essa relação de filho especial é desdobrada em diversas particularidades da cultura baiana. É considerada única, entretanto, aparece com vários nomes, um curioso fenômeno que se manifesta, conferindo aos lugares uma individualidade essencial, nomeando lugares, grutas, colinas etc.

Os baluartes e as estâncias receberam nomes de santos associados às lutas e conquistas, revelando uma relação direta com o momento histórico vivido por Portugal e o empenho da coroa com a manutenção da fé católica, fragilizada pela expansão de correntes protestantes, como descreve Coelho Filho (2012, p. 105):

Os nomes escolhidos revelam a necessidade dos portugueses de afirmarem e expandirem a religião católica pelo mundo. A empreitada era econômica, política e religiosa, esse último aspecto não pode ser desprezado. (COELHO FILHO, 2012, p. 105)

Observa-se algo em comum na nomeação, o simbolismo religioso dos nomes escolhidos. Tudo estava associado a espíritos guerreiros e

missionários, sintetizando a ideia de união em torno do projeto de expansão católica da coroa portuguesa. A escolha e as especificidades do local traçados pelo regimento, por si só, já dão pistas de como deveriam ser nomeados os logradouros da cidade.

Tem-se como exemplos de logradouros motivados pela religiosidade, entre tantos, a Rua do Corpo Santo, Largo de Santo Antônio Além do Carmo, Rua Santa Thereza, Avenida Senhora Santana, Ladeira da Conceição e Ladeira da Misericórdia, todos vinculados à fé católica.

BREVE ANÁLISE

O nome é um dos elementos que individualiza a pessoa humana na sociedade, é um direito do indivíduo. O direito à identidade pessoal é absoluto, inalienável, imprescindível, irrenunciável, impenhorável, intransmissível, sendo, portanto, personalíssimo (TIZIO, 2008).

Do ponto de vista legal é indispensável, pois é com ele que a pessoa tira documentos, adquire bens, participa de organismos sociais etc. Desta forma, pode-se afirmar que o nome tem uma imensurável importância social e legal. O Código Civil Brasileiro estabelece que todos têm direito a um nome.

Quando, entretanto, houver mudança de nome é necessário motivação. Tanto é assim que para se mudar o nome de um logradouro necessita-se de amparo de uma lei. Para mudar o nome de pessoas físicas é necessário se cumprir o ritual da legislação civil. Nessa perspectiva afirma (MIRANDA, 2016):

[...] a alteração do nome da pessoa civil é excepcional e somente admitida, por exemplo, em casos em que houver exposição ao ridículo ou quando necessário para o indivíduo se furtar à coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime. Ou seja: a imutabilidade do nome é uma regra.

Esta importância acerca do nome não é, portanto, exclusiva dos indivíduos, mas também a lugares e bens públicos. Como afirma Tizio (2008), a nomeação do espaço e o posterior registro foram essenciais no processo de evolução da civilização moderna.

Miranda (2016, p. 2), assevera que “o nome de um lugar em um mapa ou documento não se restringe a uma informação meramente cartográfica ou onomástica. Há sempre uma carga de valores e motivos de relevo por detrás dele”. Seabra (2010, p. 95) acrescenta que, “nome de lugar é voz, ferramenta e fundamento da experiência humana, já que é um signo linguístico que transmite informações e reflete a história dos povos”.

Acrescente-se que a nomeação pode ser motivada por diversos aspectos, como por exemplo, a religiosidade ou homenagem a personalidades importantes do lugar nomeado, datas e/ou fatos históricos. É, portanto, o nome que atribui a existência a um lugar, que o individualiza, que traduz os fatos históricos e sociais do povo que o habita.

Os organismos municipais devem assumir totalmente a reponsabilidade para normalizar seus topônimos, seguindo uma legislação própria, considerando que a lei é, em primeira instância, uma norma de conduta social, cuja principal finalidade é a de ordenar o comportamento humano, com vistas a disciplinar as atividades da comunidade e dos organismos sociais.

No que se refere aos nomes de lugares, a legislação do município de Salvador permite a normalização dos seus topônimos. O ato de nomear, a escolha e a alteração dos nomes é competência do município. Isso posto, é imperativo uma análise jurídica no ato de nomear, além dos aspectos linguísticos e culturais.

Neste diapasão tem-se a “primeira tentativa de resgatar a memória preservada em nomes de ruas, avenidas, becos, ladeiras etc.”. registrada em uma indicação que foi aprovada no II Congresso de História da Bahia, em 1952, cuja indicação fora encaminhada para Antônio Queiróz Munis, então Presidente da Câmara Municipal em 17 de julho de 1952 (DÓREA, 2006, p. 367-368).

A referida indicação motivou ao legislativo municipal a aprovar o Projeto de Lei nº 69/54 que se transformou na Lei nº 487/54, mediante sanção do prefeito Aristóteles Góes. Esta Lei autorizou a organização da relação dos logradouros públicos da cidade do Salvador. Cumpre destacar que, apesar de se ter cumprida as formalidades legais, não se teve, naquele período, nenhuma medida prática foi adotada visando cumprir o ordenamento jurídico aprovado e sancionado (DÓREA, 2006).

Somente em 1967, na gestão do então prefeito Antônio Carlos Magalhães, a Prefeitura de Salvador editou um decreto, constituindo uma comissão oficial com o objetivo de “orientar o restabelecimento dos velhos [...] nomes tradicionais e populares nos logradouros da Cidade do Salvador” (DÓREA, 2006, p. 368).

Esta comissão foi presidida pelo engenheiro Luiz Lessa Ribeiro que realizou diversas reuniões que resultaram em diversas sugestões para completar a reformulação geral da nomenclatura dos logradouros da cidade e aditar à relação constante do Decreto municipal nº 2219/61. Foram relacionados pela comissão, num relatório, segundo o autor citado, 189 nomes de logradouros tradicionais, tais como ruas, becos, ladeiras, largos, praças travessas entre outros que deveriam substituir os batismos mais recentes em uso corrente.

O Ordenamento jurídico municipal que norteia atualmente a toponímia de Salvador é a lei municipal de nº 3073, de outubro de 1979. Esta lei estabelece a nomenclatura, define os tipos de logradouros e a outras providências.

A Lei em comento, define as espécies de logradouros oficiais nos termos do caput do seu primeiro artigo a saber:

Artigo 1º - As espécies de logradouros oficiais serão: alameda, arraial, avenida, baixa beco, boulevard, caminho, escadaria, escadinha, estrada, fazenda, galeria, ilha, jardim, ladeira, largo, monte, outeiro, parque passagem elevada, passarela, pátio, ponte, ponto, porto, praça, praia, prainha, rua, sítio, travessa, trevo, túnel, viaduto e vila.

Ressalte-se que a lei em tela estabelece no Parágrafo único deste artigo que, tanto os logradouros antigos, quanto os que vierem a existir, deverão ser enquadrados às nomenclaturas oficiais e devem ser mantidos as dos logradouros já consagrados pela tradição.

Isto significa que a legislação, apesar de instituir as espécies de logradouros oficiais, não desprezou a possibilidade de continuidade dos topônimos consagrados pela população já internalizada na consciência da sociedade.

Merece destacar que o legislador municipal com o aval do poder executivo tomou alguns cuidados na nomeação dos logradouros de Salvador. Assim, estabelece no Art. 3º, inciso I, da lei em comento (nº 3073/79) e suas alíneas, normas que devem ser observadas na nomeação de um topônimo. Estabelece, por exemplo, que “Deverão ser substituídos em relação aos logradouros existentes e evitados para os que vierem a se constituir os nomes” em duplicatas, que substituam nomes antigos ou tradicionais, de pessoas sem referência histórica, nomes que sejam inexpressivos, vulgares, cacofônicos ou eufônico de coisas, de difícil pronúncia, de eufonia duvidosa, significação imprópria ou que gere confusão com outro nome dado anteriormente.

Entretanto, é flagrante na toponímia soteropolitana alterações nos nomes dos seus logradouros sob a justificativa de atender a um “suposto progresso”, sacrificando, mediante mudança ou extinção de nomes de alguns topônimos centenários, juntamente com monumentos históricos e religiosos, que nasceram junto com a cidade. Porém, muitas vezes, esse apagamento físico ou oficial não consegue apagar a antiga nomeação da memória de seu povo, conforme se verifica na figura 02.

FIGURA 02 - PLACA COM MUDANÇA DE NOME DE LOGRADOURO



Fonte: Fotografia Marta Gomes (2016).

A mudança no nome dos logradouros - a exemplo da Ladeira do Pelourinho, palco de muitas histórias no romance de Jorge Amado, que passou a se chamar Praça José de Alencar, nomenclatura que não foi plenamente divulgada - não foi adotada pela população local. O nome tradicional foi restabelecido treze anos após, em 1967, quando o Prefeito Antônio Carlos Magalhães ordenou o restabelecimento das nomenclaturas antigas mais relevantes, entre as mais de cem que haviam sido renomeadas, dentre elas, a Ladeira do Pelourinho, que passou a ser chamada, oficialmente, de Largo do Pelourinho.

Quanto ao histórico dos topônimos soteropolitanos conclui-se que, em Salvador, ocorreu, muitas vezes, de um logradouro trocar de nome, mas continuar a ser chamada pelo topônimo anterior por habitantes da cidade. A explicação para este evento, segundo alguns historiadores, deve-se ao fato de a mudança não ter sido divulgada e, em alguns casos, por força do hábito.

Ramos (2007, p. 123), citando Dauzat (1971 [1928]), explica:

[...] distingue dois tipos gerais de mudança toponímica: as substituições (troca de um topônimo por outro) e as transformações (alterações ocorridas no mesmo topônimo, ao longo dos tempos). Entre aquelas, destaca as espontâneas (naturais, fruto do uso popular), que se dão por eliminação do nome antigo por outro ou por mudança de língua; e as sistemáticas, fruto da imposição de autoridades (impostas) ou de sugestão acatada pelas autoridades (aceitas).

As alterações, por certo, foram feitas para homenagear personagens importantes da história baiana e brasileira, que se pretendia consagrar com a nomeação de vias públicas. Na maioria das vezes grande parte dos logradouros foi renomeada, recuperando seu batismo original e, também, seu papel histórico na cidade. De qualquer forma, para além da nomeação oficial, o povo tem sua própria forma de se relacionar com os nomes dos logradouros, e o conhecimento popular introduz dinâmicas que nem sempre acatam o estabelecido pelo Poder Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, que foi produzido no propósito de analisar a toponímia da área central da cidade de Salvador, denominada Região administrativa 1, na perspectiva sociocultural e legislativa investigou-se a principal motivação das primeiras nomeações, as estratégias de poder nas renomeações de logradouros, com suas repercussões sociais e culturais.

Buscou-se, no campo das ciências linguísticas, os alicerces teóricos baseados no entrelaçamento entre língua, cultura e identidade. Para tanto, foi necessário fazer algumas considerações acerca da língua e sua relação com a sociedade.

Um ponto importante do trabalho, que merece destaque, foi relativo ao diálogo entre o passado e o presente. As memórias constantes na fundação da cidade estão impregnadas na nomeação de seus espaços e, portanto, o tema pesquisado, além dos aspectos legais, é pura historicidade.

Constatou-se, portanto, que o topônimo é produto do ato do nomeador e, ao desempenhar o ato do registro, no espaço e momento vivenciado, o nome é consolidado na história do lugar e, além do seu significado e motivação, são importantes como elementos de identificação, orientação e localização.

Nestes termos, a toponímia, juntamente com a ação cultural anunciam as alterações do espaço e do tempo, sob o ponto de vista histórico e social, mas também, e principalmente, por significados revelados a partir da carga de valores decorrentes de eventos e vivências que denotam especificidades e conferem identidade própria ao povo soteropolitano.

É certo que uma comunidade se empodera ao apresentar seus valores culturais, considerados como a gênese para a denominação de seus logradouros e impõe sua presença, ao definir a nomeação de suas ruas, bairros e instituições públicas com nomes de pessoas, entidades, eventos e coisas que fazem parte de uma história compartilhada.

Dessa forma, fica confirmado que a toponímia de uma cidade está diretamente relacionada à sua constituição inicial, enquanto aglomerado urbano, e estudar estas relações, reconhecer suas manifestações e mudanças, com o passar do tempo, pode contradizer a ideia de que o signo toponímico é empírico e arbitrário, uma vez que ele pode revelar muito de uma época.

Por fim, do ponto de vista ideológico, conclui-se que, em um determinado período da história, estiveram presentes diversas relações de poder que culminaram na alteração dos nomes tradicionais dos logradouros da cidade. Alguns, posteriormente, foram renomeados com o seu batismo inicial. Isso demonstra uma alternância de poder, cada um tentando imprimir sua marca cultural.

REFERÊNCIAS

COELHO FILHO, Luiz Walter. **A fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos. Salvador:** Secretaria de Cultura e Turismo, 2012.

DICK, Maria Vicentina P. A. **A dinâmica dos nomes na Cidade de São Paulo 1554-1897.** São Paulo: ANNABLUME, 1999.

DICK, Maria Vicentina P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina P. A. Toponímia brasileira: os estudos que faltam. Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina P. A. **Toponímia e antroponímia do Brasil:** coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

DI TIZIO, Ideli Raimundo. **Tietê ontem e hoje: Presevação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear.** Uma proposta de lei. Tese de Doutorado. USP, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses. Acesso em: 05 dez. 2008.

DÓREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas.** Salvador: EDUFBA, 2006.

GOMES, Marta Maria. **O sobe e desce soteropolitano: estudo toponímico de ladeiras.** Dissertação (Mestrado). 2017. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, UNEB. Disponível em: http://www.ppgel.uneb.br/novo/wp-content/uploads/2017/05/gomes_marta.pdf

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Hidronímia e toponímia: interferências entre meio ambiente e história. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. (Orgs.). *As ciências do léxico:* lexicologia, lexicografia, terminologia. v. 7. Campo Grande: UFMS, 2014.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Patrimônios culturais, nomes de lugares também devem ser preservados.** Disponível em <https://www.conjur.com.br> Acesso em 10 maio 2017.

PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1944.

PRUDENTE, Clese Mary. **Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia.** Dissertação (Mestrado). 2017. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, UNEB. Disponível em: http://www.ppgel.uneb.br/novo/wp-content/uploads/2017/05/correia_clese.pdf.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Processo de mudança toponímica e sua abordagem pela teoria da variação e mudança linguística. *In: Revista Philologus*, ano 12, n. 38 CIFEFIL, 2007.

SALVADOR. Lei 3073, de 29 de outubro de 1979. **Diário Oficial do Município**, Salvador/Bahia.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Toponímia do Vale: passado e presente. *In: SOUZA, João Valdir de. HENRIQUES, Márcio Simeone. (Orgs.). Vale do Jequitinhonha*. Formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG. 2010.

ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DA VARIAÇÃO
PRESENÇA/AUSÊNCIA DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE
POSSESSIVO NO PORTUGUÊS POPULAR DO SERTÃO DA
BAHIA (SÉCULO XX)

Rosana Carvalho Brito
(UEFS/PPGEL/CE-DOHS)

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
(UEFS/PPGEL/CE-DOHS)

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
(UEFS/PPGEL/CE-DOHS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O uso variável do artigo definido diante de possessivo é um dos tópicos mais instigantes do português brasileiro (PB). Nas últimas três décadas, assiste-se a um interesse crescente dos pesquisadores por esse fenômeno, tanto em abordagens sincrônicas (SILVA, 1998a, 1998b; CALLOU; SILVA, 1997; CAMPOS JÚNIOR, 2011; BRITO, 2018) quanto em investigações diacrônicas (COSTA, 2002; FLORIP, 2008; PALLADINO NETO, 2009; RINKE, 2010; MAGALHÃES, 2011; MACEDO-COSTA, 2016; SILVA, 1982), mas ainda há muito trabalho a ser feito. Trata-se de um tema complexo que envolve os diferentes domínios da gramática (sintaxe, semântica, pragmática) e ainda a inter-relação entre eles. A variação presença/ausência do artigo definido antes

de possessivo pré-nominal é um dos aspectos morfossintáticos do PB que o diferenciam do português europeu (PE), como é possível notar com a observação dos exemplos abaixo, extraídos do *corpus* utilizado neste estudo:

1. [...] um vesso [.]**pra u meu** pai [...] (ACO-44).
2. [...] mande dizer| como vai **a noca** galinha [...] (GOR- 28);
3. [...] **Ø nosso** amor| com er todo tempo não agarbor| [...] (RAC- 90).

No PB, as três frases são bem construídas e podem ainda variar conforme a região (CALLOU; SILVA, 1997; CAMPOS JÚNIOR, 2011). Por outro lado, no PE, seriam gramaticais apenas as sentenças em (1) e (2), uma vez que marcam o artigo antes do pronome possessivo (CASTRO, 2006; FLORUPI, 2008).

No presente trabalho, busca-se compreender o uso variável do artigo diante de possessivo no PB, a partir da análise de aspectos morfossintáticos. Apresenta-se um recorte da análise realizada na dissertação de mestrado da autora (BRITO, 2019), desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira (PPGEL/UEFS). A investigação contempla uma das agendas do Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB) – o estudo gramatical do português brasileiro – e configura um contributo significativo para compreensão do uso variável do artigo em variedades populares do PB, dada a relevância da amostra analisada: textos de escreventes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita, que permitem uma proximidade com os dados da oralidade e apresentam características que possivelmente se aproximam da vertente popular do PB.

O texto está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, apresentam-se o *corpus* analisado na pesquisa, o referencial teórico-metodológico e algumas observações sobre o tratamento metodológico dos dados. Na sequência, apresenta-se uma descrição dos aspectos morfossintáticos identificados como relevantes para a combinação do artigo com possessivo na amostra analisada. Por fim, expõem-se as considerações finais.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

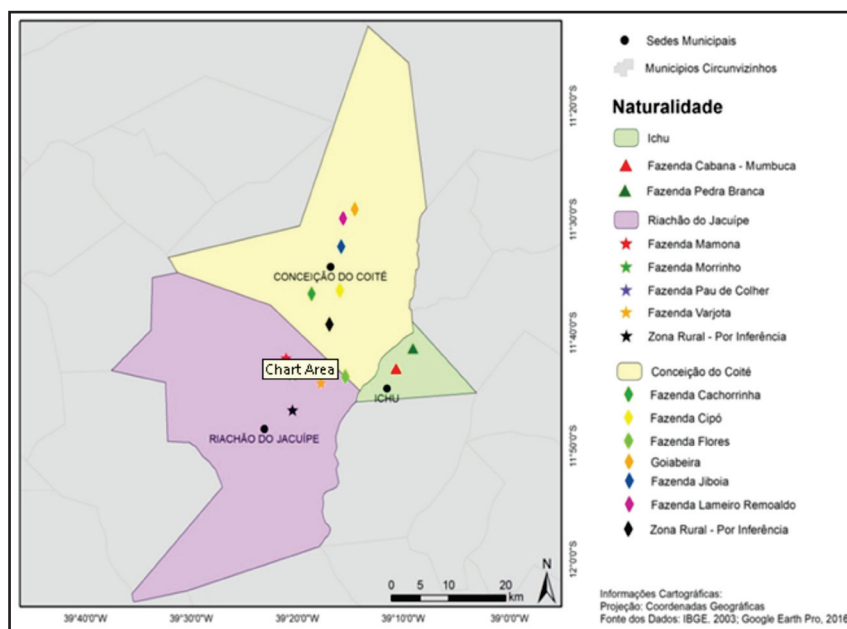
O corpus do trabalho é constituído por um conjunto de 91 cartas pessoais autógrafas – *Acervo Cartas em Sisal* – reunidas e editadas por Santiago (2012). Esse material faz parte do banco de dados do *Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* – CE-DOHS¹ (Fapesb 5566/2010 – Consepe 202/2010), coordenado pelas Profas. Dras. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, na Universidade Estadual de Feira de Santana.

Sobre as missivas, destaca-se que foram escritas ao longo do século XX (1906 a 2000), sobretudo nas décadas de 1950, 1960 e 1970. São correspondências trocadas entre parentes e amigos, com o intuito, quase sempre, de receber e dar notícias uns aos outros, expressar saudades e solicitar alguns favores, às vezes relacionados à ocupação dos remetentes na agricultura ou na criação de animais de pequeno porte. Há também cartas trocadas entre namorados e com pedidos de casamento. A maioria das missivas foram enviadas de localidades no interior da Bahia. Algumas correspondências foram remetidas da capital e de cidades do interior de São Paulo. Uma única carta foi enviada de Brasília-GO.

Em relação aos redatores, são 20 homens e 23 mulheres, pouco escolarizados e que possuem baixas condições financeiras e trabalham como lavradores. As mulheres aliam essa ocupação ao trabalho com os afazeres domésticos. Quando escreveram as cartas, a maior parte dos redatores tinha entre 15 e 28 anos. Apenas três escreventes tinham mais de 30 anos (um com 35, outro com 38, e um terceiro com 56 anos). Esses sertanejos são naturais de localidades rurais de três municípios do interior da Bahia, apresentados no mapa:

1 Sobre o projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, ver Lacerda, Carneiro e Santiago (2016).

FIGURA 1: NATURALIDADE DOS REMETENTES



Fonte: Elaborada pelas autoras.

A proximidade geográfica entre os municípios pode ter favorecido a circulação das cartas na região.

Baseando-se na proposta apresentada por Marquilhas (2000), Santiago (2012), além da edição criteriosamente do material, realizou a análise de aspectos paleográficos, suprágraficos, grafofônicos e de aquisição da escrita nesse *corpus*, do que foi possível identificar, na grafia dos 43 redatores, aspectos da escrita de *mãos inábeis*.

Em síntese, o *corpus* deste trabalho tem especial valor para a Linguística Histórica. São textos de pessoas que estiveram às margens do processo de escolarização e que se distanciam, portanto, das convenções formais da escrita, fato que pode favorecer a inscrição de características de variedades populares do PB nos textos.

Quanto ao referencial teórico-metodológico do trabalho, trata-se de um estudo desenvolvido com base do aparato teórico da Linguística

Histórica Sócio-Histórica (MATTOS E SILVA, 2008) e que segue os pressupostos metodológicos da Sociolinguística Quantitativa (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]).

Neste texto, apresenta-se um pequeno recorte de uma análise complexa que envolveu o controle de muitos contextos linguísticos (de natureza semântica, sintática, morfológica e estrutural) e sociais. Os grupos de fatores discutidos na seção seguinte constituem o componente morfossintático da variação do artigo no *corpus* examinado. Esses grupos foram selecionados em rodadas diferentes. É importante ressaltar que se teve o cuidado metodológico de testá-los em diferentes rodadas, tendo em vista que havia identificação entre os fatores de algumas dessas variáveis.

ANÁLISE DOS DADOS: ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DA COMBINAÇÃO DO ARTIGO COM POSSESSIVO

No *corpus* analisado, levantaram-se 334 sintagmas possessivos em contextos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido. Desse total, 189 foram de possessivos precedidos pelo artigo definido, **o que corresponde a 56,60% de realização do artigo antes de possessivo no *corpus***. Apresenta-se, neste tópico, o condicionamento morfossintático da variação do artigo na amostra analisada. Relativamente a esse condicionamento, controlaram-se três grupos de fatores: *presença/ausência de preposição*; *função sintática* e *número do sintagma*. Para quantificação dos dados, utilizou-se o programa VARBRUL, na versão GOLDBARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005), que apontou as três variáveis como estatisticamente relevantes. Os resultados de cada um desses contextos são discutidos a seguir.

CONTEXTO 1: PRESENÇA/AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÃO

O favorecimento à presença do artigo quando o possessivo é antecedido por uma preposição com a qual o artigo pode se contrair foi atestado em vários estudos sobre o tema (SILVA, 1998a; CALOU; SILVA, 1997; COSTA, 2002). Buscando observar o comportamento desse fator

no *corpus* deste trabalho, controlou-se a variável *presença/ausência de preposição*, contemplando os contextos em que a preposição está ausente e os contextos em que o pronome possessivo é antecedido por diferentes tipos de preposição. A hipótese foi a de que preposições que permitem a contração com o artigo favoreceriam a presença desse determinante, já que, nesses contextos, a interpretação é a de que há um único elemento antecedendo o pronome possessivo e não mais dois morfemas. Os resultados, como é possível conferir na tabela 1, confirmaram a hipótese:

TABELA 1: REALIZAÇÃO DO ARTIGO E PRESENÇA/AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÃO

Preposição	Oc./Total	%	Peso Relativo
De	48/63	76,2%	.71
Em	23/29	79,3%	.65
A	10/23	43,5%	.47
Ausência de preposição	104/201	51,7%	.43
Com e para	4/15	26,7%	.24

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A marcação do artigo é favorecida com as preposições *de* e *em*. E bloqueada sobretudo com as preposições *com* e *para*, embora a produtividade dessas preposições antes de possessivo tenha sido baixa nos dados analisados. A ausência de preposição também constitui um contexto desfavorável à marcação do artigo. Nota-se que a omissão do determinante é mais favorecida quando o possessivo é precedido por uma preposição com a qual o artigo não pode se contrair (*com* e *para*), do que em contextos em que a preposição não está presente.

Visualizam-se, pelos resultados da tabela 1, duas tendências para a realização do artigo no *corpus* quando se considera a presença de preposição: as preposições com as quais o artigo pode se contrair favorecem a realização desse determinante diante de possessivo, ao passo que a

ausência de preposição e as preposições que não permitem a contração reduzem o uso do artigo. A fim de observar melhor essa tendência, realizou-se uma nova rodada dos dados, amalgamando os fatores da variável *presença/ausência de preposição* em apenas três: *ausência de preposição*, *preposição que se contrai com o artigo* e *preposição que não permite a contração*. Com essa nova distribuição dos fatores, a variável *presença/ausência de preposição* ainda foi selecionada como relevante. Os resultados desse agrupamento são apresentados na tabela 2:

TABELA 2: REALIZAÇÃO DO ARTIGO E COMPORTAMENTO DA PREPOSIÇÃO

Comportamento da preposição	Oc./Total	%	Peso relativo
Preposição que se contrai com o artigo	81/118	68,6%	.62
Ausência de preposição	104/201	51,7%	.45
Preposição que não se contrai com o artigo	4/15	26,7%	.26

Fonte: Elaborada pelas autoras.

De fato, a presença do artigo é favorecida quando o possessivo é precedido por preposição com a qual o artigo pode se contrair. O fator *ausência de preposição* realiza o artigo em pouco mais da metade dos casos, sendo interpretado pelo programa de processamento estatístico dos dados como um contexto desfavorável à realização do artigo. A presença de uma preposição que não se contrai com o artigo foi o fator mais desfavorável à realização desse determinante.

Esses resultados confirmam a hipótese inicial para a variável *presença/ausência de preposição* e corroboram o que vem sendo apontado em muitos estudos sobre a combinação do artigo definido com pronome possessivo: **a presença de uma preposição com a qual o artigo pode se contrair favorece a realização desse determinante antes de possessivo**. Nesse contexto, preposição e artigo contraídos parecem ser interpretados como um único elemento.

CONTEXTO 2: FUNÇÃO SINTÁTICA

Tendo em vista os resultados alcançados com o grupo *presença/ausência de preposição*, controlou-se a variável *função sintática* com a hipótese de que as funções preposicionadas (adjuntos, complemento nominal, objeto indireto) favoreceriam mais a presença do artigo antes de possessivo. À primeira vista, os resultados alcançados contrariam essa hipótese:

TABELA 3: REALIZAÇÃO DO ARTIGO E FUNÇÃO SINTÁTICA

Função sintática	Oc./Total	%	Peso relativo
Predicativo	7/11	63,6%	.76
Adjunto adverbial	32/48	66,7%	.64
Objeto direto	70/100	70,0%	.63
Adjunto adnominal	9/24	37,5%	.44
Objeto indireto	28/51	54,9%	.41
Complemento nominal	20/36	55,6%	.40
Sujeito	16/54	29,6%	.27

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se, na tabela 3, que apenas uma das funções sintáticas favorecedoras da presença do artigo é regida por preposição e que as outras funções preposicionadas tendem a bloquear a presença do artigo no *corpus*. Esses resultados, *a priori*, refutam a hipótese prevista para o grupo *função sintática*. É preciso considerar, porém, que o grupo *presença/ausência de preposição* apresentou comportamentos distintos quando se consideram a possibilidade ou não de contração da preposição com o artigo e a ausência de preposição. Procurou-se, dessa forma, observar os contextos sintáticos, atentando para o tipo de preposição, conforme a tabela 4:

TABELA 4: REALIZAÇÃO DO ARTIGO, FUNÇÃO SINTÁTICA E COMPORTAMENTO DA PREPOSIÇÃO

Preposição	Ausente		Contraí		Não contraí		Total	
Função sintática	Oc./ Total	%	Oc./ Total	%	Oc./ Total	%	Oc./ Total	%
Predicativo	7/11	64%	-	-	-	-	7/11	64%
Adjunto adverbial	3/7	43%	27/36	75%	2/5	40%	32/48	67%
Objeto direto	70/100	70%	-	-	-	-	70/100	70%
Objeto indireto	0/6	0	27/38	71%	1/7	14%	28/51	55%
Adjunto adnominal	1/7	14%	8/17	47%	-	-	9/24	38%
Complemento nominal	2/10	20%	18/25	72%	0/1	0	20/36	56%
Sujeito	16/54	30%	-	-	-	-	16/54	30%
Total	99/195	51%	80/116	69%	3/13	23%	182/324	56%

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A tabela 4 permite uma visualização mais ampla da possível relação entre os grupos *função sintática* e *presença/ausência de preposição*. Os resultados de alguns fatores controlados com a variável *função sintática*, com destaque para *objeto direto*, *objeto indireto*, *adjunto adnominal* e *complemento nominal*, aparentemente negam a hipótese inicial de que o artigo seria mais realizado em funções preposicionadas. No entanto, a análise mais cuidadosa dos dados, levando em conta os tipos de preposição ou sua ausência no sintagma nominal (SN), revela que a aparente independência entre as variáveis *função sintática* e *presença/ausência de preposição* pode ser devida à distribuição dos dados. Nesse sentido, os resultados da tabela 4 indicam que, em relação às preposições que

se contraem com o artigo, as funções preposicionadas, de fato, apresentam altas taxas de uso do artigo. Mas em ausência de preposição e com preposição com a qual o artigo não se contrai, esse percentual se reduz bastante². Em resultado, na totalidade de ocorrências das funções de *objeto indireto*, *adjunto adnominal* e *complemento nominal*, a frequência de uso do artigo é baixa, conduzindo à interpretação desses contextos como desfavoráveis à ocorrência do determinante³. De tudo isso, conclui-se que há, nos dados analisados, uma relação entre os grupos *função sintática* e *presença/ausência de preposição* que só se revela quando se leva em conta a possibilidade de contração do artigo com a preposição ou a ausência deste último elemento⁴.

O cruzamento entre os grupos *tipo de preposição* e *função sintática* explicou o comportamento aparentemente controverso dos fatores *objeto indireto*, *adjunto adnominal* e *complemento nominal*. Por outro lado, o desempenho dos fatores *objeto direto* e *predicativo* ainda demanda uma observação mais cuidadosa dos dados. Examinando as ocorrências desses contextos sintáticos no *corpus*, constatou-se que eles ocorrem, sobretudo, com nomes com referentes inanimados e abstratos, contextos

2 Pode chamar a atenção aqui a ocorrência de complemento nominal em ausência de preposição. Isso ocorre porque, no corpus analisado, há casos de omissão da preposição em alguns contextos em que sua presença é obrigatória. É esse o caso de alguns complementos nominais, como nos exemplos seguintes:

1. [...] eu vou com saudí| garsa Ø noso bom Deus [...] (AFS- 2);

2. [...] eu chegei bem garsa| u noso bom Deus [...] (AFS-9).

3 Observando esses resultados, evidencia-se que uma reclassificação da variável *função sintática*, separando os contextos sintáticos a partir dos tipos de preposição ou da ausência desse elemento, poderia fornecer informações mais amplas sobre a relação entre os grupos *função sintática* e *presença/ausência de preposição*. Todavia, a quantidade de dados analisados para este artigo impossibilita essa nova codificação. A análise teria muitas células com números extremamente reduzidos de dados, o que pouco contribuiria para compreensão do fenômeno e dos contextos estudados.

4 Callou e Silva (1997), que também controlaram a *função sintática* e a *presença/ausência de preposição* no condicionamento da realização do artigo antes de possessivo, mencionam uma independência entre esses grupos, uma vez que as funções preposicionadas não foram as que mais favoreceram a marcação do determinante. Porém, as autoras não examinaram os contextos sintáticos por tipo de preposição (a possibilidade ou não de contração com o artigo ou a ausência de preposição), embora reconheçam que “[...] as preposições que aceitam contrair-se com o artigo [...] tendem a duplicar seu peso relativo ficando num patamar acima de ,70 [...]” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 17). Desse modo, não é possível observar se, na análise das autoras, os grupos *função sintática* e *presença/ausência de preposição* são mesmo independentes ou o que ocorre é o mesmo comportamento observado no presente estudo.

semânticos altamente favorecedores da presença do artigo no *corpus*, dado que justifica o favorecimento da presença do determinante com essas funções. Não é mérito do presente trabalho uma análise detalhada do componente semântico da combinação do artigo com possessivo nos dados examinados. Abriu-se um parêntese nesse ponto somente para esclarecer o comportamento aparentemente divergente dos fatores *objeto direto* e *predicativo*. O aprofundamento dessa discussão está sendo feito em um outro trabalho.

CONTEXTO 3: NÚMERO DO SINTAGMA

Esta variável controla a influência do número do sintagma nominal na realização do artigo antes de possessivo. Como mencionado anteriormente, os redatores das cartas analisadas neste trabalho são poucos escolarizados. Sendo usuários do português popular, esses redatores exibem em seus textos extensa variação na concordância nominal de número, como demonstrado em Santos (2017), marcando a concordância principalmente nos elementos pré-nucleares. Considerando isso, a hipótese é que o SN plural favorece a realização do determinante no *corpus*, já que a marcação do artigo é essencial para indicar o plural nos dialetos que não realizam a concordância formal de número. Os resultados encontrados para a variável número do SN foram os seguintes:

TABELA 5: REALIZAÇÃO DO ARTIGO E NÚMERO DO SINTAGMA

Número	Oc./Total	%	Peso Relativo	
Plural	58/95	61,1%	.53	
Singular	131/239	54,8%	.49	

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os dados da tabela demonstram um favorecimento discreto da realização do artigo em sintagma possessivo plural, enquanto o SN singular apresenta comportamento praticamente neutro. Esse resultado

confirma a hipótese inicial para a variável *número do sintagma*. **Os SN plurais realizam mais o artigo nos dados examinados, o que pode estar relacionado à atuação desse determinante como marcador de pluralidade em variedades do PB que não realizam a concordância formal de número.** Esse efeito aponta para um componente sintático da variação de uso do artigo diante de possessivo, uma vez que essa variação parece estar ligada, dentre outros aspectos, à relação entre os elementos do sintagma para indicação do número plural.

Estando o artigo ligado à ideia de especificidade, Silva (1982) observa que esse determinante é mais realizado em SN singular. No entanto, é necessário considerar que o *corpus* analisado nesta dissertação é representativo da variedade popular do PB, que, dentre outras características, exibe ampla variação na concordância nominal de número, geralmente não apresentando a flexão em todos os elementos do SN. Nesse caso, a marca de plural parece ser mais realizada nos elementos que antecedem o núcleo do sintagma, incluindo aí os artigos⁵. Santos (2017), que analisou a concordância nominal de número no acervo *Cartas em Sisal*, o mesmo utilizado no presente estudo, observou que, em termos percentuais, de fato, a marca de número é mais realizada nos elementos que antecedem o núcleo do SN: à esquerda adjacente ao núcleo 74,9% (173/231); à esquerda não adjacente ao núcleo 62,4% (78/125); à direita do núcleo 42,9% (15/35). Esse fato pode explicar por que, nos dados analisados, o artigo ocorre mais em SN plural. Essa hipótese poderá ser confirmada ou refutada com a realização de novos estudos sobre a combinação do artigo com possessivo em outros *corpora* representativos do português popular brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se neste texto uma pequena parte de uma análise mais ampla da combinação do artigo com pronome possessivo no *Acervo Cartas em Sisal*. Os resultados aqui descritos demonstram que a variação do artigo no *corpus* tem um componente morfossintático relacionado à

5 Sobre a maior realização da marca de plural nos elementos pré-nucleares do SN, ver Scherre (1988, 1998).

presença ou ausência de uma preposição antes do pronome possessivo e, consequentemente, à função sintática, e ainda à relação entre os elementos do sintagma para indicação do número plural. O estudo dos contextos morfossintáticos controlados na pesquisa revelou que:

- Há nítido favorecimento da presença do artigo quando o possessivo é precedido por preposição com a qual o artigo pode se contrair;
- O artigo é mais realizado em SN plural, o que pode estar relacionado à atuação desse determinante na indicação do número do sintagma em variedades populares do PB;
- Considerando que diferentes tipos de preposição ou sua ausência produzem efeitos distintos sobre o uso do artigo, há uma relação entre os grupos *função sintática* e *presença/ausência de preposição*.

A discussão dos aspectos semânticos, estruturais (a estrutura do constituinte em que ocorre o pronome possessivo) e sociais relevantes para a combinação do artigo com possessivo no *corpus* ficará para outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Rosana Carvalho. **O uso do artigo definido diante de possessivos e antropônimos em cartas pessoais do sertão baiano**: considerações sobre o contexto de aprendizagem. 2018. Monografia (Especialização em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.
- BRITO, Rosana Carvalho. **Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da. (Org.). **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 11-27.
- CAMPOS JÚNIOR, Heitor da Silva. **A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba**. 2011. 110f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CASTRO, Ana. Possessivo e artigo definido expletivo em PE e PB. **Veredas**, v. 10, n. 1 e 2, 2006.

CORPUS CE-DOHS. **Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão** (FAPESB 5566/2010 - Consepe UEFS 202/2010). Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira (UEFS). [Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (CNPq. 401433/2009-9 - Consepe UEFS 102/2009). (CNPq. Processo 401433/2009-9/ Consepe: 102/2009) Disponível em: www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 04 dez. 2018.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (Orgs.). **O português quinhentista: estudos linguísticos**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 284-306.

FLORIPI, Simone. **Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português**. 2008. 271f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**/ tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; SANTIAGO, Huda da Silva. *Corpus* eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de inábeis. **A Cor das Letras**, v. 17, n.1. Feira de Santana, p. 90-98, dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/1440>. Acesso em: 3 jun. 2017.

MACEDO-COSTA, Tatiane. **Determinantes definidos: um estudo sobre a estrutura dos DPs na história do Português**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MAGALHÃES, Telma Vianna. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. **Leitura**, n.47. Maceió, 2011, p. 123-143.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. VII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PALLADINO NETTO, Luiz. **Uma edição de cartas de mercadores portugueses do século XVIII e o uso variável do artigo diante do possessivo**. Tese (doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PHPB: Projeto Para História do Português Brasileiro. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>.

RINKE, Esther. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. **Estudos de Linguística Galega 2**. Santiago de Compostela, p. 121-139, 2010. Disponível em: <http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1511>. Acesso em: 04 mar. 2018.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a variable rule application for Macintosh nad Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 3 jun. 2017.

SANTIAGO, Huda da Silva. Cartas em Sisal. In: CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes; SANTIAGO, Huda da Silva; OLIVEIRA, Klebson. (Orgs.). **Cartas Brasileiras (1809-2000)**: coletâneas de fontes para o estudo do português: 3 (1906-2000). Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. p. 19-59.

SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. 2012. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO, Huda da Silva. O estudo do português popular brasileiro: sobre algumas fontes. **Revista Pandora Brasil**. Nº 52 março de 2013. “Português brasileiro: algumas histórias” - ISSN 2175-3318. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/portugues_brasileiro/huda.pdf. Acesso em: 09 jun. 2017.

SANTIAGO, Huda da Silva. Práticas de escrita no sertão baiano: indícios sobre espaços extraescolares de aprendizagem. In: IX Encontro Maranhense de História da Educação: leitura, alfabetização e letramento na História da Educação, 2016, São Luís. **Anais...** São Luís: EDUFMA, 2016.

SANTIAGO, Huda da Silva; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes. Fontes para uma sócio-história linguística do português popular: as cartas de mãos inábeis do sertão baiano. **A Cor das Letras**, v. 17, n.1. Feira de Santana, p. 90-98, dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1440>. Acesso em: 3 jun. 2017.

SANTOS, Lorena Enéas Rosa. **A variação da concordância nominal de número em cartas de inábeis do sertão baiano: (1906-2000)**. 2017. 239f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre a Influência de três Variáveis Relacionadas na Concordância Nominal em Português. *In*: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Orgs.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. 1982. 457f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. *In*: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Orgs.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 120-145.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. *In*: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Orgs.). **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 265-281.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

A PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS /T/ E /D/ NA FALA DE UNIVERSITÁRIOS SERGIPANOS: CONDICIONAMENTOS SOCIAIS E LINGUÍSTICOS

Thais Regina Andrade Correa
(UFS/GELINS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS¹

No português brasileiro, os fonemas /t/ e /d/, quando são antecedidas por *semivogal* /y/ e/ou seguidas da vogal alta /i/, vogal média /e/ átona em posição elevada [i] podem ser realizados como oclusiva dental/alveolar [t], [d], oclusiva dental/alveolar com efeito de aspiração [t^h], [d^h], africada alveolar [ts], [dz] ou africada alveopalatal [tʃ], [dʒ], sem que o sentido da palavra mude.

O processo fonológico da palatalização das consoantes /t/ e /d/ é condicionado pelo ambiente circunvizinho: quando os fonemas /t/ e /d/ são antecedidos por semivogal /y/ ou quando seguidas da vogal alta /i/, vogal média /e/ átona em posição elevada [i], vogal fonológica, da vogal fonética, respectivamente, ou da semivogal /y/, eles podem ser realizados como oclusivas [t] e [d] ou como africadas alveopalatais [tʃ] e [dʒ], conforme apresenta o quadro 1. Nos demais casos em que os fonemas /t/ e /d/ são antecedidos ou seguidos das demais vogais,

1 Este capítulo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada A variação na realização de /t/ e /d/ na comunidade de práticas da UFS: mobilidade e integração, defendida em 2019 na Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da profa. Dra. Raquel Meister Ko. Freitag.

a sua realização sonora, geralmente, é oclusiva [t] e [d], como em [t]alo, [t]oco, [t]ela, a[t]acado.

Historicamente, o português teria apenas consoantes oclusivas, tendo as africadas alveopalatais surgido em decorrência do processo de palatalização, processo que distingue a variedade brasileira das demais variedades do português, como apontam Cristófar-Silva *et al.* (2012). Segundo os autores, embora a palatalização de /t, d/ seja relativamente recente no português brasileiro, já tem sido caracterizada “com um caso bastante rico e multifacetado para o estudo da variação e mudança sonora” (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012, p.61).

QUADRO 1: REALIZAÇÕES OCLUSIVAS ALVEOLARES E AFRICADAS ALVEOPALATAIS DAS CONSOANTES /t/ e /d/

Palavra	/t/ e /d/ oclusivas alveolares	/t/ e /d/ africadas alveopalatais	Ambiente
doido	doi[d]u	doi[dʒ]u	Antecedida por <i>glide</i> [y]
oito	oi[t]u	oi[tʃ]u	Antecedida por <i>glide</i> [y]
dia	[d]ia	[dʒ]ia	Seguida por vogal alta fonológica [I]
tia	[t]ia	[tʃ]ia	Seguida por vogal alta fonológica [I]
pote	po[t]i	pó[tʃ]i	Seguida por vogal fonética [I]
pode	po/d/i	po/dʒ/i	Seguida por vogal fonética [I]
pátio	pa[t]iu	pa[tʃ]iu	Seguida por semivogal [y]
rádio	ra/d/io	ra/dʒ/io	Seguida por semivogal [y]

Fonte: Elaborada pela autora.

Cristófar-Silva *et al.* (2012) destacam, ainda, quatro fatos relevantes sobre o fenômeno da palatalização de /t/ e /d/, sendo eles:

I. A africada é um som complexo, que envolve a articulação de um silêncio próprio das oclusivas seguido da fricção que configura as sibilantes e é constituída de oclusiva+sibilante. Os autores sugerem que existe semelhança fonética entre oclusivas e africadas, de modo que as africadas devam ter surgido a partir de uma oclusiva que passou por alterações articulatórias específicas;

II. Esse fenômeno da palatalização de /t/ e /d/ configura-se como um importante marcador dialetal e social, o qual permite que falantes identifiquem características de diferentes falares;

III. No Brasil há dialetos em que a palatalização das oclusivas já se consolidou como mudança sonora. Em outras variedades brasileiras a palatalização não ocorre ou apresenta baixos índices de aplicação e nessas variedades, observa-se, em alguns casos, a ocorrência de uma africada seguida de [i] e, em outros casos, de uma oclusiva seguida de [i]. E no Brasil há também variedades consideradas como não palatalizantes, nas quais não é esperado encontrar realizações africadas das consoantes /t/ e /d/;

IV. A palatalização das oclusivas /t/ e /d/ também interage com outros casos de variação sonora, como a epêntese, que cria o contexto para que a palatalização ocorra, como nas palavras ad[i]vogado, at[i]mosfera. Conforme os autores, “a interação da palatalização com outros fenômenos de variação sonora contribui para a criação de padrões sonoros inovadores que reorganizam a gramática fonológica do português brasileiro” (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012, p. 62).

No quarto e último ponto, podemos citar outros contextos que também podem condicionar a palatalização das consoantes: i) quando a semivogal /y/ de um ditongo decrescente antecede as consoantes /t/ e /d/ em ambiente progressivo, como em deitar/deytar~deytʃar/, peidar/peydar~peydʒar/; ii) quando a semivogal /y/ de um ditongo crescente segue /t/ e /d/ no ambiente fônico regressivo, como em ódio/odyo~oɰyu/, sítio/sityu~sitʃyu/. Nesses casos, seja no ambiente que antecede os fonemas /t/ e /d/ ou no que segue, pode haver interação do fenômeno de palatalização com outros fenômenos, como o apagamento do *glide* palatal do ditongo decrescente ou crescente como em *peito* /peytu~peytʃu~peɸu/, *rádio* /radyu~radʒyu~radʒu/, respectivamente.

A palatalização das consoantes /t/ e /d/ pode ser condicionada pelos ambientes fônicos progressivo, quando são antecedidas por semivogal /y/, ou regressivo, quando seguidas por [i] ou semivogal /y/. Neste pro-

cesso fonológico, o fator geográfico exerce forte condicionamento, pois mesmo que os contextos linguísticos sejam propícios à realização das variantes palatalizadas, como apresentado no quadro 1, a sua ocorrência não apresenta distribuição regular em todos os dialetos.

Quanto ao uso das variantes palatalizadas das consoantes /t/ e /d/ em ambiente regressivo, Abaurre e Pagotto (2013) analisaram-no em cinco capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e São Paulo. Conforme apresentado na tabela 1, abaixo, os autores observaram que a distribuição das variantes palatais [tʃ] e [dʃ] tem um forte indício de natureza dialetal. As cidades do Rio de Janeiro e Recife apresentam resultados muito distantes: enquanto no Rio de Janeiro o uso das variantes palatalizadas de /t/ e /d/ foi categórico, em Recife a frequência de uso foi baixíssima.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DE USO DAS AFRICADAS EM RELAÇÃO AOS DIALETOS

Cidades	Frequência	Percentual
Recife	66/949	7%
Salvador	642/755	85%
Rio de Janeiro	841/844	100%
São Paulo	543/747	73%
Porto Alegre	304/759	40%

Nessa mesma perspectiva, o estudo de Mota (2008) mostrou que na região Nordeste, nas capitais: Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Recife (PE), Salvador (BA) e Teresina (PI), o uso das variantes palatalizadas, em contexto regressivo, varia bastante de uma capital para outra. Os resultados, apresentados na tabela 2, mostram isso.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS VARIANTES PALATALIZADAS EM CAPITALIS DO NORDESTE

Cidades	Frequência	Percentual
Aracaju	107/504	21%
João Pessoa	93/702	13%
Maceió	43/564	8%
Recife	110/587	13%
Salvador	618/618	100%
Teresina	628/664	95%

Abaurre e Pagotto (2013) acreditam que a frequência e a distribuição dessas variáveis possam ser explicadas não por um viés de regiões geográficas, mas sim por razões históricas que interferiram nesse processo. A forte tendência à palatalização pode ser associada às primeiras capitais, Rio de Janeiro e Salvador, e posteriormente nas demais capitais.

Na carta F06 C 1 do Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO *et al.*, 2014), nos anos de 2010, publicada em 2014, ilustrada na figura 2, mostra a distribuição da palatalização de /t/ e /d/ diante da vogal alta [i] nas capitais brasileiras.

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE /T/ E /D/ EM AMBIENTE REGRESSIVO NAS CAPITAIS BRASILEIRAS



Fonte: Atlas Linguístico do Brasil, Cardoso *et al.* (2014, p.123).

Nesta amostra, o fator dialetal influencia o uso, de modo que em alguns lugares a palatalização de /t/ e /d/ é categórica ou quase categórica, e em outros lugares as variantes palatalizadas apresentam frequência de uso bastante variada. Além do fator geográfico, outros fatores de ordem social como faixa etária, sexo, local de residência, escolaridade, dentre outros, também exercem influência quanto ao uso das variantes palatalizadas nas comunidades de fala em que a variação entre oclusivas alveolares e oclusivas palatalizadas ocorre.

Os estudos já realizados em diferentes comunidades de fala mostram que as consoantes /t/ e /d/ estão em processo de variação entre oclusivas alveolares [t] e [d] e palatalizadas [tʃ] e [dʒ] diante da vogal alta /i/, [i] ou semivogal /y/, as variantes palatalizadas são mais recorrentes na fala dos mais jovens, dos mais escolarizados, das mulheres. Quanto aos fatores linguísticos, todos os estudos mostraram que quanto à sonoridade, a consoante surda /t/ é a que mais favorece a ocorrência da variante palatalizada; já as variáveis contexto precedente, contexto seguinte, tipo de vogal e tonicidade da sílaba apresentam fatores condicionadores diferentes a depender do tipo de codificação e o modelo fonológico utilizado, todavia todas apresentam a mesma regularidade.

No estado de Sergipe, a palatalização das consoantes /t/ e /d/ ocorre nos ambientes fônicos progressivo e regressivo e a maior ou menor frequência de uso da realização de [tʃ] e [dʒ] em um ambiente ou no outro é condicionada pelos fatores extralinguísticos (sexo, escolaridade, região geográfica, faixa etária, classe social), conforme mostram os estudos sociolinguísticos já realizados no estado sobre o tema (SOUZA NETO, 2008; FREITAG, 2015; SOUZA, 2016; EVANGELISTA; SANTANA; ANDRADE, 2016; CORRÊA, 2018; FREITAG; SOUZA NETO; CORREA, 2019).

Considerando o estágio de mudança que identificamos nos estudos já realizados, no presente trabalho, o foco de análise é a variação entre a realização oclusiva alveolar [t] e [d] e a realização alveopalatal [t̪] e [d̪] seguidas pelas vogais /i/ e /e/ em posição átona elevada a [I] e da semivogal /y/, pelo fato de estudos anteriores apontarem que as consoantes /t/ e /d/

estão passando por um processo de mudança em Sergipe. E também por considerarmos que essa mudança linguística está atrelada a uma mudança social por meio da qual o estado vem recebendo pessoas de diferentes regiões do Brasil, em que o uso das variantes palatalizadas apresenta alta frequência de uso, e pessoas de diferentes regiões de Sergipe.

No estado de Sergipe, os estudos de produção já realizados (SOUZA NETO 2014[2008]; SOUZA, 2016) mostram que, embora a frequência de o uso das variantes oclusivas alveolares [t] e [d] ainda represente melhor o falar sergipano, o uso das variantes palatalizadas [tʃ], [dʒ] também já está presente no repertório linguísticos dos falantes de Sergipe. Ao compararmos os resultados obtidos por Souza (2016) e os obtidos por Souza Neto (2008[2014]), observamos um aumento da realização palatal na capital do estado, visto que, no intervalo de aproximadamente 10 anos entre um estudo e outro, os percentuais da frequência de uso aumentaram de 7% (em 3.719 contextos) para 21% de (em 1000 contextos), o que pode sugerir que a realização palatal, [tʃ] e [dʒ], está ganhando força na comunidade de fala de Aracaju.

Os resultados dos estudos apresentados podem sugerir que, no estado de Sergipe, a frequência de uso da realização palatal esteja mais adiantada na capital do estado em relação às cidades do interior (SOUZA, 2016). Esses estudos apontam para um cenário de mudança ainda incipiente no estado, com um aumento da realização palatal (FREITAG; SOUZA NETO; CORREA, 2019).

Do ponto de vista da percepção e atitudes linguísticas, em relação à realização de /t/ e /d/ no estado de Sergipe, Freitag e Santos (2016) concluem que a atitude dos universitários aracajuano quanto às variantes palatalizadas indica seu prestígio, enquanto as oclusivas indicam neutralidade.

Corrêa e Ribeiro (2018) também realizaram estudo de reação subjetiva com falantes sergipanos em relação às variantes /t/ e /d/ tanto com realização oclusiva, quanto com realização palatalizada, identificando que as variantes palatalizadas diante da vogal alta [i] foram julgadas como mais prestigiosas por apresentarem valorações positivas sempre mais

altas em relação à realização oclusiva. E há diferenças na percepção dos informantes do interior em relação aos da capital diante da palatalização de /t,d/, tanto antecedida quanto posposta ao /i/.

Nos estudos de produção realizados na comunidade de Sergipe, fatores sociais, geográficos e linguísticos estão exercendo influência quanto ao uso da realização palatal de /t/ e /d/, assim como apresentam estudos já realizados em outras comunidades.

A PALATALIZAÇÃO NA COMUNIDADE DE PRÁTICAS UFS

Ao estudar a palatalização de /t/ e /d/ em uma amostra constituída por jovens universitários de três comunidades de fala sergipanas (a capital Aracaju e os municípios de Itabaiana e Lagarto), Souza (2016) verificou que a variante palatalizada apresenta frequência de uso diferenciada entre as comunidades. Verificou-se que os jovens da capital do estado apresentaram maior uso da variante palatalizada, se comparados aos jovens das duas comunidades do interior, mostrando, assim, que existem diferenças de uma localidade para outra, dentro de um mesmo estado. Nesse contexto, nos propomos a descrever variação entre a variante oclusiva e a variante palatal de /t/ e /d/ em ambiente regressivo, em palavras como /tia~tia/, /dia~dia/, na fala de estudantes da comunidade de práticas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), espaço social constituído, em sua maioria, por jovens.

A escolha de um *campus* universitário como locus de estudo deve-se ao fato de, conforme Campbell-Kibler *et al.* (2014, p.21), a universidade

ser uma experiência de realocação comum, embora não universal, para jovens adultos, muitas vezes envolvendo movimentos para novas regiões dialetais, ou interação com outros que vieram de outras regiões. Além disso, estudantes universitários passam por desenvolvimento significativo e mudança de identidade social (Arnett 2000, Larose e Boivin 1998), o que permite investigar os efeitos concorrentes ou cooperativos de exposição e identidade na mudança da língua.

É sob essa perspectiva de universidade como uma experiência de realocação que estudamos a variação entre as oclusivas [t] e [d] *versus* as palatalizadas [tʃ] e [dʃ] na fala de jovens universitários. Embora o estudo de Souza (2016) tenha trabalhado como jovens universitários em comunidades de fala distintas, nós procuramos entender como essa dinâmica que envolve jovens de diferentes comunidades de fala, de diferentes variedades dialetais e estratos sociais reflete em mudanças linguísticas. No âmbito desta comunidade de práticas que é a UFS, consideramos todas as transformações pelas quais ela passou, que não refletiram em mudanças somente na estrutura social, mas também no cenário linguístico da comunidade acadêmica, visto que tanto as ações afirmativas, quanto o SISU fizeram com que a mobilidade acadêmica fosse ampliada, gerando, assim, um aumento no fluxo migratório de estudantes de diversas localidades, tanto de fora, quanto de dentro do estado. Como explica Freitag (no prelo), quando ocorre um aumento de fluxo migratório para um mesmo local, neste caso a UFS, instaura-se um cenário de contatos linguísticos propício ao estudo sobre efeitos de interferências de variedades.

Essa diversidade de estudantes de origem geográfica diferente na universidade ocasiona um leque muito grande de variedades linguísticas, e o contato linguístico que as pessoas têm umas com as outras pode ocasionar variação e mudanças em seu repertório, pois, como afirma Meyerhoff (2006), toda variação e mudança na língua pode ser entendida como fruto de algum tipo de contato entre diferentes indivíduos ou membros de diferentes comunidades Bortoni-Ricardo (2011[1985]) afirma que quando falantes de uma variedade local entram em contato com outras variedades linguísticas, o seu dialeto tende a tornar-se mais difuso, a ocorrência de variantes locais tende a diminuir e algumas regras no seu repertório linguístico, outrora quase categóricas, tenderão a tornar-se variáveis.

Trudgill (1986) diz que a difusão de formas linguísticas ocorre quando um falante emprega pela primeira vez uma nova forma linguística, que antes não fazia parte do seu repertório, na ausência de falantes cujo uso de tais formas linguísticas é praticamente categórico. Trudgill

(1986) explica que, em nível macro, as inovações linguísticas e as formas linguísticas já são um fato bastante estabelecido, geralmente, elas são difundidas geograficamente de uma área para outra; e os modelos de difusão geográfica que já foram construídos são capazes de fazer previsões relativamente precisas sobre as rotas geográficas a serem seguidas pelas inovações linguísticas. Tais modelos envolvem dois fatores importantes que são o demográfico – o tamanho populacional das comunidades envolvidas na interação – e o geográfico – que é a distância entre os diferentes centros. No entanto, em nível micro, muito pouco se sabe sobre como as formas linguísticas são difundidas, afirma o autor, motivo pelo qual estamos propondo o estudo em questão.

A mobilidade geográfica proporciona ao falante maior variabilidade linguística do seu dialeto e sua inserção a um novo ambiente, neste caso, a universidade, lhe permite melhores chances de mobilidade ascendente, além de possibilitar maiores chances de comunicação com diferentes pessoas de diferentes variedades. Outros trabalhos nesta mesma direção têm apontado resultados semelhantes, a exemplo de Ribeiro (2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra foi constituída a partir de entrevistas realizadas com 64 estudantes com idades entre 16 e 30 anos, oriundos de diferentes regiões geográficas, tanto de fora do estado, quanto de diferentes localidades do estado de Sergipe (região metropolitana de Aracaju e do interior do estado, tanto da zona urbana quanto da zona rural), estudantes da Universidade Federal de Sergipe, seguindo dos procedimentos definidos para o banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2017).

A coleta foi realizada por meio de entrevistas sociolinguísticas com duração de 40-60 minutos cada e a amostra foi estratificada por tipo de deslocamento, por tempo de ingresso no curso e por sexo/gênero (figura 2).

Cada deslocamento tem 16 estudantes, sendo oito do início do curso de graduação (que estivessem entre o 1º e o 3º período) e oito do final do

curso de graduação (que estivessem entre o 7º e o 10º período), para cada tempo de curso, era necessário que tivesse quatro homens e mulheres. O deslocamento I é composto por estudantes nascidos e criados na região metropolitana de Aracaju; o deslocamento II, por composto por estudantes oriundos do interior do estado (nascidos e criados), que realizavam o movimento pendular diário, ir e voltar todos os dias para o município onde moravam; o deslocamento III, por estudantes oriundos do interior do estado (nascidos e criados), que realizaram o tipo de migração intermunicipal, ou seja, estudantes que saíram do seu município de origem e vieram morar na grande Aracaju para estudar na UFS; o deslocamento IV, por estudantes oriundos de outros estados do Brasil, que realizaram o tipo de migração interestadual, ou seja, que vieram morar em Sergipe, na região metropolitana de Aracaju, para estudar na UFS.

FIGURA 2 – DESENHO DA COLETA DE DADOS QUANTO AOS TIPOS DE DESLOCAMENTOS.

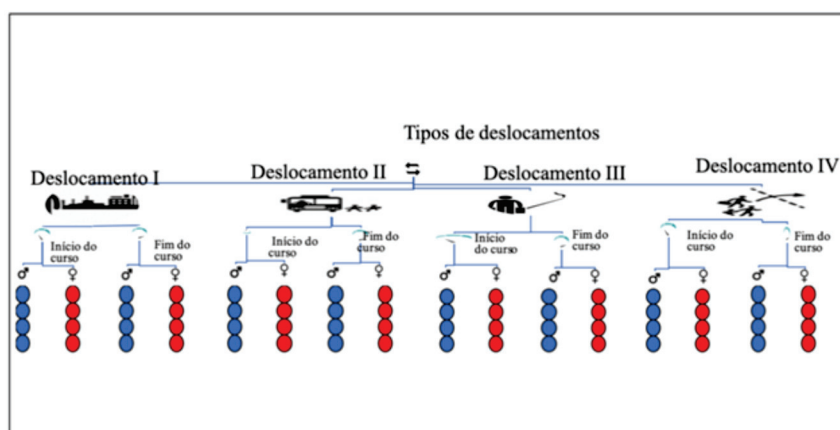


Figura 2: elaborado pelos autores.

Consideramos como variável dependente a realização oclusiva *versus* a palatal das consoantes oclusivas alveolares /t/ e /d/ diante da vogal fonológica /i/, vogal fonética [i] derivada de /e/ em posição átona elevada e semivogal /y/. Em estudo realizado por Souza (2016) foi verificado, por meio de análise acústica, que no estado de Sergipe, nas

três comunidades estudadas, Aracaju, Itabaiana e Lagarto, há uma gradiência entre a forma plena [t] e [d] e a africada palatoalveolar [tʃ], [dʒ], forma considerada como inovadora. Embora ocorra essa gradiência, no presente estudo, qualquer grau de palatalização foi considerado como palatalização, reduzindo o estudo da variação a uma análise binária: oclusiva [t], [d] e palatal [tʃ], [dʒ].

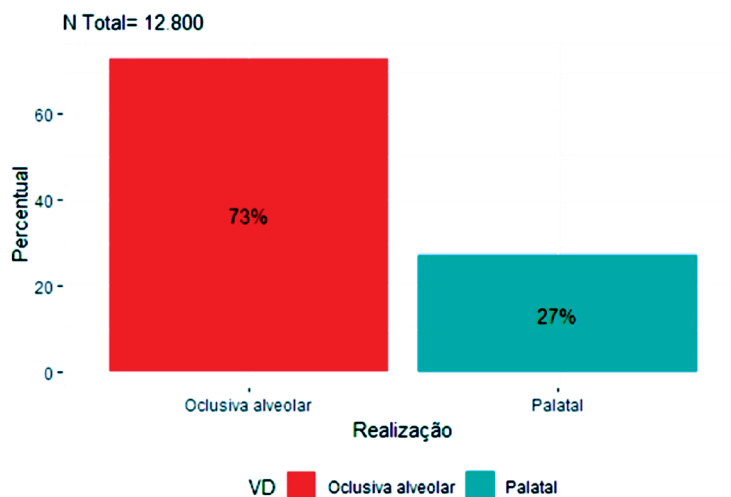
As variáveis independentes controladas foram contexto anterior, contexto posterior, tipo de vogal, sonoridade e tonicidade (linguística), e sexo/gênero, deslocamento geográfico, tempo de curso (extralinguísticas).

Das 64 entrevistas, foram identificadas mais de 35 mil ocorrências possíveis de ocorrer o fenômeno da palatalização /t/ e/d/ diante das vogais fonológica /i/, fonética [i] ou da semivogal[y]. Freitag (2009, p.119) afirma que “no plano fonológico, o falante faz uso de um conjunto definido, limitado e previsível de elementos, que ocorrem com relativa frequência em uma amostra de fala extraída de uma entrevista sociolinguística”. Analisamos 200 ocorrências de cada entrevista: as 100 primeiras e as 100 últimas ocorrências, totalizando 12.800 dados. Os dados foram submetidos ao tratamento estatístico para o cômputo das frequências das realizações. Para realização da análise estatística dos dados, utilizamos a plataforma R na interface RStudio, com análises univariadas para avaliar se há diferenças significativas entre a variável dependente e as variáveis independentes, com os testes ANOVA e qui-quadrado.

RESULTADOS

Das 12.800 ocorrências, 9.396 tiveram realização oclusiva, 73% e 3.404 tiveram realização palatal, com 27% (gráfico 1). Na comunidade de práticas UFS, a realização oclusiva é a que predomina, seguindo a mesma tendência de estudos anteriores realizados no estado de Sergipe (SOUZA, 2016; SOUZA-NETO, 2014[2008]).

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE /T/ E /D/ QUANTO À REALIZAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora.

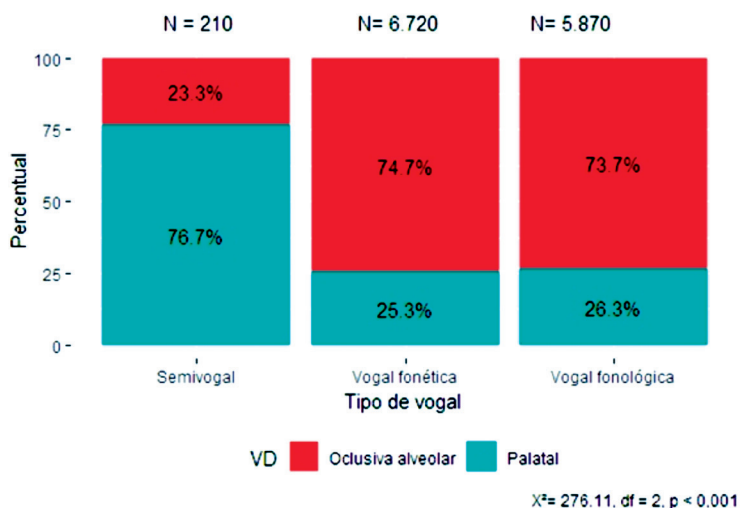
Como vimos, no estado de Sergipe a variação entre oclusiva e palatal ocorre e estudos anteriores apontam para uma mudança linguística ainda incipiente. Souza (2016) mostrou que os fatores linguísticos (sonoridade, contexto precedente e posição da sílaba tônica) que estão condicionando o uso das variantes palatalizadas [tʃ] e [dʃ] no estado segue a mesma tendência de outras comunidades de fala em que a variação ocorre.

TIPO DE VOGAL

Controlamos três segmentos vocálicos: a vogal fonológica /i/, que ocorre em contextos como *tipo*, *dia*; a vogal fonética, que é a vogal /e/ em posição átona elevada [ɪ], que ocorre em contextos como *desempregada*, *nordeste*; e semivogal [y], que ocorre em palavras como *médio*, *sítio*.

Seguindo as tendências anteriores, apresentadas por Abaurre e Pagotto (2013) e Souza Neto (2014[2008]), o contexto linguístico condicionador da palatalização das consoantes /t/ e /d/ foi a semivogal /y/, com realização palatal em 161 de 210 ocorrências totais para esse contexto linguístico, equivalendo a 76,6% (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - REALIZAÇÃO DE /T/ E /D/ QUANTO À NATUREZA DO SEGMENTO VOCÁLICO



Fonte: Elaborado pela autora.

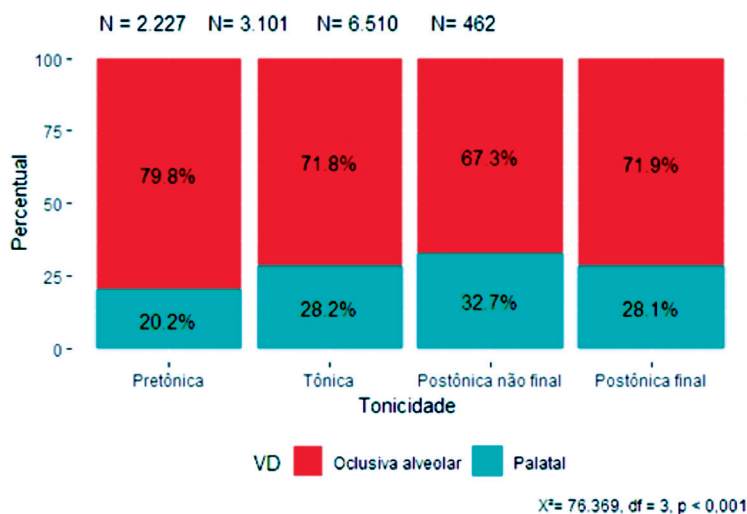
No contexto vogal fonológica, 1.546 de 5.870 ocorrências foram realizadas como palatal, equivalendo a 26,3% do total. No contexto vogal fonética, a realização palatal ocorreu em 1.697 de 6.720 ocorrências, equivalendo a 25,2% do total de ocorrências para esse contexto linguístico. O teste estatístico mostrou que a diferença é significativa ($\chi^2=276.11$, $df=2$, $p<0,001$). A realização palatal ocorre com maior frequência quando o segmento vocálico que segue as consoantes /t/ e /d/ é uma semivogal /y/. Esse resultado corrobora com os estudos de Abaurre e Pagotto (2013), Souza Neto (2014[2008]), que mostraram que a semivogal /y/ diante das consoantes /t/ e /d/ apresentou maior número de ocorrência da variante palatal em relação às vogais /i/ e /e/ em posição átona.

TONICIDADE DA SÍLABA

A realização palatal ocorreu com maior frequência na sílaba pos-tônica não final, em palavras como *jurídica*, *caótica*, de 462 ocorrências

totais, em 151 a realização foi palatal, o que equivale a 32,7% do total (gráfico 3).

GRÁFICO 3 – REALIZAÇÃO DE /T/ E /D QUANTO À POSIÇÃO DA SÍLABA TÔNICA



Fonte: Elaborado pela autora.

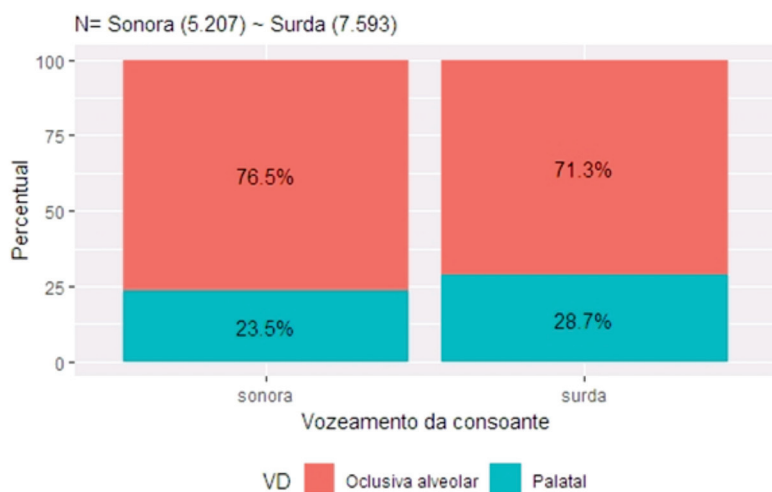
As sílabas tônicas e postônicas finais apresentaram percentuais aproximados, na sílaba tônica, em palavras como **tive**, **dia**, de 3.101 ocorrências, 874 tiveram realização palatal, equivalente a 28,2%; a sílaba postônica final, em palavras como **desde**, **sete**, de 6.510 ocorrências, 1.827 tiveram realização palatal, o que equivale a 28,6% do total. O fator pretônica, em palavras como **continuar**, **difícil**, foi o que apresentou menor frequência, de 2.227 ocorrências, 552 foram de realização palatal, o que equivale a 20,4% do total. O teste estatístico mostrou que a diferença é significativa ($\chi^2=76.369$, $df=3$, $p<0,001$). A variação na comunidade de práticas segue a mesma direção de outras comunidades de fala em processo de variação. Os resultados apresentados por Souza (2016) mostraram que a realização palatal também ocorreu com maior frequência na sílaba postônica não final com percentual de 25% de 70 contextos. De igual modo, os resultados apresentados por Paula (2006)

mostraram que a realização palatal foi mais frequente na sílaba postônica não final com 73% de 130 contextos.

SONORIDADE

Em relação à sonoridade das consoantes /t/ e /d/, surda e sonora, respectivamente, a consoante surda (e.g. *tia*, *gente*) condiciona a realização palatal, de 7.593 ocorrências da consoante surda /t/, 2.179 foram palatalizadas, o que equivale a 28,7% do total (gráfico 4). Já a consoante sonora /d/, (e.g. *dia*, *descartou*), apresentou menor percentual de realização palatal, com 23,5% de um total 5.207 ocorrências. O teste de qui-quadrado mostrou que a diferença é estaticamente significativa ($\chi^2=42.052$, $df=1$, $p<0,001$).

GRÁFICO 4 – REALIZAÇÃO DE /T/ E /D/ QUANTO À SONORIDADE DA CONSOANTE.



$\chi^2 = 42.052$, $df = 1$, $p < 0,001$

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados seguem a tendência identificada em estudos prévios de que a realização palatal é mais frequente na consoante surda, como afirmam Souza (2016); Souza Neto (2014[2008]); Abaurre e Pagotto

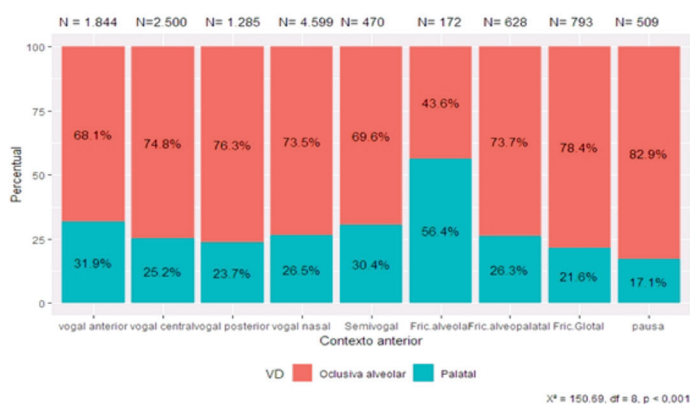
(2013); Dutra (2007); Pires (2007); Battisti (2011); Battisti; Rosa (2012); Battisti; Dorneles Filho (2015); Paula (2006); Rocha e Almeida (2009).

Segundo Battisti e Dorneles Filho (2012), a motivação para o condicionamento da consoante surda /t/ parece ser articulatória, visto que na produção do segmento palatal, a energia é concentrada na parte frontal da cavidade oral, do mesmo modo que ocorre na realização das consoantes surdas, que são produzidas sem que as cordas vocais vibrem, o que faz com que a energia fique concentrada na cavidade acima da glote. Dutra (2007) também afirma que as diferença na distribuição ou concentração de energia possam justificar a motivação do traço [-sonoro] no processo da palatalização das consoantes /t/ e /d/. Segundo Abaurre e Pagotto (2013) é possível que a entrada da variante palatal no sistema tenha ocorrido primeiro através da consoante surda /t/ e posteriormente estenda-se para consoante sonora /d/.

CONTEXTO ANTERIOR

Quando as fricativas alveopalatais antecedem as consoantes /t/ e /d/, a variante palatal ocorre com maior frequência; esta é a tendência apresentada por Souza (2016) e Abaurre e Pagotto (2013).

GRÁFICO 5 – REALIZAÇÃO DE /T/ E /D/ POR CONTEXTO ANTERIOR



Fonte: Elaborado pela autora.

O contexto linguístico das fricativas alveolares (de[s]**t**ino, de[z]**d**e), de 172 ocorrências totais, 95 tiveram realização palatal, o que equivale a 56,4% (gráfico 5). O fator pausa é o que mais desfavorece a realização palatal, de 509 ocorrências nesse contexto, 87 foram realizadas como palatal, o que equivale a 17,1%. A diferença é significativa ($\chi^2=150.69$, $df=8$, $p<0,001$).

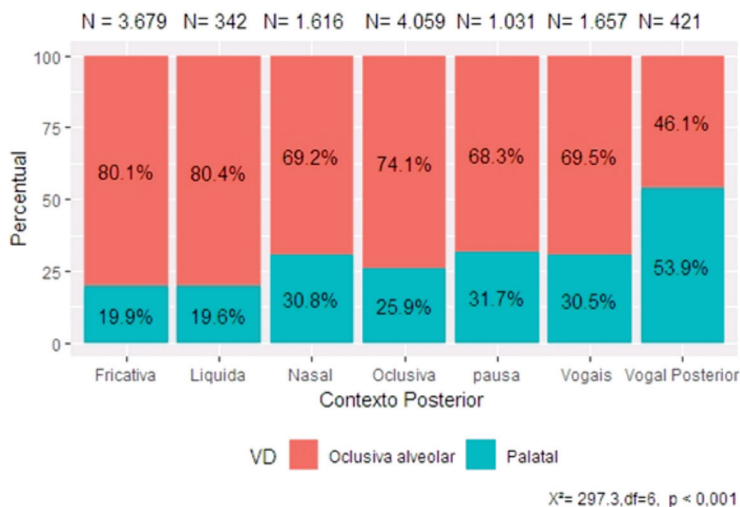
Diferentemente dos estudos anteriores, identificamos que é a fricativa alveolar [s, z] a apresentar maior frequência diante da realização palatal. No estudo de Souza (2016, p. 59), os resultados para esta variável mostraram que os fatores que apresentaram maiores percentuais de frequência foram as fricativas alveolares com 30% de 30 contextos, a vogal posterior com 27,3% de 99 e as fricativas alveopalatais com 24,4% de 106 ocorrências. No entanto, estatisticamente, o fator que mais favoreceu a palatalização das consoantes /t/ e /d/ foi o da fricativa alveopalatal.

CONTEXTO POSTERIOR

O contexto posterior se refere ao segmento ou espaço de pausa posterior a vogal fonológica /i/, vogal fonética /e/ em posição elevada [I] ou semivogal /y/. A tendência apresentada anteriormente é que a realização palatal é mais frequente no contexto posterior lateral, como apontam Paula (2006) e Pires (2007). No estudo de Souza (2016), esta variável não foi estaticamente significativa.

O fator condicionador da realização palatal das consoantes /t/ e /d/ é a vogal posterior, como **tio**, **útil**, a gente **usou**, **tedioso**, **idiota**, que apresentou 421 ocorrências, das quais 227 foram palatalizadas, equivalendo a 53,9% do total (gráfico 6). A diferença é significativa ($\chi^2=297.3$, $df=6$, $p<0,001$).

GRÁFICO 6 – REALIZAÇÃO DE /T/ E /D/ QUANTO AO CONTEXTO POSTERIOR



Fonte: Elaborado pela autora.

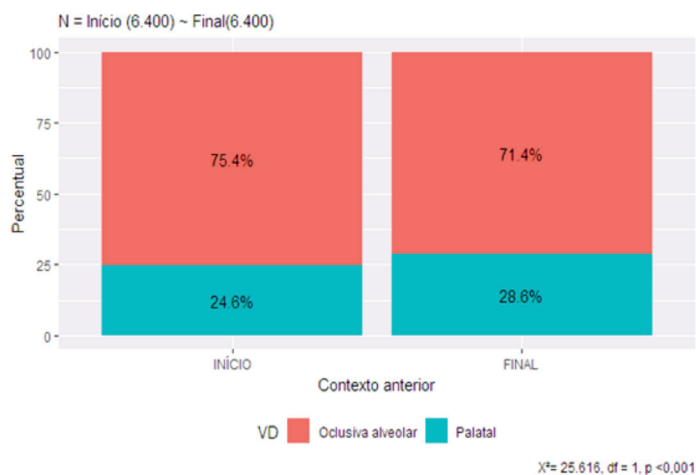
Os fatores com menor influência na realização palatal das consoantes /t/ e /d/ são o grupo das fricativas [s,z,f,v,h,ç,ʃ], como *desfruto*, *antes*, *seletivo*, *dezesseis*, *dificuldade*, em que das 3.679 ocorrências, 731 foram palatalizadas, equivalente a 19,9%. e o grupo das líquidas [l], como *direito*, *utilidade*, em que de 342 ocorrências, 67 tiveram realização palatal, referente a 19,6% do total.

Os fatores linguístico vogal, nasal e a pausa apresentaram percentuais de frequência muito próximos. No grupo vogal [a,ã,e,i,õ], de 1.657 ocorrências, 506 foram palatalizadas, o que equivale a 30,5%; no grupo nasal [n,m,ɲ], de 1.616 ocorrências para esse contexto linguístico, 497 foram palatalizadas, o que equivale a 30,7%; e na pausa foram identificadas 1.031 ocorrências, das quais 327 foram palatalizadas, o que representa 31,7% de realizações palatalizadas. No grupo das oclusivas [p,b,d,t,k,g] foram identificadas 4.059 ocorrências, sendo 1.049 em realização palatal, equivalente a 25,9% do total de ocorrências palatalizadas.

TEMPO DE CURSO

O tempo de inserção na comunidade de práticas UFS pode influenciar na realização das consoantes /t/ e /d/, de modo que quanto maior é o tempo que o falante tem na comunidade, maior é o uso da variante palatal, pelo maior tempo de contato que os membros desta comunidade têm com diferentes variedades do português – inclusive aquelas em que o uso da variante palatal é quase categórico – decorrente da mobilidade do acesso à educação superior e por a variante palatal ser prestigiada na comunidade (FREITAG; SANTOS, 2016; CORRÊA; RIBEIRO, 2018; RIBEIRO, 2019).

GRÁFICO 7 – REALIZAÇÃO DAS CONSOANTES /T/ E /D/ QUANTO AO TEMPO DE CURSO



Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados sugerem que, de fato, o tempo de inserção na comunidade influencia no processo de variação e mudança linguística (gráfico 7). O teste estatístico mostra que a diferença é significativa ($\chi^2 = 25.616$, $df = 1$, $p < 0.001$). O uso da variante palatal aumenta no final do curso: das 6.400 ocorrências analisadas, 1.829 foram palatalizadas, o que corresponde ao percentual de 28,6% do total de ocorrências. Já no início de curso, das

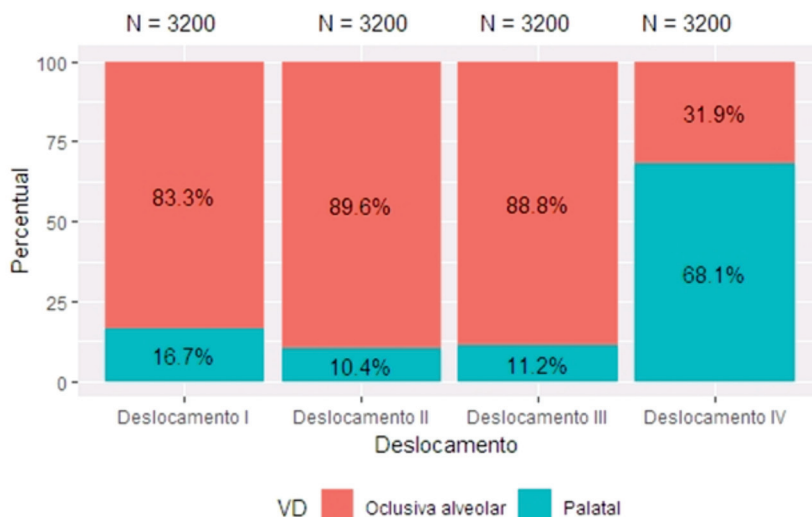
6.400 ocorrências, 1.575 foram realizadas como palatal, correspondendo ao percentual de 24,6%. Esses resultados confirmam a hipótese de que quanto o maior tempo de inserção na comunidade, maior frequência de uso da variante palatal.

Esses resultados reafirmam o que Eckert (2006) diz sobre o tempo de engajamento dos membros na comunidade de práticas. O maior tempo de engajamento que o estudante tem na comunidade lhe possibilita maiores chances de participação em situações e eventos, proporcionando-lhe, assim, oportunidades de construção conjunta e uma construção complexa de estilos linguísticos. Segundo Eckert (2006, p. 3), “a importância do estudo em comunidade de práticas consiste no reconhecimento de que a identidade do falante não é fixa, que a convenção não pré-existe o uso e que o uso da linguagem é um processo contínuo de aprendizagem”.

DESLOCAMENTO GEOGRÁFICO

Para esta variável foram levantadas duas hipóteses: i) que o uso da variante palatal é maior no deslocamento IV, ou seja, na fala dos estudantes que vêm de fora do estado, por essa variante ser quase que categórica na maior parte do Brasil (CARDOSO *et al.*, 2014); e ii) dentre os deslocamentos constituídos por estudantes sergipanos, o deslocamento I apresenta maior frequência de uso da variante palatal, seguindo a tendência apresentada por Souza (2016).

GRÁFICO 8 – REALIZAÇÃO DAS CONSOANTES /T/ E/D/ POR DESLOCAMENTO



Fonte: Elaborado pela autora.

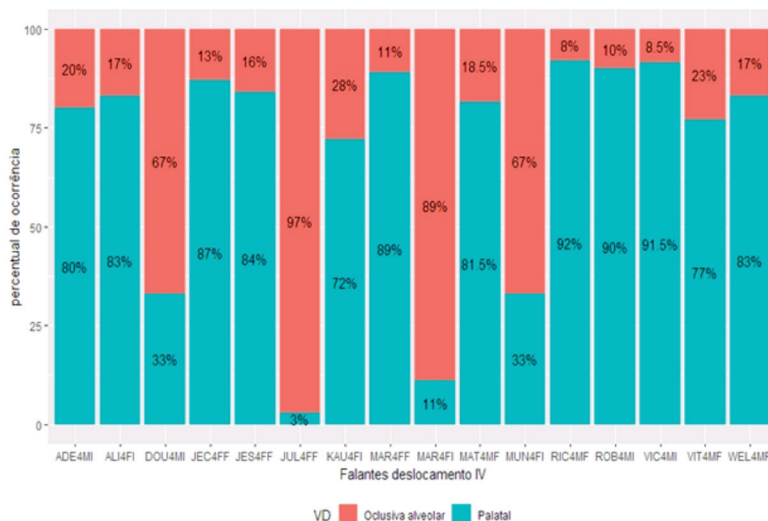
Os resultados mostram que no deslocamento IV, das 3.200 ocorrências analisadas, 2.180 ocorrências foram palatalizadas, o que corresponde ao percentual de uso de 68,1% da realização palatal (gráfico 8). Nos deslocamentos I, II e III, constituídos por sergipanos, a variante palatal também ocorre, no entanto, com frequência muito menor se comparada ao deslocamento IV. No deslocamento I, constituído por estudantes da região metropolitana de Aracaju, das 3.200 ocorrências analisadas para esse deslocamento, 533 foram palatalizadas, equivalendo ao percentual de 16,6%. No deslocamento II, constituído por estudantes residentes do interior do estado, das 3.200 ocorrências, 332 foram palatalizadas, equivalente a 10,4%. No deslocamento III, composto por estudantes nascidos e criados no interior do estado de Sergipe, mas que moram na grande Aracaju por causa de UFS, das 3.200 ocorrências analisadas, 359 tiveram realização palatal, equivalente a 11,2%.

Realizamos o teste ANOVA com os percentuais de palatalização de cada deslocamento por informante e o resultado do teste indicou que a

diferença da variante palatal nos quatro deslocamentos é estatisticamente significativa ($F_{(3,12796)}=5015.3, p<0,001$). O deslocamento que mais favorece a palatalização das consoantes /t/ e /d/ é o deslocamento IV, constituído pelos estudantes oriundos de outros estados do Brasil, confirmando a primeira hipótese. Entre os deslocamentos I, II e III, constituídos pelos estudantes sergipanos, a realização da variante palatal se mostrou mais frequente no deslocamento I, confirmando a segunda hipótese. Os deslocamentos II e III não apresentaram diferenças significativas em relação à variante palatal, a proporção entre esses dois grupos foi muito próxima.

Os resultados apontaram para uma polarização das variantes oclusiva e palatal entre os deslocamentos. A variante palatal predomina no deslocamento IV, enquanto a variante oclusiva alveolar predomina nos deslocamentos I, II e III, formado por estudantes de diferentes comunidades de fala do estado de Sergipe.

GRÁFICO 9 – REALIZAÇÃO DE /T/ E /D/ POR FALANTE NO DESLOCAMENTO IV



Fonte: Elaborado pela autora.

Nenhum dos deslocamentos apresentou uso categórico da variante palatal, nem mesmo o deslocamento IV, formado por falantes oriundos de outros estados. O deslocamento IV é formado por estudantes de diferentes lugares, como: de Ribeirão Preto (SP), São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Alagoinhas (BA), Jequié (BA), Itabuna (BA), Ilhéus (BA), Euclides da Cunha (BA), Paulo Afonso (BA), Miguel Calmon (BA), Feira de Santana (BA); em tese, não sabemos qual a taxa de palatalização de cada uma dessas comunidades, mas, possivelmente, algumas delas apresentem de taxas de palatalização mais altas do que outras, justificando assim, o percentual de 68,1% da realização palatal e não de 100%. O percentual de uso da palatalização de cada estudante permite entender melhor o resultado (gráfico 9).

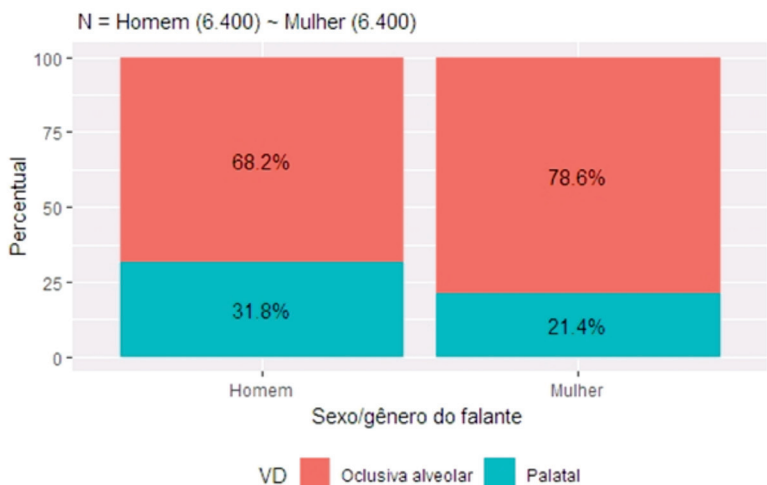
Na distribuição individual, 4 dos 16 falantes desse deslocamento apresentam percentuais abaixo de 33%; nos demais, o percentual de palatalização varia de 72% a 92%. Os informantes que apresentaram taxas de palatalização abaixo de 33% são oriundos dos municípios de Paulo Afonso, Euclides da Cunha e Jequié.

Os deslocamentos geográficos apresentaram taxas diversificadas, sugerindo que o fator geográfico/dialetal exerce influência no uso da variante palatal. E, dentro de uma comunidade de fala mais ampla, no caso do estado de Sergipe, a distribuição das variantes não ocorre na mesma proporção. Nesse sentido, podemos comparar os resultados dos deslocamentos I, II e III, constituídos pelos estudantes sergipanos, ao resultado de Souza (2016), que verificou que a variante palatal ocorre com maior frequência na capital em relação ao interior do estado de Sergipe.

SEXO/GÊNERO

Assim como em outros espaços de maior prestígio, na comunidade de práticas UFS esperava-se que as mulheres façam maior uso da variante palatal, assumida como de prestígio, seguindo a tendência dos estudos anteriores realizados sobre a palatalização de /t/ e /d/.

GRÁFICO 10 – REALIZAÇÃO QUANTO AO SEXO/GÊNERO DO FALANTE


 $\chi^2 = 174,86$, $df = 1$, $p < 0,001$

Fonte: Elaborado pela autora.

A realização palatal das consoantes /t/ e /d/ ocorreu com maior frequência na fala dos homens (gráfico 10), com percentual 31,7%, enquanto na fala das mulheres a frequência apresentou-se um pouco menor, com percentual de 21,4%, refutando a nossa hipótese de que as mulheres usariam mais a variante palatal na comunidade. A diferença é significativa ($\chi^2=174.86$, $df=1$, $p<0,001$). Resultados apresentados assemelham-se aos apresentados por Souza Neto (2014[2008]) e por Dutra (2007) que mostraram que a variante palatal foi mais frequente na fala dos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comunidade estudada, a variante palatal de /t/ e /d/ foi mais frequente diante do fator [-voz]; quanto à posição da sílaba, a sílaba postônica não final foi a que apresentou maior percentual de ocorrência da variante palatal; quanto à natureza da vogal que segue as consoantes /t/ e /d/, a semivogal /y/ foi a que apresentou maior percentual de ocorrência; quanto ao contexto anterior as consoantes /t/ e /d/, as

fricativas alveolares [s,z] foram as que apresentaram maior percentual de ocorrência; e quanto ao contexto posterior que segue as consoantes /t/ e /d/, as vogais posteriores foram as que apresentaram maior percentual de ocorrência. Os resultados para os fatores linguísticos seguem o mesmo padrão de condicionamento encontrado no estudo Souza (2016), no estado de Sergipe, e em outros estudos sobre o fenômeno da palatalização de /t/ e /d/ em ambiente fônico regressivo, em outras regiões do Brasil.

Quanto aos fatores extralinguísticos, no tempo de curso, os estudantes apresentaram maior uso da variante palatal no final do curso, assim quanto maior o tempo de inserção dos estudantes na comunidade, maior a frequência de uso da variante palatal. Em relação ao fator sexo/gênero, os homens da comunidade UFS foram os que mais favoreceram o uso da variante palatal. E quanto ao fator geográfico, a variante palatal ocorreu com maior frequência de uso no deslocamento IV, mostrando-nos que os estudantes que vêm de fora do estado já fazem maior uso da variante palatal.

O resultado do fator tempo de curso, assim como sua relação com sexo/gênero e o deslocamento geográfico, permite concluir que quanto maior é o tempo que o falante tem na comunidade maior o uso da variante palatal. Além de evidenciar a regularidade da atuação dos fatores linguísticos, os resultados relevam o estudo da variação e mudança linguística em comunidades de práticas, *lôcus* que, segundo Eckert (2006) busca entender a heterogeneidade linguística no nível micro, por meio das práticas sociais e da participação e engajamento dos indivíduos por meio das práticas desenvolvidas na comunidade em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M.; PAGOTTO, E. G. Consoantes em ataque silábico: palatalização de /t, d/ In: ABAURRE, M. B. M. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: a construção fonológica da palavra**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-236.

ANDRADE, T. R. C.; EVANGELISTA, F. R. S.; SANTANA, R. R. A palatalização das Oclusivas Dentais [t̪] e [d̪] Antecedidas por Glide em São Cristóvão/SE. **Sociodialeto**, v. 6, p. 622-637, 2016.

BATTISTI, E. Variação, mudança fônica e identidade: a implementação da palatalização de /t/ e /d/ no português falado na antiga região colonial italiana do Rio Grande do Sul. **Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, n.8, 2011. p. 103-124.

BATTISTI, E.; ROSA, R. S. Variação e mudança linguística: Análise em tempo real da palatalização das oclusivas alveolares em um falar do Rio Grande do Sul. **Sociodialeto**, v. 2, p. 1-23, 2012.

BATTISTI, E.; DORNELLES FILHO, A. Análise em tempo real da palatalização de [t̪] e [d̪] no Português falado em uma comunidade ítalo-brasileira. **Revista da ABRALIN**, v.14, n.1, p. 221-246, 2015.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Do campo para Cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola, 2011.

CAMPBELL-KIBLER K.; WALKER, A.; ELWARD, S.; CARMICHAEL, K. Apparent time and network effects on long-term cross-dialect accommodation among college students. **UPenn Working Papers in Linguistics**, Volume 20.2, 2014.

CARDOSO, S.A.M. S. *et al.* **Atlas linguístico do Brasil**. Londrina: EDUEL, 2014.

CORRÊA, T. R. A.; RIBEIRO, C. C. S. Avaliação social da palatalização de /t, d/ em Sergipe. **A Cor das Letras**, v. 19, p. 109-123, 2018.

CORRÊA, T. R. A. Estereótipo, estigma e preservação de faces: a realização africada de oclusivas alveolares seguidas de glide palatal em uma comunidade escolar de Aracaju/SE. **Caderno Seminal Digital**, v. 30, p. 316-344, 2018.

CRISTÓFARO-SILVA, T. et alii. Revisitando a palatalização no português brasileiro. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 5989, 2012.

DUTRA, E. O. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ no município do Chuí, Rio Grande do Sul**. 2007. Mestrado em Letras. Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ECKERT, P. Communities of Practice. In: Brown, K., Ed., **Encyclopedia of Language and Linguistics**. Amsterdam: Elsevier 2006, 683-685.

FREITAG, R., SOUZA NETO, A. F.; CORREA, T. C. A. Palatalização em Sergipe. In: LOPES, N.; CARVALHO, C. (Orgs.) **Língua e Sociedade, diferentes perspectivas, fim comum**. São Paulo: Blucher, 2019, p. 63-80.

FREITAG, R. M. K. Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos. **Matraga**, v. 16, p. 115-132, 2009.

- FREITAG, R. M. K. Socio-stylistic aspects of linguistic variation: schooling and monitoring effects. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 37, p. 127-136, 2015.
- FREITAG, R. M. K. NURC, um banco de dados sociolinguístico. In: OLIVEIRA JR., M. (Org.). **NURC 50 anos**. São Paulo: Parábola, 2019, p. 125-134.
- FREITAG, R. M. K. **Documentação sociolinguística – coleta de dados e ética em pesquisa**. São Cristóvão: EdUFS, 2017.
- FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.
- FREITAG, R. M. K. et alii. Avaliação e variação linguística: estereótipos, marcadores e indicadores em uma comunidade escolar. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GORSKI, E. M. (Orgs). **Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2016, p. 141-160.
- FREITAG, R. M. K.; SANTOS, O. A. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In: LOPES, Norma da Silva, ARAÚJO, Silvana Silva de Farias, FREITAG, Raquel Meister Ko. (Orgs.). **A Fala Nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. 1ed. São Paulo: Editora Blucher, 2016, p. 109-122.
- GODINHO, C. S. **Variação das oclusivas alveolares no falar paraense**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária) - Universidade Federal do Pará.
- MAURI, C. **Palatalização das oclusivas alveolares e práticas sociais em capelas de Forquetas, Caxias do Sul (RS)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul, 2008.
- MEYERHOFF, M. **Introducing Sociolinguistics**. New York: Routledge, Taylor & Francis Library, 2006.
- MOTA, J. A. Como fala o nordestino: a variação fônica nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba; MARTIN, Vilma Lia de Rossi. (Orgs.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008, v. 1.
- PAULA, A. T. de. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades bilíngues de Taquara e de Panambi RS análise quantitativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PIRES, L. B. A palatalização das oclusivas dentais em São Borja. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. Edição especial n. 1, 2007.

RIBEIRO, C. C. S. Pistas para a acomodação subjetiva na variação entre em/ni na fala de universitários. **Domínios de Linguagem**, v. 13, n. 4, p. 1557-1580, 2019.

ROCHA, F.; ALMEIDA, N. L. F. O fenômeno palatização em zonas rurais e urbanas do Paraguaçu. In: **VI Congresso Internacional da ABRALIN, 2009**. ABRALIN 40 anos. João Pessoa: Ideia, 2009, p. 1531-1537.

SOUZA, G. G. A. **Palatalização de oclusivas alveolares em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SOUZA NETO, A. F. **Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju**. Dissertação. Mestrado em Letras e Linguística. Universidade Federal de Alagoas, 2008.

TRUDGILL, P. **Dialects in contact**. Oxford: Blackwell, 1986.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANA MARIA DE JESUS SOUSA

É mestra em Língua e Cultura (UFBA-2018), Especialista em Metodologia do Ensino Superior e metodologia da pesquisa e Extensão (UNEB-2006) e graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas (UFBA-2002). Especialista em Língua Portuguesa pelo Núcleo de Apoio à pesquisa (NUAPE-2014). Professora de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino da Bahia há quinze anos, com experiência em supervisão e formação de professores de Língua Portuguesa no Projeto ação Gestar na escola, projeto estruturante da Secretaria de Educação da Bahia (acompanhamento pedagógico para professores de língua portuguesa do ensino fundamental II). Tem interesse em pesquisas relacionadas aos seguintes temas: Dialetoлогия, Sociolinguística, Atlas Linguísticos, Língua Portuguesa e Variação.

MARCELA MOURA TORRES PAIM

É Professora Associada II de Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (2007). Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual de Feira de Santana (2018). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2005). Foi coordenadora do Projeto CAPES-COFECUB 838/15, em parceria com a Universidade Paris 13. É integrante efetiva dos Grupos de Trabalhos de Sociolinguística e de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL. É Diretora Científica do Projeto de pesquisa Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Atua como pesquisadora do Projeto NURC - Salvador, tendo sido bolsista de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento do

Projeto durante a Graduação e a Pós-Graduação. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nas áreas de Dialetologia e Sociolinguística.

CAMILA DOS SANTOS REIS

Possui graduação em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais AGES, de Paripiranga (2015). Mestra em Estudos Linguísticos, na Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de Letras, no campo léxico e semântico. Pós-graduada em Libras, pela Universidade Cândido Mendes. Possui curso de espanhol básico completo pela Universidade Vale do São Francisco. Trabalha atualmente como professora no Centro Estadual de Educação Profissional em Informática e Gestão Lourdes Carvalho Neves Batista.

DEYVISON MOREIRA SANTOS

Aluno do curso de Letras/português do Departamento Letras Vernáculas na Universidade Federal de Sergipe (DLEV/UFS), membro do grupo de Para a História do Para Português Brasileiro em Sergipe (PHPB-SE), o qual é pesquisador como iniciante científico.

SANDRO MARCÍO DRUMOND ALVES MARENGO

Professor de Linguística do Departamento de Letras Vernáculas e dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu acadêmico (PPGL) e Profissional em Letras (ProfLetras) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui Pós-Doutorado em Linguística Histórica (UFBA), Doutorado em Estudos Linguísticos (UFMG), Mestrado e Graduação em Letras Neolatinas (UFRJ). É membro correspondente da Cátedra Eugênio Tavares de Língua Portuguesa da Universidade de Cabo Verde, vinculada ao Instituto Camões. Tem experiência na área de Linguística e Linguística Aplicada com ênfase em (Socio)Linguística Histórica, Crítica Textual e Materiais Didáticos, atuando principalmente nos seguintes temas: Edições de textos românicos medievais e modernos; Lexicologia e Terminologia sócio-históricas; e produção de materiais didáticos para o ensino do léxico em línguas românicas. Atualmente é o coordenador regional do Projeto Para a História do Português Brasileiro de Sergipe (PHPB/SE).

CARINA SAMPAIO NASCIMENTO (UFBA, PPGLINC)

É Doutoranda em Língua e Cultura (PPGLINC/UFBA), Mestre em Língua e Cultura (PPGLINC/UFBA), Mestre em Estudos Hispânicos (Universidad de Cádiz), graduada em Letras (Português e Inglês). Atualmente é Professora da Faculdade Batista da Bahia, da UNEB-UAB e tutora da Unopar (Kroton). Participa do Projeto de pesquisa Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

CÍNTIA MARIA TEIXEIRA DE MORAES MONTEJO

É graduada em Letras Vernáculas, pela Universidade Federal da Bahia (2019), e em Direito pela Universidade Salvador (2009). Tem experiência na área de Linguística, tendo atuado em projetos de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de morfologia histórica do português e de ensino de língua portuguesa como língua estrangeira.

NATIVAL ALMEIDA SIMÕES NETO (UEFS)

É doutor pelo Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (2020), da Universidade Federal da Bahia. Fez mestrado nesse mesmo programa (2016). Graduou-se em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (2014). Está como professor substituto na Universidade Estadual de Feira de Santana. Integra o Programa Para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), realizando pesquisas sobre morfologia, léxico, antroponímia e semântica.

JÉSSICA CARNEIRO DA SILVA

Possui graduação em Letras – Língua Inglesa e Língua Portuguesa (2015) pela Universidade Estadual de Feira de Santana, mestrado (2018) em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) na mesma instituição e, atualmente, cursa o Doutorado em Língua e Cultura (PPGLinC) na Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Cristina Figueiredo.

MARIA CRISTINA VIEIRA DE FIGUEIREDO SILVA

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), mestrado (2004) e doutorado (2009) em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, onde atua como Professora adjunta. Desenvolve pesquisa na

área da variação e mudança linguística na formação do português brasileiro tendo em vista o contato entre línguas, bem como na Teoria Gerativa e, mais recentemente em Morfologia Distribuída.

DANIELA BETÂNIA DOS SANTOS FERREIRA

Bacharel em Letras com habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS pela Universidade Federal de Santana Catarina (2012). Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Norte do Paraná (2009). Especialista em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (2011). Mestre em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS). É Professora Auxiliar B da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, lotada no Departamento de Letras e Artes - DLA, e Tradutora/Intérprete de Libras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB - Amargosa) no Centro de Formação de Professores. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (NeiHD/UEFS), vinculada ao Projeto de Pesquisa Estudo bilíngue da Toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras. Participa do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Assistiva e Acessibilidade (NETAA) na UFRB. Tem Certificação do Prolibras em proficiência no Uso e Ensino da Libras e em Tradução/Interpretação da Libras-Português / Português-Libras (UFSC/MEC/INEP).

LILIANE LEMOS SANTANA BARREIROS

Professora Adjunta-B da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Letras e Artes (DLA), e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - Mestrado e Doutorado (PPGEL/UEFS). Licenciada em Letras Vernáculas pela UEFS (2007), Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pelo IBPEX (2008), Especialista em Libras pelo IBPEX (2010), Mestre em Estudo de Linguagens pela UNEB (2012) e Doutora em Língua e Cultura pela UFBA (2017). Realizou estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG (2018-2019). Atua nos cursos de Graduação em Letras desde 2009, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Coordena os Projetos de Pesquisa:

Estudos lexicais no acervo de Eulálio Motta (CONSEPE-UEFS 137/2017); Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras (CONSEPE-UEFS 044/2018) e é vice-coordenadora do Projeto de Pesquisa Edição das Obras Inéditas de Eulálio Motta - IV Etapa (CONSEPE-UEFS 070/2016; CNPq; FAPESB). Atualmente, é vice-diretora do DLA (gestão 2019-2021), membro do Colegiado de Letras: Português e Espanhol, representando a área de Linguística, e coordena, desde 2018, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (neiHD/UEFS). Coordenou o subprojeto de Letras Vernáculas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PI-BID/UEFS) de 2015 a 2016 e a área de Redação do Projeto Universidade Para Todos (UPT/UEFS) de 2018 a 2020. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em: Filologia Textual; Linguística de Corpus, Estudos do Léxico e Ferramentas Computacionais para análise linguística e elaboração de trabalhos lexicográficos. É Membro Efetivo do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL (GTLex).

ELANE SANTOS E SANTOS

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS). Mestre em Linguística (2019) com bolsa de pesquisa financiada pela CAPES e Graduada em Letras Vernáculas (2015) pela mesma instituição. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança (FAFIBE - 2018). É Professora da Educação Básica de Feira de Santana. Integrante do projeto de pesquisa *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/UEFS-FAPESB). Atualmente desenvolve pesquisa no âmbito da Sociolinguística Histórica.

E-mail: lanysnts@gmail.com

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA

Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2009), com estágio de doutoramento na Universidade de Lisboa (CAPES), e Pós-Doutora em Linguística de *Corpus* (2019) pela Universidade do Estado da Bahia. Na Universidade Estadual de Feira de Santana, onde é Professora Titular, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa e o projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB). Membro do Projeto Nacional

para a História do Português Brasileiro e da Comissão Científica Internacional do Projeto Pombalia – Pombal Global.

E-mail: marianafag@gmail.com

ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO

Possui Pós-Doutorado em Linguística de Corpus (2010) e Doutorado em Linguística (2005) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Letras e Linguística (1996) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Graduada em Letras com Inglês (1988) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora plena do Departamento de Letras e Artes e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Mestrado e Doutorado) da UEFS. Integra a Comissão Nacional de *Corpora* do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), como membro, desde a sua fundação e atualmente também como Conselheira, coordena a Equipe do PHPB-Bahia (PHPB-BA), a do Banco de Dados do Programa Para a História do Português (BIT-Prohpor-UFBA). Criou o Projeto Plataforma CE-DOHS (disponível www.uefs.br/cedohs). Atuou em cursos da Plataforma Freire, no UPT, no Programa PIBID e no UAB. Participou da criação do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), coordenando-o de 1996 a 2016, e da criação do NELP em Sala de Aula, voltado às atividades de ensino na Graduação e na Pós-Graduação e produção de material didático para a Rede Básica. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ em Linguística.

ELISÂNGELA GONÇALVES DA SILVA

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2004). Atualmente faz parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/Uesb) e é professora adjunta do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. É coordenadora do Colegiado dos Cursos de Letras. Participou como coeditora do periódico Estudos da Língua(gem). É membro do “Grupo de Pesquisa das Estruturas Gramaticais e de Aquisição da Linguagem” (Uesb/CNPq) e do “Grupo de Pesquisa em Estudos da Língua(gem)” (GPEL/Uesb/CNPq). Tem experiência na área disciplinar de Linguística, com ênfase em

Gramática, Linguística Histórica e Linguística de Corpus, atuando principalmente nos seguintes temas: língua, português brasileiro, português medieval, oralidade e escrita. Também tem se dedicado à pesquisa em Humanidades Digitais, fazendo parte da Associação das Humanidades Digitais - AHDig (<http://ahdig.org>), trabalhando na construção de um corpus oral digital anotado da Região Sudoeste da Bahia.

JUSCIMAURA LIMA CANGIRANA

Mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB. Possui graduação em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (1999) e Pós-graduação Lato Sensu em Linguística Aplicada ao Português: produção de texto pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus de Jequié (2001) e Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação pela Universidade do Sudoeste da Bahia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2010). Atualmente, é professora da rede Estadual de Ensino no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães e na rede municipal, no Centro Educacional Agenor Magalhães em Bom Jesus da Lapa – Bahia. Desenvolve pesquisas na área de Sociolinguística, sobretudo nos seguintes temas: variação, mudança, português afro-brasileiro e comunidades remanescentes de quilombos.

GEISA BORGES DA COSTA (UFBA)

É doutora em Língua e Cultura e mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, onde também atua como Professora Adjunta de Língua Portuguesa e coordena o projeto de pesquisa O léxico da religião e das crenças no Atlas Linguístico do Brasil. É pesquisadora do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e do Grupo de Estudos do Português Popular da Bahia (GEPPPOP). É membro da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e interessa-se, principalmente, pelos temas ligados à dialetologia, sociolinguística e ensino de língua portuguesa.

GIVALDO CÂNDIDO DA SILVA

Possui graduação em Teologia pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (2008), graduação em Letras - Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2009), Pós-Graduação em Gestão Escolar pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (2010), Mestrado em Ciência da Educação - Universidad San Lorenzo (2011) e Doutorado em Ciência da Educação - Universidad San Lorenzo (2013), especialização em Missiologia pelo Seminário Latino Americano de Teologia (2014), especialização em Linguística pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2015). Professor do Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia - SALT, em experiência na área de Teologia e educação, com ênfase em Línguas grego, hebraico, espanhol e inglês. É Mestre em Estudos Linguísticos pelo PPGEL/UEFS

SILVANA SILVA DE FARIAS ARAUJO

Professora Titular de Língua Portuguesa do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando em cursos de Graduação e de Pós-Graduação. É Doutora em Língua e Cultura e Mestre em Letras e Linguística, ambos os títulos obtidos na Universidade Federal da Bahia (UFBA). É também especialista em Língua Portuguesa e graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas pela UEFS. Realizou dois estágios de Pós-Doutoramento: um em Linguística, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com bolsa PDJ/CNPq, e outro em Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É conselheira da Associação Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste (GELNE) e membro do GT de Sociolinguística da ANPOLL. É Membro da Comissão Científica, Estratégica e Organizadora, na área de Línguas Ameaçadas, da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), de 2016 a 2019, tendo presidido a comissão de elaboração do projeto do curso de doutorado (APCN) do referido Programa. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos do Contato Linguístico (ABECS), no biênio 2014-2016. Tem experiência na área de Sociolinguística, investigando, principalmente, os seguintes temas: formação do português do Brasil, contatos linguísticos, fenômenos morfossintáticos e variedades africanas do português. Suas pesquisas estão concentradas na busca de pistas para

as origens do português brasileiro, a partir da documentação linguística em comunidades de fala e de prática, no Brasil e em Angola.

GRACIELLI FABRES DE ARAÚJO

É Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Integrante do Projeto - ALiB/UFBA e do Projeto “A lexicografia no Semiárido Baiano” com o subprojeto “Caminhos da Galícia: o léxico no semiárido baiano”.

GREDSON DOS SANTOS

É mestre e doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, onde atua como Professor Adjunto de Língua Portuguesa (IL/DLV). É também docente do Programa de Mestrado Profissional em Letras (UNEB/Campus V) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (UFBA). É pesquisador do Grupo de Estudos do Português Popular da Bahia – GEPPOP e do Projeto Vertentes.

GUTEMBERG MAGALHÃES OLDACK BARBOSA

É Mestre em Estudos Linguísticos, pela UEFS; Especialista em Texto e Gramática, pela UEFS; Especialista em Língua Espanhola, pela UNINTER; Especialista em Língua de Sinais, pela FACINTER; e graduado em Letras Vernáculas, pela UEFS. Professor lecionando no PARFOR/UEFS.

Janivam da Silva Assunção

Possui graduação em Letras com francês e mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: indeterminação do sujeito, variação tu/você, estudos culturais, português na América, Feira de Santana-BA. Membro do Grupo de Pesquisa Constituição, Variação e Mudança do/no Português. Atua voluntariamente como Coordenadora do curso de extensão universitária LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS no Programa Portal: ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras modernas para a cidadania, inclusão, diálogo multi e intercultural, da Universidade Estadual de Feira de Santana.

NORMA LÚCIA FERNANDES DE ALMEIDA

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1992), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1996) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Linguística Histórica e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: variação linguística, semi-árido - língua portuguesa - português brasileiro e mudança linguística. É coordenadora do projeto *O sistema Pronominal no Português Falado no Semiárido Baiano: Um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real de Curta Duração*. Membro do PROHPOR (Programa para a História do Português), criado por Rosa Virgínia Mattos e Silva e também do PHPB. Participou da comissão que implantou o mestrado em estudos linguísticos da UEFS. Foi coordenadora de Iniciação Científica da UEFS (2009-2012). Foi coordenadora de pesquisa da UEFS (2012-2015). Foi membro da câmara de assessoramento das áreas de Linguagens e Artes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Foi Vice-Reitora da UEFS (gestão 2015-2019).

MAIARA DA SILVA LEMOS

Doutoranda em Estudos Linguísticos (UEFS), possui mestrado em Estudos Linguísticos (UEFS) (2019) e Graduação em Letras Vernáculas (UEFS) (2015). Integrante do Projeto de Pesquisa CE-DOHS - *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (www.uefs.br/dohs) (FAPESB 5566/2010), inicialmente como colaboradora (2012-2013) e depois como bolsista de iniciação científica (PROBIC/UEFS) (2013-2014) e, atualmente, desenvolvendo pesquisa em nível de doutorado em *corpora* do Brasil colonial.

MANOEL CRISPINIANO ALVES DA SILVA

Graduado em Letras Vernáculas, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atualmente, é mestrando em estudos linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS. Integra o projeto de pesquisa “Em busca das raízes do português brasileiro”, sediado na UEFS, que tem a coordenação da Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo

(UEFS). Desenvolve trabalhos na área da Sociolinguística, com ênfase nos estudos de Crenças e Atitudes Linguísticas, Sociolinguística Educacional e Variação Morfossintática no intercâmbio sociolinguístico entre o português falado em Luanda, capital de Angola e o português brasileiro (PB) falado na região do semiárido da Bahia, analisando as semelhanças e as diferenças entre ambas as variedades do português, investigando os efeitos do contato linguístico na formação dessas variedades.

HUDA DA SILVA SANTIAGO

Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS (2002); Especialização em Estudos Linguísticos (2007) e Mestrado em Estudos Linguísticos também pela UEFS (2012), e Doutorado em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC), da Universidade Federal da Bahia - UFBA (2019). É integrante da equipe do Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), da UEFS; do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), e do programa História da Cultura Escrita no Brasil (HISCULTE), da UFBA. Integra a equipe baiana do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB-BA). É Professora Assistente da UEFS. Atua como professora permanente no programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), na linha Variação e mudança linguística no português. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: constituição de corpus, sócio-história do português brasileiro, português popular brasileiro, variação linguística, história da cultura escrita.

MARINALDA FREITAS VALENTIM

Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana e graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas pela mesma universidade. Integrante dos projetos de pesquisa Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro e do CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, inicialmente como bolsista PEVIC, depois como bolsista PROBIC e atualmente, como colaboradora.

MARTA MARIA GOMES

Mestre em Estudos de Linguagens, na linha de pesquisa Linguagens, Discurso e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGEL). Especialista em Gramática e Texto (UNIFACS), Educação a Distância UNEB) e Administração de Recursos Humanos (FVC). Graduada em Licenciatura em Letras - Habilitação Português e Literaturas, pela Universidade Católica do Salvador (1995). É professora pesquisadora do curso de Letras a distância da UNEB/UAB. Também é Coordenadora de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Literaturas da UAB/UNEB. Atua na coordenação do Programa Gestão de Organização (PGO). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Lexicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão, formação de professores e educação a distância.

ROQUE PEREIRA DA SILVA

Graduado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Licenciatura em Técnicas Comerciais (1975); Ciências Contábeis (1977) e Direito (1981). É discente e suplente da representação estudantil do Colegiado do Doutorado do Programa DMMDC/FACED/UFBA e Doutor em Ciências Empresariais – UMSA/Argentina (2004). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Auditor Fiscal - Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA) e membro do Grupo de Pesquisa Gestão de Organizações: como otimizar recursos e potencializar resultados – PGO/UNEB. Tem experiência nas áreas de Administração e Direito Público, com ênfase em Contabilidade Gerencial e Auditoria Empresarial e Tributária, atuando principalmente nos seguintes temas: Administração Pública, Direito Tributário, Ciência da Informação e Gestão e Difusão do Conhecimento.

ROSANA CARVALHO BRITO

Integra o projeto Corpus Eletrônico de documentos históricos do Sertão – o CE-DOHS ((Fapesb 5566/2010 – Consepe 202/2010) –, possui graduação em Letras Vernáculas pela UEFS (2016), Especialização em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa e Mestrado em Estudos Linguísticos pela mesma instituição (2018). É estudante do Doutorado em Estudos Linguístico do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguístico da UEFS.

THAIS REGINA ANDRADE CORREA

Mestra em Letras pela Universidade Federal de Sergipe na área de concentração Estudos Linguísticos com bolsa CAPES. Licenciada em Letras-Português Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Foi bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CAPES/UFS), entre 2012 e 2015. Membro do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade - GELINS.